OPSIS

Revista da Unidade Acadêmica Especial de Hisória e Ciências Sociais
Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão - Brasil



Relações de gênero, História, Educação e Epistemologias Feministas

v.15, n. 2, julho/dezembro 2015

UFG Cegraf UFG

Apoio
PRPPG
PROAPUPEC

ISSN eletrônico: 2177-5648

OPSIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Orlando Afonso Valle do Amaral
Reitor

Manoel Rodrigues Chaves
Vice-Reitor

José Alexandre F. Diniz Filho
Pró-Reitor de Pós-Graduação

Antonio Corbacho
Diretor do CEGRAF/UFG

Thiago Jabur Bittar
Diretor da Regional Catalão

Regma Maria dos Santos
Chefe de Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (GPT/BSCAC/UFG)

O625 OPSIS: Dossiê Relações de gênero, História, Educação e Epistemologias Feministas / Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais. - v. 15. n. 2 (2015) -.- Catalão: Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial História e Ciências Sociais, 2015-

Semestral

Descrição baseada em: v. 15, n. 2, 2015.
Modo de acesso: http://www.revistas.ufg.br/index.php/opsis

ISSN: 2177-5648 (versão on-line)

1. História- periódicos. I. Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais. II. Título.

CDU: 94(05)

Indexada em:

Sumários de Revistas Brasileiras: www.sumarios.org

Academic Journal Database: http://journaldatabase.org

DOAJ – Directory of Open Acess Journals: http://www.doaj.org

GeoDados: http://geodados.pg.utfpr.edu.br/

Latindex Sistema Regional de Información em Línea para Revistas Científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal: http://www.latindex.unam.mx/

Periódicos da Capes: http://www.periodicos.capes.gov.br/

Portal do SEER: http://seer.ibict.br/

Pede-se permuta | Asked to exchange | Pide trueque

OPSIS
Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão
Unidade Acadêmica Especial História e Ciências Sociais
Av. Dr. Lamartine P. de Avelar, 1120, Setor Universitário.
Caixa Postal 536 Catalão, GO. CEP: 75704-220

Fone: (62) 3441-5309 | E-mail: revistaopsis@yahoo.com.br
www.revistas.ufg.br/index.php/opsis

Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão
Unidade Acadêmica Especial História e Ciências Sociais

OPSIS

Relações de gênero, História, Educação e Epistemologias Feministas

OPSIS, Catalão-GO, v. 15, n. 2, p. 313-554, 2015

ISSN versão eletrônica: 2177-5648

Apoio
PRPPG – Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PROAPUPEC – Programa de Apoio às Publicações Periódicas da UFG

www.revistas.ufg.br/index.php/opsis

Revisão
Janaynne do Amaral e Camila Di Assis (Português)
Caius Brandão (Inglês)
Bruna Mundin Tavares e Fabiene Riâny Azevedo Batista (Espanhol)

Projeto Gráfico
Dúnia Esper Pereira
Igor Oliveira Augstroze Aguiar
Luana Santa Brígida

Editoração
Igor Oliveira Augstroze Aguiar

Capa
Igor Oliveira Augstroze Aguiar
Luana Santa Brígida

Imagem de Capa
As Três Graças – Raphael (1483-1520) – Museu Condé – Paris - França

Padronização Editorial
Divisão de Periódicos – CEGRAF/UFG Apoio especial: Programa de Apoio às Publicações Periódicas Científicas da UFG

Editora Gerente
Teresinha Maria Duarte, Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão, GO, Brasil

Editora
Eliane Martins de Freitas, Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão, GO, Brasil

Editora de Seção deste número
Ana Carolina Eiras Coelho Soares, Universidade Federal de Goiás/Regional Goiânia, Goiânia, GO, Brasil

Conselho Consultivo
Cezar de Alencar Arnaut de Toledo, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil; Elisio Estanque, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; Elizabeth Sousa Abrantes, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil; Gilmar de Carvalho, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil; Grado Giovanni Merlo, Università degli Studi di Milano, Milano, Itália; Jocyleia Santana dos Santos, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil; José Alcimar de Oliveira, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil; Leila Rodrigues da Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; Lucimar Bello P. Frange, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil; Manuela Mendonça, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal; Marcos Antônio de Menezes, Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí, Jataí, GO, Brasil; Marlos Bessa Mendes da Rocha, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil; Martin Norberto Dreher, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil; Ricardo Antunes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil; Ricardo Luiz Silveira da Costa, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil; Sadi Dal Rosso, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil; Terezinha Oliveira, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil; Vanda Cunha Albieri Nery, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil; Wolney Honório Filho, Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão, Catalão, GO, Brasil.

Conselho Editorial
Adriana Maria de Souza Zierer, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil; Álvaro Alfredo Bragança Júnior, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; Carmen Silvia de Moraes Rial, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil; Cláudia Regina Lahni, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil; Daniela Auad, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil; Débora Cristina Goulart, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, SP, Brasil; Denise Teresinha da Silva, Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, São Borja, RS, Brasil; Emanuela Prinzivalli, Università degli Studi di Roma "La Sapienza", Roma, Itália; Getúlio Nascentes da Cunha, Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão, GO, Brasil; Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues Pereira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil; João Fabio Bertonha, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil; Jeronimo Molina Cano, Universidad de Murcia, Murcia, Espanha; Júlio Bentivoglio, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil; Kênia Maria de Almeida Pereira, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil; Losandro Antonio Tedeschi, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil; Luiz Humberto Martins Arantes, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil; Marina Benedetti, Università degli Studi di Milano, Milano, Itália; Patricia Rodrigues da Silva, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil; Patricia Sposito Mechi, Universidade Federal do Tocantins/Campus de Porto Nacional, Porto Nacional, TO, Brasil; Ronie Alexsandro Teles da Silveira, Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, CE, Brasil; Rubens Luiz Rodrigues, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil; Sandra Mara Dantas, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, Brasil; Saul António Gomes da Silva, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; Sergio Fernández Riquelme, Universidad de Murcia, Murcia, Espanha; Silvia Graciela Mira, Universidad Nacional Del Sur, Buenos Aires, Argentina; Tânia Regina Zimmermann, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Dourados, MS, Brasil; Valdeci Rezende Borges, Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão, GO, Brasil; Virgílio Caixeta Arraes, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil; Wanderson Fabio de Melo, Universidade Federal Fluminense, Campus Rio das Ostras, Rio das Ostras, RJ, Brasil.

Comissão Editorial
Eliane Martins de Freitas - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão, GO, Brasil;
Jose Lima Soares - Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão, Catalão, GO, Brasil;
Rogério Bianchi de Araújo - Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão, Catalão, GO, Brasil.

Sumário

Dossiê Relações de gênero, História, Educação e Epistemologias Feministas

Apresentação....313
Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas....316
Diva do Couto Muniz

Os lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Gênero....330
Losandro Tedeschi

Olhares de gênero na perspectiva escolar....344
Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Mulheres na Marcha da Coluna Prestes: Histórias que não nos contaram....356
Maria Meire Carvalho

50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero....370
Ana Maria Colling

As configurações urbanas e as trajetórias de mulheres: refletindo sobre as questões de gênero....384
Jaqueline Ap. Martins Zarbato

Gênero e (in)sustentabilidade de mulheres nos reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica de Estreito – Tocantins....399
Temis Parente

Gênero e Envelhecimento: a história de vida de uma sertaneja....417
Maria Espirito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro

A problematização de gênero em Os homens que eu tive (1973): filme de Tereza Trautman....432
Alcilene Cavalcante Oliveira

Ensinando história e estudando gênero através de quadros históricos de Moacyr Freitas e Antônio Parreiras....452
Ana Maria Marques

Relações de Gênero e Ensino de História: (in)visibilidades na escolarização de meninos e meninas na Província de Goiás (1827-1889)....470
Thiago Sant'Anna

Artigos

"Um Nelore para não sair de uma Briga":
a cultura da Valentia em Goiás.....479
Eliézer Cardoso Oliveira

Apreciação da formação policial sob o modelo foucaultiano.....493
Antonio A. Brunetta

Professores de História e sua relação com a política:
uma abordagem comparativa na América do Sul.....516
Caroline Pacievitch
Luis Fernando Cerri

Tradução

Emancipação e igualdade: uma genealogia crítica.....537
Joan W. Scott – Tradução Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Normas para publicação.....556

Colaboradores/as.....562

Contents

Dossier Relations of gender, History, Education and Feminist epistemologies

Presentation....313
Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Feminisms, Feminist Epistemology and Women's History:
Cross-Readings....316
Diva do Couto Muniz

Locales of Oral History and Memory
in Gender Studies....330
Losandro Tedeschi

Gender Views in the School Perspective....344
Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Women in the Coluna Prestes Parade:
Histories We Have Not Been Told....356
Maria Meire Carvalho

50 Years of the Dictatorship in Brazil:
Gender and Feminist Issues....370
Ana Maria Colling

Urban Settings and Women's Trajectories:
Reflecting on Gender Issues....384
Jaqueline Ap. Martins Zarbato

Género e (in)sostenibilidad de mujeres en los reasentamientos rurales de la
Usina Hidroeléctrica de Estreito – Tocantins....399
Temis Parente

Gender and Aging: the Live-Story of a Backlands Woman....417
Maria Espirito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro

Gender Problematization in "Os Homens que Eu Tive"
(1973): A Film by Tereza Trautman....432
Alcilene Cavalcante Oliveira

History Teaching and Gender Study through the Medium
of Historical Paintings of Moacyr Freitas and Antônio Parreiras....452
Ana Maria Marques

Gender Relations and History Teaching: (in)visibilities in the
Education of Boys and Girls in the Province of Goiás (1827-1889)....470
Thiago Sant'Anna

Articles

"A Bull not leave one Fight":
a culture of Valor in Goiás.....479
Eliézer Cardoso Oliveira

Assessment of Police Training under Foucault's Model.....493
Antonio A. Brunetta

History Teachers and their Relationship with Politics:
a Comparative Approach in South America.....516
Caroline Pacievitch
Luis Fernando Cerri

Translation

Emancipation and equality: a critical genealogy.....537
Joan W. Scott – Tradução Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Rules for publication.....556

Contributors.....562

Índice

Dossier Relaciones de género, Historia, Educación y Epistemologías Feministas

Presentación....313
Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Feminismos, epistemología feminista y Historia de las Mujeres: lecturas cruzadas....316
Diva do Couto Muniz

Los lugares de la Historia Oral y Memoria en los Estudios de Género....330
Losandro Tedeschi

Miradas de género en la perspectiva escolar....344
Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Mujeres en la Marcha de la Columna Prestes: Historias que no nos contaron....356
Maria Meire Carvalho

50 Años de la Dictadura en el Brasil: cuestiones feministas y de género....370
Ana Maria Colling

Las configuraciones urbanas y las trayectorias de mujeres: reflexionando sobre las cuestiones de género....384
Jaqueline Ap. Martins Zarbato

Género e (in)sostenibilidad de mujeres en los reasentamientos rurales de la Usina Hidroeléctrica de Estreito – Tocantins....399
Temis Parente

Género y envejecimiento: la historia de vida de una sertaneja....417
Maria Espirito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro

La problematización de género en "Os homens que eu tive" (1973): película de Tereza Trautman....432
Alcilene Cavalcante Oliveira

Enseñando Historia y estudiando género a través de cuadros de Moacyr Freitas y Antonio Parreiras....452
Ana Maria Marques

Relaciones de Género y Enseñanza de la Historia: la (in)visibilidades en la escolarización de niños y niñas en la Provincia de Goiás (1827-1889)....470
Thiago Sant'Anna

Artigos

"Un Nelore para no salir de una Lucha":
la cultura de Valentía en Goiás.....479
Eliézer Cardoso Oliveira

Apreciación de la formación policial bajo el modelo foucault.....493
Antonio A. Brunetta

Profesores de Historia y su relación con política:
un abordaje comparativo en América del Sur.....516
Caroline Pacievitch
Luis Fernando Cerri

Traducción

Emancipación e igualdad: una genealogía crítica.....537
Joan W. Scott – Tradução Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Normas para publicación.....556

Colaboradores/as.....562

Frutos de uma safra bastante generosa: Apresentação do Dossiê "Relações de gênero, História, Educação e Epistemologias Feministas"

Algumas ideias rendem frutos como árvores que florescem quando bem cuidadas. A reunião de pessoas engajadas, animadas e dispostas mostra que a vida acadêmica pode ser parte de um ciclo agradável de convivência e bons encontros.

O dossiê "Relações de gênero, História, Educação e Epistemologias Feministas" é fruto do I Encontro Centro-Oeste de História e Estudos de Gênero que aconteceu em Setembro de 2014 nas dependências da Universidade Federal de Goiás/Regional Goiânia. O evento buscou reunir pesquisadoras e pesquisadores da área de gênero numa integração e debate de pesquisas sobre questões de gênero na região Centro-Oeste envolvendo pesquisas que discutiam a imagem do feminino/masculino e suas representações na literatura, nas utopias do século XIX, na publicidade, ensino, artes visuais e demais fontes da pesquisa histórica.

Neste encontro foi possível discutir diferentes abordagens e temáticas em ações e temporalidades que envolvem a categoria de gênero como parte de uma forma de entendimento das relações que se estabelecem socialmente, culturalmente e politicamente e, portanto, cujo entendimento enriquece o campo da História, uma vez que o jogo do simbólico estrutural se forma sob a égide generificada dos corpos marcados em sociedade. Gênero é o elemento primário das relações sociais divididas e percebidas entres os sexos e é, portanto, uma categoria fundamental para a análise no campo da história e do poder.

O presente dossiê é mais uma produção desse grupo que agora se apresenta com artigos interessantes e produções inquietantes nas mais diversas perspectivas possíveis na temática de gênero. Análises e diálogos entre os textos se estabelecem pelos seus interesses que interpenetram e pelas discussões que são suscitadas pela área.

Diva do Couto Muniz abre o Dossiê apresentando uma reflexão histórica, intitulada "Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas", que aborda os caminhos do domínio do campo historiográfico no Brasil em um esforço de apresentar as formas pelas quais as mulheres se tornaram sujeitos dentro dos discursos da História.

"Os lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Gênero", de Losandro Tedeschi, apresenta a inquietação da utilização da história oral como ferramenta metodológica para a investigação da História das Mulheres e como recurso para os estudos de gênero. Por meio da voz feminina e de suas experiências é possível romper com o silenciamento da historiografia e mostrar sua representatividade. Ampliando a discussão teórico-metodológica para o espaço educacional, Ana Carolina Eiras Coelho Soares escreve o artigo "Olhares de gênero na perspectiva escolar". Nesse texto busco pensar a dificuldade de aceitação ainda presente nas Universidades e nas escolas do uso do conceito de gênero na sala de aula. A consolidação do campo teórico dos estudos de gênero passa pelo reconhecimento entre os pares e há ainda muita resistência e silenciamento nos dias atuais.

Dificuldades de reconhecimento e lutas são falas constantes que perpassam esse dossiê. A preocupação com os silêncios na história está presente também no belo texto de Maria Meire Carvalho: "Mulheres na Marcha da Coluna Prestes: Histórias que não nos contaram". Neste texto a autora apresenta a participação das vivandeiras que povoam a memória dos ex-combatentes. Para isso, ela teve que romper com a historiografia clássica e se ater a novas formas de pensar a história e se perceber as escrituras do passado.

Neste mesmo sentido, Ana Maria Colling com "50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero" questiona a história política brasileira e o apagamento da ação política das mulheres durante a Ditadura Militar no Brasil. A invisibilidade do feminino e das lutas feministas, como mostra a autora, faz parte do jogo de poder do gênero e deve ser problematizada. Silêncios, silenciamentos. Falas presentes em quase todos os trabalhos aqui apresentados.

Nos três textos seguintes as autoras nos falam das mulheres e das relações de gênero na região Centro-Oeste e parte da região Norte do país. Jaqueline Zarbato apresenta em "As configurações urbanas e as trajetórias de mulheres: refletindo sobre as questões de gênero." um panorama da violência contra a mulher na cidade de Três Lagoas no Mato Grosso do Sul. No artigo ela busca pensar nas ações que possam dar algum tipo de empoderamento feminino discutindo as razões que levaram ao exponencial avanço estatístico urbano dos dados acerca da violência. Do Mato Grosso do Sul ao Tocantins, Temis Parente – a nossa convidada do Norte – escreve "Gênero e (in)sustentabilidade de mulheres nos reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica de Estreito – Tocantins" a respeito das comunidades reassentadas por ocasião da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito. Parente busca pensar nas falas de mulheres e homens as formas de viver e o cotidiano afetado dessas comunidades que passam por essa nova configuração urbana. Fechando este bloco, Maria do Espírito Santo traz um relato de vida em "Gênero e Envelhecimento: a história de vida de uma sertaneja" a respeito de Dona Amanda – nome fictício – uma sertaneja que se muda e vive no interior de Goiás. É um belo ensaio sobre o cotidiano e o resgate de falas e memórias femininas.

Depois do relato das memórias femininas de uma sertaneja do interior de Goiás, fechando o dossiê, somos levadas/os a pensar as representações sobre o feminino/masculino em duas linguagens distintas: o cinema e as artes visuais.

Alcilene Cavalcante vai (e nos leva) ao cinema em "A problematização de gênero em *Os homens que eu tive* (1973): filme de Tereza Trautman". A autora nos fala como esse objeto cultural repleto de ideias, valores e práticas, foi produzido e pensado em termos de representações de gênero por Tereza Trautman. Em plena ditadura militar em 1973, o filme traz para cena questões das desigualdades entre os gêneros. A análise de Cavalcante – para não contar o final – busca pensar não apenas seu texto e seu contexto.

Abordando a temática em outro objeto cultural, Ana Maria Marques em "Ensinando história e estudando gênero através de quadros históricos de Moacyr Freitas e Antônio Parreiras", por meio do ensino, memória e História Visual seleciona quadros destes autores e realiza um excelente trabalho de investigação das pinturas que em tempos e lugares diferentes apresentam discursos e narrativas sobre mulheres e homens na História. Thiago Sant'Anna continua o debate sobre ensino com "Relações de Gênero e Ensino de História:

(in)visibilidades na escolarização de meninos e meninas na Província de Goiás (1827-1889)" nos levando para o século XIX e para o estudo das narrativas e regras de um livro didático em Goiás. As possibilidades e as fontes de análise histórica de gênero se descortinam na diversidade aqui apresentada.

Na seção artigos temos uma diversidade de trabalhos cujo abre-alas, mesmo sem usar o conceito de gênero encontra-se em sintonia com as discussões sobre representações de feminino/masculino. Trata-se de "Um Nelore para não sair de uma Briga: a cultura da Valentia em Goiás", texto de Eliézer Cardoso Oliveira. O autor aborda a questão da identidade cultural goiana a partir da construção das representações de valentia e violência, mas que adquire características peculiares como a tocaia no sertão de acordo com a análise de autores regionalistas. Em seguida, Antonio A. Brunetta traz uma análise sobre a formação policial militar a partir do referencial foucaultiano, em uma pesquisa que analisa diferentes escolas de formação a polícia de São Paulo. Em seu artigo "Apreciação da formação policial sob o modelo foucaultiano", o autor produz uma reflexão sobre a questão da disciplina e as expressões críticas da dimensão do poder.

Caroline Pacievitch e Luis Fernando Cerri, em "Professores de História e sua relação com a política: uma abordagem comparativa na América do Sul", mostram uma pesquisa estatística com 288 professores sobre seus interesses a respeito de história e política. A pesquisa, que é parte do projeto "Jovens e História no MERCOSUL", visa a oferecer uma perspectiva dos diferentes países: Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, de jovens e professores sobre as diferenças entre a história vivida e a ensinada.

Para fechar esse número da *OPSIS* trazemos a publicação do artigo de Joan Scott intitulado "Emancipação e igualdade: uma genealogia crítica". Ao discutir os conceitos de emancipação e igualdade e mostrar que ambos caminham como coisas diferentes em termos políticos e culturais, Joan Scott apresenta um panorama bastante complexo do mundo contemporâneo que, em diversas situações, cria conflitos e contradições discursivas para as mulheres e as minorias.

É no comprometimento com a realização de mudanças, do não silenciamento e na visibilização social dos discursos, paradoxos e contradições culturais que os pesquisadoras/es de gênero estão e são engajados. Convido a todas/os para a leitura de textos instigantes, pujantes e plenos de vida!

setembro de 2015

Ana Carolina Eiras Coelho Soares*

* Bolsista pós-doc da FAPEG/CAPES do PPGAS/UNB, Professora do Programa de Pós-Graduação em História/Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Coordenadora do GT Regional de Gênero - Seção Goiás, Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero/FH-UFG/CNPq.

DOI 10.5216/o.v15i2.34189

Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas

*Diva do Couto Gontijo Muniz**

Resumo: Uma reflexão histórica sobre os domínios da História das Mulheres no Brasil é o tema tratado nesse artigo. É um esforço de historicização de sua constituição como área de conhecimento no campo da História e da historiografia brasileira. Para tal, priorizei as relações que me parecem incontornáveis entre feminismos, epistemologia feminista, História e História das Mulheres. Enfoco a crítica feminista à ciência e à cultura e suas ressonâncias nas Ciências Humanas, e na História em particular, traduzidas nos deslocamentos ali operados que viabilizaram a inclusão das mulheres como sujeito/objeto das narrativas históricas. Identifico as principais direções, algumas delas concomitantes, no/do movimento da historiografia das mulheres inscrito na historiografia brasileira.

Palavras-chave: Epistemologia; Feminismos; História das Mulheres; Historiografia Brasileira.

* Doutora em História, professora da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.
E-mail: divamuniz@brturbo.com.br

Feminisms, Feminist Epistemology and Women's History: Cross-Readings

Abstract: The subject of this article is a historical reflection on the fields of the Women's History in Brazil. It's an effort of historicizing of its constitution as an area of knowledge in the field of History and the Brazilian historiography. To this end, I prioritized relations, which seem to me essential, among feminisms, feminist epistemology, History and Women's History. I focused on the feminist criticism of science and culture and its resonances in Humanities, and History, in particular, translated into displacements there operated to enable the inclusion of women as a subject/object of historical narratives. I identify the main directions, some of them concomitant, in/on the historiography of women's movement registered in the Brazilian historiography.

Keywords: Epistemology; Feminisms; Women's History; Brazilian Historiography.

Feminismos, epistemología feminista y Historia de las Mujeres: lecturas cruzadas

Resumen: Una reflexión histórica sobre los campos de la Historia de las Mujeres en Brasil es el tema que se aborda en este artículo. Es un esfuerzo de historización de su constitución como área de conocimiento en el campo de la Historia y de la historiografía brasileña. Con este fin, la prioridad fueran las relaciones que parecen inevitables entre feminismos, epistemología feminista, Historia y Historia de las Mujeres. La atención se centra en la crítica feminista de la ciencia y la cultura y sus resonancias en el ámbito de las Humanidades, y en la Historia en particular, que se traducen en los desplazamientos que hicieron posible la inclusión de las mujeres como sujeto/ objeto de las narrativas históricas. Identifico las principales direcciones, algunas de ellas concomitantes, en el movimiento de la historiografía de las mujeres inscrito en el movimiento de la historiografía brasileña.

Palabras clave: Epistemología; Feminismos; Historia de las Mujeres; Historiografía Brasileña.

Inicio a reflexão sobre o tema proposto, cumprindo uma exigência que me parece incontornável do ofício: a de explicitar minha localização no espaço acadêmico, e no mundo em geral, como mulher, professora, pesquisadora, historiadora, feminista e cidadã. Longe de mim, a intenção de buscar fundamentar minha identificação em uma essência ontológica, uma unidade coerente em torno da noção a-histórica, fixa e estável, nomeada como "mulher". Ao contrário. Penso justamente nela como "categoria heterogênea, construída historicamente por discursos e práticas variados, sobre os quais repousa o movimento feminista" (COSTA, 1998, p. 138). Mulher, pensada, portanto na acepção ampla de posição política, posicionada no campo movediço instável e arriscado da ação e reflexão dos estudos feministas. Mulher, tal como compreendida por Teresa de Lauretis, "mais um projeto político do que uma descrição de uma realidade" (LAURETIS, 1994, p. 36). Enfim, como uma identidade politicamente assumida, a qual está invariavelmente ligada aos lugares social, cultural, geográfico, econômico, racial, sexual, geracional etc., que ocupamos e a partir do qual lemos e interpretamos o mundo.

Reconhecer-se como "feminista" é atitude que, lamentável e incompreensivelmente, e também compreensivelmente, ainda causa certo desconforto e até mesmo algum constrangimento em quem assim se identifica. E isso não se dá por acaso, mas em razão do preconceito, descabido, mas ainda existente em nossa sociedade em geral, e no campo da história em particular, em pleno século XXI. Feminista, afinal, é palavra negativamente significada, e esta conotação pejorativa produz os efeitos de estranhamento, recusa silenciamento e até mesmo explícita oposição por parte de muitos gregos e também de várias troianas. Justamente entre as mulheres, de quem se espera não a adesão, incondicional ou não, mas pelo menos, receptividade e/ou cumplicidade junto ao projeto feminista de transformação das relações humanas, observa-se o distanciamento, o receio de serem com eles identificadas. É no mínimo estranha a reação, pois, afinal, os feminismos são movimentos sociais e políticos que, em sua multiplicidade e heterogeneidade, compartilham o objetivo comum de emancipação das mulheres, de conquista de seus direitos de espaço de fala e lugar de sujeito na política, na sociedade, na ciência e na cultura.

Em torno dessa agenda política mais ampla, os feminismos se organizaram e atuaram combativamente, por meio de múltiplas e diferentes estratégias, desde sua "primeira onda" no século XIX, e nas que lhe sucederam, nos séculos XX e XXI, em defesa de mudanças sociais. Estas incluíam, inescapavelmente, conquistar para as mulheres a igualdade de condições no mundo do trabalho, da educação, da política, da ciência e da cultura. Não se pode negar que o aporte teórico produzido pela crítica feminista, denunciando e expondo o sexismo operante na estruturação do saber, das ciências e das relações sociais, responde por mudanças e/ou deslocamentos nesses campos e dimensões. Contemporaneamente, os feminismos, em diferentes espaços e temporalidades, mobilizam a sociedade em torno do projeto político de respeito à diferença e de escolha de todo ser humano, particularmente as mulheres, ainda, total ou parcialmente, privadas, discriminadas e excluídas desses direitos. Direito de escolha

de cada uma sobre seu corpo, sexualidade, reprodução, desejo, prazer, trabalho, profissão, saúde, afetos etc. Enfim, sobre sua vida.

Reafirmar, nos dias de hoje, a importância histórica e política dos feminismos pode parecer, no mínimo, uma atitude ultrapassada, saudosista e/ou anacrônica. Todavia, a escolha desse viés é intencional. Primeiro, porque entendo que ele é indispensável para pensar o tema proposto: epistemologia feminista, gênero e História das Mulheres. Entendo que não é possível falar dele sem estabelecer relações com os feminismos, suas lutas, seus confrontos, suas negociações e conquistas, suas críticas à cultura, traduzidas em um aporte teórico potencialmente desestabilizador no campo do conhecimento. Além disso, e por conta disso, no ato em que relembro, estou realimentando a memória, e, ao mesmo tempo, reafirmando a historicidade daqueles movimentos e de nossa localização no mundo como sujeitos "engendrados", isto é, como sujeitos sociais constituídos no gênero, na acepção dada por Lauretis, que é a de

> [...] um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito "engendrado" não só na experiência das relações de sexo, mas também nas de raça e classe; um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido. (LAURETIS, 1994, p. 208)

No ato em que me reconheço sob aquelas múltiplas identificações, dentre elas a de historiadora e feminista, estou expressando também minha posição teórica, meu entendimento de que nenhuma ciência é neutra e desinteressada. A História, assim como os demais saberes, é elaborada a partir de suas condições de possibilidade e de imaginação para a investigação. O discurso historiográfico não é uma construção apolítica, não posicionada, mas se encontra atravessado por relações de poder; é um campo em litígio, tensionado pelas disputas em torno do controle da leitura do passado de modo a controlar a visão do presente, como lucidamente avalia Salgado Guimarães (2000, p. 12). É um discurso posicionado, interessado em domesticar o passado a partir das ideias, valores, visões de mundo, interesses e significados de quem o elaborou, individual e coletivamente. Como nos ensina Certeau (2006, p. 32), a escrita da história, a historiografia, é uma operação que envolve um lugar social, uma disciplina, um modo de fazer com suas regras, técnicas e procedimentos de pesquisa, e um produto, traduzido sob a forma de um texto, uma narrativa.

Entendo, assim, que a pesquisa histórica, e não apenas a pesquisa histórica feminista, é prática posicionada e comprometida: ela fala a partir de um dado lugar social e sob o modo de ver, interesses, experiências e expectativas de quem a realiza. A pesquisa histórica feminista é, porém, assumidamente interessada, pois quem a realiza nos aparece "não como uma autoridade invisível, ou anônima, mas como um indivíduo real, histórico, com desejos e interesses concretos e específicos", como defende Harding (1987, p. 09). O caráter particularista, ideológico, racista e sexista da ciência foi denunciado e exposto pela crítica feminista. As estreitas relações entre poder e saber foram expostas na operacionalidade do saber ocidental que, fundamentado nos pressupostos de neutralidade, objetividade e universalidade, defende um campo e uma forma de produção do conhecimento que é, porém,

particularista e excludente. As reflexões feministas questionaram, de modo contundente, o modo dominante de produção do conhecimento científico pensado e praticado no masculino, centrado no

> [...] conceito universal de homem, que remete ao branco/heterossexual/civilizado/ do primeiro mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência. Da mesma forma, as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação as femininas, o mundo privado sendo considerado de menor importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental. (RAGO, 2000, p. 25)

O movimento de crítica feminista à ciência e à cultura encontra-se localizado em um tempo em que se processaram profundas mudanças e desestabilizações nos sistemas de pensamento que informam as leituras do social, operadas a partir da Segunda Guerra Mundial. Os feminismos participaram – e em muitos aspectos provocaram – a/da ampla crítica cultural e teórica aos modelos de conhecimento dominantes nas Ciências Humanas, ao lado de áreas de conhecimento como a Psicanálise, a Hermenêutica, a Teoria Crítica Marxista, o Desconstrutivismo e o Pós-Modernismo.

Há uma convergência entre esses saberes na crítica que fazem à razão, à identidade, ao sujeito, categorias e lógicas que se apresentam como universais, mas que são excludentes, pois não dão conta de pensar a diferença. Noções de objetividade e neutralidade, que garantiam a veracidade do conhecimento, foram questionadas e invalidadas, nesse mesmo movimento em que também se denuncia o "quanto os padrões de normatividade científica são impregnados por valores masculinos, raramente filóginos" (RAGO, 2000, p. 25).

O aporte teórico produzido pelos feminismos, dentro e fora da academia, é abrigo e orientação indispensáveis para pensar as relações entre epistemologia feminista, História e História das mulheres. As problematizações e reflexões operadas no interior dos movimentos feministas e das mulheres desafiaram, reconhecidamente, a própria forma de fazer ciência até então hegemônica e respondem pela produção de uma epistemologia própria, reconhecida como Estudos Feministas. Estes, desde sua emergência, em suas múltiplas vias, lugares de produção, direções e projeções, apresentam-se, como ressalta Descarriès (2000, p. 11),

> [...] como críticas epistemológicas dos vieses sexistas do saber e de sua pretensa neutralidade; como refutações dos métodos teóricos dominantes, propostos para pensar e dizer as mulheres e suas vidas; como interrogação sobre a condição das mulheres e sua posição na história; como reflexões políticas engajadas em prol de um ideal democrático e de transformação das instituições sociais que legitimaram e atualizaram, no decorrer do tempo, a construção social e cultural dos sexos.

Não obstante o contemporâneo reconhecimento da área de pesquisas e estudos feministas, não há, porém, um consenso entre suas pesquisadoras quanto à pertinência, importância e mesmo utilidade de uma nova ordem explicativa do mundo. Questionamentos são feitos no interior dos feminismos acerca da contradição inerente ao projeto de uma epistemologia própria, de criação de mais um conjunto de regras para controlar o pensamento, e a denúncia e combate que a crítica feminista dele faz. A proposta divide as teóricas feministas,

e também as aproxima, pois há um esforço comum de pensar/repensar a relação entre poder e saber na produção do conhecimento sem incorrer, porém, no risco de reafirmação da "essência feminina", do fundamento biológico das identidades sociais.

Penso que a crítica feminista "deve encontrar seu próprio assunto, seu próprio sistema, sua própria teoria, e sua própria voz", tal como defende Showalter (1994, p. 29), como condição mesma de legitimação dos estudos feministas junto ao conjunto de saberes e domínios das Ciências Humanas. Precisamos, continuando com a autora, indagar muito mais minuciosamente o que queremos saber e como podemos encontrar respostas às perguntas que surgem da nossa experiência, formular nossos argumentos, a partir de nossas premissas e não alhures, na tradição crítica androcêntrica. (SHOWALTER, 1994, p. 28)

Embora o debate e o embate em torno da questão permaneçam, é inegável que a crítica feminista provocou desestabilizações nos sistemas modernos de leitura e explicação do mundo. Seria, porém, ingênuo considerar que as teorias feministas romperam com os modelos de conhecimento dominante nas Ciências Humanas, pois se ocorreram rupturas, também ocorreram permanências em relação à tradição científica ocidental. A convergência entre a crítica feminista e o pensamento pós-moderno, particularmente as formulações de Derrida, Deleuze, Lyotard e Foucault, dentre os principais, foi extremamente fértil, enriquecedora e demolidora porque permitiu desconstruir e mostrar o viés identitário, essencialista, dos conceitos trabalhados nas Ciências Humanas. Ela permitiu questionar e evidenciar a operacionalidade do saber ocidental, informado por relações de poder e fundamentado em categorias reflexivas fechadas, a-históricas, que não permitem pensar a diferença.

Nos domínios da disciplina História, as ressonâncias da crítica pós-moderna e feminista, concomitantemente à da hermenêutica, do novo historicismo alemão e da teoria crítica marxista, foram impactantes, respondendo por um movimento de crítica interna, de interrogação sobre seu próprio campo e de questionamento de seus postulados. Trata-se de movimento de revisão e de redirecionamento que envolveu mudanças no conceito e uso de fontes; na definição dos objetos, problemas e abordagens; na ênfase aos textos, às linguagens, à perspectiva interdisciplinar, à dimensão do cotidiano, às subjetividades, à sexualidade, ao desejo e aos sentimentos, dentre as principais. Em posterior radicalização, observa-se o enveredamento pela crítica ao sujeito e sua proposta desconstrutora de inúmeras dimensões da vida social, cultural e sexual. Esse novo modo de ver que se construía no campo da História, não obstante os preconceitos entre a comunidade de historiadoras/es, finalmente abria espaço para se pensar a diferença e a instabilidade e operar a inclusão dos excluídos, dentre eles, as mulheres. Foi também espaço aberto para a incorporação do gênero na/pela História, como dimensão da vida social e como categoria útil de análise.

Direta e/ou indiretamente, o pensamento da diferença, particularmente a proposta emancipadora e libertária de Foucault, desconcertou a velha História, desestabilizou arraigadas certezas da "história dos historiadores", esta "espécie de grande vasta continuidade em que se emaranham a liberdade dos indivíduos e as determinações econômicas ou sociais." (FOUCAULT, 1979, p. 27). Como bem avalia Paul Veyne (1995), o filósofo revolucionou a História, ao questionar seu regime de verdade e propor a mudança do foco de análise dos fatos e eventos para a análise discursiva, para as bases epistemológicas das formas do discurso que

assim os conceberam; ou seja, ao propor a inversão de foco dos objetos previamente dados para as análises dos discursos que constituem os objetos como tais.

O pensamento foucaultiano inspirou, sem dúvida, o movimento de crítica interna da História e de construção de uma epistemologia feminista, ao questionar os fundamentos daquela disciplina, ao projetar luz sobre dimensões/objetos até então por ela ignorados, a criar expressões capazes de traduzi-los e expressá-los (RAGO, 2000, p. 28). Com efeito, o desafio de incluir as mulheres na História, e de conferir-lhes visibilidade e dizibilidade historiográficas não poderia ser feito a partir das premissas de um saber disciplinar androcêntrico que até então as excluía.

Mais ou menos alinhados com aquelas críticas, historiadoras e historiadores brasileiros têm, a partir dos anos 1970, documentado a presença das mulheres na história no esforço de historicização de seus percursos como sujeitos/objetos históricos. Surgiram livros, revistas, artigos, teses, dissertações, editoras, centros de pesquisa, grupos de estudo, áreas de concentração e linhas de pesquisa, políticas públicas, enfim, todo um aparato discursivo configurador de um campo de conhecimento histórico sobre as mulheres, a outra metade da humanidade até então silenciada pela historiografia. Sob as rubricas "História da Mulher", "História das Mulheres" e/ou "Estudos de Gênero" evidencia-se o projeto comum de conferir inteligibilidade à experiência histórica das mulheres; ou, conforme a perspectiva pós-moderna, à experiência configuradora do sujeito histórico, a "uma história do sujeito", na qual a linguagem é o local de sua encenação, como defende Scott (1999, p. 42).

Tal como ocorreu nos Estados Unidos e na Europa, também aqui a História das Mulheres, a produção do conhecimento histórico sobre elas, encontra-se vincada pela heterogeneidade de temas, métodos, abordagens e interpretações. É um domínio da História que se encontra atravessado por tensões e disputas entre os padrões pré-estabelecidos da disciplina, as influências interdisciplinas – particularmente os campos da Antropologia, Sociologia, Linguística e Psicologia Social – e as teorias feministas. Tensões derivadas também das disputas entre certa tradição de uma postura não teórica da História e a defesa de uma epistemologia própria, por parte de muitas teóricas feministas (SCOTT, 1992, p. 67). Padece, igualmente, das dificuldades de legitimação próprias de um domínio relativamente recém-configurado, com tradição ainda não pronta e largamente definida e identificável no campo da História.

Acrescente-se, ainda, o arraigado preconceito existente na comunidade, expresso na resistência e/ou recusa quanto à legitimidade dos estudos sobre as mulheres. Tal postura inviabiliza a ampliação do debate, circunscrevendo-o, talvez mais intensamente do que ocorre com outros domínios da História, ao circuito feminista e/ou simpatizante. Essa limitação é preocupante, não apenas pelo fechamento do próprio campo, mas porque aponta para a inclusão diferenciada e desigual das mulheres no discurso historiográfico (MUNIZ, 2010, p.70). As mulheres são ainda percebidas e reconhecidas como tema/objeto/sujeito relativamente menos relevantes da/na experiência do passado, e como tal, significadas de forma diferenciada e desigual no discurso historiográfico. Trata-se de uma hierarquização que expressa a "violência simbólica praticada no campo da História em relação às mulheres, primeiramente, pela exclusão, e depois pela inclusão diferenciada e desigual" (MUNIZ, 2010, p. 71). Não é

outra senão, essa, a dimensão daquela violência operante na produção do conhecimento e nas relações sociais. Não por acaso, o protagonismo das mulheres e dos feminismos torna-se visível e dizível nas narrativas históricas apenas nos espaços da privacidade, da subjetividade e dos sentimentos. Esses permanecem ainda significados no campo hegemônico da História como menos importantes, como o lugar da "privação", da "ausência ou do sentimento de não existir", como definiu Hannah Arendt (1995). A política, a guerra e a economia mantêm-se como o lugar da "experiência concreta" e da inteligibilidade histórica.

Tal permanência aponta-nos para a força da tradição androcêntrica no campo da História, apesar e por conta de uma ação em torno da politização do privado. Se o "pessoal é político", como expressa um dos mais "importantes *insights* do pensamento feminista", pelas possibilidades abertas de se pensar e representar o mundo, de expor conexões e imbricações entre o privado e o público, sua incorporação na/pela historiografia tem sido limitada e problemática. Esta foi operada em meio à diluição das duas instâncias e da negação da tensão entre elas; ou, então, ocorreu por meio da nítida separação entre elas, também sem tensões, reservando e restringindo a atuação política das mulheres ao espaço da vida privada, o lugar "delas". Tanto o amálgama como a distinção vão de encontro à proposta feminista de redefinição do político, pois representam "a negação de um dos principais fundamentos do feminismo: a luta política" (LOURO, 1997, p. 149). Como defende Louro,

> [...] ao contrário dessa diluição das instâncias, parece-me que está aqui implicada uma nova compreensão dos sujeitos e da sociedade, na qual as mulheres são percebidas como sujeitos sociais e políticos e ainda como sujeitos do conhecimento – o que era negado na concepção iluminista moderna. (LOURO, 1997, p. 149)

Da invisibilidade à visibilidade que ainda se apresenta problemática, porque hierarquizada, a incorporação das mulheres na historiografia compreende um movimento de constituição de uma área de conhecimento cujo percurso se inscreve e se entrecruza com o dos feminismos contemporâneos, bem como com o da historiografia brasileira. Trata-se de movimento que, não obstante suas especificidades, acompanha o do campo historiográfico brasileiro, até porque se inscreve nele, é constituído, mais ou menos fielmente, à luz das regras e constrangimentos, das relações de poder, das disputas políticas e ideológicas que o atravessam (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 194). Tal inscrição não exclui, porém, a dimensão de especificidade da área de conhecimento histórico, traduzida em seus próprios padrões temáticos, teóricos e críticos, problematizações, abordagens e linguagens, marcas que a distingue dos demais domínios do campo historiográfico. Embora reconhecendo os perigos e riscos envolvidos em qualquer esforço de generalização, é possível identificar cinco principais direções no movimento de escrita da História das Mulheres no Brasil.

A primeira delas, com emergência nas décadas de 1960/1970, traduz-se em uma escrita da História cujo propósito é o de conferir visibilidade às mulheres, retirando-as do silêncio discursivamente produzido acerca de sua presença histórica. A incorporação das mulheres na História é operada sob a lógica da suplementaridade, de acrescentar algo que estava faltando, sem questionar, porém, os termos dessa exclusão. Trata-se da produção de conhecimento sobre as mulheres tributário da História Social, no uso que faz de referências teórico-metodológicas

de inspiração marxista, sob a lógica das identidades prontas, fixas, estáveis. Produz uma História reduzida ao esquema binário dominador/dominado, ignorando as mediações, bem como as construções simbólicas e culturais dos agentes em suas experiências de vida. Os estudos desse momento enfocam a "passividade da mulher, frente à sua opressão, ou de sua reação apenas como resposta às restrições de uma sociedade patriarcal" (SOIHET, 1997, p. 278). Conferem visibilidade às mulheres, enclausurando-as, porém, em um modelo normativo de "mulher", fundado em uma suposta essência ou condição feminina.

A partir de 1980, surge outra direção nesse movimento da historiografia das mulheres, acompanhando os redirecionamentos ocorridos na História Social e nas agendas feministas, sob influência do pensamento thompsoniano, principalmente, mas não exclusivamente. É visível a preocupação em incorporar as dimensões da experiência e da cultura na leitura do social, de se proceder a uma abordagem cultural do social e/ou vice-versa. Emerge aí o que Margareth Rago (1995, p. 82) denomina "segunda vertente" dessa historiografia social das mulheres, centrada em

> [...] revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multi-facetadas de resistências à dominação masculina e classista.

A ênfase das teorias feministas na diferença, concomitante à crítica disciplinar às metanarrativas, às teorias sociais globais, ao estatuto de inteligibilidade da História, desenha os contornos de uma terceira direção no movimento da historiografia das mulheres. Observa-se, a partir dos anos 1980, a profunda mudança no campo, com o enfoque nos textos e nas linguagens, no descentramento do sujeito, com o enveredamento para a cultura, para a emergência de uma nova História Cultural.

Nessa "virada" que priorizou as linguagens, a interdisciplinaridade, a abordagem analítica desnaturalizadora, as práticas e representações sociais, dentre as principais perspectivas, novas possibilidades são criadas para se pensar a diferença, para se proceder a uma leitura aberta e atenta à pluralidade das experiências históricas, à instabilidade das categorias históricas, ao descentramento do sujeito. Não por acaso, os Estudos Feministas e a História das Mulheres aproximam-se e dialogam com a Nova História Cultural, pois propõem justamente a desconstrução da categoria "Mulher", que remete a uma identidade social fixa – branca, cristã, ocidental, escolarizada, classe média – para se considerar as possibilidades do múltiplo, heterogêneo e do instável na/da experiência constituidora dos sujeitos históricos; enfim, para se pensar os processos de identificação como construções sociais, linguísticas, culturais, isto é, históricas, e não biologicamente determinadas (MUNIZ, 2003, p. 34).

São visíveis, nessa guinada, as ressonâncias do pensamento da diferença, particularmente as reflexões de Foucault. A operacionalidade do poder, as complexas e imbricadas relações entre poder e saber, a ampliação temática e de fontes, os processos de objetivação e subjetivação, a inversão das evidências, a mudança de foco da análise, as descontinuidades e dispersões, são algumas marcas indeléveis da sua presença perturbadora na História. Esta, não mais pensada como sinônimo do passado, mas como um discurso sobre ele; o discurso pensado "como prática instituinte e não como reflexo de um suposto real" (RAGO, 1995, p. 88).

É justamente em meio a esse contexto de mudanças, terreno fértil e promissor para novas possibilidades de escrita da História das Mulheres, que ocorre a introdução, no Brasil, do gênero como "categoria útil de análise histórica" (SCOTT, 1990). Sua incorporação aos estudos históricos imprime outra direção ao movimento de configuração da historiografia das mulheres no Brasil, apesar do desconhecimento inicial, pois era conceito importado do norte, vindo de fora, da História e do país. Um dos estudos pioneiros dessa época, o trabalho da historiadora norte-americana Joan Scott, tornou-se leitura obrigatória no Brasil para quem trabalhasse no início dos anos 1990 com o tema das mulheres.

O uso do gênero como perspectiva e categoria de análise histórica apresentava-se potencialmente promissor para o projeto feminista de transformação das relações sociais e de estruturação do conhecimento. Embora não ocorresse um consenso entre as feministas, muitas delas apostavam no conceito como resposta para o impasse existente: a prática política de afirmação de uma identidade, o essencialismo estratégico, e a negação teórica da lógica da identidade e da centralidade do sujeito. Gênero também foi usado como chave de leitura para enfrentar este dilema, como ferramenta útil para quebrar a lógica essencialista das identidades, eixo fundante da inferioridade feminina na tradição oitocentista ocidental.

O uso do gênero como instrumento analítico, não obstante seus problemas e limites, operou alguns deslocamentos no sistema de pensamento, dentre eles, a percepção da ordem cultural como modeladora do feminino e do masculino. Nesse sentido, um de seus principais ganhos foi a "negação epistemológica de qualquer tipo de essência à mulher" (COSTA, 1998, p. 134). Com efeito, o uso crítico do conceito resultou em entendimento compartilhado por muitas feministas da construção do gênero como "produto e processo de sua representação" e de seu funcionamento como "complexa tecnologia social", nos termos propostos por Lauretis (1994, p. 206-232).

No caso da História das Mulheres, essa categoria relacional encontrou terreno favorável, já que possibilitava, naquele momento de mudanças teóricas, pensar diferentemente a História, libertando-a de esquemas prévios, fechados e redutores. Possibilitou, indiscutivelmente, incorporar a dimensão sexual que habita nossas práticas sociais cotidianas, até então ignoradas e/ou desconsideradas pelos estudos históricos. O uso do gênero colocou, enfim, em evidência, como avalia Rago (2000, p. 37),

> [...] a necessidade de se pensar o campo das interpretações culturais, a construção dos inúmeros significados sociais e culturais pelos agentes históricos, as práticas da representação, deixando claro que o predomínio prolongado da História Social, de tradição marcadamente marxista, secularizou demais o campo da subjetividade e da dimensão simbólica.

As potencialidades subversivas e emancipadoras contidas na proposta do gênero foram, porém, limitados nos usos e abusos que a História dele fez. Excetuando-se alguns poucos trabalhos que apostaram no potencial inovador da proposta, seu uso, na e pela História, ocorreu predominantemente de modo descritivo, acrítico, incorporando-o a uma narrativa já pronta, como que acrescentando algo ou dimensões até então ignoradas por serem consideradas inexistentes. Sob denominações diferentes e aproximadas – História das Mulheres/Estudos

de Gênero – efetivou-se a apropriação e incorporação do gênero na historiografia como sinônimo de mulher/mulheres e por oposição ao sexo, reafirmando a lógica binária na leitura da experiência das mulheres. Esse modo simplificado e limitado do uso do gênero na e pela História acabou por reafirmar, na "história da mesmice produzida, a partilha binária e desigual entre os sexos, que sua proposta tinha justamente em mira desconstruir" (MUNIZ, 2008, p. 124).

A crítica a essa simplificação, à "domesticação do gênero", que, de certa forma, permitiu e/ou traduziu certa despolitização dos Estudos Feministas na academia, anuncia os traços de outra direção no movimento da historiografia das mulheres. Ainda bastante imprecisa, indefinida e com diversas matizes, essa direção se desenha com as linhas da heterogeneidade, multiplicidade e instabilidade das diferentes propostas e perspectivas teóricas ali abrigadas. Pelo lado da crítica feminista, convergências e divergências quanto ao uso do gênero por oposição ao sexo, ou como "inscrições sociais indissociáveis" (BUTLER, 2003, p. 165), que unem e dividem suas teóricas. Predomina, porém, a avaliação comum de que, contrariamente ao buscado, ocorreu a reafirmação do binarismo, do viés normativo, da lógica identitária, comprometendo a eficácia do uso do gênero quanto à ruptura desse modo de ver, de sua força no estilhaçamento do modelo dominante de produção do conhecimento nas Ciências Humanas. O movimento entre as teóricas feministas foi o de abandono do gênero e o investimento em outras possibilidades, outros caminhos.

Um deles é o que questiona a pertinência do estabelecimento de um conjunto de conceitos teórico-metodológicos assentados, estáveis, mais ou menos indiscutíveis e aceitos por todas/os. A proposição de suas teóricas é justamente "operar com categorias analíticas instáveis, e movimentar-se em meio a um campo teórico que está em contínua construção, que acolhe a crítica como parte de sua construção" (LOURO, 1998, p. 145). É a posição defendida por feministas como Harding, ao explicitar a exigência de se "aprender a aceitar a instabilidade das categorias analíticas" e também de "usar as próprias instabilidades como recurso de pensamento e prática" (HARDING, 1993, p. 08).

As ressonâncias desse debate encontram-se mais ou menos diluídas no campo da História das Mulheres, que permanece vincado pela diversidade temática, de perspectivas, de abordagens, interesses e visões de mundo. Diversidade, essa, que se expressa "na existência de vertentes que enxergam a teoria como ferramenta indispensável à construção do conhecimento histórico sobre as mulheres" (SOIHET, 1998, p. 86) e também de outras que recusam a pertinência de uma epistemologia feminista "em nome do caráter fluído, ambíguo, do tema em foco: as mulheres como seres sociais" (SOIHET, 1998, p. 86). Diversidade igualmente manifesta no uso descritivo do gênero na abordagem dos sistemas normativos, das práticas institucionais, das expressões da subjetividade feminina e masculina. Diversidade, enfim, evidenciada na pluralidade de formas, tons e cores do mosaico que representa o campo.

Há, porém, alguns traços de aproximação, "forças de territorialização", em meio e em disputa, e também simbiose, com as de "desterritorialização", para usar expressões de Deleuze: o esforço comum em tornar as mulheres sujeito/objeto das narrativas históricas. Associada a isto, a preocupação compartilhada no sentido de enfatizar o protagonismo histórico das mulheres, investindo na "possibilidade de construir as diferenças e de explorar a diversidade dos papéis informais femininos" (SILVA, 1991, p. 49). Outro traço homogeneizante

na historiografia das mulheres é o predomínio das análises no âmbito do privado e do cotidiano social, reafirmando-os como "espaços femininos", o que é bastante problemático. Afinal, se os estudos históricos sobre as mulheres priorizam a vida privada, sem sequer problematizar a esfera pública, sem atentar para as tensões e também relações e intercessões entre as duas dimensões da vida social, permanece a representação daquela como área de domínio masculino, significado como lugar de fala e do sujeito. A partilha assimétrica e o impasse permanecem.

Ao refletir sobre os limites e possibilidades de uma História das Mulheres, a historiadora Tânia Swain avalia que este domínio, embora reconhecido academicamente, incorporou as mulheres sob o signo da "especialidade feminina" para melhor desarticulá-las em seu lugar de poder. Ela propõe, combativamente, em resposta, outra História, outro modo de operar a inclusão das mulheres, uma "história do possível". História, essa, escrita a partir de um olhar feminista sobre os documentos, comprometido com a exigência da "descoberta de faces diversas, inusitadas, que povoaram o caminhar humano, ocultas à pesquisa pelos moldes interpretativos do patriarcado (SWAIN, 2014, p. 618).

Ao investir no desconhecido, na instabilidade, na multiplicidade e no inusitado da experiência temporal, a historiadora aposta na dissolução das narrativas neutras que ignoram aquilo que mais interessa aos poderes e aos regimes de verdade do presente. Ela aposta, enfim, em uma História

> [...] capaz de criar a inquietação, a interpelação capaz de suscitar a mudança [...] levantar questões e perseguir incansavelmente a diversidade, para escapar à trama do unívoco, do homogêneo, da monótona repetição do mesmo, que nos faz reiterar uma história sem fim de dominação e exclusão entre feminino e masculino. (SWAIN, 2006, p. 05)

Penso que esta é uma proposta com múltiplas possibilidades, a principal delas, a de uma mudança no modo de pensar e narrar o passado e de estar no mundo. Pensar a História, libertária e diferentemente, investindo em suas possibilidades emancipadoras e não aprisionadoras, como um "fardo a pesar sobre nós, impondo ao futuro um sentido já inscrito no passado" (GUIMARÃES, 2000, p. 21). Pensar a História, investindo e reafirmando nossa localização no mundo como pessoas com direitos a ter direitos, com respeito às nossas escolhas. Pensar a História, insistindo em nossa historicidade, apostando em um horizonte de transformação das relações humanas.

Referências

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O historiador näif ou a análise historiografia como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel L. Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

COSTA, Claudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 11, 1998.

DESCARRIÈS, Francine. Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. **Textos de História**. Dossiê Feminismos: teorias e perspectivas. Brasília, DF: UnB/PPGHIS, v. 8, n. 12, 2000.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectivas históricas e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de O. e BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos; São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. **História em revista**. Pelotas/RS: Universidade de Pelotas, v. 6, 2000.

HARDING, Sandra (Ed.). **Feminism & Methodology**. Bloomington/Indianopolis: Indiana University Press/Open University Press, 1987.

_____. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, v. 1, n. 1, 1993.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Sobre gênero, sexualidade e O *segredo de Brokeback Mountain:* uma história de aprisionamentos. In: STEVENS, Cristina e SWAIN, Tânia Navarro (Org.). **A construção dos corpos**: perspectivas feministas. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008.

_____. Mulheres na historiografia brasileira: práticas de silêncio e de inclusão diferenciada. In: STEVENS, Cristina *et al*. (Org.). **Gênero e feminismo**: convergências (in)disciplinares. Brasília/DF: Ex Libris, 2010.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

_____. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pilar (Org.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS/FACED, v. 15, n. 2, 1990.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SHOWATER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SWAIN, Tânia Navarro. Histórias feministas, história do possível. In: STEVENS, Cristina, OLIVEIRA, Susane Rodrigues e ZANELLO, Valeska (Org.). **Estudos Feministas e de gênero:** articulações e perspectivas. Florianópolis: Editora Mulheres, 2014. Disponível em: <http://www.coloquiofeminista2014.com>. Acesso em: 26 fev. 2015.

_____. Identidade para que te quero? In: GONÇALVES, M. T. *et al.* (Org.). **Escritas da história:** intelectuais e poder. Goiânia: UEG, 2006.

Recebido em 28 de fevereiro de 2015
Revisado em 05 de novembro de 2015
Aceito em 10 de novembro de 2015

DOI 10.5216/o.v15i2.33931

Os lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Gênero

*Losandro Antonio Tedeschi**

Resumo: Neste artigo discutiremos alguns elementos no campo da história oral a partir dos quais se abrem amplas perspectivas de investigação e de conhecimento sobre a história das mulheres e os estudos de gênero. Não há futuro para a História das mulheres sem um permanente exercício arqueológico da memória, porque sem esta não se pode construir nem resguardar a identidade. A memória é matéria-prima da história, e a própria realidade é marcada por elaborações e interpretações que os sujeitos fazem.

Palavras-chave: Gênero; História Oral; Memória Feminina.

* Doutor em História, professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, Brasil. E-mail: losandrotedeschi@ufgd.edu.br

Locales of Oral History and Memory in Gender Studies

Abstract: In this article discusses some elements in the field oral history from which open up broad prospects for investigation and knowledge about women's history and gender studies. There is no future for women's History without a permanent archaeological exercise of memory, because, without this exercise, it is not possible to build or safeguard the identity. Memory is the raw material of history, and elaborations and interpretations mark the reality itself that the subjects make of it.

Keywords: Gender; Oral History; Women's Memory.

Los lugares de la Historia Oral y Memoria en los Estudios de Género

Resumen: En este artículo vamos a discutir algunos elementos en el campo de la historia oral a partir de los cuales se abren amplias perspectivas de la investigación y del conocimiento sobre la historia de las mujeres y los estudios de género. No hay futuro para la historia de las mujeres sin un permanente ejercicio arqueológico de la memoria, porque sin esto no se puede construir ni proteger la identidad. La memoria es materia prima de la historia, y la propia realidad es marcada por elaboraciones y interpretaciones que los sujetos hacen.

Palabras clave: Género; Historia Oral; Memoria femenina.

Introdução

Vivemos num mundo onde emergem novas identidades culturais, sexuais e sociais, que buscam afirmação, destroem fronteiras, apagam tabus e ocupam espaços políticos, num tempo de ruptura das velhas certezas e práticas sobre o conhecimento humano. Para o historiador, que cumpre uma função social, o desafio seria estimular e contribuir para que as condições de registro e visibilidade da memória possam se efetivar, levando em conta aquilo que Pierre Nora (1993) nos diz sobre a necessidade de homens e mulheres alimentarem a história com os resquícios do passado.

O desenvolvimento da história oral como parte de um método de investigação participativa abriu-se como um campo promissor em relação à tarefa de descobrir "novos" sujeitos, sua ação e interpretação do presente, apoiada na sua consciência do passado. Esse método busca pontos de encontro entre a história, a antropologia e as ciências sociais, como parte de um processo de construção da memória individual e coletiva, fruto de um trabalho compartilhado e participativo dos sujeitos – protagonistas de uma dada realidade.

As discussões sobre memórias femininas e o uso de fontes orais para "resgatar" a "história das mulheres" proliferaram na década de 1980 e explicitaram sua preocupação em dessencializar a memória feminina. Porém, terminaram por fixar uma identidade: a categoria mulher que, enquanto tal, ficaria imune à historicidade.

A esse respeito, diversas perspectivas têm insistido na ausência de uma identidade coletiva das mulheres, mas, na tentativa de escapar de uma identidade ancorada nos componentes biológicos do feminino, acabaram por afirmar uma "verdade", na qual o social deriva do biológico, tornando-as "pequenas" sombras na história.

É frequente ler afirmações que aludem a diferenças entre memórias masculinas e femininas atravessadas por relações de poder e que resultam em papéis sociais distintos para homens e mulheres. Dizer que a mulher fala da família e o homem de outros assuntos é quase um lugar comum nesses textos. Michelle Perrot (1989), ao discutir a possível "especificidade" da memória feminina, afirma que, ao ancorá-la na natureza e no biológico, ela passa a não existir. Entretanto, haveria uma especificidade na medida em que as práticas socioculturais presentes nas operações que constituem a memória estão imbricadas nas relações masculino-femininas reais e, como elas, são produto de uma história. A memória, forma de relação com o tempo e com o espaço, seria profundamente sexuada, marcada pelo poder das narrativas homogeneizantes e patriarcais.

A autora considera que a memória é marcada e estruturada por papéis sociais. Papéis masculinos, desempenhados às vezes por mulheres, e femininos, que podem ser desempenhados por homens. Perrot conclui que a memória é diversificada de acordo com os itinerários individuais. Em suas palavras: "A memória passa mais pelo modo de vida que pela variável sexo [...], sua sexualização seria constitutiva do debate das determinações sócio-históricas do masculino e do feminino" (PERROT, 1989, p. 12).

O uso da categoria de análise "gênero" na narrativa histórica passou a permitir que os pesquisadores focalizem as relações entre homens e mulheres, analisando de que maneira, em diferentes momentos do passado, as tensões, os conflitos e os acontecimentos eram construídos, narrados e escritos.

A historiografia oficial atuou como uma eficaz ferramenta de dominação e de justificação das estruturas existentes, baseadas em uma ideologia posta a serviço do patriarcado. Dessa maneira, os setores marginalizados, tal como o feminino, foram participantes ativos da história, mas submergiram muitas vezes no anonimato, tendo sido apresentados de forma intencional como um grupo anônimo e sem consciência histórica, cuja dinâmica e evolução interna careciam por completo de valor para os historiadores "tradicionais".

Essa prática de "apagamento" da memória feminina tem se transformado há várias décadas, sendo reivindicada por uma nova historiografia, uma nova interpretação sobre o uso da escrita na história em relação aos distintos tempos, seja na cidade, entre os letrados, os não letrados, dentre outros, à luz dos estudos de gênero que nos conduzem a descobrir outra história do possível.

Para tal efeito, tem sido levada a cabo uma profunda transformação na historiografia, que alcançou inúmeros aspectos do estudo da ciência histórica, os quais abriram o horizonte do conhecimento a uma extensa área até então desconhecida. Essa nova história libertou a ciência histórica de estruturas, métodos e interpretações, pois obrigava a sacudir as velhas práticas rígidas e patriarcais que impediam a incorporação de novos sujeitos na história.

Esse processo de mudanças significou romper estruturas, velhos arquétipos, e voltar às instâncias do saber marginal, do saber esquecido, o das mulheres, presentes – ausentes no plano de subjetividade histórica e no processo de sua humanização. Ao passar a historiografia pelo olhar dos estudos de gênero e pela influência de uma epistemologia feminista, há um entrelaçamento de objetividade e subjetividade, explicação e compreensão, confrontando linguagens do presente com situações do passado.

As realidades descritas pela história passam a ser questionadas em sua construção e interpretação, o que leva a uma crítica epistemológica dos interesses dos grupos que a constroem e que se apropriam dela, produzindo percepções e representações dessa realidade. Passa-se a dar atenção às narrativas para captar o modo como foram fabricados os "regimes de verdade" que ditaram a história no masculino.

Sara Beatriz Guardia (2005) aponta que a reconstrução do passado feminino supõe uma mudança radical no paradigma histórico e leva a uma reformulação nas categorias de análise histórica, reescrevendo-as dentro de outros modelos interpretativos. Scott (2008), por sua vez, considera que a história social deve assumir a dimensão que considere a relação entre os sexos como fatores fundamentais do devir histórico, e que, por isso, as relações desiguais entre os sexos são construções desiguais entre homens e mulheres que estão presentes na produção dos mecanismos de desigualdade social. Segundo a definição de Scott, o gênero é uma construção histórica e um campo de articulação das relações e de produção de significados de poder que opera não somente na diferença sexual, mas também por meio da linguagem, nos discursos.

Ao questionar a história pelo viés de gênero, a história das mulheres põe em cena um conjunto de problemas em que se incluem categorias importantes para a historiografia: "o tempo, o trabalho, o valor, o sofrimento, a violência, o amor, a sedução, o poder, as representações, as imagens, o real, o social, o político, a criação e o pensamento simbólico."

Nesse sentido, a história oral é parte do processo histórico. Quando falamos de história das mulheres, referimo-nos a um processo de tomada de consciência de si mesmo. Se um grupo ou um indivíduo pensa historicamente, faz história oral. Ao narrá-la em si mesma, cria um processo de identidade a partir da experiência da própria vida e dos sujeitos que a cercam.

Nesta perspectiva, a história oral enquanto método é signatária da nova história, que apresenta uma valorização das experiências femininas mediante uma nova forma de abordar a história, revisando modelos de significação que estavam impregnados em todos os grupos sociais e visibilizando os fatores que silenciaram as mulheres na história.

Joan Scott (2008) assinala também que a história das mulheres deve ser escrita a partir de uma lógica de investigação diferente da aplicada na historiografia tradicional. Isso significa reescrever a história sob uma perspectiva feminina, interpretar de maneiras diferentes, reformular a análise histórica e revisar conceitos e métodos existentes com o objetivo de converter as mulheres em sujeitos da história, reconstruir suas vidas em toda sua diversidade e complexidade, mostrando como atuaram e resistiram às circunstâncias impostas. O uso dessa lógica envolve, ainda, inventariar as fontes com as que contamos e dar um sentido diferente ao tempo histórico, destacando o que foi importante na vida das mulheres.

A memória e o silenciamento feminino

Todos aqueles que se vinculam ao uso da história oral se questionam sobre o papel que a memória desempenha. Segundo Jacques Le Goff (1996), a memória é a capacidade de conservar determinadas informações, remetendo a uma complexa função psíquica. Ela capacita a humanidade a ter condições de atualizar impressões e informações do passado, de compreender e produzir ideias, de transmitir experiências e de definir-se a si mesma, ou seja, ela intervém no processo social.

A memória como categoria de análise pode ser utilizada como ferramenta teórico-metodológica de distintas disciplinas e áreas de trabalho. Como categoria social, refere-se à maneira que diferentes atores e seus usos da memória abraçam o social, o político e as conceitualizações, crenças do sentido comum.

Ao propor que a memória é matéria-prima da História, Ricoeur (2007) reconheceu que a construção histórica que interpreta a realidade é marcadamente subjetiva, dada pelo sujeito que participa da construção do objeto. Assim, podemos entender que se a história é uma construção marcadamente subjetiva, o caráter de "verdade", que passa a ser historicizado, é recortado pelos sujeitos que relatam. Quando abordamos a história na perspectiva de gênero, vamos descobrindo que os valores aceitos pela historiografia estão sempre nas mãos do sujeito que constrói a narrativa e lhe atribui significados.

O passado sempre é ativado num presente e em função de expectativas futuras. Na prática da história oral, coloca-se a questão do modo como que se configuram os conteúdos da memória dos sujeitos entrevistados. Halbwachs (2006) aponta, a esse respeito, que a capacidade humana de recordar permite evocar e recuperar a memória para incorporar seus conteúdos ao ritual social da conversação. Nesse sentido, como afirma Janaina Amado (1996), há um acerto dos historiadores orais quando consideram as fontes da memória como percepções sociais dos feitos que estão imersos nos processos e contextos sociais mais amplos, em busca dos sentidos sociais, se torna um objetivo pertinente e possível.

As memórias se constroem e se organizam a fim de incursionar o sentido das vivências do passado e, para tanto, é necessário expô-las seletivamente, publicamente e coerentemente para dar conta da trajetória de vida pessoal em sociedade. Por isso, conceber a memória como algo por construir, mais que mostrar uma lembrança, é um giro heurístico importante que beneficia a reflexão e traz à luz uma história silenciada.

A construção de lembranças envolve a utilização de códigos culturais compartilhados. Apesar de as memórias pessoais serem únicas e irrepetíveis, uma pessoa nunca recorda sozinha, sempre está imersa em uma ordem coletiva que a contém. Dizemos que as pessoas falam – cada vez – como sujeito individual e coletivo, então, quando criam e transmitem suas lembranças, o faz a partir dessa dupla condição. A lembrança coletiva pressupõe e se expressa somente a partir da recordação individual. Sem a presença de ambos fica impensável a formação da consciência e, portanto, da memória coletiva histórica[1].

Tal questão nos leva ao questionamento sobre o peso que a história das mulheres tem nos processos de construção da memória. Maurice Halbwachs (2006) nos afirma que as memórias estão sempre marcadas socialmente.

> [...] para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2006, p. 37).

Tal como afirma o autor, esses marcos da memória estão ligados à família, à religião, à cultura, à classe social, e são portadores de representações da sociedade, de suas necessidades e valores. Incluem, ainda, uma visão de mundo e ditam, muitas vezes por meio de relações de poder, os sentidos das identidades de gênero, da própria história etc.

Por isso, a memória, na história das mulheres, é uma reconstrução desde o presente. Mais que uma recordação, é uma interação entre o passado e o presente e está culturalmente e coletivamente marcada por representações de gênero porque é produzida por sujeitos que determinam o que é ou não verdadeiro na cultura[2] – o que não encontra sentido dentro desse quadro, ou se esquece, ou silencia-se, como o caso da história das mulheres.

As memórias de mulheres inseridas em grupos sociais sejam eles étnicos, produtivos, culturais, políticos, entre outros, constroem um conjunto de memórias compartilhadas socializadas pelo seu gênero. O coletivo dessas memórias está marcado por tradições herdadas

e memórias individuais, com alguma organização social e uma estrutura dada por códigos culturais compartilhados.

Quando mulheres narram acontecimentos de que foram participantes, o coletivo está na sua maneira de narrar, na sua interpretação, no seu pensamento. Para Portelli (1997), a memória, ao constituir-se como fonte informativa para a história, constitui-se também como base da identidade, por meio de um processo dinâmico, dialético, que contém as marcas do passado e as indagações e necessidades do tempo presente.

Ao se lembrarem do passado, as mulheres selecionam certas lembranças que as põem em relação com os outros. Esses são parâmetros de identidade que ressaltam certas marcas de identificação grupal e, ao mesmo tempo, de distinção dos outros e que se convertem em marcos sociais para enquadrar as memórias dentro de uma temporalidade ainda em construção. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior,

> Escrever história é também mediar temporalidades, exercer a atividade de tradução entre naturezas, sociedades e culturas de tempos distintos. Colocados nesta terceira margem da temporalidade, que é o presente, o(a) historiador(a) tem a tarefa de construir com sua narrativa uma canoa que possa mediar, fazer se tocar as margens do passado e do futuro. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 33).

Ao abordarmos a memória coletiva numa perspectiva de gênero, podemos ver que ela possui um movimento de recepção e transmissão. Esse movimento é o que forja a memória do grupo e que estabelece o contínuo de sua memória. A memória definida desta maneira não se trata de um acúmulo de conhecimentos, datas, referências ou objetos, pelo contrário, está formada por práticas culturais, tradicionais, valores, ritos, modos de relação, símbolos, crenças, determinados muitas vezes por representações do que é ser homem e mulher na história, definindo sua identidade. Interpretar o que as pessoas faziam ou diziam, compreender o que supõe os seus gestos, suas palavras é ir em busca de uma nova hermenêutica, aquilo que Foucault chama de "elucidação do sentido".

Um dos efeitos da prática social da memória é naturalizar as identidades sociais, as formas pelas quais os grupos de mulheres se definem a si próprios e pelas quais elas são definidas por outros grupos. As identidades só se definem por meio de um processo de construção da diferença, processo que é fundamentalmente cultural e social. Ao perpetuar pela história, a memória de certo grupo social produz a diferença e, portanto, a identidade, que leva a práticas de significação do que seja homem ou mulher, em que os significados são impostos por relações de poder.

É nessa conexão entre poder, memória, representação e identidade que os grupos historicamente subordinados contestam precisamente a normalidade e a hegemonia de identidades e papéis sociais impostos. Nesse campo de contestação, as identidades reprimidas, sejam elas de mulheres, indígenas ou negros, passam a lutar pelo controle da produção das representações e ao mesmo tempo buscam romper com as narrativas hegemônicas que ditam suas identidades (SILVA, 2005). A constatação de Joan Scott (1990) expressa bem esse processo: a discriminação e a exclusão não são resultado da diferença, mas a diferença é o resultado da discriminação.

A memória, tal como a identidade, tampouco é um produto final acabado. Ela é objeto de incessante construção. Os resultados dessa construção, como práticas de significação a que está vinculada, são sempre determinados por quem a produz, ou seja, quem tem o poder de nomear. Como diz Stuart Hall (2003, p. 74), deve-se pensar na identidade como uma "produção, que nunca está completa, que está sempre em processo, e é constituída no interior, e não fora, das representações". Além disso, esse processo de formação da identidade *versus* memória está sempre referindo ao "outro", à diferença.

Ao nos debruçarmos sobre a história das mulheres, buscamos construir um balanço minucioso na historiografia visando recuperar a singularidade e a arbitrariedade dos arranjos, além de examinar de que maneira, em diferentes épocas, as pessoas pensaram sobre si ou como escreveram sobre o seu tempo.

A história oral, como parte da dinâmica da resistência cultural e de descoberta desses arranjos, significa para a história das mulheres e para os estudos de gênero abrir-se a outros sujeitos históricos, vigentes na história, reconhecendo que a história oficial é uma instância parcial que marginaliza outros sujeitos, outros processos, outras narrativas, e que oferece um discurso de poder válido como oficial, mas que, sem dúvida, são apresentados como uma espécie de cultura e história clandestina.

Esse quadro de referência mostra como a memória é estruturada pelos papéis sociais e que há todo um conjunto de elementos que interferem na reconstituição do passado, como as diferentes trajetórias pessoais e os fatores objetivos e subjetivos, que não podem ser desconsiderados.

Ecléa Bosi (1994), em seu estudo sobre memórias de velhos, explica que, em relação à política, a informação dos militantes é sem dúvida mais rica e pormenorizada em comparação com a dos simples espectadores. Isso também se pôde perceber nos relatos das mulheres que compuseram esse trabalho. Aquelas que tinham maior envolvimento social e/ou político se mostravam mais interessadas em registrar suas histórias, acrescentando-lhes pormenores que consideravam importantes de serem registrados – o contrário do que ocorreu com outras mulheres mais centradas no espaço doméstico e familiar.

As memórias das mulheres examinadas nesta pesquisa estão submersas no âmbito de comportamentos e experiências de memórias coletivas patriarcalizadas, não permitindo que se evidenciem as identidades e subjetividades que foram silenciadas e ignoradas. Não é nossa pretensão colocar em pauta mais uma vez a verdade de uma história, mas deixar fluir verdades, dar espaço para histórias no plural.

Michelle Perrot (2007) faz uma crítica muito rigorosa à ideia do feminino como um ser dominado e àqueles que consideram que as mulheres, por terem uma herança simbólica e histórica de invisibilidade, se constituiriam em um sexo "frágil". A história de vida capta a dinâmica, as características e os parâmetros da cultura individual. Por meio dela, é possível perceber como o sistema sociocultural afeta o comportamento individual, os valores e a autoimagem. Por outro lado, o indivíduo afeta a comunidade em que vive atuando como uma fonte de mudança cultural significativa. A história de vida fornece, assim, o aspecto social, o psicológico e a interface entre ambos.

O desafio dos(as) historiadores(as) é entender a relação entre a memória produzida e as práticas que essas memórias proíbem, prescrevem, condenam e representam. O desafio é pensar conceitualmente e metodologicamente pela ótica de gênero a distância entre as práticas e os discursos que essas memórias legitimaram sobre os sexos ao longo do tempo.

Das narrativas dessas memórias é possível extrair as bases sociais que formam a identidade e o poder da sociedade em pressionar para o conformismo ou para a ruptura em relação aos papéis de cada gênero. Os sem voz, silenciados sem consentimento, eram tidos como não importantes devido a um estigma social ou status inferior. Assim, foram excluídos os pobres, as mulheres, as crianças, os deficientes, os homossexuais, as minorias étnicas, religiosas etc.

Para romper com a tradição do silêncio, os pesquisadores buscam um novo conjunto de imperativos na condução das pesquisas com e sobre os silenciados. O conhecimento pode e deve ser produzido, apropriado e utilizado pelas pessoas comuns num contexto político de solidariedade, mutualismo e relações não hierárquicas.

A história oral, como as histórias de vida, parece orientada a uma ciência com postura de ativismo social. Maria Izilda Matos (2005) atesta com propriedade alguns fatores que explicam a presença maior de mulheres nos estudos acadêmicos dos últimos anos, tais como sua crescente presença no mercado de trabalho e suas lutas pela igualdade de direitos. Vale destacar também que o trabalho da história oral junto às mulheres resgata um nível de historicidade[3] que comumente era conhecida através da versão produzida pela historiografia oficial. Na medida em que os depoimentos são gravados, transcritos e publicados, torna-se possível conhecer a própria visão que as mulheres têm das suas vidas e do mundo ao redor.

Por sua vez, várias autoras brasileiras, como Margareth Rago, Maria Izilda Matos, Rachel Soieth, Roselane Neckel, Joana Maria Pedro, entre outras, têm contribuído para o conhecimento da história das relações de gênero, focalizando a maneira como o gênero se constitui num ponto de apoio para a constituição de subjetividades, políticas públicas e relações com a história. A história enquanto representação do real se refaz e se reformula a partir de novas perguntas realizadas pelo historiador ou mesmo da descoberta de outros documentos ou fontes.

A elaboração da história está sempre voltada para o que se expressou ou se manifestou de forma pública ou privada. Essa manifestação, no ato mesmo de se projetar na sociedade, adquire, ao ser tratada historicamente, uma dimensão cronológica e ao mesmo tempo temática que, em princípio, não resgata a dimensão do vivido que o acontecimento ou o fato provocou.

Para nós, parece que um dos caminhos para construir uma relação entre história oral e memória inclui o exame crítico sob a ótica de gênero, já que ele possibilita desvendar conflitos, vislumbrar um sentido duplo nas interpretações da história das mulheres, além de permitir reparar os "silêncios patriarcais do passado", tomando aqui a frase emprestada de Natalie Zemon Davis.

Nesse sentido, a experiência feminina (KOFES; PISCITELLI, 1997) pode ser comunicada porque não implicaria apenas em ações e sentimentos, mas também em reflexões sobre ações e sentimentos. Com essa noção de experiência, poderíamos capturar as narrativas

das mulheres sobre suas experiências e incorporar suas interpretações, apontar junções e disjunções temporais, mudanças e continuidades, tradições e rupturas.

Ao privilegiar a experiência tendo como recorte empírico trajetórias em diferentes tempos, defrontamo-nos com algo que já foi e sobre o qual se fala. Desse modo, ao tratar de experiências narradas, torna-se crucial levar em conta também a temporalidade interna às próprias narrativas. Expor, contar, referir, dizer, registrar, pôr em memória (e, portanto, lidar com a temporal idade) são elementos semânticos constitutivos do termo narrar.

Segundo Halbwachs (2006) nada na memória escapa à trama sincrônica da existência social do presente. Assim considerada, a memória desaprisionaria os fatos de uma temporalidade linear, externa, própria da reconstrução histórica, libertando as múltiplas temporalidades vivenciadas. O que é lembrado responderia sempre às necessidades da ação atual que, segundo o autor, operam à maneira de um filtro, selecionando as tradições que se esquecem e as que se transmitem, de maneira que as tradições são modificadas na medida em que os grupos mudam.

Nas memórias, as lembranças pessoais são reconstruídas a partir de um presente que é social, uma vez que, para o autor, a lembrança pessoal está situada na encruzilhada de redes múltiplas de solidariedade com as quais os indivíduos estão comprometidos. Entretanto, se essas reconstruções falam de um presente que estabelece limites para as lembranças e que as molda continuamente dando a elas novas formas, as lembranças também falam do passado. Ora, nessa interação entre passado e presente, nessa recriação por meio das experiências diversificadas dos sujeitos, pressupomos a atuação de gênero.

A memória oral das mulheres rema contra a maré, pois muitas vezes elas estão desprovidas de poder, o que é resultado de práticas de dominação que Pierre Clastres (1982) registra, de maneira bastante precisa como o encontro de duas instâncias fundantes do próprio movimento da história. “Falar é antes de tudo deter o poder de falar” (CLASTRES, 1982, p. 106). As mulheres, principalmente as mais velhas se agarram a fiapos da sua memória familiar para não deixar morrer a memória coletiva, sua história de vida e a do movimento social construtor da história.

Dessa forma, a história oral tem se apresentado como uma valiosa contribuição para os estudos na área de história social, história cultural, do cotidiano das mulheres com especial ênfase em sua história.

Para Thompson,

> Até bem pouco tempo, a história das mulheres foi ignorada pelos historiadores, em parte porque a vida delas, ligada ao lar ou ao trabalho desorganizado ou temporário, muito frequentemente transcorreu sem ser documentada [...] O descaso total por esse campo faz com que entrar nele cause a emoção de uma viagem de descoberta. (1992, p. 134)[4].

Conclusão

A história oral é uma ferramenta metodológica especialmente útil para a História das Mulheres e para os estudos de gênero. Através da palavra feminina, suas vozes, experiências, pensamentos e desejos saem do silêncio da historiografia. A palavra representa a expressão, a comunicação e a forma de favorecer a alteração da situação e condição das mulheres. A contribuição da história oral é reconstruir a identidade feminina sob a ótica das relações de gênero.

Quando estamos agindo em determinadas situações, atuamos como mulher/homem e reproduzimos imediatamente as relações de gênero a partir de uma experiência e uma expectativa cultural específica (que ao mesmo tempo reproduz-se pelo viés das representações). A história oral é uma atividade que resgata o cotidiano, as histórias individuais e coletivas, na qual o sujeito reconstrói não só sua História de vida, mas também sua identificação social com um determinado gênero.

A história tem negado o protagonismo feminino. Nosso desafio pela história oral e pelos estudos da memória é desvelar as potencialidades, criar vias de expressão, reconhecer as limitações que a "realidade" coloca e construir um olhar crítico sobre os atores sociais marginalizados.

Por outro lado, a história oral como prática constitui a instância mais viável de conhecimento para a história das mulheres e para os estudos de gênero no tempo presente. Além do mais utilizar a historia oral como ferramenta metodológica, implica transformar o objetivo tradicional da historiografia, colocando os sujeitos em seus lugares, levando a um grande desafio de pensar as relações humanas como uma trama de significados onde o cotidiano da história se incorpora e se enriquece pelo protagonismo feminino.

Notas

1 Michael Pollak, no artigo Memória, esquecimento, silêncio nos afirma que "ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à 'memória oficial', no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade". Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3, 1989.

2 Sobre as marcas da cultura na história feminina ver: SAFFIOTI (2007).

3 Ver: PEDRO (2005).

4 Ver também Alberti (2003)

Referências

ALBERTI, Verena. **O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História**: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007.

AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BARELA, Liliana. **Algunos apuntes sobre historia oral y como abordarla**. Buenos Aires: Instituto Património e Instituto Histórico, 2012.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. **Formas e sentido**: cultura escrita entre distinção e apropriação. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979

GUARDIA, Sara Beatriz. **La escritura da Historia de las Mujeres en la América Latina**. Lima: CEMHAL, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda/Vértice, 1990

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2007.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998;

KOFES, Suely; PISCITELLI; Adriana. Memórias de histórias femininas, memórias e experiências. **Cadernos Pagu**. São Paulo, n. 8/9, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1996;

MATOS, Maria Izilda. **Por uma história da mulher**. São Paulo: Edusc, 2005.

MEIHY. José Carlos Sebe Bom. **História oral:** como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, v. 10, 1993.

PASSERINI, L. (Org). **Storie oralle**: vita quotidiana e cultura materiale delle classi subalterne. Torinio: Rosemberg e Sellier, 1976.

PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. São Paulo, v. 24, n.1, 2005. p. 77-98.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. São Paulo: Edusc, 2007.

_____. **Les sources orales pour l'histoire des femmes**. Une histoire des femmes. est-elle possible? Paris: Rivages, 1984.

_____. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.30.

_____. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n. 18, 1989. p. 9-18.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaios de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral. **Projeto História**. São Paulo: PUC, 15, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: EDUNICAMP, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Tomas Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução as teorias do currículo. São Paulo: Ed. Autêntica, 2005.

SCOTT, JOAN W. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Trad. Élvio A. Funck. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Mulher e realidade**: mulher e educação. Porto Alegre: Vozes, v. 16, n. 2, jul/dez 1990.

_____. **Gènero y história**. México: FCE, Universidad Autonoma de la Ciudad de México, 2008.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Editora UNB, 1998.

Recebido em 28 de fevereiro de 2015
Revisado em 05 de novembro de 2015
Aceito em 10 de novembro de 2015

DOI 10.5216/o.v15i2.33782

Olhares de gênero na perspectiva escolar

*Ana Carolina Eiras Coelho Soares**

Resumo: O presente artigo busca problematizar o uso do conceito de gênero na sala de aula, suas dificuldades de aceitação pelos pares no ensino de História e questionar sua importância para a própria disciplina História na escola. O conceito de relações de gênero se consolida em meio às lutas e reivindicações feministas por igualdade e direitos, com o apoio da História Cultural e Social e vem sendo amplamente discutido no meio acadêmico, abrangendo inclusive não apenas a História, mas também outras áreas como, por exemplo, a Geografia e a Sociologia. Entretanto, apesar de todo o debate, ainda são tímidos e ineficazes os esforços que visem a ampliar essas discussões para a sociedade que insiste em manter posturas e visões essencialistas, simplistas e segregacionistas quando o assunto é ser homem ou ser mulher, principalmente pelo corpo docente nas escolas.

Palavras-chave: Educação; Gênero; Preconceito.

* Universidade Federal de Goiás/Regional Goiânia (UFG), Goiânia, GO, Brasil.
Bolsista FAPEG/CAPES em Estágio Pós-Doutoral no PPGAS da Universidade de Brasília (UNB), Brasília, DF, Brasil.
Email: hanaakif@hotmail.com

Gender Views in the School Perspective

Abstract: This paper intends to discuss the use of the gender concept in the classroom and their peer acceptance difficulties in the teaching of History. It also aims to question its relevance to the History subject itself in school. The concept of gender relations consolidates itself in the midst of the struggles and feminist demands for equality and rights, with the support of the Cultural and Social History. It has been widely discussed in academic circles, including not only History but other areas as well, e.g., Geography and Sociology. However, despite all the debate, the efforts to broaden these discussions are still timid and ineffective for a society that insists on maintaining essentialist, simplistic and segregationist views and postures, when it comes to being a man or a woman, particularly, by faculty members at schools.

Keywords: Education; Gender; Prejudice.

Miradas de género en la perspectiva escolar

Resumen: Este artículo busca cuestionar el uso del concepto de género en el aula, sus dificultades de aceptación entre iguales en la enseñanza de la Historia y cuestionar su relevancia para la propia disciplina de la Historia en la escuela. El concepto de las relaciones de género se consolida en medio a las luchas y reivindicaciones feministas por la igualdad y los derechos, con el apoyo de la Historia Cultural y Social y ha sido ampliamente discutido en el mundo académico, incluyendo no sólo la Historia, sino también otras áreas como, por ejemplo, la Geografía y la Sociología. Sin embargo, a pesar de todo el debate, todavía son tímidos e ineficaces los esfuerzos que visen ampliar estas discusiones para la sociedad que insiste en el mantenimiento de posturas y visiones esencialistas, simplistas y segregacionistas cuando se trata de ser un hombre o una mujer, sobre todo por los profesores en las escuelas.

Palabras clave: Educación; Género; Prejuicios.

Estou cansada dos "também": "as mulheres também contribuíram naquele momento histórico". Quero que morram junto com os "elas sempre auxiliaram os homens sendo boas mães, esposas e filhas". Não quero auxiliar e não quero ser um mero também. Eu sou, faço, erro, acerto e ponto. Responsabilidade minha. Mérito meu. Quem quiser que acompanhe. Esse desabafo aparentemente pouco "acadêmico" é fruto justamente de uma ampla pesquisa sobre a maneira como os estudos de gênero são percebidos, inseridos e discutidos nos meios acadêmicos e no espaço escolar tradicional. Mantenho o tom de manifesto: a resposta é nula. Não se discute. Não se insere. Não se aborda.

Somos anexos, meras curiosidades, figuras emblemáticas (Joana D'Arc, Lucrecia Bórgia, Elizabeth I) de momentos e processos vivenciados por homens. Somos diminuídas a participantes de segunda classe, a auxiliares em esquemas inferiores, a meras espectadoras das ações feitas e perpetuadas por homens. Folhear livros didáticos de História para historiadoras/es que trabalham com gênero é sempre um esforço e uma experiência de paciência e resiliência. Apesar de todos os avanços do movimento feminista, apesar de todas as discussões propostas e teses produzidas, trabalhos e eventos apresentados, não somos consideradas parte do currículo escolar central. Somos quando muito, oficinas didáticas extras, contribuições auxiliares.

Recentemente uma orientanda me procurou profundamente abalada, pois um docente havia lhe dito que a sua temática ligada aos estudos de gênero era muito difícil e ela teria muita dificuldade em encontrar as fontes para a pesquisa. Literalmente me senti nos anos 1970, compartilhando os sentimentos de tantas pesquisadoras que já relataram nos meios acadêmicos que já passaram por situações semelhantes.

Michelle Perrot (2007), em seu livro "Minha história das mulheres", pontua brilhantemente essa situação a respeito da invisibilidade histórica que as mulheres – ou seja, pelo menos metade da população de uma sociedade – eram submetidas. Desvalorizadas em suas funções, os registros e documentos femininos eram e são muitas vezes relegados ao esquecimento. Mas esse esquecimento é obviamente uma construção social alicerçada no discurso que estudar as mulheres, as relações de gênero, as sexualidades, as disputas de poder e as hierarquias históricas e socialmente construídas não é assim "tão importante" para a História. Essa lógica de mundo ainda reitera uma percepção que avança ao cotidiano, que permeia os sentimentos e as eleições discursivas sobre os grandes e pequenos debates na História. Mas sejamos positivos: pelo menos há algum espaço para essa discussão. Um anexo.

A explosão do feminismo e as transformações na historiografia a partir da década de 1960 foram cruciais para a emergência de um campo de análise que entende as mulheres como objetos e sujeitos da História. A História das Mulheres foi articulada com a História Social, das Mentalidades, e posteriormente com a História Cultural e têm como característica um diálogo com outras áreas do conhecimento, em especial, a Antropologia. Desta maneira, temas como corpo, sexo, condição social, trabalho, violência, práticas sociais e modos de resistência se tornaram objetos e parte das narrativas históricas sobre o passado.

De acordo com Magalhães (2011), aqui em Goiás, os resultados positivos na renovação das áreas de concentração e linhas de pesquisas dos programas de pós-graduação em História permitiram um recente desenvolvimento, ainda modesto, de pesquisas relacionadas à cultura e à arte. Contudo, ao se analisar preliminarmente o banco de dissertações e teses do programa de pós-graduação em História da UFG, por exemplo, poucos são os trabalhos que abordam questões de gênero de maneira central.

A categoria de gênero definida por Joan Scott (1991) é um campo/domínio primário de significação das relações de poder. Neste sentido, as diferenças entre os gêneros – feminino e masculino – levam a diferentes percepções estruturadas e organizadas a partir dessas diferenciações.

Historicamente o universo social é, de maneira concreta e simbólica, embasado pela categoria de gênero que, em sua instância primária articula a distribuição do poder no sistema de relações sociais, hierarquizando e atribuindo valores e normas para cada sexo. Na concepção e construção das estruturas do poder está a categoria de gênero. As reflexões atuais em torno da temática de gênero, que incluem noções como sexo, identidade, corpo e raça[1] e a noção de masculinos[2] plurais, produzem uma baliza importante para a ampliação de novas narrativas históricas, que gerariam consequências reestruturadoras das discussões e conteúdo de ensino no espaço escolar.

Produzir pesquisas a respeito dessas temáticas é ainda uma luta contra o binarismo sexual historiográfico classicamente incorporado ao universo escolar. O binarismo sexual é, como diria Foucault (2014), uma necessidade para ordenar e organizar o conhecido, o desejado, mas também um limitador que não deixa espaço para nenhuma outra possibilidade de existência. São os marginais, as exceções, os anexos. Dar visibilidade à participação das mulheres nos processos históricos no espaço escolar é, portanto, mais do que um trabalho de ampliação de saberes, mas uma desordenação do "mundo conhecido", que mesmo nos dias atuais sofre uma ampla reiteração pedagógica dos sentimentos. Proponho esse conceito como uma maneira de compreender a dificuldade tanto da aceitação acadêmica quanto de uma discussão mais séria sobre a inserção de novas narrativas históricas no universo escolar.

Em primeiro lugar sofremos uma intervenção diária e cotidiana de uma lógica de mundo que diz: "Ok mulheres vocês agora trabalham, ocupam espaços no mercado, são fortes e independentes", mas para serem felizes vocês ainda precisam ser belas para conseguirem casar e ter filhos. Argumentos biológicos são utilizados reiteradamente: propagandas, seriados, novelas, notícias de jornais e conversas em botecos. Estamos cercados de exemplos, imagens e mensagens que reiteradamente nos ensinam os ideais de felicidade. O mundo mudou, mas a essência da felicidade feminina continua sendo ser mãe e esposa. Todo o resto é acessório, brinde, um *plus*.

Ao contrário, as mensagens da felicidade masculina partem da lógica que diz: "Ok, vocês é que constroem o mundo. Vocês é que são os cientistas, os engenheiros, os intelectuais, os historiadores". Escolham os grandes temas, falem sobre as questões que realmente importam. Sejam hábeis, inteligentes, sedutores e bem-sucedidos. Virilidade é sinônimo de seriedade e poder.

Além da luta das pesquisas de gênero para dar visibilidade e voz para a luta contra a dispersão e o esquecimento da importância destas personagens na construção da história, lutamos contra uma lógica de mundo que nos encarcera, e somos todos aqui responsáveis pelas jaulas discursivas dessa prisão. O esforço da construção de um saber histórico que discuta essa história neutra, masculina – e que se pretende assexuada – mas reduz as mulheres ao anonimato numa tradição epistemológica ligada a uma História de grandes eventos, acontecimentos, personalidades e ciclos é, de fato, um esforço político de um repensar de novas bases epistemológicas das relações sociais entre todos os tipos de homens e todos os tipos de mulheres.

A reiteração discursiva pedagógica dos sentimentos é uma força constitutiva do mundo ocidental que sufoca esses espaços de debates ou os marginaliza, para justamente restabelecer a ordem de como os homens e mulheres devem sentir. Tudo que não cabe na caixinha da heteronormatividade é exceção. E sempre existirá como margem no pensamento cotidiano e nas vivências contemporâneas. É como se disséssemos "sim, vamos estudar as mulheres, os corpos, os homens e suas experiências amorosas, mas depois vamos nos concentrar no que REALMENTE é importante!".

É preciso pensar, portanto em novos parâmetros epistemológicos para as próprias definições sociais sobre a vida e as vivências e experiências coletivas. É preciso pensar em uma História que fale das mulheres nos espaços públicos, no trabalho, na política, na guerra, nas relações cotidianas, nas formas de resistência à violência, nos espaços religiosos e culturais, enfim uma História que integre a noção das relações sociais femininas e masculinas, seus limites e parâmetros de existência. Nesse sentido, é preciso repensar o próprio campo da história e do saber histórico, tanto nos discursos acadêmicos, quanto no espaço escolar. Se alguém aqui está pensando que minhas afirmações são um tanto sombrias e bombásticas, afinal de contas temos vários eventos, dossiês e produções que mostram o contrário – que temos espaço – e bem se compararmos a nossa produção acadêmica cresceu exponencialmente a partir das décadas de 1960 em diante, como comprovam os levantamentos feitos pela historiografia. Reflitamos por um instante: como e porque ainda nos deparamos com tantas questões e desafios no cotidiano, fruto das desigualdades de gênero – violência, intolerância, preconceitos – e das disputas de poder geradas por discursos fundados e reiterados pela lógica heteronormativa?

Algumas respostas: os processos históricos são lentos, existem barreiras religiosas e existenciais profundas que 40 anos não são o suficiente para conter; os movimentos sociais enfrentam em si mesmos disputas de poder que muitas vezes impedem um avanço mais efetivo e plural de demandas. Mas em busca de respostas mais fundamentais no sentido da fundação da problemática, a grande questão está no que Berenice Bento (2014) afirmou como "heteroterrorismo reiterado":

> O desejo de ser amado, respeitado, incluído, faz com que os sujeitos "anormais" passem a desejar o desejo daquele que admiramos, mesmo que isso signifique uma profunda violência subjetiva. O reconhecido, nestes termos, não acontece mediante a afirmação da diferença, mas pela submissão ao desejo do outro, que passa a me constituir como sujeito no mundo. Muitas vezes escutamos uma criança insultando a outra de "bicha" ou

> de "sapatão". Ela provavelmente não sabe nada sobre o que significa estes termos, mas entende que é uma coisa feia, e chega a esta conclusão pelas fisionomias de nojo e ódio dos seus pais ao proferirem estas palavras.

> A bicha, a sapatão, a trava, o traveco, a coisa esquisita, a mulher-macho, devem ser eliminados. Isso faz com que haja um horror, um medo profundo de ser reconhecido como aquilo que retiraria de si qualquer possibilidade de ser amado/a. Conforme apontei em outro momento, nossas subjetividades são organizadas a partir de um heteroterrorismo reiterado. A formação de nossas identidades sexuais e de gênero não tem nada de natural, neural, hormonal, tampouco idílica. (BENTO, 2014, p. 45)

As fisionomias de nojo e ódio moldam o olhar da criança sobre as palavras, seus significados e os sujeitos que os representam. Ninguém quer ser odiado. Ser amado significa socialmente ser aceito como parte do todo, não uma exceção tolerada goela abaixo por força do medo da lei e de processos possíveis. Nesse sentido, hoje não se pode insultar uma pessoa por sua orientação sexual, cor, raça ou credo. Podemos ser processados por isso. Mas de maneiras muito mais sutis, as redes da exclusão tecem suas tramas. O projeto normativo e regulador que Foucault (2004) aponta em "Vigiar e Punir" se efetiva na reiteração discursiva de uma pedagogia de sentimentos. Não se ama nada além da norma, porque jamais ensinamos isso às crianças.

Tentando apenas localizar a problemática nas aulas de História – embora desesperadamente compreenda que minha fala se amplia para o todo pedagógico do projeto político de nossa sociedade – a normalização da heterossexualidade é uma força coercitiva presente nos discursos do saber histórico. Somos moldados e enjaulados pelas barreiras de um próprio sistema que reiteradamente nos afirma que não podemos fazer tais discussões em sala de aula. O sistema diz também que isso não é História, que incentivará os alunos e as alunas a serem anormais, não é coisa de Deus, é antinatural, teremos problemas com os pais, de aceitação das próprias crianças. Vamos nos conformando lentamente em ensinar a História masculinista, heteronormativa e excludente.

Contentamo-nos em colocar nos vinte minutos finais da aula uma nota explicativa de como algumas mulheres "também" tiveram participação naqueles momentos históricos, que em algumas sociedades "também" tinham pessoas do mesmo sexo que se relacionavam amorosamente. Reiteramos a exceção. Reiteramos a anormalidade, o abjeto, o pitoresco. E afirmamos que isso é o máximo que podemos conseguir com o sistema. É preciso criticar a ordem masculinista e heterossexual, desconstruí-la para de fato problematizar os estudos de gênero no espaço escolar.

Pois bem, o grande dilema dialógico que se coloca é: como mudar um sistema excludente se fazemos repetidamente aulas que excluem? Quem é o ponto de mudança? Não me sinto com nenhuma vontade de discutir a ontologia perversa dessa questão. O caminho disso é uma culpabilização infinita do outro que, por princípio, serve para expurgar nossa raiva, mas geralmente não nos leva a nenhuma ação efetiva. Como um ditado antigo da pedagoga Helena, muito amiga de meu pai: "não confunda atividade produtiva com agitação estéril".

Todas as minhas inquietações não possuem respostas fáceis ou únicas e podem rapidamente se tornar grandes agitações estéreis de debates lindos que não se efetivam em nenhuma prática e não promovem nenhuma mudança. Quero o contrário. Quero a inquietação das minhas palavras presentes nas subjetividades daquelas/es que hoje me ouvem e se interessam. Quero o(s) debate(s). Mas quero milhares de respostas reais e concretas, possíveis frutos desse(s) debate(s).

Se o projeto do espaço "escola" surge como mais uma instituição reguladora e limitadora da ordem social, é preciso compreender – e certamente os pesquisadores da área de pratica de ensino já o fazem com muita competência – que os currículos escolares estão organizados em torno de uma normatização social ordenadora. Dentro dessa concepção, reside a premissa de que a sexualidade é uma questão pessoal e natural, e que, portanto, não cabe ao ambiente escolar. Portanto, o primeiro questionamento do saber escolar histórico é desconstruir essa premissa, pois como diria Guacira Lopes Louro

> [...] a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política; [...] a sexualidade é "aprendida", ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos [...]. Podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... processos profundamente culturais e plurais". (LOURO, 2001, p. 11)

Bem, se isso não é campo do saber histórico e se isso não deve ser pensado, discutido e debatido em sala de aula, estamos claramente deixando de lado uma das premissas primárias de construção das experiências coletivas no tempo e no espaço. Estamos reproduzindo um saber histórico que naturaliza homens e mulheres como atemporais e, portanto, como nos filmes hollywoodianos basta colocar roupas de época e fingir que vivemos no passado, mas continuaremos a ter as feições, atitudes, representações e sentimentos ordenados pelo mundo contemporâneo.

A reiteração discursiva de uma pedagogia de sentimentos é justamente uma proposta de conceituação para essa negação da temporalidade e espacialidade das emoções e subjetividades dos desejos dos homens e mulheres ao longo da história. O sociólogo J. Weeks (2001) e muitos outros nesse campo de saber têm questionado sistematicamente a fixidez das noções sobre a constituição das masculinidades e feminilidades, buscando perceber as complexas relações e consequências das formas de poder e dominação que as sexualidades individuais e suas categorias sociais promovem/geram/dialogam com os discursos de hierarquias sociais e exclusão de direitos. Nesse sentido, as formações e conformações dos corpos, suas identidades sexuais e possibilidades de exercício dos desejos é histórica e, logo parte do campo do saber histórico. Ouso afirmar, parafraseando a repetida frase de Joan Scott (1991), é a "relação primária" de entendimento entre os sujeitos históricos.

Logo, não quero produzir conhecimento ou reflexões que se tornem um "também", pois a importância dessas discussões está na essência e não no supérfluo, enquanto outras coisas mais importantes são pensadas. Essas são as coisas importantes a serem pensadas, debatidas e ensinadas. Que viver é um ato histórico. As emoções e os desejos e os corpos são construções das experiências coletivas. Os espaços possíveis e interditados ao sexo e todas

as questões identitárias relacionadas a isso são marcadamente históricas. Não havia generais mulheres em Roma não porque as mulheres daquela época eram frágeis, fracas e submissas. A guerra era uma função masculina[3]. Mas porque havia todo um projeto político e social que reiteradamente ensinava a todos na sociedade que elas deveriam se sentir assim.

Os sentimentos e as subjetividades são a força mobilizadora mais potente do mundo humano. Se eu acreditar e sentir que não devo ser forte, que não devo pensar tão bem quanto um homem, que eu sou frágil, sensível e que minha inteligência jamais chegará à capacidade natural de raciocínio de um homem; se repetissem isso para mim, se interditassem minha fala, meus projetos, minha candidatura à minha formação acadêmica, se sequer meus pais tivessem me colocado em um ambiente escolar, muito provavelmente essa fala de inferioridade natural seria uma concretude real para minha vida. Eu não acredito. Nunca acreditei, porque não fui ensinada a acreditar.

Mas subjetivamente vivencio a experiência cotidiana de todas as mulheres contemporâneas de que preciso saber me dividir entre a vida doméstica e o trabalho, que preciso ser uma boa mãe apesar de trabalhar, que preciso imperativamente ser bela e cuidar do meu corpo, que preciso conciliar meus deveres naturais com minhas novas ambições feministas.

O campo do saber histórico precisa urgentemente incluir em suas aulas regulares discussões sobre os projetos políticos sexuais ordenadores das relações sociais em diferentes contextos históricos. Isso implica em reordenar novos sujeitos, atores sociais e incorporar ao saber histórico a importância das subjetividades e das emoções na História. Elas fazem parte de uma escolha política e social daqueles indivíduos e daquelas experiências.

Quando Olympe de Gouge[4] escreveu a "declaração dos direitos da Mulher e da cidadã" em meio ao clima efervescente da França em 1791, a reação da Convenção foi à rejeição completa do documento. Nele, a filha de um açougueiro e uma lavadeira, critica a irrelevante atenção que a Revolução Francesa deu às mulheres e defende o divórcio, a igualdade de poderes entre homens e mulheres dentro do casamento, o reconhecimento de filhos ilegítimos, e a concessão de heranças às filhas e não apenas aos filhos. Por ser insistente demais em suas afirmações e contestações, foi condenada à morte dois anos depois por seus opositores políticos. Tenho "certeza" que foi apenas por ser uma disputa entre jacobinos e girondinos e não porque ela representava uma ameaça insistente e incômoda ao proclamar um discurso que abala os próprios fundamentos da sociedade francesa daquela época, e que geraria uma profunda reestruturação das forças de poder e dominação social. Joan Scott cita que

> Um certo Dr. Guillois analisou os autos do processo de Olympe de Gouges e seu diagnóstico foi o de que se tratava de uma patologia mental (bem peculiar, hoje em dia): sua sexualidade exacerbada (causada por menorragia), seu narcisismo (evidenciado pela predileção por banhos diários) e sua total ausência de senso moral (provada por insistente recusa a casar-se novamente) constituíam sinais inequívocos de um caso de histeria revolucionária. (SCOTT, 2002, p. 102)

A patologização de comportamentos fora do padrão, os considerados "anormais" é, como afirma Foucault (2010), uma força ordenadora da normatização que os exclui e os

deslegitima. Afinal de contas, se Olympe era uma louca histérica, seus escritos provocativos e brilhantes nada mais são que palavras doentes sem validade ou importância para a sociedade. O "anormal", o "abjeto" é por definição aquele cujos argumentos estão por princípio errados, fora do padrão e não devem ser levados a sério.

No grande tema "Revolução Francesa", Olympe de Gouges não é um "também", é um dos pontos centrais que deveriam ser debatidos quando falamos da fantástica Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão – considerado um marco angular iluminista e liberal da sociedade ocidental – e das disputas de hierarquias e dominações de poder que orientaram aquele contexto social revolucionário, que paradoxalmente, não debatia o fundamento da ordem natural entre homens e mulheres, apesar de se colocar como universal. Um universal que excluía metade da população francesa do direito de cidadania. E as mulheres francesas só conseguiram a cidadania em 1944, depois de intensas e insistentes campanhas feministas.

Preciso confessar que sinto um misto de otimismo ao ver o quanto o campo de estudos de gênero cresceu e atrai sujeitos dispostos a pesquisar e produzir sobre o tema. Acredito na possibilidade de outro mundo possível e de um ensino de História que abarque discussões em suas temáticas e currículos que auxiliem nas mudanças necessárias para um mundo mais plural, mais respeitoso e melhor para todos os sujeitos históricos. Que a força da luta pela aceitação do "outro", o "anormal" se transforme na compreensão de que há um projeto que nos ensina a "odiar" e, que, portanto, podemos subverter a maré e criar outro que nos permita "amar". Sei que minha fala lembra castelos construídos no ar, mas afinal de contas, se em 1944 as mulheres francesas finalmente conseguiram a cidadania, quem sabe em 2044, estejamos todas/os em uma grande comemoração festiva nesse castelo aéreo. E que venham novos desafios!

Notas

1 Sobre essas reflexões ver, entre outros, os trabalhos de: Suely Kofes (1993) "Categorias analíticas e empíricas: gênero e mulher; disjunções, conjunções e mediações"; Louise A. Tilly (1994) "Gênero, história das mulheres e história social"; Maria Izilda Santos de Matos (1995) "Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas" e (1998) "Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea"; Karla Adriana Martins Bessa (1995) "Gender Trouble: outra perspectiva de compreensão do gênero"; BADINTER, Elisabeth. (1985) "Um Amor Conquistado. O mito do amor materno". Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Margareth Rago (1998) "Descobrindo historicamente o gênero."; Maria Lygia Quartim de Moraes (1998) "Usos e limites da categoria gênero"; Lia Zanotta Machado(1998) "Gênero, um novo paradigma?"; Adriana Piscitelli. "Gênero em perspectiva"; PEDRO, Joana M. e PINSKY, Carla Bassanezy (Org.). (2012) Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. Tradução: Ana Carolina Eiras Coelho Soares. Ed. Contexto: Projeto História, São Paulo, n. 45, 2012. p. 327-351.

2 Sobre estas novas possibilidades da categoria de gênero e representação figuram duas importantes obras que abordam estes aspectos do masculino e feminino. Para este assunto ver Gomes (2004); Galvão e Gotlib (Org.) (1999).

3 Agradeço a minha colega e amiga Luciane Omena, professora da UFG de História Antiga, que pacientemente esclareceu minhas dúvidas a esse respeito e contou-me da influência de Vipsaria Agripina. Reproduzo aqui suas palavras que foram para mim uma aula nunca vista sobre o mundo romano em minha época de escola e mesmo na Graduação em História: "Visparia Agripina, filha de Julia e Agripa, neta de Augusto, que se casou com Germânico. Tiveram filhos como o imperador Calígula. Germânico era, em sua época, um grande general e sua esposa o acompanha nas campanhas militares. Preocupada com a sucessão imperial desejava que seu marido e depois seus filhos tomassem o lugar de Tibério. Ela era contra Tibério e Livia, esposa de Augusto. Como viveu tempo considerável com exército, Agripina conseguiu influenciar as tropas de seu esposo e, normalmente, apresentava-se como neta de Augusto e assumiu, em termos simbólicos, o papel de um general do exército na política com os soldados. Havia uma relação de fides do general com os soldados. Em outras palavras, Agripina apoiando - se no exército queria garantir a posição dos filhos no poder , que aliás foram perseguidos por Tibério e Livia. O único a escapar da perseguição foi Calígula, criado por sua avó Antonia, mulher rica e poderosa." (OMENA, 2014) De toda maneira, sua respostas às minhas indagações reiteram a questão da excepcionalidade, do "anexo", do importante mas facilmente esquecido de ser ensinado no espaço escolar. Sobre a figura de Visparia Agripina agradeço ainda a contribuição feita gentilmente pelo professor Fortunato Pastore (UFMS – Campus Três Lagoas).

4 Sobre esse assunto ver Joan Scott. A cidadã paradoxal. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

Referências

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado**. O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BENTO, Berenice. Entrevista. **Revista Cult**, São Paulo, 193, set. 2014.

BESSA, Karla Adriana M. Gender Trouble: outra perspectiva de compreensão do gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 4, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal. Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, s/d.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo. Paz e Terra, 2014.

_____. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GALVÃO, Walnice Nogueira Galvão e GOTLIB, Nádia Battella Gotlib (Org.). **Prezado senhor, Prezada Senhora**. Estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KOFES, Suely. Categorias analíticas e empíricas: gênero e mulher; disjunções, conjunções e mediações. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 1, 1993.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo Educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MACHADO, Lia Z. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 11, 1998.

MAGALHÃES, Sonia Maria de. A escrita da História em Goiás nos últimos 50 anos. In: GLEIZER, Raquel. **Do passado para o futuro**: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011, p. 125-144.

MATOS, Maria Izilda. Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 4, 1995.

_____. Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, Campinas, (11) 1998.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 11, 1998.

MORENO, Montserrat. **Como se Ensina a Ser Menina**. O sexismo na escola. São Paulo/Campinas: Moderna/UNICAMP, 1999.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Vol. 8, n. 2, 2000, p. 9-41.

PEDRO, Joana M. e PINSKY, Carla Bassanezy (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2012.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 11, 1998.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. Tradução: Ana Carolina Eiras Coelho Soares. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, dez. 2012. p. 327-351.

_____. **A cidadã paradoxal**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

_____. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS CORPO, 1991.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu.** Campinas, n. 3, 1994.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo Educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Recebido em 27 de janeiro de 2015
Revisado em 05 de novembro de 2015
Aceito em 08 de novembro de 2015

DOI 10.5216/o.v15i2.34221

Mulheres na Marcha da Coluna Prestes: Histórias que não nos contaram

*Maria Meire Carvalho**

Resumo: Neste artigo apresento a participação das mulheres na marcha da Coluna Prestes, movimento que percorreu 25.000 km pelos sertões do Brasil, entre os anos de 1925 a 1927. Trago como objeto de estudo as memórias e representações dadas às vivandeiras. Para tanto, busco evidenciar os construtos veiculados em diferentes discursos sobre a presença e ação das mulheres nessa marcha. Num esforço de desnaturalização estive, particularmente, atenta aos indícios que me possibilitaram questionar o que se apresentava como dado natural sobre a atuação e significação das mulheres em movimentos armados. Falar sobre essas mulheres implica produzir outras visões/leituras do mundo social, desatreladas da perspectiva sexista naturalizada como padrão e presente na produção do conhecimento histórico. Portanto, procurei também escrever uma parte da história que os livros não nos contaram.

Palavras-chave: Coluna Prestes; Memória; Representações; Vivandeiras.

* Doutora em História, professora da Universidade Federal de Goiás/Regional Cidade de Goiás (UFG), Cidade de Goiás, GO, Brasil.
E-mail: meire.ufg.goias@gmail.com

Women in the Coluna Prestes Parade: Histories We Have Not Been Told

Abstract: This article is a presentation about women's participation in the Coluna Prestes Parade. It covered 25.000 km throughout the Brazilian backlands, between 1925 and 1927. The memories and meanings given to *vivandières* (canteen women) are the objects of study. This paper emphasizes the constructs mentioned in different discourses about women's presence and activity in this parade. In a denaturalization effort, it particularly focuses on clues that enable to question the evidence presented as a natural fact about the doings and meanings of women's experiences in armed conflicts. Talking about these women implies in producing distinct views and interpretations of the social world, free from the sexist perspective that is naturalized as a pattern and is always present in the historical production of knowledge. Therefore, this paper also reveals part of the history that books failed to tell us.

Keywords: Coluna Prestes; Memories; Meanings; Canteen Women.

Mujeres en la Marcha de la Columna Prestes: Historias que no nos contaron

Resumen: En este artículo se presenta la participación de las mujeres en la marcha de la Columna Prestes, el movimiento que recorrió 25.000 kilómetros por las tierras del interior de Brasil, entre los años 1925 a 1927. Traigo como objeto de estudio los recuerdos y representaciones dadas a los seguidores del campamento. Para tanto, busco de poner de relieve las constructos vehiculados en diferentes discursos sobre la presencia y la acción de las mujeres en esta marcha. En un esfuerzo de desnaturalización estuve, particularmente, atenta a las evidencias que me permitieron cuestionar lo que se presentaba como un dato natural sobre la actuación y significación de las mujeres en los movimientos armados. Hablar de sobre estas mujeres implica producir otros puntos de vista/ lecturas del mundo social, desenganchadas de la perspectiva sexista naturalizada como estándar y presente en la producción del conocimiento histórico. Por lo tanto, busqué también escribir una parte de la historia que los libros no nos contaron.

Palabras clave: Columna Prestes; Memoria; Representaciones; Seguidores del campamento.

O movimento da Coluna Prestes, liderado por Luís Carlos Prestes percorreu, no período de 1925 a 1927, 14 estados brasileiros até o exílio dos combatentes na Bolívia. Para Anita Leocádia Prestes (1991, p.393-394), esse movimento não deve ser entendido como militarista, já que visava objetivos políticos e sociais, de proporção nacional. Ele atingiu vários setores da sociedade brasileira, inclusive da classe operária das cidades, assim como da opinião pública, por meio da imprensa oposicionista e do Congresso Nacional. Com características populares e algumas peculiaridades, ele se distinguiu dos demais movimentos tenentistas, já que o movimento da Coluna Prestes tinha como objetivo mudar a política do país. Seguindo as tropas, as mulheres passaram por privações de toda ordem, combateram, foram presas, mortas e dividiram tarefas com os companheiros de Coluna.

Assim, reúno nesse texto, algumas narrativas historiográficas sobre a marcha da Coluna Prestes e questiono o regime de verdade que circula nos discursos sobre movimentos armados e revoluções. Para Foucault (1979, p. 12), "a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder". Esse regime de verdade aponta que mulheres não estão no movimento, por ser um espaço que elas não frequentavam. Reservado a elas estava o espaço dos seus lares, domínio feminino, despolitizado e, portanto, distanciado do poder e da política. Há uma política de esquecimento sobre a presença das mulheres no espaço das guerras.

Fragmentos do registro das experiências das vivandeiras chegaram-nos pelas imagens de mulheres fora dos padrões estabelecidos. Em relação ao termo vivandeira, ele foi empregado e objeto de registro do relato da experiência da Coluna. Lourenço Moreira Lima, secretário da Coluna Prestes, faz uso da palavra vivandeira para justificar a presença das mulheres no movimento.

A Enciclopédia Larousse (1982, p. 884) traz o significado do termo vivandeira como: "pessoa que negocia víveres nas feiras, nos arraiais ou acampamentos militares (usa-se especialmente para designar mulheres que acompanhavam, com essa finalidade tropas em marcha)". Percebe-se que como mulheres elas não podiam integrar uma marcha armada, mas, como "vivandeiras" elas seriam aceitas, em razão de uma tradição das tropas em combates. Designado para escrever o diário da marcha da Coluna Prestes, Lourenço Moreira Lima foi o responsável por incluir e excluir o que devia e o que não devia ser dito, no sentido de construir uma narrativa oficial e legal sobre a experiência da Coluna, depositária da memória do evento.

Investigar a presença das mulheres que participaram do movimento da Coluna Prestes implica buscá-las essencialmente nos discursos masculinos materializados em registros de memorialistas da historiografia, ex-combatentes e por meio da mídia impressa. Durante a pesquisa, consegui apenas o depoimento de uma mulher, Elza Schmidk. Nesse depoimento, ela ressaltou impressões sobre sua presença e das demais mulheres e companheiros de luta.

Tratar dos registros memorialistas implica pensar a construção da memória, pois conforme assinala Michel Pollak (1992, p. 09), a memória coletiva se operacionaliza a partir da organização "dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer *salvaguardar*".

Tais acontecimentos são referências sobre o passado que, segundo Maurice Halbwachs (2006), se efetiva pela memória coletiva, envolvida pelas memórias individuais, mas não se limita a elas, já que a memória emerge em função de um grupo que a ela se dedica, sendo tão plural quanto plural seja a sociedade em sua configuração sociocultural e política. Dessa forma, a memória constrói, reconstrói e atualiza os discursos de acordo com os interesses do passado, do presente e do futuro. Assim, a memória não pode jamais ser entendida como um processo limitado de lembrar fatos ou acontecimentos.

A análise da produção discursiva sobre a ação das mulheres na marcha da Coluna Prestes revela sua atuação nos movimentos políticos da década de 1920, conhecidos como "tenentistas". Muitas mulheres foram interpeladas pelo projeto de "salvação nacional", defendidos pelos tenentes do Exército naquele momento. Nesse movimento, em que se propunha, se preciso fosse, recorrer "às forças das armas para estabelecer o legítimo poder civil" (PRESTES, 1991, p. 94), muitas mulheres se engajaram, em efetiva ação que confronta o silêncio historiográfico construído sobre a presença no cenário da época.

Trata-se de presença e atuação efetivas e relevantes na luta armada empreendida pelo movimento da Coluna Prestes, reduzido muitas vezes, a um confronto entre militares descontentes e o governo federal. Segundo Anita Leocádia Prestes, "nenhum dos líderes do movimento tenentista possuía uma formação sólida no terreno das ciências sociais" (1991, p. 94), no entanto, a luta empreendida tinha em vista combater a corrupção e as desigualdades sociais. A revolta foi deflagrada em desagravo ao Exército pelas ofensas que lhe tinham sido feitas por Artur Bernardes.

Faz-se importante ressaltar que a década de 1920 foi palco de vários acontecimentos que marcaram a história do país, dentre eles, destaco: as manifestações culturais, como a Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo; o aceleramento do desenvolvimento urbano-industrial da região sudeste; as greves operárias; a fundação do Partido Comunista; os movimentos político/militares, como o "Levante do Forte de Copacabana" (1922); a Rebelião de 1924 em São Paulo e demais levantes que ficaram conhecidos como Tenentismo e todos eles tiveram ações efetivas de mulheres. (CARVALHO, 2001, p. 19)

O clima de oposição entre os setores do Exército e o governo de Artur Bernardes ocorreu com apoio da sociedade civil, visibilizando a realização da marcha. Essa aliança foi importante, pois revelava que parte da população civil também estava descontente com a política elitista e excludente em relação às massas populares, inclusive as camadas médias urbanas. Organizada, a Coluna Prestes foi mais que uma marcha. Foi um movimento de contestação à ordem oligárquica que marcou a década de 1920 e suscitou a mobilização de trabalhadores civis, homens e mulheres, a favor da luta por causas que, se muitas vezes desconheciam, intuíam ser importante defender. As aproximadamente cinquenta mulheres que aderiram ao movimento da Coluna Prestes provinham, em sua maioria, do contingente das camadas populares, segmentos da sociedade interpelados pelo programa reformista dos tenentes.

Ressalta-se que a incorporação das mulheres à marcha da Coluna Prestes se fez em desobediência ao comando superior, transgredindo as regras estabelecidas pelos seus

comandantes e a proibição de as mulheres acompanharem as tropas em combates. Essa situação foi, porém, oficialmente reconhecida por ocasião do deslocamento das forças do Rio Grande do Sul para o Paraná. Nessa atividade, o comandante das tropas, capitão Luís Carlos Prestes tomou conhecimento da presença de um grupo de mulheres na travessia do Rio Uruguai. Esse fato intrigou o comandante, apesar da proibição, aproximadamente, mais de vinte mulheres incorporadas à Coluna quando essa esteve nas cidades de São Luís Gonzaga e Santo Ângelo (RS), teimavam em acompanhar os combatentes em marcha pelo interior do país. No diário da marcha, o secretário da Coluna relata o episódio:

> Na passagem do Rio Uruguai, Prestes proibiu que elas prosseguissem, mas na manhã seguinte, quando a Coluna se pôs em marcha, ele viu, com espanto, que o belo sexo transpusera o rio e já estava montada. Como eram raparigas do Rio Grande, Prestes teve pena de larga-las naqueles sertões desertos e deixou que continuassem a viagem. (MOREIRA LIMA, 1979, p. 130)

Anos mais tarde, em depoimento à sua filha Anita Leocádia Prestes, o ex-comandante, Luís Carlos Prestes reafirma a presença desse grupo de mulheres engajadas na Coluna. Não se refere a elas, todavia, como "vivandeiras", mas como mulheres de "origem humilde" e que, por vezes, combateram ao lado de seus companheiros com "desprendimento, heroísmo e dedicação":

> Os acampamentos da tropa revolucionária distribuída em torno de São Luís Gonzaga [...] eram uma atração para muitas mulheres, moradoras da região, todas de origem humilde, que em muitos casos se tornariam companheiras dos soldados e viriam a segui-los [...]. ao todo no Rio Grande, incorporou-se à Coluna umas 20 mulheres – que, por vezes, chegaram a combater como soldados, revelando grande desprendimento, heroísmo e dedicação. (PRESTES, 1991, p. 139)

Ao explicitar sua explicação sobre a presença das mulheres na marcha, Prestes retira-lhe o viés político do engajamento, reservado apenas aos homens que nela incorporaram. Seu discurso expressa as condições de produção, o lugar de fala do autor: trata-se de um capitão do Exército, cujo discurso é formado pelos valores da corporação e também da sociedade patriarcal que abriga tal corporação.

Nesse sentido, Luís Carlos Prestes reafirma a construção hierarquizada dos papéis sexuais, segundo a qual às mulheres não se concebe nem consciência nem mobilização política e pública, e sim doméstica e privada. Assim, a presença delas na Coluna justificava-se por um antigo costumes de as mulheres acompanharem as tropas, não obstante a proibição e, sobretudo, pela atuação que o sexo oposto exercia sobre elas. Tudo dentro da ordem patriarcal, e segundo seus códigos morais, sexuais e de gênero.

Com efeito, tal como o/as depoimentos/memórias de Prestes, outros discursos construídos sobre a Coluna apontam para a convenção de sexo/gênero, classe e raça, presidindo as normas que decretam o certo e o errado, o normal e o desviante, o permitido e o proibido. Enfim, são as marcas das representações sociais, forjadoras de significações que orientam o modo de pensar e de agir. Nesse sistema binário, o gênero é definido pelo sexo

e é por ele restrito: os homens, o sexo masculino; e as mulheres, sexo feminino possuem suas identidades e seus papéis sociais já pré-definidos a partir da diferença biológica de seus corpos (BUTLER, 2003, p. 24).

Os discursos sobre as mulheres que aturam na marcha da Coluna Prestes estão posicionados sob uma lógica cristã, heterossexual, androcêntrica e patriarcal. Discursos que estabeleceram "regimes de verdades" em conformidade com os padrões reconhecíveis, em que o sexo biológico é tido como essencialmente binário – masculino e feminino.

Dentre as vivandeiras citadas, algumas ganharam destaque entre os memorialistas e companheiros de marcha, embora não se possa deixar de destacar que a presença de todas elas foi relevante para o desempenho da luta armada.

Á austríaca Hermínia, uma enfermeira diplomada foi conferida muito destaque, sua atuação foi mencionada em vários depoimentos. Ela incorporou ao movimento ainda na cidade de São Paulo, por ocasião da Rebelião de 5 de Julho de 1924. Pelo registro fotográfico, foi capturada no acampamento na Bolívia, juntamente com um grupo de rebeldes que se recuperavam de doenças contraídas durante a campanha, isso evidencia sua presença em toda luta armada.

> Hermínia nos acompanhou desde São Paulo até a Bolívia, era valente e devotada, retirando feridos muitas vezes das linhas de fogo [...], era extremamente brava e de uma grande capacidade de trabalho. Marchava a pé durante muitos dias, potreava e laçava como um gaúcho (MOREIRA LIMA, 1979, p.132).

Nessa citação, o autor ressalta os feitos de Hermínia e sua capacidade de trabalho, sua valentia, bravura e resistência física. Para o secretário da Coluna, a loira Hermínia era uma mulher extremamente "brava, valente e devotada", pois mesmo nos momentos mais difíceis, não fugia diante dos perigos. Ao contrário, durante os combates, ela cruzava as linhas de fogo para atender e retirar os soldados feridos. Ela chefiava o "corpo de saúde" da Coluna, juntamente com outro enfermeiro.

Para Moreira Lima (1979, p.131), "a alma simples e ingênua dessas mulheres do povo é feita de sacrifícios e de martírios pelos entes a quem se dedicam. É essa alma que se faz as vivandeiras". Ao revelar os feitos dessas mulheres, o autor explicita os traços constitutivos de suas "almas simples e ingênuas", traços que explicitam resistência, dedicação aos companheiros, sofrimentos, sacrifícios e renúncia. Essa visão mostra a representação construída sobre a vivandeira, o autor veicula o modelo de vivandeira, imagem-síntese de mulher, em operação que engendra, na ordem patriarcal, aquilo que delas poderia transbordar com a presença das mulheres nos campos de combate, lugar definido como domínio exclusivo masculino.

A resistência física, a coragem e a bravura dessas mulheres desestabilizam o discurso fundado na teoria da fragilidade biológica. Essas qualidades são contidas graças a atributos outros, reconhecidamente femininos, como sacrifício, dedicação, ingenuidade e renúncia. Essa força potencialmente desestabilizadora destaca a ação das vivandeiras nas marchas e contramarchas: andam a pé ou montadas a cavalo e percorrem aproximadamente 25 mil km junto com os rebeldes. Elas são descritas atravessando rios, andando descalças, maltrapilhas. Era comum carregarem armas, algumas deram à luz a crianças em momentos de combates e

percorrem os rincões do Brasil com recém-nascidos, passando por toda sorte de privações e necessidades.

Nos discursos de Luís Carlos Prestes e de outros memorialistas sobre a atuação que as tropas acompanhadas exerciam sobre as mulheres, evidencia-se a operacionalidade do "dispositivo da sexualidade" (FOUCAULT, 1993) aqui referida para explicitar o sentido da construção de corpos sexuados, já que centrou no sexo e na sexualidade o eixo da vida social, a razão de ser e de existir das mulheres (e dos homens).

Ainda é possível perceber o "dispositivo amoroso" operando na narrativa de Lourenço Moreira Lima (1979), quando ele relata que Hermínia "alcançou o seu ideal na Coluna: arranjou um noivo da cor de Otelo, o bravo tenente Firmino, a quem se associou em La Gaiba [...], certamente irão gozar as delícias do himeneu". O autor descarta a possibilidade da escolha de Hermínia de participar do movimento rebelde. Essa escolha política é reduzida a uma escolha biologicamente dada pelo discurso misógino que se traduzia apenas pelo corpo sexuado. Como salienta a autora Tânia Navarro-Swain:

> O amor está para as mulheres como o sexo está para os homens: necessidade, razão de viver, razão de ser, fundamento identitário. O dispositivo amoroso investe e constrói corpos-em-mulher, prontos a se sacrificar, a viver no esquecimento de si pelo amor de outrem. (NAVARRO-SWAIN, 2006, p. 14)

O capitão gaúcho, João Silva, ex-integrante da Coluna Prestes, também investe nesse "dispositivo", ao referir-se à ação das mulheres na Coluna. Ele apresenta as mulheres na marcha na imagem da "vivandeira-mãe" do imaginário social, no qual o amor dos outros é o seu fundamento identitário. Assim, como o relato do capitão:

> Víamos as nossas queridas vivandeiras lado a lado dos seus companheiros, prestando relevantes serviços aos destacamentos. Detonadas gaúchas que nos hospitais de sangue estavam atendendo nossos feridos, os moribundos e amortalhando os que faleciam, ajudando a sepultá-los. Quantas e quantas dessas heroicas e queridas vivandeiras, qual anjos junto a um morimbundo, rezavam, enxugavam lágrimas e molhava os lábios sequiosos do homem em febre e gemendo nos últimos estertores da morte! Quantas e quantas vivandeiras iam às linhas de fogo e de lá traziam os feridos para a retaguarda, rasgavam as suas vestes e faziam ataduras. Essas gaúchas saíram de um meio espúrio, mas tornaram-se almas mães, conscientes, representando as mães, irmãs e filhas de todos os homens que acompanhavam as duas colunas. (SILVA, 1959, p. 76)

A narrativa acima investe na imagem da mulher que vive em função dos outros, daí a descrição das vivandeiras que se compadeciam com o sofrimento dos soldados feridos. Embora combatentes, elas foram descritas nesse discurso a partir de um sentimento "nato", "puro", numa "vocação natural" de ser mãe, irmãs e filhas de todos os homens. São enquadradas no rol da

> Maternidade como um traço distintivo do feminino [...], linha divisória que encontra na reprodução que define a mulher de maneira ambígua, exaltada e marcada ao mesmo tempo na maternidade [...]. Exaltada na tarefa "divina" de dar à luz aos seres humanos, mas

> ao preço de se ver atrelada e definida por essa função. (NAVARRO-SWAIN, 2000, p. 52, grifo do autor)

Os sentidos atribuídos às mulheres são diretamente ligados à maternidade, como também é revelado o sentido da abnegação, do sacrifício e da renúncia. Esses discursos são reveladores de como o campo da guerra foi definido de domínio masculino. As mulheres, quando dele participaram, foram reconhecidas por sua atuação desde que na condição de enfermeira e almas-mães, isso é, de devotamento aos companheiros feridos ou não. Considerá-las como aguerridas combatentes seria ameaçar a divisão sexuada dos papéis sociais. Assim, elas foram submetidas à assimetria nas relações entre mulheres e homens nos campos de luta e na sociedade. Foi sob essa lógica hierarquizadora e desigual que os homens registraram a presença das mulheres nos palcos da guerra.

Foi na condição de "vivandeiras-prostitutas" que se redimiram, pelo devotamento e sacrifício, e que os memorialistas registraram a ação dessas mulheres no movimento armado. Isso pode ser visto no depoimento do capitão João Silva (1979, p. 76), ao afirmar que elas "saíram de um meio espúrio", mas, na Coluna, tornaram-se anjos, guardiãs incansáveis dos companheiros.

Outros depoimentos como o do capitão Landucci, ajudante de ordens de Luís Carlos Prestes, refere-se à presença das vivandeiras na Coluna de forma elogiosa, mas, implicitamente, ressalta a inferioridade do "sexo frágil".

> Quem diria que mulheres pudessem suportar as fadigas daquela campanha, quando a virilidade do homem às vezes fraquejava? A história narra fatos notáveis a respeito das vivandeiras e nós também queremos render-lhes justa homenagem. A enfermeira Hermínia era valente e dedicada, socorrendo os feridos em linha de fogo. No combate de Terezina chegou às trincheiras e ali tratou os feridos. No combate de Anápolis foi em busca das secções que marchavam no centro da Coluna para que corressem ao campo de ação. Era extremamente brava, potreava e laçava como um gaúcho. (LANDUCCI, 1952, p. 167-170)

Para o capitão Landucci, o espaço das guerras pertencia aos homens viris, mas justifica que mencionar mulheres em suas memórias é uma forma de prestar "homenagem" pela impensada e extraordinária dedicação delas na prestação de serviços, já que essas mulheres revelaram-se além do que se esperavam delas. O discurso do capitão Landucci insiste em reafirmar as mulheres como pertencentes ao "sexo frágil", criaturas indefesas que necessitavam do amparo masculino, ou pelo menos, de suas homenagens. Afinal, não se trata de mulheres comuns, e sim de heroínas, tal sua dedicação aos soldados e à causa da guerra e, como tais serviam de modelos para outras mulheres.

Ao colocar em dúvida a capacidade das mulheres em "suportar as fadigas da campanha", o capitão Landucci elegeu a enfermeira Hermínia como enfermeira/vivandeira modelo. Nessa sua construção ele elege alguns requisitos dos discursos naturalizantes e misóginos da época: "extremamente brava, potreava e laçava como um gaúcho". Atributos tidos como masculinos e femininos compõem essa personagem paradoxal, aprisionada a uma lógica binária fixa.

Em depoimento, Rubens Fortes, outro ex-combatente da Coluna Prestes, em entrevista ao CPDOC/FGV, afirma que em seu pelotão contava com um grupo de aproximadamente dez mulheres, que ele nomeia como "vivandeiras", consoante aos demais registros. Segundo ele:

> As vivandeiras eram mulheres que acompanhavam a Coluna [...]. Tinha Hermínia que era enfermeira. Essa mulher era muito engraçada, ela era mulher do tenente Firmino, um caboclo da força paulista, ela cuidava dos feridos, dava tônicos para os doentes que estavam deupaperados, ela dava até "saúde da mulher" para os fracos, não tinha nenhuma dúvida, era um tanto esquisito, dar "saúde da mulher" para um homem ferido. (CPDOC/FGV, 1983, áudio).

O relato mostra a criatividade da enfermeira Hermínia frente à falta de medicamentos adequados aos feridos, ela os medicava com o "tônico regulador do ciclo menstrual 'saúde da mulher", destinado particularmente à fêmea, fortificante para o ser frágil, com a cabeça nas nuvens". (REVISTA NOSSO SÉCULO, 1982, p. 104). Assim, as propagandas da época apresentavam tal medicamento, representação na qual a mulher é sinônimo de doença. Mais interessante é que às vezes soldados feridos eram medicados e recuperavam a saúde usando apenas o referido regulador.

Outra mulher que teve presença incômoda foi a guerreira/enfermeira/mãe Elza Schimidk, pois se a enfermeira Hermínia foi lembrada como dedicada, engraçada e brava, Elza, outra enfermeira alemã, foi descrita pelo comandante João Alberto como uma "bonita loira" que teria comprometido o desempenho do 2º Destacamento da Coluna Prestes, no momento em que o major Lira buscou "assegurar todo conforto possível" a ela. O autor lamenta a perda do amigo e companheiro de marcha, nas divisas de Mato Grosso com a Bolívia, nas proximidades do exílio tão esperado, e culpa a presença de Elza com quem ele "vivia maritalmente" pelo comprometimento da atuação do militar nos combates:

> Ao atravessar o Rio das Graças, foi o 2º Destacamento (o meu) surpreendido pela coluna de jagunços de Franklin de Alburquerque [...]. Restava apenas a travessia dos cargueiros e, entre eles, o Major Lira, que se conservou no porto ao lado de sua bagagem. Major Lira era um pernambucano bravo, de composição robusta, alto porte e bem humorado. [...] Prestava ótimos serviços, mas tinha sua eficiência reduzida pela presença, na Coluna, de Elza, alemãnzinha loira e bonita com quem vivia maritalmente. O casal tinha um filhinho de três meses que nascera em plena marcha. [...] Lira procurava dar todo conforto possível a Elza. Tinha barraca, cama e panelas. Trazia sempre um cargueiro com bagagem, excessiva para a Coluna. Era hábito, na passagem de rios, fazer atravessar primeiro homens válido, feridos e a munição. Os cargueiros ficavam para depois. Lira ainda estava ocupado com sua bagagem, quando o adversário atacou. Foi o primeiro a cair, combatendo valentemente. (LINS DE BARROS, 1953, p. 173)

A referência se dá justamente para reforçar a crítica à presença de mulheres junto às tropas, compartilhada por muitos oficiais do comando. O uso de diminutivo "alemãnzinha loira e bonita" não se deu por acaso.

No entanto, uma reportagem de primeira página publicada pelo O *Jornal* (1927, p. 06), com o título: "Conversando com as mulheres da Coluna Prestes" retrata a enfermeira Elza Schimidk,

em Cuiabá (MT), com o filho nos braços. Na ocasião o jornalista Luís Amaral lhe entrevista e ela relata a experiência de participar da Coluna. No depoimento, ela se autorepresenta como uma combatente e não como enfermeira/mãe/esposa.

Já a mulher de nome Alzira, combatente aguerrida se fez transgressora. Alzira foi captada pelas lentes do fotógrafo momentos após sua prisão em Uauá, no sertão da Bahia, toda fardada e portando armas. Sua imagem foi veiculada na primeira página do Jornal Diário de Notícias (18/03/1926), jornal de grande repercussão na capital Salvador sob o título: "Alzira, a 'generala' rebelde é de gênio indomável".

Outro jornal de grande circulação em Salvador, A Tarde, também apresenta a rebeldia de Alzira, a reportagem assim a retrata:

> Chama-se Alzira, usa chapéu desabado, calças de montar, botas, cartucheira e maneja carabina como o mais aguerrido soldado. A prisão não abateu essa mulher varonil que se mostra rancorosa sempre que se refere às tropas fiéis à República. (Jornal A Tarde, 18/03/1926)

A reportagem acima mostra Alzira tal como os demais guerrilheiros rebeldes que acompanhavam a Coluna Prestes, Alzira é combatente que acompanhou a marcha vestida de uniforme, chapéu e armas. Alzira não foi retratada apenas como vivandeira que acompanha as tropas em marcha, mas sim como guerrilheira combatente, soldada.

Alzira continuou nas páginas dos jornais da época e, em outra reportagem do Jornal Diário de Notícias, de Salvador (25/03/1926), foi considerada "destemida amazona", "generala rebelde", "mulher de gênio indomável", "guerreira corajosa e outros. Tanto a imagem quanto os adjetivos a ela atribuídos desestabilizam os estereótipos das representações de mulher e do feminino na sociedade brasileira do período.

Outra mulher de nome Santa Rosa foi mencionada como presença indesejada, apesar das descrições da bravura dessa mulher. No relato de João Alberto Lins de Barros (1953), ele assim a menciona na sua narrativa:

> Em meio a jornada, Santa Rosa teve um filho. Era mulher de um dos soldados do Destacamento de Cordeiro de Farias e acompanhou a Coluna juntamente com outras, desde a retirada do Rio Grande do Sul. Nas marchas longas, ela, já no fim da gravidez, ficava para a retaguarda e ia palmilhando resignada o caminho. Nas proximidades da cidade de Santa Luzia eu soube que Santa Rosa estava sentindo as dores. Com o adversário à vista, era-me impossível destacar homens para socorrê-la e guardá-la. Entretanto, constrangia-me abandoná-la naquela emergência. [...]. Fui vê-la. Santa Rosa, pálida com feições enérgicas, agarrava-se fortemente às costas de uma cadeira gemendo de dores. Era jovem de cor branca, feições regulares. Bem arrumada podia parecer bonita. Sua figura, mesmo assim maltratada, era respeitável naquele momento de angústia. Em torno dela, seu marido, uma curiosa da região e mais alguns soldados que faziam fogo, mergulhando uns trapos de pano numa panela de água quente. Esperei mais algumas horas, partindo finalmente [...], era mais fácil para Santa Rosa safar-se daquela situação com o pequeno grupo de voluntários que a acompanhava do que para o 2º Destacamento enfrentar um combate sério em má situação [...]. Não caminhamos muito [...] contou-me por fim, que cerca de trinta homens haviam regressado com o objetivo de escoltar Santa Rosa até o acampamento logo que ela se desembaraçasse. Logo ao amanhecer, chegou a nova do nascimento da filha de

> Santa Rosa. Ao meio dia ela apareceu a cavalo, em montaria de amazona, com a criança nos braços. Recusava a padiola por não querer retardar a marcha. A rusticidade e bravura daquela mulher resistiram a tudo. Em poucos dias, trajada de homem, montava novamente a cavaleiro, confundindo-se, como antes, com o resto da tropa. (LINS DE BARROS, 1953, p. 118-1125)

Essa longa citação descreve como a mulher de nome Santa Rosa, que saíra com os combatentes do Rio Grande do Sul, foi tratada na marcha, pelos seus comandantes e companheiros de luta. Uma parte deles tratou-a com solidariedade, haja vista que foi acompanhada por um grupo de voluntários. Quanto ao comandante, o abandono é justificado por razões de guerra, já que era impossível destacar homens para socorrê-la.

Mas é notável que alguns de seus companheiros não reconheciam Santa Rosa e demais mulheres que integravam a marcha armada como legítimas combatentes comprometidas com a causa. Enquanto colaboravam com serviços diversos eram reconhecidas pela dedicação e bravura e até elogiadas. Quando não correspondiam tais expectativas elas representavam um problema e deviam ser expulsas ou abandonadas.

Tivemos outras anônimas mulheres guerreiras/rebeldes que integraram a Coluna Prestes e apenas foram citadas por apelidos, dentre elas destacamos Tia Maria, "uma velha negra" que acompanhou a Coluna desde São Paulo e inicialmente prestava serviços como cozinheira no destacamento de Juarez Távora, mais tarde ela ficou conhecida como a "negra feiticeira da Coluna Prestes". Ela era temida pelos soldados legalistas, pois era considerada como uma "terrível feiticeira". A notícia espalhou-se pelo país afora, das cidades maiores aos vilarejos todos sabiam da fama da mulher negra feiticeira. Criou-se o mito da feiticeira que protegia a Coluna Prestes dos inimigos e fazia "trabalhos de magia" contra estes. (MOREIRA LIMA, 1979). Observa-se a representação dessa mulher atravessada por convenções de sexo/gênero, raça, religião e geração. Tia Maria é mulher madura, negra e feiticeira.

O temor dos poderes da "negra feiticeira" a fez padecer de uma morte com requinte de crueldade nas mãos dos inimigos. Assim, após o sangrento combate de 9 de fevereiro de 1928, na cidade de Piancó na Paraíba, alguns combatentes, dentre eles, Tia Maria, extraviaram-se da Coluna e foram presos e barbaramente assassinados. Tia Maria," a negra feiticeira", foi separada dos demais e levada para o cemitério para ser executada. Ali, ela era temida por seus supostos poderes mágicos de usar a força dos mortos para assegurar a vida dos combatentes. Por temerem seus poderes, ela foi torturada, sendo obrigada a cavar a própria cova, depois esfaqueada. Assim, encerrou-se a participação de Tia Maria, a feiticeira lendária, na marcha da Coluna Prestes. (BRAZIl; SCHUMAHER, 2000, p. 514-515).

A presença das mulheres na Coluna povoaram as memórias dos ex-combatentes. Uma delas foi a mulher apelidada de "Onça","uma espevitada mulata rio-grandense", muito conhecida por ser exímia dançarina de maxixe que alegrava o acampamento nas noites enluaradas". (MOREIRA LIMA, 1979, p.131). Essa mulata também foi reconhecida por fazer "uma ligação" em momento de combate. Tal habilidade possibilitou salvar uma pequena tropa de ser presa ou morta pelos inimigos. No entanto, essa vivandeira não tem sequer nome. Sua presença está associada ao nível de animal, uma onça.

Outra vivandeira, conhecida apenas por Albertina, foi citada por Lourenço Moreira Lima (1979, p. 300) como uma das mulheres mais bonitas da Coluna, "a mais linda delas". Acompanhou a marcha desde o Rio Grande do Sul e teve uma morte violenta que ficou gravada na memória popular. Após o combate de Piancó (PB), ela ficou na cidade com a responsabilidade de cuidar do tenente Agenor Pereira de Sousa, gravemente ferido. Logo após a retirada da Coluna da localidade um grupo de soldados governistas invadiu o local, matou o ferido e seu irmão e tentou estuprar Albertina, "ela resistiu a concupiscência e foi degolada brutalmente". (LIMA, 1979, p. 300).

Ainda temos a vivandeira denominada "Cara de Macaca". Foi descrita pelo capitão Landucci (1952, p. 167-168) como uma mulher que se "vestia toda de couro e carregava fuzil; era desprovida de beleza física e amasiada de um soldado". O apelido de antemão já coloca essa vivandeira no lugar em que a visão misógina dos combatentes associa as mulheres em condição de inferioridade, mulher feia que se vestia como um vaqueiro.

Assim, as descrições de mulheres bonitas e feias perpassam as narrativas sobre mulheres que tiveram sua existência marcada pelo "dispositivo da sexualidade", tal como assinala Diva Muniz (2005, p. 76): "um processo de domesticação em que atributos e enunciados constitutivos do 'modelo normativo de mulher' são apropriados e ressemantizados".

As mulheres combatentes tiveram suas participações marcadas pelo gênero e foram descritas dentro de padrões que preveem um ideal de sedução e de beleza, atributos que constroem corpos e subjetividades. Esses foram atributos dados à mulher apelidada de "Onça", como também a Albertina, "Cara de Macaca" e tantas outras aqui mencionadas.

Das demais mulheres que integravam a Coluna, apenas alguns nomes e apelidos grotescos foram objeto de registro, talvez para dar uma nota pitoresca ao relato, mas não para conferir visibilidade histórica. Muitas mulheres tiveram seus nomes citados, mas suas ações foram veladas, entregues ao silêncio e ao esquecimento das memórias que registraram sobre o movimento da Coluna Prestes. A pesquisa trouxe à tona nomes totalmente silenciados. Integram essa relação: Isabel-Pisca-Pisca, Chiquinha, Anna Alice, Maria Emília, Tia Manoela Gorda, Ai Jesus, Etelvina, Cândida, Eufrázia, Ernestina, Emília Dias, Chuvinha, Xatuca, Ernestina, Lamparina, Gaúcha, Amália, Letícia, Maria Revoltosa e Ótima. Minimizadas por apelidos ou apenas por nomes sem sobrenome, essas mulheres que participaram do movimento da Coluna Prestes foram apagadas da memória e da história. Suas experiências ficaram reduzidas a uma só, submetidas que foram a uma expressão genérica, a uma representação atravessada pelo viés desclassificador: vivandeiras.

Não se pode deixar de assinalar que, contrariamente a tal generalização e silêncio, foram múltiplas as experiências configuradoras das subjetividades femininas, desses sujeitos-mulheres, inclusive a de ter atuado na Coluna Prestes, ter lutado lado-a-lado com os companheiros de tropa. Tais mulheres foram também vivandeiras, escolheram integrar à luta, acompanhar a marcha armada, em visível atitude de rebeldia e resistência às prescrições sociais de seu tempo.

Se uma "política do esquecimento" buscou apagar a presença das mulheres dos campos da guerra, sem dúvida, porém, o ruído por elas provocado comprometeu tal propósito, haja vista que elas surgem elogiadas e criticadas nos registros produzidos sobre tais eventos. A

presença e atuação dessas mulheres desestabilizam certezas sobre os papéis sociais, fundados na biologia, no determinismo biológico. As múltiplas e controvertidas ações empreendidas por elas advertem contra as generalizações da falsa universalidade do poder patriarcal sobre as mulheres, pois elas escapam desse poder.

Enfim, os registros jornalísticos, historiográficos e dos memorialistas não dão conta da diversidade da atuação delas na Coluna Prestes. São versões delas. Isso me autoriza a também fazer a minha leitura no sentido de que as mulheres tiveram papéis tão importantes como o dos combatentes mais destacados. Falo de mulheres livres, corajosas, donas de si, apaixonadas pela causa ou por alguém. Mulheres que viveram verdadeiramente a vida.

Referências

BRAZIL, Érico; SCHUMAHER, Schuma (Org.). **Dicionário Mulheres do Brasil**. São Paulo: Jorge Zahar, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Maria Meire. **Vivendo a verdadeira vida**: vivandeiras, mulheres em outras frentes de combates. Brasília: UnB, 2008 (Tese de Doutorado).

_____. **A invenção das vivandeiras**: mulheres na marcha da Coluna Prestes – a trajetória silenciada. Goiânia: UFG, 2001. (Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 12. ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LANDUCCI, Ítalo. **Cenas e episódios da revolução de 1924 e da Coluna Prestes**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1952.

LAROUSSE, Koogan. **Pequeno dicionário enciclopédico**. Rio de Janeiro:Larousse do Brasil, 1982.

LINS DE BARROS, João Alberto. **Memórias de um revolucionário**. 1ª Parte: A marcha da Coluna Prestes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953.

MOREIRA LIMA, Lourenço. **A Coluna Prestes, marchas e combates**. 3. ed. São Paulo: Alfa ômega, 1979.

MUNIZ, Diva do Couto; NAVARRO-SWAIN, T. **Mulheres em ação**: práticas discursivas, práticas políticas.Santa Catarina: Ed. Mulheres / Belo Horizonte: PUC, 2005.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. A desconstrução das evidências: perspectivas feministas e foucaultianas. In: ALVAREZ, M.C; MISKOLCI, R; SCAVONE (Org.). **O legado de Foucault**. São Paulo: UNESPE, 2006, p. 116-137.

_____. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomandismo identitário. In:NAVARRO-SWAIN, T. (Org). **Textos de História**. Feminismos. Teorias e Perspectivas.Revista do Programa de Pós-Graduação em História (UnB). Brasília: UnB, v. 08, n.1/2, 2000.

PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos históricos**. n. 3, v. 2. Rio de Janeiro: Vértice, 1989. p. 03-15.

SILVA, João (capitão). **Farrapos de nossa história**: a marcha da Coluna Prestes do extremo sul às cabeceiras do Rio Apa. São Nicolau (RS), s/e, 1959.

Fontes impressas:

O Jornal, Rio de Janeiro (1927), p. 06.

Jornal Diário de Notícia, Salvador (BA), 1926.

Jornal A Tarde, Salvador (BA), 1926.

Revista Nosso Século. Rio de Janeiro, 1982.

Arquivos:

Arquivo da fundação Getúlio Vargas (RJ).

CEPEDOC/FGV(RJ) – Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação Contemporânea. Cópia de áudio, gravação transcrita.

Recebido em 01 de março de 2015
Revisado em 07 de novembro de 2015
Aceito em 10 de novembro de 2015

DOI 10.5216/o.v15i2.33836

50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero

*Ana Maria Colling**

Resumo: Se a história política é uma coisa de homens, a história da ditadura militar no Brasil é a radicalização da invisibilidade do feminino. A mulher militante política, engajada em partidos políticos de oposição à ditadura, não era encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo do poder. Apesar de tantas mulheres, juntamente com os homens, lutarem pela redemocratização do país, elas foram excluídas dos relatos históricos e das documentações sobre o período. A militante política cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos. A repressão caracteriza a militante como "puta comunista". Ambas são categorias desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade que enclausura a mulher no mundo privado e doméstico. A esquerda também não propiciava o debate sobre as relações de gênero, as questões femininas, porque havia uma contradição maior a ser resolvida: a oposição entre a burguesia e o proletariado. Isto reforçava o poder dos homens nas organizações. As questões feministas eram entendidas como divisionistas da luta principal.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Feminismo; Mulheres Militantes; Relações de Gênero.

* Doutora em História. Professora Visitante Nacional Sênior (PVNS)/Capes. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, Brasil.
E-mail: acolling21@yahoo.com.br

50 Years of the Dictatorship in Brazil: Gender and Feminist Issues

Abstract: If political history is a manly thing, the history of the military dictatorship in Brazil is the radicalization of the feminine invisibility. The female political activist, engaged in political parties opposed to the dictatorship, was not seen as a historical subject, being excluded from the power scenario. Despite the many women who fought for the country's re-democratization process, they were excluded from the historical accounts and documentation about this period. As seen by the military, the female political activist committed two sins, i.e., the insurgency against the coup policy and the disregard for the place that should be occupied by women, disrespecting established standards for both sexes. The repression used to characterize the female political activist as a "communist whore". Both categories are deviations from the patterns established by society that incarcerates women in private and domestic spaces. Even the left wing did not allow the debate about gender relations because there was a much bigger contradiction to be resolved, i.e., the opposition between the bourgeoisie and the proletariat. This made the male power even stronger. Thus, feminist issues were seen as divisive of the main struggle.

Keywords: Military Dictatorship; Feminism; Female Political Activists; Gender Relations.

50 Años de la Dictadura en el Brasil: cuestiones feministas y de género

Resumen: Si la historia política es una cosa de hombres, la historia de la dictadura militar en Brasil es la radicalización de la invisibilidad del femenino. La mujer militante política, involucrada en los partidos políticos de oposición a la dictadura, no era vista como un sujeto histórico, siendo excluida del juego de poder. Aunque muchas mujeres, juntamente con los hombres, hayan luchado pela redemocratización del país, ellas fueron excluidas de los relatos históricos y de los documentos del periodo. La mujer militante política pecaba dos veces a los ojos de la represión: de se sublevar contra la política golpista, haciéndole oposición y de desconsiderar el lugar determinado a las mujeres, rompiendo los patrones establecidos para los dos sexos. La represión caracteriza la militante como "puta comunista". Los dos conceptos representan roturas de los patrones establecidos por la sociedad, que enclaustra la mujer en el mundo domestico y privado. La izquierda también no propiciaba el debate sobre las relaciones de género, las cuestiones femeninas, porque había una contradicción mucho más grande para ser resuelta: la oposición entre la burguesía y el proletariado. Eso reforzaba el poder de los hombres en las organizaciones. Las cuestiones feministas eran consideradas divisionistas de la lucha principal.

Palabras clave: Dictadura Militar; Feminismo; Mujeres Militantes; Relaciones de Género.

Introdução

A história é feita por homens e mulheres a cada instante, no cotidiano de suas vidas e no palco político por eles montado. Muitas dessas vivências ou atuações políticas perdem-se para sempre, acumulando-se aos silêncios, historicamente constituídos, porque a história tem sido parcial, silenciando ou escondendo sujeitos. Pergunta Michele Perrot:

> Silenciosas as mulheres? – Mas elas são as únicas que escutamos, dirão alguns de nossos contemporâneos, que, com certa angústia, têm a impressão de sua irresistível ascensão e de sua fala invasora. [...] Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, "esqueceu" as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento. (PERROT, 2005, p. 09)

Na tentativa de corrigir a história, plurarizaram-se os objetos de investigação, admitindo como sujeitos históricos, os operários, os camponeses, os escravos e as mulheres, que estavam subestimados ou colocados numa arena de menor importância. Nesse desejo de inverter as perspectivas históricas tradicionais, passou-se a olhar os acontecimentos históricos pela visão de outros sujeitos.

No caso das mulheres, tem-se buscado mostrar a sua presença na história, incluindo-as como objeto de estudo, sujeitos da história; e, para isso, a categoria de análise-gênero é usada para teorizar a questão da diferença sexual, das relações de poder entre homens e mulheres. Trabalhar com a história das mulheres pressupõe o domínio de categorias analíticas para o entendimento das relações de gênero, perpassadas por relações de poder. Ao analisar a história das mulheres, sua participação nos grupos de oposição às ditaduras militares, essas categorias multiplicam-se em importância.

Quando o Brasil tristemente lembrou em 2014 os 50 anos do golpe militar que perdurou por mais de 20 anos, envergonhando a história, diversas manifestações populares e acadêmicas tinham como palavra de ordem: lembrar para que não se repita. Na Comissão da Verdade, instalada no momento, muitos nomes femininos apareceram como vítimas desse período. Avanço histórico, portanto, porque essa história, da luta pela democratização do país, estava marcada como uma história masculina.

Quando lancei um livro em 1997, A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil, (COLLING, 1997), pela Editora Rosa dos Tempos, selo da Record, especializada em questões feministas e de gênero e comandada pela feminista Rose Marie Muraro, foi festejado como a primeira obra sobre as mulheres e a ditadura. Muitos relatos já haviam sido escritos.

Ainda hoje, excetuando-se monografias, dissertações e teses (no mundo acadêmico), pouco se escreveu sobre o tema. Apesar de termos uma presidenta da república mulher, a política continua sendo privilégio masculino. Nas eleições de 2014, diminuiu o número de mulheres eleitas. O ministério composto após as eleições também é um espelho dessa

exclusão, refletindo o que se pensa do mundo público, político e das relações de gênero nele instaladas.

Michele Perrot já nos falava em um texto de que havia três bastiões de resistência à entrada do feminino: o exército, a igreja e a política. Se essa escritora francesa fosse reescrever este texto na atualidade, certamente muito pouco mudaria em suas análises, sobre estes três espaços tão marcados sexualmente, porque, segundo ela,

> A articulação do público e do privado é um dos problemas maiores das sociedades democráticas. Ela está no centro da teoria política bem como da vida cotidiana. O cruzamento com a diferença entre os sexos é uma maneira de penetrar em seu funcionamento e compreender seus deslocamentos. (PERROT, 2005, p. 465)

A distinção entre o público e o privado estabelece a separação do poder. O silêncio sobre a história das mulheres advém de sua não participação na arena pública, espaço da política por excelência. Nesse sentido, a história da repressão durante o período da ditadura militar é uma história de homens. A mulher militante política não é encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo do poder.

Feminismo ou lutas gerais?

"A grande revolução deste século não foi o marxismo foi o feminismo", disse o historiador Perry Anderson (apud CAVALCANTI, 2005, p. 244). Já Eric Hobsbawm (1995), preocupado com as mudanças mundiais além das questões econômicas, em A Era dos Extremos, dedica muitas páginas à importância do feminismo. Segundo ele, o feminismo de classe média inicial, suscitava questões que interessavam a todas as mulheres; e essas questões se tornaram urgentes à medida que a convulsão social que esboçamos, gerava uma profunda, e muitas vezes súbita, revolução moral e cultural, uma dramática transformação das convenções de comportamento social e pessoal[1].

Stuart Hall (1997), quando arrola os principais responsáveis pela quebra, pelo descentramento do sujeito moderno coloca ao lado de Marx, Freud, Saussure e Foucault o movimento feminista. O movimento aparece em tão boas e nobres companhias porque tanto como crítica teórica como movimento social, este movimento questionava a clássica distinção entre o público e privado e colocava novos temas para discussão como sexualidade, trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças etc. Mas mais ainda, diz Hall (1997, p.49), o movimento feminista problematizou a maneira como fomos produzidos como sujeitos generificados. Politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação.

Também Michelle Perrot (1993), na apresentação da clássica obra "História das Mulheres no Ocidente", vai relatar como na década de 1960, as mulheres no bojo do movimento cultural que tomava conta do mundo, olharam para trás e não enxergaram suas histórias, seus passados. O que viam era somente as manchas da representação daqueles que contavam a

história – os homens fizeram delas as representadas. Foi preciso buscar resquícios, imagens, diários, bilhetes etc., que elas buscaram para se contar.

Realmente as mulheres viraram o mundo de cabeça para baixo, reivindicando o *status* de personagem histórico. Para serem vistas e ouvidas falaram alto, evocando Simone de Beauvoir (1960a e 1960b) que dizia que a emancipação da mulher não é uma questão de felicidade, mas de liberdade. Liberdade para trocar a paz pela luta, a segurança pelo questionamento. E isto não foi uma tarefa fácil e pacífica, porque, afinal, elas estavam subvertendo a ordem estabelecida.

Acusações de que as mulheres se organizavam contra os homens, queimavam sutiãs (uma alusão ao movimento liderado por Betty Friedan[2]), eram mal amadas ou lésbicas, estavam estampadas nos principais jornais e encontravam apoio entre homens e mulheres conservadores. Para eles quem estava sendo ameaçado era a família, que se desagregaria com a mulher que não tivesse mais como única função servir o marido e procriar.

Contra o movimento feminista que recém iniciava, muitas mulheres se levantaram fazendo eco às palavras masculinas, consequência perversa de histórica dominação de um sexo pelo outro. Pierre Bourdieu (1995), como convidado a um debate para análise da História das Mulheres no Ocidente (PERROT, 1993), atesta não basta ser do sexo feminino para se ter uma visão da história das mulheres. Declara que é preciso descolonizar o feminino, porque as mulheres têm uma visão colonizada de si mesmas.

Por isso a necessidade de uma história dos discursos e das práticas sociais que garantem que as mulheres consintam nas representações dominantes da diferença entre os sexos. Pergunta Bourdieu (1995, p. 59): "Como reconstruir os olhos das mulheres, como tratar enquanto sujeitos de percepção essas mulheres que são sempre objetos de percepção – até para si próprias?"

Ainda hoje se perguntássemos a muitas mulheres se são femininas ou feministas, algumas dirão, certamente, feminina é claro. É a herança cruel da histórica dominação masculina.
Esta mulher que se levanta e pede a palavra, que não quer mais ser considerada incapaz, no mesmo nível do indígena, do menor e do pródigo, não existiu sempre, é muito recente no caso brasileiro.

Lembremos que somente em 1962 foi decretado o Estatuto da Mulher Casada que retirou a incapacidade legal das mulheres casadas, estabelecida pelo Código Civil de 1917, que a designava como relativamente incapaz, sob a guarda de seu marido. As solteiras, separadas e viúvas estavam livres desta prisão. Mas todas almejavam o casamento porque somente assim seriam aceitas socialmente.

Como movimento feminista organizado, um grupo de mulheres inglesas reunia-se em Manchester em 1865, para lutar pelo voto feminino, que só será conquistado em 1928. O direito de voto será em quase todos os países do mundo, inclusive no Brasil, um polo aglutinador de mulheres. Na carona do voto viajavam várias reivindicações sobre a condição da mulher. A luta pelo voto, no Brasil pelo menos, era uma bandeira levantada pelas mulheres mais cultas, que tinham acesso ao noticiário internacional. E mesmo assim a resistência à cidadania política feminina foi aguerrida. Temores de desmantelamento da família novamente pairavam como entraves.

O movimento feminista – organização das mulheres em torno de problemas específicos de sua condição, que tenta eliminar as barreiras da discriminação a que estão sujeitas – só irá explodir no Brasil, no caldo geral das transformações, de mudanças de comportamento por que passa a sociedade, a partir da década de 1960.

A discussão sobre a sexualidade feminina ainda terá que esperar por um bom tempo. Este tema continuará sendo considerado tabu. Não somente a Igreja e as parcelas conservadoras da sociedade brasileira negam-se a discuti-la, considerando-a algo promíscuo e atentatório à moral e aos bons costumes, mas até mesmo as organizações de esquerda e as próprias militantes repudiavam as tentativas da discussão neste sentido, optando pelo viés estritamente político.

O que virá apoiar as mulheres que buscavam a liberação e a liberdade aparecerá no formato de um comprimido e provocará a palavra de ordem que em coro se fará ouvir pelos quatro cantos do país: "nosso corpo nos pertence". A pílula anticoncepcional é saudada como uma revolução no campo da sexualidade. Para a ala conservadora era o símbolo da promiscuidade.

Um exemplo claro e demonstrativo se dá na prisão dos estudantes no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna-SP, em 1968, quando as forças policiais mostravam caixas de pílulas apreendidas. "A polícia acreditava que a exibição provaria à opinião pública que as moças tinham ido ao encontro preparadas para algo mais do que discutir as questões estudantis." (VENTURA, 1988, p. 35) O governo militar sempre fez questão de aliar as questões morais à política, principalmente com quem lhe fazia oposição.

A liberação das mulheres, proporcionada pela pílula, é acompanhada de revisões comportamentais. O casamento é questionado e a moda acompanha aos novos tempos. A geração criada sob rígidas condições de repressão sexual inventa a minissaia e o biquíni. Para alguns é a expressão direta da liberdade emergente. "Pela primeira vez na minha vida, assisti a uma legítima subversão dos valores oficiais. O fio dental não é nada em comparação". (MACIEL, 1987, p. 42)

A saída de casa da mulher, sua ousadia nas vestimentas, inclusive, provocou surpresa e resistências até em Nélson Rodrigues, o eterno vigilante dos novos costumes. Para ele a nudez acabou com o interesse pela mulher. "Como é triste o nu que ninguém pediu que ninguém quer ver, que não espanta ninguém. O biquíni vai comprar grapete e o crioulo da carrocinha tem o maior tédio visual pela plástica nada misteriosa. E aí começa a expiação da nudez sem amor: a inconsolável solidão da mulher"[3].

O casamento era visto pela geração Leila Diniz, como uma armadilha que fazia da mulher um ser sem vontade, dependente da vontade do homem. O descasamento passa a ser visto sem tantos preconceitos, apesar do divórcio somente ser legalizado em 1977. Sexo fora do casamento só não escandalizou mais as "boas" famílias quando foi banalizado pelas novelas de televisão, em meados da década de 80.

Os anos 1970 irão marcar uma reviravolta do movimento feminista, que coloca no centro das discussões a relação homem-mulher. Começa-se a ler e escrever muito sobre a sexualidade nesta época. As revistas femininas, como A Cláudia, por exemplo, que tinham suas páginas ocupadas exclusivamente por dicas de culinária, corte e costura, decoração, moda e

beleza, agora escrevem sobre a família, o casamento, o corpo e o amor. Nas livrarias, em cada três livros, um tratava de questões sexuais. Sexo agora era tema de palestras e diálogos entre as pessoas.

Algumas obras paradigmáticas abriram o caminho para os estudos de gênero e do feminismo. Em 1974, um pequeno livro de 53 páginas balançou a cabeça das mulheres brasileiras: "Mulher objeto de cama e mesa", escrito por Heloneida Studart (1974). A autora, jornalista, tenta subverter a ordem estabelecida na sociedade burguesa e patriarcal, afirmando que as mulheres têm orgulho de sua dependência. Mas em plena revolução feminista, alerta para a invenção da pílula que livraria as mulheres do papel de "galinhas poedeiras" e que o movimento feminista veio para lutar pela libertação da mulher. Adverte a todas as leitoras: "a mulher, a beira do século XXI, tem a sua capacidade de começar a fazer a civilização. Em caso contrário, corre o risco de acabar no museu como espécie obsoleta" (STUDART, 1974, p. 53)

"O Segundo Sexo", de Simone de Beauvoir (1960a e 1960b), passa a ser leitura obrigatória entre as mulheres interessadas em mudanças. A frase com que a autora francesa inicia o segundo volume – "não se nasce mulher, torna-se mulher" – é incorporada pelas feministas. A relação da escritora com seu companheiro, Jean Paul Sartre, sem casamento e sem filhos, é admirada por ser baseada em igualdade e respeito.

Foram tempos difíceis aqueles da ditadura militar. Especialmente para as mulheres que tinham que lutar contra o inimigo externo – os militares -, e com o interno – as organizações de esquerda, que olhavam para aquele movimento "com a impaciência de quem é interrompido em meio a uma atividade séria pela visão inoportuna de um ato obsceno". (VENTURA, 1988, p. 36.) A luta pela causa específica da mulher era considerada inoportuna, inconveniente e divisionista.

A produção teórica sobre a condição feminina aparece com força nesse período. Em 1971, em plena vigência do AI-5, a feminista Rose Marie Muraro viabiliza a vinda ao Brasil de Betty Friedan (1971), para o lançamento de "A Mística feminina". Betty e um grupo de feministas americanas haviam escandalizado o mundo inteiro com a queima de sutiãs em praça pública, simbolizando o fim da escravidão, a liberdade da mulher.

No Brasil, a imprensa toda noticia o fato, e, apesar das críticas ferozes, a estada da feminista serve para discussão das questões específicas das mulheres. Como que por ironia, o jornal que mais critica e desmerece a autora é O Pasquim, jornal alternativo, muito perseguido pela ditadura militar e que, durante o período da repressão, chegava às bancas coberto por tarjas negras impostas pela censura. Dois livros de Rose Marie Muraro (1966 e 1983) quatro anos depois são proibidos pela Lei Falcão, considerados pornográficos. Seus títulos: "A mulher na construção do mundo futuro" e "A libertação sexual da mulher".

A mulher, ainda muito presa à opinião masculina, tem um momento de catarse em 1975. A jornalista Cidinha Campos, com a colaboração das feministas Heloneida Studat e Rose Marie Muraro, montou a peça de teatro "Homem não entra". O enredo tratava de problemas femininos, e a plateia, só de mulheres, era convidada a se manifestar. A peça foi um sucesso e as mulheres falaram muito mais do que esperavam as promotoras. Os homens protestaram, afinal, seu objeto de dominação falava livremente num lugar onde sua presença era barrada.

1975 é um divisor de águas na luta das mulheres. As resistências no meio da esquerda e da Igreja se amenizam com a instituição do Ano Internacional da Mulher, promovido pela ONU. A "rainha do lar" começa a ceder espaço para a militante também engajada na luta pela redemocratização do país. Apareceram os jornais feministas como – Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio e tiveram grande aceitação.

O debate feminista ia se impondo, questionando o relacionamento entre homem e mulher, as discriminações e a violência sofridas pelas mulheres. "Quem ama não mata" foi ouvido em todo o país e virou seriado de televisão, denunciando a impunidade do homem que matava em nome da defesa de sua honra, estimulado pelo Código Civil.

Nessa década, as mulheres, já organizadas, combinaram a luta contra ditadura e por melhores condições de vida, com a discussão dos problemas específicos das mulheres como sexualidade, contracepção, aborto, dupla jornada de trabalho e a discriminação econômica, social e política. Era como uma reação não-armada à repressão política. A questão do "específico feminino" é carregada no clima de contestação geral.

A ação política da mulher no período da ditadura militar se dá, portanto, em duas frentes – na luta contra a repressão e na luta contra as desigualdades entre homem e mulher, respeitando as diferenças existentes. A literatura, especialmente a produção acadêmica, acompanha as mudanças, discutindo o tema feminismo, até agora considerado marginal.

No segundo semestre de 1975 é criado o Movimento Feminino pela Anistia, com o propósito de mobilizar a opinião pública contra as arbitrariedades do governo militar. Esposas, mães, filhas e companheiras saíram às ruas para denunciar prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos dos atingidos pela repressão.

As mulheres haviam mudado; 14 anos antes, essas mulheres também haviam saído às ruas para pedir a deposição de um governo popular e foram fundamentais na instalação do governo autoritário com a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". Mas ao verem seus filhos, filhos de amigos, vizinhos, serem presos, torturados e mortos pela ditadura se deram conta que haviam marchado pelo errado.

Ao movimento feminista deve-se creditar grande parcela na mudança de comportamento entre homens e mulheres no Brasil. Além de empregos, as mulheres começam a ocupar espaços exclusivamente masculinos. Prova disso é a Academia Brasileira de Letras, que desde sua fundação em 1896 até Rachel de Queiroz tornar-se imortal em 1977, jamais permitira a nenhuma mulher participar do chá das cinco.

No campo da esquerda, porém, os problemas não estavam resolvidos. Em 1979, quando os movimentos de esquerda reiniciaram seus trabalhos junto às massas populares, estabelece-se entre eles e as mulheres uma acirrada discussão: a luta feminista seria ou não divisionista em relação à luta geral do povo brasileiro? "Instala-se então a polêmica feminismo *versus* lutas gerais".

As mulheres e a ditadura militar

A história da repressão durante a ditadura militar e assim como a oposição a ela é uma história masculina, basta que olhemos a literatura existente sobre o período. As relações de gênero estão aí excluídas, apesar de sabermos que tantas mulheres, juntamente com os homens, lutaram pela redemocratização do país. Ousar adentrar o espaço público, político, masculino por excelência, foi o que fizeram estas mulheres ao se engajarem nas diversas organizações clandestinas existentes no país durante a ditadura militar.

Na história do regime militar brasileiro, como em todos os projetos políticos autoritários, a construção de sujeitos ocorre de forma unitária e não diversificada. A sociedade é dividida em dois blocos antagônicos: situação e oposição, igualando-se os sujeitos. A esquerda tradicional repete a mesma fórmula: ou se é sujeito burguês ou proletário.

As diversidades são entendidas como divisionistas da luta principal. Esses dois discursos anulam as diferenças e constroem sujeitos políticos únicos, desconsiderando a presença feminina e enquadrando-a em categorias que a desqualificam. Nessa medida, institui-se a invisibilidade da mulher como sujeito político.

Quando realizei meu trabalho de pesquisa sobre a construção do sujeito político "mulher subversiva", senti dificuldade em encontrar essas mulheres para trazê-las à visibilidade. Recorri aos Arquivos da repressão, documentos do DOPS - Departamento do Serviço de ordem Política e Social do Rio Grande do Sul e do SOPS - Serviço de Ordem Política e Social, mas pela fragilidade da documentação fui obrigada a recorrer ao recurso metodológico utilizado para recuperar sujeitos escondidos pela história tradicional - a história oral.

De imediato constato que a mulher, militante política é encarada como um ser "desviante", não uma mulher ideal e desejável. A "mulher ideal" estava no espaço a ela destinado, o santuário do lar, cuidando do marido e dos filhos.

A mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões sociais estabelecidos para os dois sexos. Que mulher é essa, invasora de um campo que não é seu?

A maneira mais simplista de responder a questão é de que não se trata de uma mulher; a militante política é um desvio de mulher. A perplexidade dá lugar a uma caracterização necessária para enquadrá-la em uma categoria, já que ela não faz parte do modelo histórico feminino que povoa os sonhos e o imaginário masculino.

A primeira medida que a polícia da repressão utiliza para tentar desqualificar a militante política é desmerecê-la em sua vontade própria, como um ser pensante que toma atitudes políticas. O passo seguinte, para a caracterização da mulher como um sujeito político desviante, é acusá-la de viver na promiscuidade.

Aos homens, presos como subversivos, cometendo, portanto, o mesmo delito - de insubordinação à ordem estabelecida e de contestação ao poder militar - a acusação não é feita. Certamente, o relacionamento com várias mulheres, para provar sua masculinidade, faz parte da vida do homem. A mulher que tem um relacionamento com vários homens é um ser desviante, promíscua, e não merecedora de respeito.

Dessa maneira, maneira mais simplista de conceituá-la é desmerecê-la, unindo dois conceitos que são socialmente desabonatórios: comunista e prostituta. A repressão caracteriza a mulher militante como "puta comunista". Ambas são categorias desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade que enclausuram a mulher no mundo privado e doméstico.

Para a repressão, a mulher que se mete em atividades políticas, ou é uma prostituta à procura de homens, já que os partidos políticos são espaços de atuação masculina, ou é homossexual, ocupando espaços masculinos. Portanto, sempre um sujeito desviante dos padrões e lugares determinados ao feminino.

Por outro lado, as próprias mulheres militantes assumem a dominação masculina, tentando camuflar a sua sexualidade numa categoria sem sexo - a militante política. Para se constituírem como sujeitos políticos, estas mulheres estabelecem identidade com o discurso masculino diluindo as relações de gênero na luta política mais geral. A condição de gênero está relacionada ao discurso de unificação dos sujeitos. Como espaço fundamentalmente masculino, impunha-se às mulheres a negação de sua sexualidade como condição para a conquista de um lugar de igualdade ao lado dos homens. As relações de gênero diluíam-se na luta política mais geral.

O desmerecimento feminino, atribuindo-se pouca importância, assumindo o discurso masculino de que o lugar do poder, no mundo político é reservado aos homens, aparece constantemente nas falas femininas. Julgavam-se sem importância para serem presas juntamente com os homens.

A questão do consentimento é central no funcionamento de um sistema de poder, social ou sexual. As representações de inferioridade feminina são incansavelmente repetidas, demonstradas, incorporando-se às formas de linguagem, inscrevendo-se no pensamento e ideias de homens e mulheres. Assim, a construção da identidade feminina enraíza-se na interiorização pelas mulheres do discurso masculino. Por esta razão um dos objetos de estudo da história das mulheres é o estudo dos discursos e das práticas que fizeram com que mulheres consentissem nas representações dominantes da diferença entre os sexos.

Não somente homens, mas também muitas mulheres esqueciam que a luta pela igualdade passa pelo reconhecimento das diferenças. Os próprios partidos de esquerda, onde elas militavam, não tinham a preocupação em analisar e resolver as intrincadas relações de poder entre os sexos, presentes também dentro das organizações. As próprias mulheres não tinham uma clara compreensão de como deveriam se constituir como sujeitos políticos.

Um exemplo evidente da compreensão equivocada das relações de gênero transparecia na relação com outras mulheres. Diz um das entrevistadas: havia três tipos de mulheres, "as de direita, as alienadas e nós, as deusas". As militantes - as "deusas" - tinham a política como preocupação. Quem exercia a militância política tinha outros valores, e o cuidado com a aparência não merecia lugar nesta visão de mundo. A militância ocupava todo o tempo disponível e a aparência passava a ser algo menor, sem importância. Relata uma entrevistada, que elas, as militantes políticas, faziam um esforço muito grande para não ter desprezo pelas outras mulheres, as alienadas. Não entendiam como estas outras mulheres conseguiam viver, passar pela vida sem atuação política.

Os militares ao tratarem a mulher política, de imediato, tentam a sua desqualificação como sujeito autônomo. Sua caracterização dá-se como apêndice dos homens, incapaz de decisão política. Para a repressão, a mulher não tem capacidade de decidir pela sua entrada no mundo político; quando ela ali aparece é porque foi colocada por um homem. A sua filiação a partidos de esquerda não assume importância política; é necessário sempre identificar quem é seu marido, seu pai ou seu amante.

A única mulher que é respeitada com decisão própria, segundo os arquivos da repressão, é a religiosa. Ela não possui companheiro, marido e têm atrás de si, protegendo-lhe, um poder maior - a Igreja. Torna-se elemento perigoso, independente de partidos políticos. As mulheres tentavam ser assexuadas para conquistar um lugar igual ao homem. A religiosa, pela sua condição celibatária, não entra na convenção do casamento e dos lugares destinados ao casal dentro dele e, assim, sua influência junto à população é maior.

Ao ouvir os depoimentos de participantes nos grupos de oposição à ditadura, revela-se que a família também se mostrava desgostosa pela opção de suas filhas. Gostariam que elas permanecessem nos papéis sociais destinados à mulher - o casamento, único passaporte para a felicidade feminina. Apesar disso, a participação das mães na luta contra a repressão tem se constituído em um fato político extremamente importante. É o caso do movimento das mães dos desaparecidos políticos argentinos, por exemplo, movimento que ficou conhecido como "Mães da Praça de Maio". Essas mães, que se transformaram em símbolo mundial na defesa dos Diretos Humanos, se tornaram perigosas para a ditadura militar porque ousaram sair da esfera privada e entrar para a vida social e política do país.

No Brasil há inúmeros exemplos da coragem e determinação das mães na libertação de seus filhos e filhas prisioneiros. Na defesa da vida de sua prole, as mães tornam-se militantes aguerridas que desconhecem limites. Por isso, eram temidas pela repressão. A diferença das mães argentinas e brasileiras é que lá se uniram, num movimento coletivo, em torno da busca de filhos e netos desaparecidos e pela redemocratização nacional, no Brasil, os motivos da luta eram semelhantes, mas eram lutas isoladas.

Acostumamo-nos a relacionar a luta pela democratização política do país, pela liberdade do país, com a luta igualitária entre os sexos. Mas nos damos conta que as relações de gênero perpassam a questão social e a questão política. Não é por ser de esquerda, preocupado com os destinos gerais do país que o militante terá uma percepção de igualdade entre os sexos. Ele também defende que o comando político deve ser dos homens. Talvez por este motivo raramente encontramos dirigentes femininas nos grupos clandestinos.

A esquerda não propiciava o debate sobre as relações feminino/masculino, sobre as questões femininas porque, segundo ela, havia uma contradição maior a ser resolvida: a oposição entre a burguesia e o proletariado. Isto reforçava o poder dos homens nas organizações de esquerda.

O discurso da repressão não é um discurso isolado. O mesmo está presente na sociedade; a repressão somente o recolhe e o sistematiza, na tentativa de desmerecê-la e desqualificá-la como sujeito político. A mulher que ousou invadir o espaço político masculino não é bem vista pela sociedade.

Considerações finais

Na tentativa de trazer a mulher à visibilidade, demonstra-se que as relações masculino/feminino são relações socialmente construídas, portanto culturais e históricas. E, que não se pode falar das mulheres sem falar nas relações entre homens e mulheres.

Fica evidente que, para a ditadura militar brasileira, a mulher militante não era apenas uma opositora ao regime militar; era também uma presença que subvertia os valores estabelecidos, que não atribuíam à mulher espaço para a participação política. Como a questão está presente na sociedade e nas próprias organizações de esquerda, pode-se concluir que as relações de gênero têm uma dimensão que perpassa todas as instâncias e instituições sociais. Scott (1998, p.15), a criadora do conceito de gênero, escreveu em um texto recente:

> Por gênero me refiro ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se relaciona simplesmente às ideias, mas também às instituições, às estruturas, as práticas cotidianas, como aos rituais, e tudo o que constitui as relações sociais. O discurso é o instrumento de entrada na ordem do mundo, mesmo não sendo anterior à organização social, é dela inseparável. Segue-se, então, que o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é causa originária da qual a organização social poderia derivar: ela é antes, uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos[4].

Se historicamente o feminino é entendido como subalterno e analisado fora da história, porque sua presença não é registrada, libertar a história é falar de homens e mulheres numa relação igualitária. Falar de mulheres não é somente relatar os fatos em que esteve presente, mas é reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos.

Michel Foucault (1979 e 1991) nos ajuda a compreender como determinadas verdades são instituídas em campo de saber e como isso dificulta outra forma de olhar o passado, e que estamos cercados, somos perseguidos por verdades. Segundo ele, o fato histórico depende do olhar do próprio historiador e do tipo de história que gostaria de fazer. Assim a história passa a ser vista como um campo de possibilidades para vários sujeitos historicamente constituídos; lugar de lutas e de resistências.

Na esteira de Michel Foucault, fazer uma história das mulheres é fazer uma arqueologia do feminino; é desconstruir a história da história feminina para reconstruí-la em bases mais reais e igualitárias. Questionar que práticas discursivas e não discursivas fizeram essa ou outra questão emergir e a se constituir como objeto para o pensamento, e por outro lado, as produções dos silêncios nas narrativas históricas.

No período da ditadura militar no Brasil, o discurso sobre a mulher subversiva não é somente dela, mas circula na sociedade como um todo. A repressão tenta desconstruir o sujeito político feminino, atribuindo-lhe a condição de individuo desviante, tentando demonstrar às mulheres que elas estão fora do seu lugar: o espaço do poder político é historicamente reservado aos homens. A desigualdade nas relações de gênero, as relações de poder que atravessam os sexos são visíveis em todas as instâncias sociais, não sendo exclusivas da repressão.

Notas

1 Cf. HOBSBAWM, 1995, p. 304-313.

2 Betty Naomi Goldstein, mais conhecida como Betty Friedan (1921-2006), foi uma importante feminista estado-unidense do século XX.

3 Cf. VENTURA, 1988, p. 33.

4 Tradução livre. Esta citação de Scott não está presente na tradução do livro para o português, mas somente na edição francesa no Prefácio à Edição Francesa. A obra é traduzida no Brasil em 2002.

Referências

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960a.

_____. **O segundo sexo**: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960b.

BOURDIEU, Pierre. Observações sobre a história das mulheres. In: DUBY, Georges e PERROT, Michele. **As mulheres e a História**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Mulheres em ação: revoluções, protagonismo e práxis dos séculos XIX E XX. **Projeto História**, São Paulo, (30), jun. 2005. p. 243-264.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro; Rosa dos Tempos, 1997.

_____. Os Buracos Negros da História (Ou da Invisibilidade do feminino). In: **Espaços da Escola**, Ijuí, UNIJUÍ, 2000.

Foucault, Michel. **História da sexualidade**. A Vontade de Saber, Rio de Janeiro, Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir**. A história da violência nas prisões, Petrópolis, Vozes, 1991.

FRIEDAN, Betty. **A Mística Feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de janeiro: DP&A, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MACIEL, Luiz Carlos. **Anos 60**. Porto Alegre; L&PM, 1987.

MURARO, *Rose Marie*. **A mulher na construção do mundo futuro**. Petrópolis: Vozes, 1966.

_____. **Sexualidade da mulher brasileira**: corpo e classe social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.

PERROT, Michelle. **A história das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1993. v.1.

_____. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. **As mulheres e os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

REVEL, Judith. **Foucault**. Conceitos essenciais. São Carlos: Clara Luz, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, UFRGS, 1990.

_____. **La citoyenne paradoxale**: les féministes françaises et les droits de l'homme. Paris: Albin Michel, 1998.

STUDART, Heloneida. **Mulher, objeto de cama e mesa**. Petrópolis/RS: Vozes, 1974.

TOSCANO, Moema; GOLDEMBERG, Miriam. **A revolução das mulheres**. Um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revam, 1982.

VENTURA, Zuenir. 1968. **O ano que não terminou**. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VEYNE, Paul. **Foucault**. Seu pensamento, sua pessoa. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Recebido em 04 de fevereiro de 2015
Revisado em 07 de novembro de 2015
Aceito em 10 de novembro de 2015

DOI 10.5216/o.v15i2.33990

As configurações urbanas e as trajetórias de mulheres: refletindo sobre as questões de gênero

*Jaqueline Ap. Martins Zarbato**

Resumo: Este artigo visa a investigar a violência contra a mulher na cidade de Três Lagoas/MS, bem como a análise sobre as ações de áreas como a Assistência Social, a delegacia da mulher e o empoderamento feminino. Pretende-se discutir a relação entre o aumento de casos de violência contra a mulher e a crescente urbanização e migração na cidade. A reflexão sobre as questões de gênero está relacionada às configurações culturais, com as complexas relações entre homens e mulheres. Para o artigo, utilizamos os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos impressos jornalísticos, da Assistência Social e da Delegacia da Mulher.

Palavras-chave: Relações de Gênero; Violência Contra a Mulher; Urbanização.

* Doutora em História, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Campus Três Lagoas (UFMS), Três Lagoas, MS, Brasil.
E-mail: jaqueline.zarbato@gmail.com

Urban Settings and Women's Trajectories: Reflecting on Gender Issues

Abstract: This paper aims to investigate violence against women in the city of Três Lagoas / MS, and study the actions in the field of social welfare, the women's police station, and women's empowerment. It is intended to discuss the relationship between the increase of violence against women and the growing urbanization and migration processes in the city. Reflection on gender issues is related to the cultural settings and the complex relationships between men and women. In this article, we use the data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), printed newspapers, the Department of Social Welfare, and the women's police station.

Keywords: Gender Relations; Violence against Women; Urbanization.

Las configuraciones urbanas y las trayectorias de mujeres: reflexionando sobre las cuestiones de género

Resumen: Este artículo tiene como objetivo investigar la violencia contra la mujer en la ciudad de Três Lagoas/ MS, y el análisis sobre las acciones de áreas como la Asistencia Social, la comisaría de la mujer y el empoderamiento femenino. Se pretende discutir la relación entre el aumento de los casos de violencia contra la mujer y el aumento de la urbanización y migración en la ciudad. La reflexión sobre las cuestiones de género está relacionada a los contextos culturales, con las complejas relaciones entre hombres y mujeres. Para este artículo, utilizamos los datos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), de los impresos periodísticos, de la Asistencia Social y de la Comisaría de la Mujer.

Palabras clave: Relaciones de Género; Violencia Contra las Mujer; Urbanización.

Iniciando a reflexão

Ao chegar a Três Lagoas, como mulher, professora e migrante fui me deparando com um universo diferenciado em relação às minhas vivências dos últimos anos, isso porque venho de uma família em que as mulheres, além de ser maioria, têm posicionamentos político-sociais bem definidos.

No processo de mudança fui conhecendo as pessoas da cidade, em que passarei bom tempo de minha vida e, entre diálogos, cafés, estudos e andanças reconhecendo as funções sociais. E assim, em meio ao novo, comecei a aprofundar meu olhar sobre as questões de gênero na cidade, partindo principalmente do que se tinha na cidade, sobre as questões que envolvem a mulher. Porque penso que, para produzirmos novos discursos e ações, precisamos partir do lugar de onde falamos, para posteriormente compreender a dinâmica global.

E no caso de Três Lagoas, vários elementos me chamaram a atenção desde que cheguei: muitas pessoas que vêm de outros lugares para trabalhar nas indústrias, um discurso governamental da "cidade que cresce" e uma expansão imobiliária digna das grandes cidades.

No diálogo entre as primeiras abordagens sobre gênero, fui interpelada por uma mulher, Rita, de 41 anos, administradora, recém-separada, com dois filhos, que assustada me questionou sobre os procedimentos em relação à violência contra a mulher. Ela foi perseguida de carro pelas ruas da cidade, retirada à força do mercado em que fazia compras, tendo seu braço marcado pela violência do ex-companheiro. Um dos episódios, em que me ligou chorando, foi na presença dos dois filhos. Teve o vidro do carro quebrado, celular quebrado e por pouco não teve a vida perdida.

Pois bem, posso dizer que meu percurso de pesquisa começou a se delinear com esses episódios, pois mais do que pesquisadora, historiadora que estuda gênero, me senti compelida a contribuir socialmente com tantas mulheres que passam pela mesma situação, a ajudá-las de alguma maneira. Orientei, aconselhei, acompanhei à delegacia ao ponto de ouvir que Rita devia tomar muito cuidado, pois seu ex-companheiro é advogado. Vi mais uma vez uma imposição de gênero se construir e meu objeto de pesquisa definitivamente me escolheu.

Mesmo que essa mulher seja de classe média, constata-se que ainda há o desconhecimento sobre alguns direitos e algumas práticas punitivas, pois, segundo ela: "*já ouvi falar de medida restritiva, mas como fazer, não sei!*"

Reflexões sobre os espaços sociais e os percursos femininos

O distanciamento e desconhecimento impulsionaram ainda mais minha vontade de aprofundar os conhecimentos sobre a violência contra as mulheres numa cidade que está crescendo vertiginosamente no estado do Mato Grosso do Sul.

A abordagem sobre as modificações sociais urbanas e as implicações que acarretam nas vivências de mulheres, em Mato Grosso do Sul, faz parte do universo da pesquisa. Analisar as múltiplas caminhadas das mulheres de grupos culturais e sociais e os arranjos cotidianos no processo de urbanização, as relações que estabelecem com as determinações do mercado de trabalho, com as obrigações sociais, os sofrimentos e as superações são aspectos que compõem a pesquisa.

Nesse sentido, focalizamos a abordagem em torno das questões que envolvem o desenvolvimento urbano, em toda a sua complexidade e, de outro lado, as violências contra as mulheres que marcam e demarcam as histórias de cada uma delas. A pesquisa ainda inicial aborda o contexto da cidade de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, lugar em que o discurso do desenvolvimento urbano tem sido respaldo. De um lado, há o discurso do desenvolvimento urbano e industrial, que destaca a ampliação nos postos de trabalho, das melhorias para a cidade, nas implicações que as inovações trazem para a sociedade, mas de outro lado, tem-se as implicações sociais que acarretam modificações, em caso especifico, para a vivência das mulheres.

Isso porque, em Três Lagoas, muitas mulheres trabalham nas indústrias e no setor de serviços, tem suas famílias (maridos, companheiros, filhos) envolvidas no processo de produção das indústrias e passam por situações diferenciadas em meio à inserção das ocupações no mercado de trabalho e os desdobramentos dessas proposições. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de mulheres que atuam no mercado de trabalho em Três Lagoas/MS:

Percentual de mulheres de 16 anos ou mais de idade, ocupadas no setor da agricultura.	3,8%
Percentual de mulheres de 16 anos ou mais de idade, ocupadas no setor da indústria	17,1%
Percentual de mulheres de 16 anos ou mais de idade, ocupadas no setor de serviços	79,1%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

O processo de trabalho em que estão submetidas as mulheres e seus familiares denota uma nova característica para a cidade de Três Lagoas, em que a aceleração do crescimento urbano contrasta com as concepções interioranas e até mesmo dos padrões de comportamento (pré) fixado para homens e mulheres. Além disso, houve o aumento da população na cidade, pois de 2007 para 2011 a cidade de Três Lagoas teve um crescimento populacional de 17.622 (dezessete mil seiscentos e vinte e dois) habitantes, que representa um aumento de 17,02% em quatro anos, ou de 4,25% ao ano, enquanto que o crescimento médio brasileiro de 2000 a 2011 ficou em torno de apenas 1,27% (IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2011).

Assim, ao abordar a questão de gênero, percebe-se que a complexidade das ocupações no mercado de trabalho, das possibilidades de ascensão da mulher ainda acarreta outras concepções na ordem social. As mulheres, que outrora eram donas de casa, passam a utilizar

o espaço público em toda a sua dimensão. E em meio ao processo de configurações de outras funções e papéis sociais, as violências também emergem no cotidiano feminino.

Heleieth Saffioti (2001) aponta no seu estudo as contribuições feministas para o estudo da violência de gênero, com caráter mais amplo, apresentando alguns elementos sobre a violência de Gênero. Pois, segundo a autora:

> Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social **homens** exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo esta necessidade de fazer uso da violência. Nada impede, embora seja inusitado, que uma mulher pratique violência física contra seu marido/companheiro/namorado tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. (SAFFIOTI, 2001, p. 131, grifo da autora)

Assim, embora a violência de gênero brote numa situação complexa, em que vários fenômenos intervêm, eles nem são da mesma natureza nem apresentam a mesma capacidade de determinação. Ainda segundo Saffioti (2001, p. 141), "mais uma vez, chama-se a atenção para o risco da homogeneização de uma realidade extremamente diferenciada e, por isto, rica. O papel primordial dos cientistas sociais consiste exatamente na captação deste relevo multicolor mostrado pela sociedade". A uniformização do real sempre constituiu a meta dos que atribuem/atribuíam relevância exclusiva a determinações gerais ou comuns.

Analisando a historicidade sobre a violência contra a mulher, Ana Colling (2012) faz um estudo sobre os elementos que constituíram o campo de análise sobre o papel feminino na sociedade. A autora analisa o Código Civil, a Constituição Federal, bem como os encaminhamentos referentes aos espaços para as mulheres no espaço público. Segundo Colling (2012, p. 30):

> A inferioridade feminina é demonstrada desde os mais remotos discursos. A diferença entre homens e mulheres transformou-se em desigualdade e designou uma essência, uma natureza para a mulher. Por suas condições biológicas, por sua "natureza", transforma-se em elemento dócil, movido somente pelo coração e pelas paixões e, portanto deve subordinar-se ao homem que lhe prestará assistência e proteção. Por ser frágil deve manter-se no espaço privado, entre as quatro paredes do lar.

Ainda analisando historicamente, percebe-se que na década de 1970, tivemos alguns estudos, no campo do feminismo que estavam amparados num espírito separatista, ressentido, que ficou conhecido como feminismo radical. A contribuição epistemológica do feminismo, no entanto, teve desdobramentos nos rumos das pesquisas, dos tipos de investigação e do espaço a ser trilhado pelas reflexões femininas, trazendo consigo as dualidades e durezas presentes na sociedade com contradições, desigualdades, iniquidades, entre outros.

Segundo o Comitê Estadual em defesa da Lei Maria da Penha, na CPMI da violência contra a mulher em Mato Grosso do Sul[1]:

> Uma em cada cinco brasileiras declara espontaneamente já ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem. A cada 15 segundos uma mulher é espancada por um homem no Brasil. Um terço das mulheres (33%) admite já ter sido vítima, em algum momento de sua vida, de alguma forma de violência física (24% de ameaças com armas ao cerceamento do direito de ir e vir, de 22% de agressões propriamente ditas e 13% de estupro conjugal ou abuso). 27% sofreram violências psíquicas e 11% afirmam já ter sofrido assédio sexual. Um pouco mais da metade das mulheres brasileiras declara nunca ter sofrido qualquer tipo de violência por parte de algum homem (57%). Cerca de uma em cada cinco brasileiras (19%) declara espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem.

Há que se fazer uma reflexão profunda sobre esse aspecto em especial, levando-se em conta, que o estado do Mato Grosso do Sul possui uma população de aproximadamente dois milhões e duzentos mil habitantes. Em comparação ao estado de São Paulo, por exemplo, o estado mais populoso do Brasil, com 21,1 milhões de mulheres, em quatro meses de dezembro de 2011 a março de 2012, 50 mulheres foram assassinadas. Mato Grosso do Sul tem uma população de 1,2 milhões de mulheres, em quatro meses foram quatro assassinatos, isto significa, que proporcionalmente, Mato Grosso do Sul é mais violento porque temos uma mulher assassinada por mês em um grupo de 1,2 milhões de mulheres.

A lei Maria da Penha, aprovada pelos poderes constituídos e nesse contexto se inscreve como fundamental na construção de uma sociedade que se pretende civilizada e justa" (2011, p.8). No documento do Comitê há ainda encaminhamento sobre o combate à violência, com folhetos, informativos, que eram distribuídos nas ONGs, Centro de Atendimentos etc.

Pode-se dizer que a violência contra a mulher continua sendo um grave problema social no Brasil e no mundo, apesar da luta feminista. A partir de 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu a violência contra a mulher como um problema de saúde pública que exige dos governantes políticas públicas mais eficientes no combate e prevenção do fenômeno. Além de causar sofrimento físico e psíquico à mulher – e consequentemente a seus filhos e família –, esse tipo de violência é também uma violação dos direitos humanos.

O conceito "violência contra a mulher" é frequentemente utilizado como sinônimo de violência doméstica e violência de gênero. Mas apesar da sobreposição existente entre esses conceitos, há especificidades no uso deles como categorias analíticas. No Brasil o termo começou a ser usado no final dos anos 70 e difundiu-se rapidamente em função das mobilizações feministas contra o assassinato de mulheres e impunidade dos agressores, frequentemente os próprios maridos, comumente absolvidos em nome da "defesa da honra" (GROSSI, 1998).

No início dos anos 1980, as mobilizações se estenderam para a denúncia dos espancamentos e maus-tratos conjugais, formas também muito comuns de violência contra a mulher. Com isso o termo passou a ser usado como sinônimo de violência doméstica em função da maior incidência deste tipo de violência ocorrer no espaço doméstico e/ou familiar (AZEVEDO, 1985)

A abordagem sobre as modificações sociais urbanas e as implicações que acarretam nas vivências de mulheres, em Mato Grosso do Sul, faz parte do universo da pesquisa. Analisar as múltiplas caminhadas das mulheres de grupos culturais e sociais e os arranjos cotidianos no processo de urbanização, as relações que estabelecem com as determinações do mercado de trabalho, com as obrigações sociais, os sofrimentos e as superações são aspectos que compõem a pesquisa.

Dessa forma, focalizamos a abordagem em torno das questões que envolvem o desenvolvimento urbano, em toda a sua complexidade e, de outro lado, as violências contra as mulheres que marcam e demarcam as histórias de cada uma delas. A pesquisa, ainda inicial, aborda o contexto da cidade de Três Lagoas/MS, lugar em que o discurso do desenvolvimento urbano tem sido respaldo, como em grande parte do Mato Grosso do Sul. De um lado, há o discurso do desenvolvimento urbano e industrial que destaca a ampliação nos postos de trabalho, das melhorias para a cidade, nas implicações que as inovações trazem para a sociedade, mas de outro lado, tem-se as implicações sociais que acarretam modificações, em caso específico, para a vivência das mulheres.

Isso porque em Três Lagoas, muitas mulheres trabalham nas indústrias, tem suas famílias envolvidas no processo de produção das indústrias e passam por situações diferenciadas em meio a inserção das ocupações no mercado de trabalho e os desdobramentos dessas proposições. Ao abordar a questão de gênero, percebe-se que a complexidade das ocupações no mercado de trabalho, das possibilidades de ascensão da mulher, ainda acarretam alguns problemas sociais.

Heleieth Saffioti (2001) aponta em seu estudo as contribuições feministas para o estudo da violência de gênero, com caráter mais amplo, apresentando alguns elementos sobre a violência de Gênero. Pois, segundo a autora:

> Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. (SAFFIOTI, 2001, p. 115)

Embora a violência de gênero ocorra a partir de situações complexas, em que vários fenômenos intervêm, estes nem são da mesma natureza nem apresentam a mesma capacidade de determinação, mas denotam a supremacia da masculinidade. O modelo patriarcal de gênero constitui o cerne de cultura no qual tem lugar a violência de gênero, a fundação que edifica desigualdades várias, inclusive entre homens e mulheres. O mais importante deles concerne à coletividade, impondo uma análise em termos de categorias de sexo. Sendo assim, os homens estão, permanentemente, autorizados a realizar seu projeto de dominação-exploração das mulheres, mesmo que, para isto, precisem utilizar-se de sua força física. (SAFFIOTI, 2001, p. 121)

A dominação masculina, segundo Bourdieu (1999), exerce uma "dominação simbólica" sobre todo o tecido social, corpos e mentes, discursos e práticas sociais e institucionais; (des) historiciza diferenças e naturaliza desigualdades entre homens e mulheres. Para Bourdieu (1999) a dominação masculina estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social.

Na década de 1970, a maior contribuição de estudos e correntes do feminismo ou a maior contribuição de corrente expressiva do feminismo tem sido o ataque às análises dualistas, tão marcantes na ciência, mas a contribuição epistemológica tem provocado reviravolta, no que é tido como normativo e próprio para cada gênero. O que influenciou, talvez, nas superações e luta pela defesa das mulheres.

Ao longo dos anos, as defesas em torno da mulher, como a Lei Maria da Penha contribuíram para que as violências fossem superadas. Mas, em meio a tantas lutas e defesas da mulher, ainda temos muitas situações em que percebemos a estagnação frente à violência contra a mulher. De certa forma, socialmente, aos homens, de maneira geral, são atribuídas qualidades referentes ao espaço público, domínio e agressividade.

Já à mulher foi dada a insígnia de "sexo frágil", pelo fato de ser mais expressiva (afetiva, sensível), traços que se contrapõem aos masculinos e, por isso mesmo, não são tão valorizados na sociedade (AZEVEDO, 1985). Tanto que, vemos com maior afinco, as denúncias de descaso, de silenciamento em situações complexas que envolvem as violências contra a mulher. Na cidade de Três Lagoas, segundo a delegada que está à frente da Delegacia da Mulher (2014), Letícia Mobis Alves, em entrevista para a nossa pesquisa afirma:

> A instituição da Lei Maria da Penha foi um avanço para coibir a violência doméstica contra a mulher no Brasil. As três-lagoenses têm se apoiado na lei e procurado a Delegacia da Mulher (DAM) para registrar queixas contra seus companheiros.

A delegada ainda afirma que nos últimos seis meses foram registrados 672 boletins de ocorrência e os números vêm se mantendo. Em relação aos quase 100 casos que acontecem mensalmente em Três Lagoas, a delegada afirma que em pelo menos 70% a vítima procura retirar a queixa. "A maioria procura a polícia para tentar retirar a queixa, diz que já resolveu dentro de casa e que o agressor se comprometeu a não realizar novas agressões, porém não existe garantia nenhuma, o risco é muito grande" (2014).

Além disso, em 2008, houve a criação da Casa de Atendimento à Mulher, ligada à Secretaria de Assistência Social, com cadastro de algumas igrejas da cidade. "A coordenadora especial de Políticas da Mulher, Carla Stephanini, lembrou que a Casa de Atendimento à Mulher é resultado concreto das ações que estão sendo tomadas em Mato Grosso do Sul, estabelecidas pelo Pacto de 2008, para o enfrentamento da violência contra a mulher" (2008).

Sobre a atuação da Delegacia da Mulher, Elaine Brandão (2006, p. 217) fez uma análise sobre as ações na delegacia da mulher, no que se refere aos casos de violência contra a mulher. Para tal, a autora destaca que:

> Dois elementos recorrentes no discurso policial evidenciam as balizas da atividade policial na DEAM. De um lado, a postura de hesitação da vítima quanto à possibilidade de incriminar

> o parceiro acusado. Este argumento é reforçado pela constatação de que muitas mulheres não retornam à delegacia após o registro e outras comparecem espontaneamente para "retirar" a queixa ou concordam com sua "suspensão", quando sugerida pela(o) policial responsável.

Digamos que há um caminho trilhado entre o que acontece com as mulheres até o registro e queixa, bem como a continuidade da denúncia contra o agressor. Há muitas questões que envolvem a vivência das mulheres que sofreram violência.

Para a análise sobre os casos de violência contra a mulher na cidade de Três Lagoas/MS, buscamos em algumas notícias de jornal relatos sobre as mulheres. O jornal Do Povo (2012, p 03), de Três Lagoas, na notícia "Três Lagoas registra o terceiro lugar em violência doméstica no Estado", publicada pela jornalista Ana Lilian Guimarães, traz a seguinte afirmação:

> De acordo com dados do Mapa da Violência 2012: Homicídio de Mulheres no Brasil apontam que Três Lagoas é a 3ª cidade do Estado a registrar maior número de homicídio contra mulheres. No ranking nacional a cidade ocupa a 185ª colocação. O mapa informa que no ano 2008, oito mulheres foram assassinadas na cidade, em 2009, o número caiu para cinco, e em 2010, três mulheres foram mortas. (2012, p. 03),

Nesta notícia, destacamos principalmente o número de casos de violência na cidade de Três Lagoas, numa relação com os números do mapa nacional. Apesar de noticiar, não há uma preocupação em esclarecer as pessoas da cidade, sobre o avanço da violência e a necessidade de valorização da mulher, de respeito. Percebe-se que a notícia visa a, em suma, apenas explicitar os dados da violência. Um dos elementos que está ausente nas informações das notícias de jornais, os dados da Lei n 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, que define violência doméstica ou familiar contra a mulher como sendo toda a ação ou omissão, baseada no gênero.

Outra notícia do Jornal Do Povo (2013, p. 06) destaca a inauguração do Centro de Atendimento à mulher:

> A prefeita Márcia Moura (PMDB), acompanhada da vice-governadora Simone Tebet e do deputado estadual Eduardo Rocha (PMDB), inaugurou o Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência e Risco, na manhã desta sexta-feira (5), na Rua 15 de Junho, número 544, no Bairro Nossa Senhora Aparecida, em Três Lagoas. [...]falando em nome do Poder Legislativo, a vereadora Vera Helena elogiou as políticas municipal e estadual, voltadas para a mulher de Três Lagoas. "Infelizmente, maioria dos homens ainda não aceita a ascensão social e política da mulher. Por esse e outros motivos, parte para a violência. Por essa razão, temos que prestigiar e dar força para que esta casa funcione de verdade", disse a vereadora. Vera Helena propôs que se crie também em Três Lagoas, a exemplo do que já existe em Campo Grande, uma Casa de Abrigo para as mulheres vítimas de violência. O Centro de Atendimento à Mulher estará ligado diretamente à Delegacia de Atendimento à Mulher e à Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Trabalho, conforme explicou Lúcia Firmino. Aluguel e mobiliário da casa ficam sob a responsabilidade do Governo do Estado. Cabe à Prefeitura o pessoal e a manutenção do imóvel. "Dará atenção e assistência completa às mulheres em situações de vulnerabilidade", explicou. "Para tanto, teremos advogado, assistentes sociais e psicólogas", informou. "Três Lagoas vive acelerado desenvolvimento

> econômico, mas esse crescimento também é acompanhado de sérios problemas sociais, que devemos acompanhar e dar atenção específica", observou.

É interessante perceber que as notícias sobre a questão da mulher e do processo de atendimento à mulher que sofre violência, são cercadas por discursos político-governamentais com enfoque na assistência. Tanto que a responsável pelo atendimento à mulher destaca a necessidade de criar uma casa de abrigo, dado o número acentuado de mulheres que necessitam de atendimento.

Ainda que não aborde diretamente a questão, o Jornal Do Povo (2008, p. 03) apresenta a importância do Centro de Atendimento à mulher:

> A coordenadora especial de Políticas da Mulher, Carla Stephanini, lembrou que a Casa de Atendimento à Mulher é resultado concreto das ações que estão sendo tomadas em Mato Grosso do Sul, estabelecidas pelo Pacto de 2008, para o enfrentamento da violência contra a mulher. "Para garantirmos ações para o enfrentamento da violência contra a mulher decidimos criar nove centros desta natureza, nas cidades polos do Estado. Três Lagoas é a primeira das nove cidades que passam a contar com o Centro de Atendimento à Mulher", disse Carla. "De ora em diante, a mulher não precisará mais andar por vários locais e repartições para a solução do seu problema. Aqui ela pode ter a certeza da solução e apoio às decisões que tomar para o enfrentamento da violência", explicou a coordenadora estadual das Políticas da Mulher.

O amparo e atendimento prioritário à mulher no enfrentamento da violência parecem ser a tônica da notícia, uma vez que a mulher não precisará mais percorrer diferentes órgãos públicos para conseguir resguardar-se do agressor. Um processo que garante sua cidadania. Contrastando com a busca da manutenção dos direitos da mulher, com a manutenção do Centro de apoio, há notícias que apresentam as denúncias, os casos de violência na cidade. A notícia do Jornal Do Povo (2013, p. 08), "DAM registra três casos graves de violência doméstica":

> No último final de semana a Polícia Militar registrou em Três Lagoas, três casos graves de violência doméstica contra mulheres. Em todos eles, os suspeitos foram presos e enquadrados na Lei Maria da Penha.
>
> Dois destes casos foram registrados na noite do último domingo. Segundo informações da Polícia Militar, o primeiro aconteceu por voltas das 20h30, no bairro Santos Dumont, e chegou ao conhecimento da PM através de denúncias anônimas. Quando os policiais chegaram ao local, viram o suspeito agredindo a esposa. Consta no boletim de ocorrência, que o homem foi flagrado dando vários socos e chutes contra a mulher, que apenas tenta se defender.
>
> Mesmo com a presença dos policiais, o homem continuou violento e os PMs tiveram que utilizar as algemas para conter o agressor. O agressor ainda teria utilizado um cachorro da raça Pit Bull para atacar a vítima, que teve vários ferimentos e foi levada para a Unidade de Pronto Atendimento 24h (Upa). A médica de plantão, que atendeu a mulher, determinou

> a internação dela por conta das mordidas do animal. A mulher também teve que receber vacinas contra raiva.
>
> Horas depois, já às 22h30, uma mulher de 40 anos foi atacada pelo companheiro de 50, no bairro São Jorge. De acordo com informações da Polícia Militar, vizinhos ouviram os gritos da vítima e entraram em contato com a polícia. A PM chegou ao local e constatou que o portão estava trancado. Eles chamaram pelo proprietário, que saiu da casa demonstrando tranquilidade e dizendo estar surpreso com a presença da polícia. No interior da casa, a mulher foi encontrada com várias marcas de espancamento e apresentando um forte sangramento. Em um dos cômodos da casa, os policiais encontraram uma faca e várias folhas de jornais estendidas pelo chão. A PM acredita que ele poderia estar planejando a morte da própria esposa.
>
> A mulher foi encaminhada para a UPA com uma fratura no nariz e muito sangramento. Já o suspeito foi preso em flagrante e encaminhado para a Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário (DEPAC).

Nesses relatos percebe-se o quanto a violência contra a mulher é chocante, e que as mulheres são desrespeitadas em sua dignidade. Uma das piores constatações é que o agressor será liberado e a mulher terá que voltar para a casa com ele. A situação é vivenciada por muitas mulheres que sofrem violência e, mesmo com todas as ações em torno da defesa da mulher, ainda são recorrentes na cidade de Três Lagoas, casos de violência. Mesmo que se busquem inúmeras explicações, que se ampare às mulheres, que se atenda psicologicamente à mulher, nada supera esse tipo de situação. Ser brutalmente agredida fere não só a carne, mas a alma da mulher.

As informações que os jornais, a Polícia Militar, a Delegacia Especialidade de atendimento a Mulher, a Assistência Social trazem sobre o que acontece com as mulheres mostra o quanto ainda temos que caminhar no sentido de coibir a violência. Entretanto, são muitas variáveis nas relações entre homens e mulheres, que ocasionam a manutenção dos espaços de gênero, do pertencimento familiar, das dificuldades financeiras e que fazem com que muitas vezes os casos de violência contra a mulher não tenham continuidade como processos crimes. Assim, o contexto cultural pode explicar, mas não justificar as ações e repercussões sobre a violência contra a mulher, já que, segundo Brandão (2006, p. 214):

> No contexto cultural considerado, as repercussões familiares dos conflitos conjugais ganham relevo nas narrativas femininas: a reprodução doméstica ameaçada, filhos "traumatizados", "revoltados" ou com dificuldades no desempenho escolar, a rotina de trabalho prejudicada, além de tentativas, sem êxito, de obtenção de um emprego. O fato de não existir uma valoração diferencial das agressões ou ameaças sofridas, geralmente submetidas a um vasto elenco de outras queixas decorrentes do rompimento da reciprocidade conjugal, remete-nos à preeminência do grupo familiar em relação à posição da mulher.

Talvez a crescente tentativa de explicação da dificuldade da mulher levar adiante as queixas de violência, pelo viés social, cultural e econômico, traz consigo a tensão nas relações de gênero, em que há uma dificuldade de romper com os padrões impostos socialmente. E, em

última instância da dificuldade de romper com ideologia dominante, que difunde a supremacia masculina, em detrimento da inferioridade feminina.

Na notícia do Jornal Do Povo (2011, p. 08) tem-se a narrativa da delegada da DAM, afirmando que:

> Delegacia de Atendimento a Mulher (Dam), Letícia Mobis, por mês, são registrados de 80 a 100 casos de violência contra a mulher em Três Lagoas. O número é considerado expressivo. No entanto, segundo a delegada, o grande problema são os casos que não chegam ao conhecimento da polícia. "Muitas mulheres acabam ficando com medo de denunciar por medo do agressor ou até mesmo receio de uma possível separação. Além disso, muitas delas registram o fato, mas depois procuram a delegacia para tentar retirar a queixa, isso é ruim e possibilita que as agressões continuem e eventualmente até piorem", disse a delegada. Em relação aos quase 100 casos que acontecem mensalmente em Três Lagoas, a delegada afirma que pelo menos 70% destes, a vítima procura retirar a queixa. "A maioria procura a polícia para tentar retirar a queixa, dizem que já resolveram dentro de casa e que o agressor se comprometeu em não realizar novas agressões, porém não existe garantia nenhuma, o risco é muito grande", lembrou à delegada. Por conta destes casos frequentes de desistência nas denúncias de agressão, houve uma alteração na Lei Maria da Penha, que na semana passada completou oito anos. A partir de agora, quando foi comprovada a lesão corporal, mesmo que seja desejo da vítima, a denúncia não poderá ser retirada. "Agora, se houve a agressão e a mulher representou contra o homem, mesmo ela procurando a delegacia para retirar a queixa, isso não é mais possível, o processo segue na justiça e o agressor pode ser condenado mesmo sem a vontade da vítima", afirmou Letícia.

Diante das questões sobre a denúncia de agressão e a desistência de levar o processo adiante, percebe-se a complexidade em torno da violência contra a mulher. Dessa forma, ressalta-se a importância da Delegacia da Mulher, pois através da Delegacia Especialidade de atendimento à Mulher, ganham-se forças para retomar a negociação conjugal, agora em posição privilegiada. A queixa policial efetuaria, assim, um deslocamento simbólico na posição de cada elemento do par conjugal, invertendo momentaneamente a relação assimétrica entre os gêneros. Um exemplo pode ser dado: uma vítima reproduziu cópias da convocação policial ao acusado (ex-marido), remetendo-as ao síndico do prédio onde ele morava e à diretoria da empresa na qual trabalhava, submetendo-o a extremo constrangimento público. (BRANDÃO, 2006, p. 223).

Sobre a violência em Três Lagoas, Dayse Ruís fez um estudo sobre a espacialidade da criminalidade e violência na cidade, buscando retomar as questões de espaço, poder, violência, criminalidade com as configurações urbanas. Em seu estudo, percebe-se que a segregação social contribui para o aumento dos casos de violência, permanecendo um discurso de que na periferia há mais criminalidade e violência. Segundo Dayse Ruís (2012, p. 76): "[...] denota-se que os bairros com mais de trinta ocorrências são: o Jardim Alvorada (94), Centro (79), Jardim Paranapungá (52), Vila Haro (51), Vila Nova (42), Vila Piloto (40), Interlagos (37), Maristela (35), Santa Terezinha (34), Santa Rita (31), Santos Dumont (30)".

Os bairros citados pela autora são considerados periféricos e, muitas vezes, decorrentes dos problemas sociais enfrentados pelos grupos que moram nesses locais, sendo muitas vezes justificados os casos de violência pelo lugar onde vivem.

Considerações finais

Diante das discussões apresentadas no artigo, percebemos uma trajetória histórica sobre a questão da violência contra a mulher. Seja em torno dos direitos civis, dos códigos e leis que foram se modificando ao longo da história, para amparar, resguardar, defender as mulheres que sofreram violências.

Percebe-se que mudanças na legislação, como a Lei Maria da Penha, imprimiram a importância de preservar o direito da mulher e de coibir a violência. Mas mesmo que tenhamos caminhado no sentido de valorização e respeito, ainda precisamos assegurar as práticas de empoderamento feminino, de ações em torno da equidade entre os gêneros.

Em Três Lagoas/MS a situação vivida pelas mulheres não difere de muitos espaços urbanos de outras cidades do Brasil, porém, o crescimento urbano desenfreado, a divisão social de classes e a falta de apoio às famílias mostram um cenário que traz consigo as dualidades da cidade que cresce e fica mais violenta.

Nos relatos de jornal percebe-se que a acentuada violência contra a mulher apresenta-se como um dos elementos já presentes na cidade, em que as notícias destacam as agressões, relacionando os dados da cidade com os nacionais. As ações descrevem que os aparatos da Assistência Social, da delegacia, da Unidade de Pronto Atendimento, do Fórum, da Polícia Militar formam uma rede de proteção e cuidado com a mulher. Ainda que não tenham o mesmo discurso e cuidado com a mulher, os órgãos são responsáveis nos encaminhamentos contra a violência.

Além disso, percebe-se que para uma cidade, que tem 110 mil habitantes, há muitos casos de violência, ainda que sejam realizadas diferentes práticas de atendimento, com campanhas para combatê-la, tem-se um número maior do que em outras localidades do estado do Mato Grosso do Sul e também do Brasil. Mas, percebe-se também que devido ao crescente número de violência contra a mulher, os órgãos públicos têm inserido ações em torno da defesa e empoderamento da mulher de Três Lagoas.

Em suma, as estratégias em defesa da mulher e o combate à violência seguem sendo a tônica daqueles/as que lutam pela igualdade de gênero. E em Três Lagoas/MS, há muitas pessoas atuando nesse combate, como uma manifestação realizada nas ruas da cidade, em 2013, visando "o fim da violência". E seguimos refletindo sobre o fim da violência, tendo essa imagem como um exemplo do que buscamos.



Figura 1: Caminhada contra a violência. SAS. 2013.

Nota

1 Em 2011, foi lançada uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Mato Grosso do Sul, com o objetivo de investigar e diminuir a violência contra a mulher.

Referências

Fontes

Jornal Do Povo (2012, 2013, 2014). Três Lagoas/MS

Entrevistas

Delegacia da Mulher, Secretaria de Assistência Social.

Site

Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <http://www.violenciamulher.org.br/index.php>.

Bibliografia

ABRANCHES, S. H. H. de A alienação da autoridade: notas sobre a violência urbana e criminalidade. In: VELLOSO, J. P. dos R. (Org.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora. 1994. p. 123-157.

AZEVEDO, Maria Amélia. Violência física contra a mulher: dimensão possível da condição feminina, braço forte do machismo, face oculta da família patriarcal ou efeito perverso da educação diferenciada? In: _____. **Mulheres espancadas**: a violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985. p. 45-75.

BRANDÃO, Elaine R. Renunciantes de Direitos? A Problemática do Enfrentamento Público da Violência Contra a Mulher: o Caso da Delegacia da Mulher. **PHYSIS**: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 16 (2): 207-231, 2006

COLLING, Ana Maria. **As normativas legais e a violência contra a mulher**. Campo Grande, 2012 (inédito).

GREGORI, Maria F. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 218 p.

GROSSI, Miriam P. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo conjugal. In: PEDRO, J. M., GROSSI, M. P. (Org.). **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 293-313.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, (16) 2001. p. 115-136

SOARES, L. E. *et al*. Violência contra a mulher: as DEAMs e os pactos domésticos. In: SOARES, L. E. (Org.). **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

RUÍS, Dayse Maria L. **A Espacialização da criminalidade e as mulheres encarceradas na cidade de Três Lagoas**. p. 65-105. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFMS/CPTL. 2012.

Recebido em 13 de fevereiro de 2015
Revisado em 07 de novembro de 2015
Aceito em 10 de novembro de 2015

DOI 10.5216/o.v15i2.33722

Gênero e (in)sustentabilidade de mulheres nos reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica de Estreito – Tocantins

*Temis Gomes Parente**

Resumo: Com a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, no norte do estado do Tocantins, comunidades inteiras foram removidas compulsoriamente para reassentamentos construídos pelo empreendimento. A partir das narrativas de mulheres e homens, este trabalho tem como objetivo discutir as condições de vida dessas famílias no seu cotidiano e analisar a (in)sustentabilidade das/os reassentadas/os. Nas construções sociais de gênero, são as mulheres e as adolescentes que desempenham o papel principal de abastecimento de água no espaço doméstico – foi o que se presenciou nos reassentamentos pesquisados.

Palavras-chave: Gênero; Insustentabilidade; Reassentamentos Rurais; Sustentabilidade.

* Doutora em História, professora da Universidade Federal do Tocantins/Campus Porto Nacional (UFT), Porto Nacional, TO, Brasil.
E-mail: temis.parente@uol.com.br

Gender and (Un)sustainability of Women in the Rural Resettlement at Estreito Hydroelectric Plant – State of Tocantins

Abstract: With the construction of the Estreito hydroelectric plant in the Northern state of Tocantins, bordering the state of Maranhão, entire communities were forcibly removed to resettlements built by the hydroelectric enterprise. From the analysis of the narratives of women and men, this study promotes a discussion on the living conditions of these families in their daily lives and examines its (un) sustainability. There is a consensus that with the social constructions of gender, women and teenagers are the ones responsible for the water supply in the domestic space – this is what was witnessed in the surveyed settlements.

Keywords: Gender; Unsustainability; Rural Resettlement; Sustainability.

Género e (in)sostenibilidad de mujeres en los reasentamientos rurales de la Usina Hidroeléctrica de Estreito – Tocantins

Resumen: Con la construcción de la Usina Hidroeléctrica de Estreito, en el norte del Estado de Tocantins, comunidades enteras fueron obligatoriamente trasladadas para reasentamientos construidos por la emprendimiento. A partir de las narrativas de mujeres y hombres, este trabajo tiene como objetivo discutir las condiciones de vida cotidiana de esas familias y analizar la (in)sostenibilidad de los/ as reasentados/ as. Las publicaciones sobre esta cuestión coinciden en que, debido a las construcciones sociales de género, son las mujeres y las adolescentes que desempeñan un papel principal en la manutención y en el abastecimiento de agua en el espacio doméstico – y eso mismo se ha constatado en los reasentamientos investigados.

Palabras clave: Género; Insostenibilidad; Reasentamientos Rurales; Sostenibilidad.

Os impactos causados por construções de grande escala, como as hidrelétricas, foram e ainda são largamente estudados em todas as áreas, pois afetam diretamente o ambiente em que vivem (ou viviam) os ribeirinhos e/ou a população tradicional. Transferidos compulsoriamente para outras localidades, eles se veem obrigados a abandonar bruscamente sua forma de viver. Perdem territórios, seus lugares, sua identidade territorial, e criamos não lugares – ou seja, os locais para onde são remanejados e com os quais não têm nenhum vínculo social (MENESTRINO; PARENTE, 2011, p. 2).

São esses problemas que pretendemos abordar neste artigo: o modo de vida da população de cinco reassentamentos rurais criados com a construção da Usina de Estreito no rio Tocantins, divisa dos estados do Tocantins e Maranhão – São João I e II; Santo Estevão; Bela Vista; Baixão; Mirindiba. Por meio das narrativas das famílias, mais particularmente das mulheres, analisaremos quais eram as condições dos reassentamentos quando ali chegaram, como eram suas casas e/ou os lugares sociais de gêneros[1] dessas mulheres nas novas moradias.

Coadunamos com Joan W. Scott, quando ela afirma que gênero é a lente de percepção através da qual nós ensinamos os significados de macho/fêmea, masculino/feminino. Uma "análise de gênero" constitui nosso compromisso crítico com esses significados e nossa tentativa de revelar suas contradições e instabilidades, como se manifestam na vida daqueles que estudamos (SCOTT, 2012, p. 332).

Trazer para a reflexão as vozes dessas mulheres é adentrar no debate do Outro, aquele que foi *negado, silenciado ou mistificado.* E esse Outro retorna à sua posição de sujeito no momento em que as vozes desses Outros interrompem o antigo monólogo e quando finalmente as categorias subalternas, neste caso as mulheres reassentadas, são percebidas como profundamente imbricadas na própria definição do hegemônico (ADELMAN; GROSSE; GUIVANT, 2010, p. 29). É a partir delas que se vai perceber, sentir e reivindicar aos órgãos competentes[2] soluções para as dificuldades vivenciadas por todas as famílias reassentadas, pois são elas as primeiras a experienciar essas dificuldades com as suas "atividades de mulheres" nas novas moradias.

A partir das narrativas dessas mulheres, queremos trazer para o debate outros discursos, outra posição de sujeito, que são as mulheres impactadas por construções de grandes hidrelétricas. Segundo análises da Comissão Mundial de Barragens, na maioria das vezes os projetos de barragem ampliam as disparidades de gênero, seja pela imposição desproporcional dos custos sociais sobre as mulheres, seja pela alocação desigual dos benefícios por eles gerados. Embora não se possa atribuir a esses projetos a responsabilidade pela desigualdade nas relações de gênero, projetos nos quais essa questão não é levada em consideração podem, na melhor das hipóteses, não alterar as condições preexistentes e, na pior, agravá-las ainda mais (CMB, 2000, p. 114-115; VIANA, 2003, p. 56).

Essa ausência é perceptível também nos estudos sobre barragens no Brasil – as questões de gênero geralmente não estão presentes em publicações e eventos que abordam a temática. Por exemplo, nos anais do III Encontro Latino-americano Ciências Sociais e Barragens[3],de

160 propostas de trabalhos publicados no livro de programação, há somente uma seção que discute Gênero, Saúde e Meio Ambiente, com três trabalhos inscritos. Quando buscamos os trabalhos completos nos anais do evento (CD), nenhum havia sido publicado. Do mesmo modo, na coletânea *As tensões do lugar:hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*, organizada por Andréa Zhouri (ZHUORI, 2011), nos dez artigos que compõem a obra, não são contempladas as discussões de gênero.

Os poucos trabalhos existentes sobre as discussões de gênero e hidrelétricas concentram-se em dissertações e teses e, portanto, sua circularidade e discussões ainda são restritas ao meio acadêmico. Essas teses e dissertações geralmente discutem as questões de gênero dentro dos movimentos sociais organizados (DELESPOSTE, 2012; SILVA, 2007), como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), mas não existem análises de gênero dentro das famílias que vivem nos reassentamentos e não participam de nenhum movimento – e, assim, não têm possibilidades de mudar a realidade em que vivem.[4]

É com essa perspectiva que nossas pesquisas têm se desenvolvido desde 2004. Ou seja, o objetivo é trazer para o debate a realidade de famílias reassentadas e mostrar como viveram no início dos reassentamentos – processo a que chamamos de desterritorialização (PARENTE, 2007) – e como vivem depois de certo tempo que chegaram a esses reassentamentos – processo de reterritorialização (PARENTE, 2011). Também enfocamos que algumas mulheres, depois que foram reassentadas e começaram a participar do MAB, conseguiram se sobressair e adquiriram um empoderamento individual – o que não significa que tenham transformado a realidade em que vivem, principalmente em relação às questões econômicas (PARENTE; GUERRERO, 2011).

É importante destacar que o foco dessas pesquisas são as famílias e particularmente as mulheres que não participam de nenhum movimento social, mas vivem os problemas e também usufruem de todas as conquistas que esses movimentos conseguiram para esses reassentamentos. Portanto, embora a pesquisa não enfoque diretamente os movimentos sociais, em nenhum momento negligencia sua importância para o processo de entendimento dos conflitos que vivem as famílias reassentadas.

O nosso estudo vai analisar as práticas cotidianas que reforçam os lugares de gênero das mulheres transferidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito e reassentadas nas novas moradias, e analisar quais são as condições de sustentabilidade para essas famílias nesses locais. Pois ao interrogar por que determinadas práticas se codificam como "masculinas" ou "femininas", a crítica feminista revela, entre outras coisas, que o gênero funciona como uma linguagem de hierarquia e de ordem social que opera com muita força na vida ocidental moderna (ADELMAN; GORSSI; GUIVANT, 2010, p. 30).

Entender o cotidiano dessas mulheres é percorrer os caminhos dessa ordem social que reforça a hierarquia de gênero. Há toda uma linguagem e um discurso desenvolvimentista por parte dos empreendedores no processo inicial desses grandes empreendimentos, um discurso que afirma que naqueles novos lugares, nas novas moradias, as famílias deslocadas terão melhores condições de vida. Mas, na prática, o que se percebe é que nesse processo a mulher fica com toda a responsabilidade de enfrentar e resolver conflitos rotineiros e

inevitáveis que vêm com essas mudanças, conflitos relacionados às atividades domésticas e, consequentemente, às questões de sustentabilidade para suas famílias.

E aqui é necessário pensar sobre as noções de sustentabilidade de Sachs (SACHS, 2009, p, 71). Para o autor, a sustentabilidade não deve se limitar apenas à problemática ecológica e ambiental, mas trazer garantias de sustentabilidade social, econômica, política, espacial, ecológica e cultural:

> • a *sustentabilidade social* tem como objetivo incentivar a redução das diferenças sociais;
>
> • a *sustentabilidade econômica* busca a eficiência econômica com base em uma alocação e uma gestão mais eficiente dos recursos e um fluxo regular do investimento público e privado;
>
> • a *sustentabilidade ecológica*, por sua vez, compreende a intensificação do uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas, compatível com sua mínima deterioração;
>
> • a *sustentabilidade espacial* visa evitar a concentração geográfica exagerada de populações, atividades e de poder. Busca uma relação cidade-campo equilibrada;
>
> • a *sustentabilidade cultural* significa traduzir o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local;
>
> • a *sustentabilidade política* privilegia a negociação da diversidade de interesses envolvidos em questões fundamentais do âmbito local ao global.

Portanto, a sustentabilidade defendida por Sachs rompe com a ideia da preservação ambiental como sinônimo de intocabilidade dos recursos naturais. Para ele, a sustentabilidade pressupõe um desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por meta responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio.

Nesse trabalho dialogamos com mulheres e homens. As vozes que ecoarão mais alto serão as das mulheres, pois é por meio de suas falas que tentaremos identificar as noções de sustentabilidade descritas acima no contexto social em que agora vivem. Caso essas noções não existirem, tentaremos perceber as condições de insustentabilidade que vivem essas/es reassentadas/os e o que causa essas condições. Nesse processo mostraremos que são as mulheres que carregam o fardo maior, principalmente por serem responsáveis pela manutenção doméstica e familiar, como prática comum, devido às construções de gênero.

É nesse lugar que se encontram as mulheres atingidas por barragens. Em todo o processo que culmina com a construção de uma grande hidrelétrica, seja no planejamento, durante a construção e depois da obra pronta. É justamente aí que reside o nosso trabalho: buscar essas mulheres que foram impactadas com as construções das usinas e que, desde o início, são chamadas a participar das discussões, não como protagonistas, mas fazendo parte dos atores que compõem as reuniões, em audiências públicas, em movimentos de resistência organizados pelos movimentos sociais.

E o mais importante: são essas mulheres que sofrem diretamente os efeitos dessas construções, desde o momento em que chegam até elas os rumores de que a obra vai ser construída. Elas começam a sentir o processo de insegurança em relação aos cuidados da

família, seus filhos, seus pais, seus avós, enfim, sentem uma instabilidade emocional por não saberem para onde vão, e a incerteza as acompanha por todo o processo de construção, perguntando-se se vão permanecer junto com suas famílias e vizinhos com quem convivem há várias décadas.

Essa sensação de insegurança é partilhada nas comunidades em que vivem e afeta toda a sua rotina doméstica antes mesmo da mudança para as novas moradias. E perdura muitas vezes por alguns anos, até o momento do evento: em que as suas famílias são "carregadas" para outro lugar, outra casa, outra moradia que elas não tiveram a opção de escolher. Portanto, serão esses sujeitos que comporão o termômetro dos impactos causados pela construção desses grandes empreendimentos.

Uma vez que as mulheres lidam diretamente com o cotidiano doméstico, são elas as mais afetadas. Esse cotidiano é mudado bruscamente assim que chegam à nova moradia, e elas têm de se readaptar imediatamente às suas atividades, pois a partir do momento em pisam nas novas casas, é preciso pensar nas providências do comer, do beber, e são elas com certeza que são responsáveis por essas atividades.

É para essas novas "práticas cotidianas" em que se envolveram as mulheres dos reassentamentos que o nosso olhar estará voltado, pois são as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvo de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança (LOURO, 2010, p. 63). É essa desconfiança que nos leva a visitar e ouvir essas mulheres, pois existe uma tendência de empobrecimento da população deslocada (CMB, 2000). Entender esse processo de empobrecimento é para nós procurar a (in)sustentabilidade dessas/es reassentadas/os, principalmente nos primeiros três anos depois que chegam aos reassentamentos rurais.

Contextualização histórica

Com a criação do estado do Tocantins, pela Constituição Federal de 1988, e diante da necessidade de implantação de vários planos de desenvolvimento, particularmente no setor energético, foram e ainda estão sendo construídas várias usinas hidrelétricas no leito do rio Tocantins. Entre as usinas que já se encontram em funcionamento estão a usina de Peixe Angical e a de São Salvador. Também a Usina Luiz Eduardo Magalhães, mais conhecida como de Lajeado, foi inaugurada em 2001.

Nossas pesquisas se voltam para as/os impactadas/os da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), inaugurada em outubro de 2012 e que também fica no rio Tocantins. A sequência de barramentos continua desestruturando a vida de várias/os ribeirinhas/os e moradoras/es de ilhas tanto no estado do Maranhão como no Tocantins. Durante séculos essas famílias tinham o rio Tocantins como referência cultural e como elo comercial entre as regiões Norte e Centro-Oeste (OLIVEIRA, 2002). Assim, para a população local, o Tocantins "era" um rio de significativa importância histórica, política, econômica e de comunicação para a região (MESSIAS, 2004). Os moradores locais que viviam em toda a extensão do rio dependiam dele para a alimentação, a irrigação da produção agrícola, meios de transportes e para todas as

atividades domésticas. O meio de transporte, como o barco é enfatizado em quase todas as entrevistas, talvez pela importância de ser o único meio de transporte para sair da Ilha. É o que podemos perceber na fala de uma das entrevistadas:

> A qualidade da Ilha era assim, ela tinha toda produção: você tinha o peixe, você tinha carne, você tinha o babaçu, nós tirava o óleo pra fazer o sabão, né. Tinha as vazantes que a gente vivia das vazantes da melancia, da abróba de tudo, feijão e a renda, que qualquer pedacinho de terra tem: você colhia doze sacos de feijão, você colhia doze sacos de milho, você colhia trinta sacos de arroz,...
>
> Lá na Ilha a gente tinha um transporte, uma canoa com um motor, você ia pra Babaçulândia, você ia pra Estreito, você viajava a hora que você quer. Então a água, nós tinha o Tocantins (refere-se ao rio) que a gente não pagava água, você não pagava energia, claro que nós não tinha luz, energia – mais a gente vivia numa situação de usar lamparina. Pra nós aqui energia foi prejuízo, né, têm uma qualidade, mas se tornou um prejuízo, porque você teria que pagar energia, você teria que pagar água, né e lá a gente não tinha essa necessidade[5].

Para as comunidades que viviam nas várias ilhas, como era o caso da ilha São José, todas as atividades de transporte e comunicação eram feitas pelo rio – para muitas famílias, o transporte nos barcos ou canoas era a única atividade que tinham. Portanto, essa população toda perdeu tal referencial com a escalonada formada pelas hidrelétricas construídas em seu leito.

A região em que concentramos esta pesquisa localiza-se na região do Bico do Papagaio, no norte do estado do Tocantins, cuja situação geográfica dificulta sua participação em fluxos econômicos e demográficos mais intensos. Contudo, a área em estudo conta com uma localização privilegiada quando comparada ao restante da Amazônia[6], mais distante e menos servida por meios de transporte. Assim, essa geografia é simultaneamente fator de potencialidade e de vulnerabilidade. O Bico do Papagaio localiza-se entre os rios Araguaia e Tocantins, fazendo fronteira entre o Pará e o Maranhão. Os contornos geográficos do mapa do Tocantins nessa região lembram a cabeça de um papagaio, o que originou sua denominação. A microrregião é conhecida por ter um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) do País, com graves problemas nos setores da saúde, de saneamento básico e educação, o que se reflete na baixa qualidade de vida da população de baixa renda, principalmente a da zona rural.

O Bico do Papagaio ainda foi palco de um dos mais graves conflitos brasileiros pela posse de terra, tendo de um lado os latifundiários oriundos das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil (grileiros) e, do outro, os pequenos agricultores familiares da região (posseiros) (SOUSA, 2003; RODRIGUES, 1998; OLIVEIRA, 2007). Foi na década de 1970, com o aquecimento do mercado de terras e a consequente chegada de fazendeiros, que tiveram início os conflitos sociais entre agricultores familiares e empresários, o que resultou no fortalecimento da organização do primeiro grupo. É o caso das quebradeiras de coco-babaçu, que se tornaram um exemplo bem-sucedido de organização civil (ERTZOGUE, 2004). O referido movimento de mulheres teve início em meados dos anos 1980, com mobilizações que envolviam homens e mulheres incentivados pela Comissão Pastoral da Terra para se organizarem em torno da luta pela terra

e pelo acesso às palmeiras do coco-babaçu, abundante na região e de grande importância para a segurança alimentar das famílias (SOUZA, 2003).

A Usina Hidrelétrica de Estreito localiza-se no médio curso do rio Tocantins, na divisa dos estados do Maranhão e Tocantins, como mencionado. As obras se localizaram nos municípios de Estreito (MA) e Aguiarnópolis (TO) e a represa atingiu os municípios de Estreito e Carolina no estado do Maranhão, e em Tocantins os municípios de Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins.

O licenciamento ambiental da UHE Estreito coube ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), uma vez que o empreendimento se localiza em território de dois estados brasileiros.

No final da década de 1990 o Plano Decenal de Expansão da oferta de energia elétrica (2000/2009), elaborado pelo Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS – Eletrobrás), relacionou a UHE Estreito como um empreendimento de geração de energia elétrica necessário para atender ao aumento da demanda nacional. Em janeiro de 2001, a Eletronorte e a Themag realizaram um estudo de revisão das características técnicas da UHE Estreito, definindo localização, quedas e arranjos gerais do empreendimento.

Em julho de 2002, as empresas Suez Energy South America Participações Ltda., BHP Billiton Metais, Vale, Alcoa Alumínio S.A. e Camargo Corrêa Energia venceram o leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a implantação da usina. Em abril de 2005, o Ibama emitiu a licença ambiental prévia, atestando a viabilidade técnica e ambiental da UHE Estreito. Em dezembro de 2006, o Ibama emitiu a licença de instalação, autorizando o início das obras.Em novembro de 2010, o Ibama emitiu a licença de operação, autorizando o início do enchimento do reservatório da usina.

O então presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, acionou o fechamento da primeira comporta do vertedouro, simbolizando o início do enchimento do reservatório. Em abril de 2011, a usina começou gerar energia com o funcionamento da primeira unidade geradora. Em maio de 2011 foi concluído o enchimento do reservatório,e em outubro de 2012 foi inaugurada a UHE Estreito pela presidenta da República, Dilma Rousseff, que acionou simbolicamente a oitava unidade geradora.

Segundo o Consórcio Estreito Energia (Ceste), o total de famílias impactadas foi de 3.710,sendo que 64% preferiram a aquisição e 22% optaram por cartas de crédito urbanas e rurais. Para o MAB, a quantidade de famílias é bem maior, chegando a um total de quase 5 mil. O remanejamento da população teve início em 2007 e foi concluído em outubro de 2010. Um total de 139 famílias optou pelo reassentamento rural coletivo.[7]

Essas famílias saíram dos vários municípios impactados, mas a maioria dos reassentados que estamos pesquisando vieram da comunidade da ilha São José, que pertencia ao município de Babaçulândia e ficou totalmente submersa com a formação do reservatório. É interessante acrescentar que esse processo de remanejamento não ocorreu de forma pacífica. A população, mobilizada pelos movimentos sociais – principalmente pelo MAB –, colocou em prática várias campanhas e atividades: num primeiro momento, com o intuito de impedir a construção da hidrelétrica e, posteriormente, de buscar melhores condições de negociações entre

a empresa e as famílias afetadas.[8] Em todas as atividades, as mulheres, donas de casa das comunidades atingidas, eram chamadas para participar mesmo que durante o evento não tiveram oportunidade de expressar suas dúvidas, seus sentimentos e angústias, pois nesses momentos somente os representantes dos movimentos tinham direitos de falas.

Relação de gênero e (in)sustentabilidade nos reassentamentos rurais

O princípio nº 3 da Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente em Dublin, ocorrida em 1992, afirma que as mulheres têm papel principal na provisão, gerenciamento e proteção da água. Esse papel de pivô que as mulheres desempenham, como provedoras e usuárias da água e guardiãs do ambiente diário, não tem sido refletido na estrutura institucional para o desenvolvimento e gerenciamento dos recursos hídricos. A aceitação e implementação desse princípio exige políticas positivas para atender às necessidades específicas das mulheres, e equipar e capacitar mulheres para participarem em todos os níveis dos programas de recursos hídricos, incluindo as tomadas de decisões e implementação, de modo definido por elas próprias.[9]

Apesar de esses princípios serem claros em trazer para as discussões a importância das mulheres na provisão, gerenciamento e proteção da água, e sabermos que em algumas sociedades elas são as usuárias e gestoras da água no espaço doméstico, e promotoras da saúde familiar – principalmente aquelas que lidam diretamente com o cotidiano doméstico –, essa importância e contribuição de muitas mulheres é "invisível" dentro do seu ambiente doméstico, além de elas serem pouco representadas nos órgãos que controlam as decisões sobre a água. Em muitos casos, a voz das mulheres sobre seus papéis e necessidades específicas relacionadas à água é ignorada no planejamento e nas decisões dos projetos de desenvolvimento.

É o que acontece nos reassentamentos por nós pesquisados. Observando-se o abastecimento de água nas suas casas, percebe-se a vulnerabilidade dessas famílias, do momento em que chegaram aos reassentamentos até o momento em que realizamos a pesquisa. Em quatro dos cinco reassentamentos[10] estudados, a água é imprópria não só para o consumo de pessoas e animais, mas também para todas as atividades domésticas, incluindo a higiene pessoal. O abastecimento de água para todas as atividades ocorre por meio de caminhões pipa, sob a responsabilidade da construtora, e segundo as informações das/os próprios reassentadas/os, as responsabilidades de assistência têm duração de três anos – ou seja, se encerraram no ano de 2013.

A ausência de saneamento e ações voltadas para o tratamento das águas contribui para agravar a situação de vulnerabilidade social em que muitas mulheres se encontram, principalmente aquelas localizadas nas comunidades rurais e em reassentamentos. Na literatura, que aborda os impactos causados pela construção de grandes hidrelétricas, é comum as reclamações das populações compulsoriamente transferidas sobre a qualidade e a quantidade da água que abastece os reassentamentos (LASCHEFSKI, 2011, p. 42).

A peculiaridade referente ao abastecimento de água desses reassentamentos é que, em quatro deles, a água dos poços é imprópria para todas as atividades, conforme foi abordado. Ou seja, logo que as famílias chegaram a suas novas casas, constataram que a água dos poços construídos para abastecer as moradias não servia nem mesmo para lavar a roupa ou a louça. As narrativas das mulheres são dramáticas a esse respeito, como é possível perceber na fala de uma entrevistada:

> Quando eu cheguei aqui a casa tava fechada, com os trem tudo aqui na frente, nem a chave eles tinham deixado. Armamos a rede da menina pequena ali nuns paus que tinha ali dentro do quintal o sol quente, quente! Que eu fui pegar água que eu bebi, tudo bem, a água normal, eles tinham enchido a caixa com água da rua, água tratada, né, só eu e minha mãe e dois meninos pequeno. A água aguentou porque a caixa é de mil litros. Foi assim uns dois dias que a água acabou, que eu liguei a bomba deixei ela encher, meu Deus! pensa numa água ruim! A minha mãe disse: "minha filha essa água não presta!" "Mamãe, pois enganaram a gente, eles colocaram água da rua pra dizer que era água da bomba!" Meu Deus, saímo de onde nós tinha tanta água, agora vamos ter que ficar sem água?[11]

Esse processo ocorreu com todas as famílias, que aos poucos foram percebendo a gravidade irreversível de sua situação. Irreversível porque não tinham mais como voltar às antigas moradias e não tinham opção de ir para outro lugar – todas as famílias, pais, irmãos, tios, primos também estavam em processo de transferência para novos reassentamentos[12]. Além do mais, as mulheres, na maioria das vezes, eram responsáveis por fazerem as mudanças sozinhas, geralmente com os filhos pequenos, pois os maridos/companheiros e os filhos maiores, quase todos, estavam trabalhando no canteiro de obras da usina.

É a partir das lembranças não institucionais[13] dessas mulheres que tentaremos ilustrar a distância, a lacuna criada pela perda dos seus antigos lugares. Pois essa memória se relaciona com o passado, mas acontece no presente; a memória como escândalo – neste caso, a transferência compulsória – é um vaivém problemático que volta ao presente enriquecido e complicado pela lacuna entre os tempos vividos em um *lugar* tido como único, devido às qualidades específicas que elas lhe atribuem (LASCHEFSKI, 2011, p. 39), e outro lugar artificial, pensado e colocado em prática por empreendedores com planos e controle artificial de todas as suas atividades corriqueiras, do dia a dia.

Neste trabalho, a memória das mulheres é entendida como um constante trabalho de conexão, uma construção mútua de significado entre o passado e o presente. A memória é também o trabalho de colocar em prática essas duas histórias: antes e depois da construção da usina (PORTELLI, 2006, p. 87).

Quando as mulheres nos narram os seus antigos lugares e suas formas de viver, elas apontam principalmente a perda da independência econômica, pois todas elas, por meio da produção de subsistência, produziam para satisfazer as suas necessidades básicas, como o óleo, o leite, o sabão que tiravam do coco babaçu. Mas do que mais reclamam é da perda da venda dos produtos da palmeira de babaçu, pois era com essa venda que contribuíam diretamente na manutenção de suas casas e no sustento de suas famílias. Para elas, a venda desses produtos significava a independência em relação aos maridos e pais, era o comprar

suas "coisinhas" para casa sem ter de pedir a ninguém. É o que mostra o relato da reassentada Luzilene:

> Antes deu casar eu quebrava coco, eu me criei assim, antes deu casar eu quebrava coco pra comprar arroz, tudo em enfim, o meu pai não tinha muita condição, tem gente que tem vergonha de dizer o que passou, né, eu não tenho vergonha de dizer, sempre falo pros meu filho assim, que a gente só consegue as coisa é lutando não importa o que seja né.

> Pra mim, as vez pra mim comprar roupa, calçado, as vez pra comprar açúcar, café, sabão essas coisa, tudo eu fazia né, porque naquela época o coco tinha valor, hoje é que não tem valor mais, mas naquela época você quebrava coco e vendia, se dava de sustentar, as pessoas lá mesmo na ilha, a maioria as pessoas criaram filho assim[14].

Nas narrativas dessas mulheres, as atividades de extração do coco-babaçu não se resumiam somente às atividades econômicas, proporcionavam também relações de reciprocidade e da troca com vizinhos, não só no momento da extração, da quebra, mas também no momento das vendas para fora da comunidade, pois as relações de vizinhança estendiam-se também para as atividades de vender os produtos do coco-babaçu nas áreas urbanas, assim como também de trazer outros produtos para aquelas que ficavam em suas casas e "encomendavam" coisas para aquelas que iam à cidade.

Além da extração do coco-babaçu, as famílias se dedicavam à agricultura de subsistência nas vazantes dos rios, que mobilizavam atividades diferenciadas de acordo com a época para cada produto, compondo um calendário de complementação de produtos que cobria todas as necessidades das famílias ribeirinhas.

No que se refere ao sistema de uso da terra, as/os entrevistadas/os só sabem dizer que foram herdadas de seus avós e que, portanto, os seus filhos também são herdeiros, do que podemos inferir que esse regime poderia ser considerado "terra de bolo". Segundo Galizone, a "terra de bolo" pertence à família, é herança de um ascendente comum e permanece sendo utilizada por sucessivas gerações, sem que seja efetivamente repartida em seções de heranças que constituem propriedades individualizadas; ao contrário, a terra é mantida em regime pró-indiviso e nela vivem os descendentes co-herdeiros e parentes assimilados por afinidades (GALIZONE, 2011; p. 133, *apud* TEIXEIRA, 2011).

Esse regime é quebrado com a construção da usina, pois aquelas famílias que estavam juntas durantes gerações e tiveram direitos a indenizações, em sua grande maioria não ficaram no mesmo reassentamento, e no caso daquelas/es que tiveram a oportunidade de ficar, muitas vezes os limites dos lotes não coincidiam com os de suas famílias.

Foi comum durante a pesquisa essas pessoas falarem de parentes, como pais, irmãos, avós, tios que estão em outros reassentamentos, e instigadas a falar, comentaram que depois que mudaram nunca mais encontraram esses parentes, seja pela distância e pelas condições financeiras ou pela própria dificuldade de transporte, outra característica desses reassentamentos. Nenhum desses locais tem transporte que os liga aos centros urbanos ou mesmo aos outros reassentamentos. Nas entrevistas, depois da água, o transporte é o outro problema mais citado, principalmente durante o período das chuvas. É durante esse período que o abastecimento de água piora, pois os caminhões pipa enfrentam muitas dificuldades

para chegar às casas, e muitas vezes as famílias ficam alguns dias sem abastecimento. É o que mostra o depoimento de dona Maria do Carmo:

> Eles colocam a água até no sábado de manhã e passa o resto do sábado, o domingo aí vão colocar água na segunda. Quando falta água nóis espera pra outro dia, então pegamos no vizinho, quando outro vizinho tem, a gente vai lá pega ai pra tomar banho, se faltar é difícil, vai lá pega um botijão aí traz pro banheiro e banha.[15]

Todas as mulheres dos reassentamentos que visitamos se limitam às atividades domésticas e, portanto, não tinham outras atividades que gerassem rendas. Por exemplo, em todas as casas, na primeira visita, encontramos mulheres na labuta diária com as questões domésticas, muitas ainda lavando roupas nas fontes, pois a água que chega no caminhão pipa é insuficiente. Algumas ainda não se acostumaram a lavar roupa de "cuia", como elas chamam, pois a água que o carro pipa fornece não sobe para a caixa d'água para escorrer para as torneiras, mas é colocada em caixas no chão, tendo de ser retirada com baldes para todas as necessidades.

A questão é: quando terminar o período de assistência que a empresa tem de dar a essas famílias, o que elas farão? A insegurança contínua e diária de homens e mulheres gera uma pressão psicológica, uma vez que eles são conscientes de que não têm mais para onde ir, que aquele local é "definitivo" para eles.

Apesar de todas essas dificuldades, as famílias vão criando mecanismos para se fixar em seus novos locais de moradia, tentando voltar a fazer algumas atividades que eram prática comum em suas antigas comunidades. Foi o que verificamos quando chegamos a uma casa e encontramos quatro famílias envolvidas em uma "farinhada"[16]. Perguntamos quantas vezes eles já tinham feito aquela atividade no reassentamento, e explicaram que era a primeira. Segundo o dono da casa, primeiro eles negociaram com o dono da mandioca, pois a mandioca que eles haviam plantado logo que chegaram não estava no ponto de colher. Assim, negociando com o vizinho que tinha a mandioca no ponto de colher, esse reassentado construiu uma casa de farinha[17] e chamou mais quatro famílias para fazer a farinhada em sociedade.

Foi interessante a maneira como uma das mulheres nos explicou como seria a divisão: com a ponta da faca que usava para descascar a mandioca, desenhou um círculo no chão e dividiu-o no meio; uma parte desse círculo ela subdividiu em quatro partes, então falou: "Essa é a parte que cada um de nós vai ter" – a parte maior era do dono da mandioca.

Perguntei em quantos dias eles terminariam a atividade e me disseram que seria mais ou menos em uma semana, numa atividade em que estava envolvida toda a família: homens e mulheres de cada família – maridos, filhos, genros, noras. Enquanto estivemos conversando, as mulheres e os homens não pararam de trabalhar, "raspando" a mandioca, pois aquele era o primeiro dia da farinhada. Quando perguntamos sobre a questão da água para a atividade, responderam que estavam preocupados, pois no dia anterior o caminhão pipa não conseguiu chegar e, portanto, as casas não tinham sido abastecidas. Informaram que se não chegasse naquele dia, teriam de buscar água na casa das/os vizinhas/os.

Foi justamente nesse reassentamento que tivemos a certeza de que

> Pesquisar é aventurar-se nos caminhos íngremes e apaixonantes do conhecimento do que está escondido e/ou disperso nas aparências, nas evidências, buscando delinear relações e determinações, reconstruir mediações que conferem sentido e significado aos fenômenos, fatos, representações circunscritos no real (CARVALHO, 2009, p. 130).

Esse real foi presenciado por nós, quando chegamos à casa de farinha em que todas/os estavam trabalhando e expliquei no que consistia a pesquisa: estudar como era o cotidiano das donas de casa nas suas lidas com o doméstico e as dificuldades enfrentadas nas suas novas moradias – e que, portanto, estávamos ali para falar com elas e sobre elas. Então uma delas falou: "Olha, estou aqui desde o início, e nem mesmo antes de vir para aqui, na nossa casa antiga, já veio muitas pessoas nos procurar, mas essa é a primeira vez que uma pessoa chega procurando falar diretamente com a gente, isso é novidade!"

Assim, analisar as questões de gênero nos reassentamentos rurais criados com a formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Estreito é pôr "em questão fatos, fenômenos, representações, classificações, versões [...] é desnaturalizar o que é dado como 'natural', é desconstruir o que se apresenta como construído." (CARVALHO, 2009, p. 130)

Todas as famílias reassentadas estão vivendo em permanente insegurança quanto ao abastecimento de água. No momento, a fim de solucionar esse problema, a empresa está instalando em cada poço um filtro para dessalinizar a água, porém todas/os ali têm certeza de que isso não será uma solução definitiva. A manutenção do filtro tem um custo e, quando acabar o tempo de assistência técnica da empresa, a despesa correrá por conta dos reassentados – o que acarreta uma sensação de insegurança nessas famílias, pois a confiança num serviço de abastecimento de água e saneamento doméstico depende das possibilidades financeiras dos utentes, do grau em que os utentes, homens e mulheres, controlam o funcionamento do sistema.

No que diz respeito às providências em relação ao abastecimento de água, as mulheres seriam as pessoas mais óbvias para discutir o problema, mas não é o que acontece. O canal de reclamações e reivindicações aos órgãos competentes, por exemplo, fica sob a responsabilidade dos homens, os responsáveis por discutir as implicações financeiras ou de mão de obra para a construção de um novo poço ou de outra providência a ser tomada. Um melhor abastecimento de água e um melhor saneamento poderiam ser muito úteis, tanto para dar maior privacidade e segurança às mulheres e crianças como para uma melhor gestão do tempo – com um sistema de abastecimento de água mais próximo e mais seguro, seria possível encontrar utilizações econômicas para o tempo que se ganha.

Considerações finais

As famílias – e particularmente as mulheres – dos reassentamentos criados pela construção da usina de Estreito perderam sua sustentabilidade, sustentabilidade que a economia de subsistência e a extração do coco-babaçu lhes garantiam nas antigas moradias,

pois estas apresentavam uma racionalidade de que as "condições sociais consideradas para a realização plena de suas famílias eram suficientes, destacando-se a existência de um grupo de parentes, de relações que viabilizavam a reprodução de um grupo" (TEIXEIRA, 2011, p. 141).

Essas mulheres perderam não só benefícios econômicos, mas também sua autoestima, pois antes não dependiam de seus pais/maridos/companheiros devido à atividade do extrativismo. A atividade extrativista é tão importante na região que contribui para a ocupação inicial do médio-baixo Tocantins, assim como no restante da Amazônia. O exercício dessa atividade, em uma região que não dispunha de nenhuma infraestrutura viária, gerou um padrão de ocupação populacional vinculado aos cursos d'água, constituindo um sistema de vida tipicamente ribeirinho. O rio era o meio de transporte que permitia a integração da atividade extrativista à economia regional, e também fonte de alimento natural como a pesca e a caça.

Sem uma análise bem acurada das falas das mulheres nas entrevistas, pode-se supor que elas não têm participação, são "ausentes" do processo que vivem. Mas ao analisar justamente as ações cotidianas, o labutar doméstico, que faz com que as mulheres retomem a sua posição de sujeito ao *gritar*[18] por melhores condições e para que medidas imediatas sejam tomadas a respeito de sua sustentabilidade. São essas práticas cotidianas que refletem o campo político dessas mulheres, é o prestar atenção a essa normalização cotidiana feminina que permite perceber a força que têm, embora não percebam o eco dos seus gritos quando nos dizem: "Nunca ninguém chegou diretamente para nós". Ora, foi justamente em decorrência das suas atividades com o lidar doméstico que a gravidade dos problemas da água nos reassentamentos foi detectada e logo percorreu todos os canais competentes para que providências fossem tomadas, mostrando, portanto, a dimensão do privado como político.

As famílias dos reassentados sabem que as promessas de desenvolvimento trazidas pelo discurso dos empreendedores para justificar a construção das hidrelétricas estão cada vez mais distantes. Sem água nos seus lotes e sem a perspectiva de solução do problema a curto e médio prazo, esse "desenvolvimento" está cada dia mais longe dessas mulheres e suas famílias.

Para Sachs, o desenvolvimento deve trazer a satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; a elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social, respeito a outras culturas; e programas de educação. Nas falas das mulheres percebemos que é esse desenvolvimento que elas buscam: ao denunciar as dificuldades vivenciadas em suas atividades cotidianas demonstram a importância do privado como público.

Notas

1 As questões de gênero começam a ser amplamente utilizadas só no final dos anos 1970, indicando um novo empenho de articulação de abordagens sistemáticas sobre um aspecto da vida social que havia sido pouco reconhecido ou relegado às margens do pensamento social.

2 Os órgãos a que normalmente os reassentados recorrem para solucionar seus problemas são, primeiramente, a empresa – neste caso o Consórcio Estreito Energia (Ceste), formado pelas empresas GDF Suez-Tractebel Energia, Vale, Alcoa e Intercement, responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito) –, depois o Ministério Público Federal.

3 O III Encontro Latino-americano Ciências Sociais e Barragens ocorreu de 30 de novembro a 3 de dezembro de 2010 em Belém – PA (CD).

4 Em eventos como a Associação Nacional de História (ANPUH) e o Seminário Internacional Fazendo Gênero, bem como nos encontros de História Oral, eu e o professor Marcos Montyzuma (UFSC) sempre propomos simpósios ou grupos de trabalho que abordam gênero e meio ambiente. Poucas vezes aparece algum trabalho que discute as questões de gênero nas construções de usinas hidrelétricas.

5 Maria do Carmo Pinheiro da Costa, Reassentamento Santo Estevão, Babaçulândia (TO). Entrevista concedida a Temis Gomes Parente, em 24 jan. 2013

6 Os 60% da Amazônia que correspondem ao Brasil constituem a chamada Amazônia Legal, abrangendo os estados do Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

7 O reassentamento São José I e II fica em Palmeira do Tocantins, com 17 famílias procedentes de Darcinópolis e Palmeiras do Tocantins, além de Estreito, município do Maranhão. Santo Estevão é localizado no município de Babaçulândia, com 28 famílias provenientes do próprio município e da ilha São José. Bela Vista/Itapuã, também de Babaçulândia, Darcinópolis no Tocantins e Carolina, no Maranhão, e também da ilha São José. Baixão localiza-se também no município de Babaçulândia, com 26 famílias, todas da comunidade da ilha São José. Mirindiba fica no município de Araguaína (TO), com 18 famílias, todos também da ilha São José. Por último, Maju, o mais distante, fica no município de São Bento do Tocantins, no extremo norte do estado, com 30 famílias procedentes do Projeto de Assentamento Formosa.

8 Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/739>. Acesso em: 6 jun. 2013.

9 Disponível em: <http://www.meioambiente.uerj.br/emrevista/documentos/dublin.htm>. Acesso em: 2 jun. 2013.

10 O único reassentamento que não é abastecido por carros pipa é o Mirindiba, que fica distante da usina uns 250 quilômetros. Nesse reassentamento também foram feitos poços nos lotes, e apesar de a água ser pouca, não ocorreu o mesmo problema dos outros.

11 Luzilene Alves da Silva, Reassentamento Bela Vista, Babaçulândia (TO). Entrevista concedida a Temis Gomes Parente, em 24 jan. 2013.

12 A maioria das pessoas entrevistadas para esta pesquisa era da comunidade da ilha São José e a característica dessa comunidade era que todo o círculo social girava em torno de famílias compostas por vários núcleos de pais e filhos, que criavam novos núcleos de acordo com a união ou casamento desses filhos.

13 Segundo Alessandro Portelli (2006, p. 69), as lembranças não institucionais são relatos de pessoas comuns que viveram a experiência de mudanças bruscas no seu cotidiano e que trazem consigo na memória.

14 Luzilene Alves da Silva, Reassentamento Bela Vista, Babaçulândia (TO). Entrevista concedida a Temis Gomes Parente, em 24 jan. 2013.

15 Maria do Carmo Pinheiro da Costa, Reassentamento Santo Estevão, Babaçulândia (TO). Entrevista concedida a Temis Gomes Parente, em 24 jan. 2013.

16 Farinhada é a transformação da raiz de mandioca em vários produtos alimentícios, tais como a farinha branca ou amarela, a goma fresca ou torrada com a qual se faz a tapioca ou beiju. Essa atividade possui várias etapas: colheita, carregamento, raspação, trituração, espremeção, emprensação, peneirar, torrar a massa/goma, ensacar. Também existe a etapa em que já saem da farinhada produtos prontos para comer, como o beiju e a tapioca.

17 A "casa de farinha" era uma construção coberta de palha, sem paredes, com um forno feito de barro que serviria para torrar a farinha.

18 Gritar aqui tem o sentindo de presenciar as dificuldades de labuta nas questões domésticas das mulheres reassentadas. Pois as condições de vida dessas mulheres refletem a exclusão de todos os fatores constantes na noção de sustentabilidade de Sachs.

Referências

ADELMAN, Miriam; GROSSI, Miriam Pillar; GUIVANT, Júlia. A teoria feminista e as perspectivas de gênero na teoria social contemporânea: contribuições e debates. In: GROSSI, Miriam Pillar; LAGO, Mara C. de Souza; NUERNBERG, Adriano Henrique. (Org.). **Estudos in(ter)disciplinados**: gênero, feminismo, sexualidade. Florianópolis: Mulheres, 2010.p. 21-40.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O exercício do ofício da pesquisa e o desafio da construção metodológica. Apud CRUZEIRO, Maria Manuela. História Oral? Dilemas e perspectivas. In: BAPTISTA, Maria Manuel (Org.) **Cultura**: metodologias e investigação. Lisboa: Ver o Verso Edições/Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, 2009.

CMB – Comissão Mundial de Barragens (WCD – World Commission On Dams). **Dams and development:** a new framework for decision-making. London: Earthscan, 2000.

DECLARAÇÃO DE DUBLIN. Disponível em: <http://www.meioambiente.uerj.br/emrevista/documentos/dublin.htm>. Acesso em: 2 jun. 2013.

DELESPOSTE, Aline Guizardi. **Movimento dos Atingidos pela Barragem de Fumaça – MG**: caminho para o empoderamento da mulher? Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder. Conversando com Raimunda. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 6, jun. 2004. p. 1.125-1.135.

LASCHEFSKI, Klemens. Licenciamento e equidade ambiental. As racionalidades distintas da apropriação do ambiente por grupos de subalternos. In: ZHOURI, Andréa (Org.). **As tensões do lugar**: hidrelétrica, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MENESTRINO, Eunice; PARENTE, Gomes Temis. O estudo das territorialidades dos povos tradicionais impactados pelos empreendimentos hidrelétricos no Tocantins. **Brazilian Geographical Journal**: Geosciences and Humanities Research Medium, Uberlândia, v. 2, n. 1, jan./jun. 2011. p. 1-19.

MESSIAS, Noeci Carvalho. **Patrimônio cultural**: entre o tradicional e a modernidade com a chegada da Hidrelétrica de Lajeado, Porto Nacional – TO. Dissertação (Mestrado) –Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004.

NELLIGAN Sherry; SANTOS, Luciana Cibelle A. dos; LIMA, Enjôlras de A. Medeiros**. Dimensões sociais e de gênero do Projeto Água Subterrânea no Nordeste do Brasil** – Proasne-Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS, 12, 10-13 set. 2002,Florianópolis.

OLIVEIRA, Aroldo Magno de. **Falar da região do Bico do Papagaio – Tocantins**: um estudo de fonética descritivo-articulatória. 2007. 169 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

OLIVEIRA, Rosy. A "invenção" do Tocantins. In: GIRALDIN, Odair. (Org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia/Palmas: UFG/Unitins, 2002.

PARENTE, Temis Gomes Parente; GUERRERO, Olaya Fernández Guerrero. O desempoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais em Porto Nacional (TO, Brasil). **História Oral**, v. 2, n. 14, p. 173-197, jul.-dez. 2011.

PARENTE, Temis Gomes. Gênero e memória de mulheres desterritorializadas. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan./jun. 2007.

PARENTE, Temis Gomes. Territorialização e papéis de gênero: o caso do Reassentamento Córrego Prata (TO). In: SANTOS, Regma Maria dos; BORGES, Valdeci Resende (Org.). **Imaginários e representações**: entre fios, meadas e alinhavos. Uberlândia: Asppectus, 2011.

PORTELLI, Alessandro. A Bomba de Turim: a formação da memória no pós-guerra. **História Oral**, v. 9. n. 1, jan./jun. 2006.

RODRIGUES, José Siney Ferraz. **O movimento camponês no Bico do Papagaio**: Sete Barracas em busca de um elo. Imperatriz: Ética, 1998.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCOTT, Joan W.Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, dez. 2012. p. 327-351.

SILVA, Alexandra Martins. **Mulheres em movimentos**: luta e resistência contra barragens. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

SOUZA, Divani Ferreira de. **Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio**: reflexões sobre desafios e perspectivas de uma organização regional. 2003. 177 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2003.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira.A "rua" e o "Nosso Lugar": processos de reterritorialização no licenciamento da Usina Hidrelétrica de Murta. In: ZHOURI, Andréa (Org.). **As tensões do lugar**: hidrelétrica, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

VIANA, Raquel de Mattos. **Grandes barragens, impactos e reparações:** um estudo de caso sobre a barragem de Itá. 2003. 191 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional,Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ZHOURI, Andréa. **As tensões do lugar**: hidrelétrica, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

Recebido em 22 de janeiro de 2015
Revisado em 05 de novembro de 2015
Aceito em 10 de novembro de 2015

DOI 10.5216/o.v15i2.34205

Gênero e envelhecimento: a história de vida de uma sertaneja

*Maria Espirito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro**

Resumo: O presente trabalho busca compreender a experiência de envelhecimento de uma mulher do sertão de Goiás a partir da realização de uma entrevista de história de vida. A entrevista é analisada a partir do conceito de velhice como processo e o artigo desenvolve uma reflexão sobre a vida das sertanejas à luz da perspectiva de gênero.

Palavras-chave: História De Vida; Mulheres Sertanejas; Processo de Envelhecimento.

* Doutora em História, professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, GO, Brasil.
E-mail: mariarosacavalcante@gmail.com

Gender and Aging: the Live-Story of a Backlands Woman

Abstract: This paper seeks to understand the aging experience of a woman from Goiás backlands, located in Central Brazil, through a life-story interview. The interview is analyzed based on the concept of aging as a process. Thus, under the perspective of gender, this paper reflects on the lives of backlands women (*sertajenas*).

Keywords: Life Story; *Sertaneja* Women; Aging Process.

Género y envejecimiento: la historia de vida de una sertaneja

Resumen: Esta investigación tiene como objetivo comprender la experiencia de envejecimiento de una mujer que habita el agreste de Goiás a partir de la realización de una entrevista de historia de vida. La entrevista es analizada desde el concepto de vejez como un proceso y desarrolla una reflexión sobre la vida de las sertanejas a la luz de la perspectiva de género.

Palabras claves: Historia de Vida; Mujeres Sertanejas; Proceso de Envejecimiento.

O que de fato estamos nomeando quando dizemos "velhice"? Goldfarb (2009) propõe essa questão fundamental para iniciarmos a discussão sobre o envelhecimento das mulheres sertanejas. Faz-se necessário definir os processos envolvidos no envelhecimento para dar sequência à análise das especificidades do envelhecimento das senhoras do sertão goiano.

A literatura aponta para uma primeira reflexão fundamental: envelhecer é um processo. Trata-se, portanto, de uma etapa do desenvolvimento humano que se constrói desde o início da vida, que se inscreve entre o nascimento e a morte. Pedro Paulo Monteiro lança mão da metáfora do "fluxo do rio" para ilustrar a vida humana: "... este é o princípio da existência, composta por movimento, ritmo e dança compartilhada." (MONTEIRO, 2003, p. 14). Por que o autor considera fundamental discutir sobre a vida ao falar de envelhecimento? Porque, segundo ele, envelhecer é viver!

> Estamos desde a concepção, envelhecendo e vivendo, vivendo e envelhecendo, nunca sendo os mesmos, porque o envelhecer é um processo contínuo de transformação do ser humano como único em seu tempo vivido. (Monteiro, 2003, p. 14).

As noções de movimento e transformação acompanham a discussão de diversos autores sobre o tema. Afirma Goldfarb que

> A maior dificuldade para se categorizar a velhice consiste em ela não ser unicamente um estado, mas um constante e sempre inacabado processo de subjetivação, onde a maior parte do tempo não existe um "ser velho" e sim um "ser envelhecendo." (2009, p. 90).

Além disso, Goldfarb considera a velhice a partir de dois aspectos, um cultural e outro singular. Em um primeiro momento, é possível falar da velhice como categoria, isto é, um aspecto que se refere à homogeneização desse conceito para a cultura. Por outro lado, esse conceito é permeado pela noção de velhice singular, ou seja, "... seu modo peculiar de viver sua velhice" (GOLDFARB, 2009, p. 89). Ademais, a autora acrescenta que para acessar a experiência singular do envelhecimento é preciso haver escuta. Segundo ela, uma definição que tenta reduzir a velhice a uma categoria não abrange toda a complexidade desse fenômeno. Afirma Goldfarb (1998, p. 24):

> Vemos, assim, que apesar de existirem sinais mais ou menos universais para cada cultura sobre o que seja a velhice, nem individualmente, nem em conjunto, elas dão conta de uma definição categorizante.

Monteiro (2003) retifica a discussão de Goldfarb (1998; 2009) sobre a peculiaridade que diz respeito ao envelhecimento de cada indivíduo, ao afirmar que "... o ser humano envelhece com o passar do seu próprio tempo, um tempo interno, subjetivo, que pertence a cada um individualmente." (p. 27) O autor segue dizendo: "... envelhecer é um processo do sujeito que vive o seu próprio tempo, ou seja, é um processo particular e peculiar a cada um." (p. 57).

Ao discutir sobre velhice é imprescindível abordar os aspectos biológicos e sociais que constituem esse processo. No entanto, é arriscado reduzir o envelhecimento a fatores puramente orgânicos, ou psíquicos, ou sociais. O presente trabalho parte do pressuposto de que o desenvolvimento humano é uma totalidade que envolve a expressão do humano em suas mais diferentes formas, isto é, o biológico, as organizações e representação sociais, os sentidos subjetivos atribuídos às experiências vividas. De modo que essas instâncias configuram a própria existência humana e se apresentam para nós a todo tempo e como um todo indissociável. Sobre o assunto, afirma Monteiro (2003, p. 46):

> A velhice biológica nunca é um fato total [...]. Portanto, a velhice não pode ser vista exclusivamente por uma perspectiva biológica, porque o ser humano não é somente uma identidade biológica. É, também, um ser social, cultural, psicológico e espiritual.

A velhice proporciona um momento de encontro consigo mesmo. A qualidade desse encontro depende muitas vezes da qualidade da vida que foi e é vivida, pois se trata do "fluxo do rio", que se configura a partir dos caminhos percorridos ao longo de seu leito, a partir da velocidade de suas águas, dos obstáculos que encontrou ao longo do percurso, dos recursos dos quais dispõe para continuar em movimento e das possibilidades e caminhos desconhecidos que ainda estão pela frente.

Goldfarb (1998) responde à questão sobre o que falamos, afinal, quando nos referimos à velhice. E responde poeticamente! Para a autora, ao falarmos sobre velhice falamos, sobretudo, da nossa velhice, sobre o velho que desejamos ou tememos ser um dia. Lê-se:

> Falamos do velho que temos dentro de cada um de nós, do velho de nossa família, daquele que entrou muito cedo na nossa história e que direciona nosso olhar para todos os outros. Falando de todas as velhices (dos outros) sempre falamos de uma velhice (a nossa) e dos muitos velhos que poderemos chegar a ser. Da velhice que desejamos e da que tememos. Mas, se cada sujeito tem sua velhice singular, as velhices são incontáveis. (GOLDFARB, 1998, p. 13)

Goldfarb (2009) aponta aspectos singulares do envelhecimento, isto é, esse movimento de transformação contínuo pelo qual nós passamos que conta com limites e possibilidades:

> De que falamos quando falamos de velhos? Falamos de um sujeito psíquico em constante crescimento e evolução, altamente afetado pela representação de um corpo que deteriora e pela consciência de finitude. Mas estamos falando de um limite não de uma limitação. Limite que será o do corpo biológico que sofre uma involução, mas não daquele outro, que sabemos capaz de prazer, instrumento de amor e que deverá ser incentivado a sentir e se sensibilizar com a proximidade dos outros e a força dos vínculos. [...] Limite, enfim, que não feche a porta à paixão sempre possível. (GOLDFARB, 2009, p. 94).

Para pensar o processo de envelhecimentos das mulheres do sertão de Goiás, foi realizada uma entrevista de história de vida com uma mulher que viveu as décadas de 50, 60 e 70 neste sertão. As mulheres sertanejas possuem histórias marcadas pelo silêncio, uma vez que a palavra, na cultura da época, era ditada pelos homens. Por isso, é preciso um olhar atento, perscrutador dos gestos e falas do cotidiano dessas mulheres para enxergarmos além

do que as narrativas históricas, construídas a partir do sujeito masculino, têm evidenciado, ou seja, para acessarmos outros protagonismos de vida na perspectiva de mulheres que viveram o sertão.

A essa altura é imprescindível esclarecer o que chamamos de mulheres sertanejas. O conceito "mulheres sertanejas" é mais abrangente do que "mulheres rurais" e pode-se referir tanto às mulheres que vivem no campo, quanto àquelas que vivem nas cidades do interior, em regiões consideradas "sertão" e nas quais prevalecem as relações do mundo agrário, de uma cultura comunitária na qual os laços de parentesco, amizade e vizinhança alimentam o cotidiano da vida nestas cidades.

A diferença é muito sutil, pois, se consideramos Sérgio Buarque de Holanda, até as primeiras décadas do séc. XX, as cidades no Brasil são uma continuação do campo. O campo prevalece sobre as cidades. Ainda assim, o rural tem uma conotação mais específica, enquanto que o conceito sertão comporta tanto o rural como pequenas cidades. Portanto, a pesquisa também lança mão de estudos que dizem respeito à vivência da mulher rural, levando em conta que essas descrições são compatíveis com o modo de vida sertanejo.

Sobre a interface gênero e sertão, acrescenta Cavalcante (2004b):

> O sentido de sertão é referência da condição de isolamento econômico, político e de comunicação até os anos 70 do século XX, em lugares do norte, nordeste, sul, sudeste e centro-oeste do Brasil. Convém ressaltar como Azevedo (*apud* Lima, 1999, p. 50), que esta questão do isolamento não se aplica apenas ao Brasil rural, mas a todo o Brasil em relação a outras nações durante o período colonial e no interior da unidade nacional, entre diferentes grupos e instituições. Isolamento que prossegue no século XX. A categoria gênero referencia a experiência do cotidiano de mulheres de uma cultura local, dita sertaneja. Com relação a essa cultura, convém ressaltar com Sergio Buarque de Holanda, quando pontua, em Raízes do Brasil, a predominância dos costumes rurais sobre o urbano no Brasil dos anos 30/40, que essa tendência persiste até meados da década de 70 do século XX em alguns lugares do Brasil. (p. 1021).

Por se tratar de uma discussão complexa, foram elencados trechos da entrevista que permitirão uma aproximação empírica com os conceitos de envelhecimento, gênero e sertão.

Cabral (2002) diz que a entrevista de história de vida é uma possibilidade de resgatar memórias que podem ser elaborativas. Para a autora, o encontro entre dois sujeitos é um momento que envolve trocas subjetivas e pode descortinar novas possibilidades para o ser em envelhecimento. Sobre a riqueza da fonte oral, acrescenta Parente (2002, p. 300):

> Através da história oral, com suas diferentes versões sobre um mesmo período, cada pessoa, valendo-se dos elementos de sua cultura, socialmente criados e compartilhados, conta não apenas o que fez, mas o que gostaria de ter feito, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. As fontes orais são únicas e significativas por causa de seu enredo, ou seja, representam um caminho através do qual os materiais da história são organizados pelos narradores.

A entrevistada estabelece uma ordem cronológica ao longo do seu percurso, que será respeitada nessa análise. A entrevista tem início com a pergunta: "Conte-me sobre você,

sua história de vida, Dona Amanda[1]", ela responde: "Ixi (sic)... mas tem tanta coisa!" e segue contando sobre o seu nascimento em uma fazenda no interior de São Paulo, sendo a filha mais nova dentre vários irmãos e irmãs. Ainda criança, mudou-se para o interior de Goiás.

Amanda diz ter sido uma criança obediente, pois tinha medo dos castigos impostos pelos seus pais:

> É! Castigo! Num batia assim de tirar sangue não, era mais ajoelhado num, num...(*tenta lembrar a palavra*)
>
> No milho, outra hora amarrava na perna da gente e a gente passava a noite amarrada no pé da mesa, castigo... Aí num fazia mais nada, porque... Porque tinha medo!

Amanda relata que sua mãe era muito severa, enquanto o pai era mais "brincalhão". Sobre sua adolescência descreve um episódio em que a irmã mais velha cortou o cabelo que, segundo ela, era a paixão de seu pai:

> Eu lembro de uma vez que meu pai não queria que a Dilma, minha irmã, a mais velha, cortasse o cabelo; ela tinha o cabelo uma coisa mais linda do mundo, loiro e todo ondulado assim, sabe? A coisa mais linda, e ela foi já tava moça e foi pra Santo Expedito, cortou o cabelo. Nossa!! Mas quando ela chegou, ele pegou um bocado de vara... esse dia ele quase matou ela. Falou: *Você nunca mais, você me desobedece!* Foi! *Nunca mais você me desobedece!*

A entrevistada disse que a irmã cortou o cabelo porque era "danada", pois sabia que iria apanhar. Interessante aqui pontuar a forma como o pai de Amanda manifesta sua autoridade. Levando-se em conta as questões de gênero implicadas, a surra da filha pode ser interpretada como uma forma de o pai delimitar qual o seu espaço e qual o espaço da filha. O pai utiliza a surra como recurso que traz de volta para si o papel de autoridade responsável pelas decisões da família. Esse episódio retrata a força do pátrio poder da época, que evidencia o "poder" do pai até mesmo sobre o corpo das filhas, aqui representado pelo cabelo. Podemos compreender o corte de cabelo da irmã de Amanda como um ato de rebeldia, uma afronta à autoridade paterna. Embora a surra represente o poder do pai sobre a filha, a violência não tem o poder de reverter a situação, isto é, o cabelo já está curto e, de certa forma, o pai fica impotente perante a atitude da filha. Talvez a fúria do pai esteja relacionada, justamente, ao sentimento de impotência provocado pela ação da filha.

Um aspecto marcante do discurso de Amanda sobre sua infância e mocidade é a descrição da dinâmica de sua casa. Ela conta que o pai era comerciante e que sua casa era sempre muito movimentada. Segundo Amanda, havia um cômodo grande no qual os fornecedores ou clientes de seu pai sempre se hospedavam. A casa movimentada refletia na rotina de trabalhos domésticos das mulheres da família. Amanda, as irmãs e a mãe estavam sempre envolvidas em uma rotina de trabalho árduo, que começava cedo e só cessava com o pôr do sol. Assim, ela diz:

> Tinha um *tachão* assim de cobre e punha três pedaço de tijolo e punha aquele *tachão* lá e até que este doce saturava... Quando você acabava de fazer este doce você tava que não aguentava, aqui nos braços, de esfregar aqueles fundo de tacho. Com a colher de pau,

> porque só tinha colher de pau, não existia nem colher assim... *Colherzona* não... Colher de pau... E tinha uns bolos que minha mãe fazia, tal de *brevidade*. Sangue de Jesus, como era difícil amassar esta *brevidade*, você batia assim com a mão (faz o gesto para demonstrar o que está falando)... Enquanto tivesse cheirando ovo, não tava boa a tal da *brevidade*... O trem você punha assim na boca também, o trem derretia assim na boca de tão gostoso que era... Mas dava um trabalho... E coitadinho do que fizesse qualquer teimosia no final de semana, a *brevidade* era daquela... Quem a*massava* a *brevidade* era quem fazia, teimava... Era custoso, terminava você tava com o braço que não aguentava, de dor no braço... Nossa! No dia que falava que ia fazer a brevidade, não sei se porque era muito... Era amassada numa gamela, de pau, porque quase que não existia bacia também, existia mais era gamela, para amassar bolo. Ei!!! Até você dar conta de bater esse trem pra ficar sem feder ovo, pra pôr nas formas, era tipo bolo, era gostoso, mas era trabalhoso.

Pelo discurso de Amanda, percebe-se que as mulheres da família eram muito empenhadas em realizar os serviços domésticos com "perfeição". É possível que a dedicação das mulheres sertanejas a estes serviços esteja ligada ao fato de o espaço doméstico estar intrinsecamente relacionado ao espaço do feminino naquela época. A severidade da mãe na manutenção da organização da casa talvez indique que a casa é o local no qual a mãe, também privada de autonomia pelo marido, pudesse exercer algum poder. Desse modo, vê-se estabelecida uma hierarquia que intitula a mulher como a responsável pelo espaço doméstico e a mãe como aquela que dita as regras do trabalho para as filhas. Ao mencionar como eram lavadas e passadas as roupas na época, esse tom de perfeccionismo também fica evidente. Amanda fala da mãe como a responsável por verificar se o serviço estava sendo realizado com zelo, caso contrário, a mãe exigia que recomeçassem a atividade. Talvez esse aspecto esteja relacionado à imagem de mãe severa que Amanda diz ter tido, como podemos observar nesse trecho da entrevista:

> E era tudo passado! Passava até os panos de prato tudo, diz que é porque se não dava doença. Agora hoje o povo pega roupa sem passar e (risos) veste. Minha mãe não deixava não, até os panos de prato tinha *(sic)* que ser passadinho,passadinho... Se não vai enxugar e... Minha mãe era assim, nós *(sic)* lavava roupa, ela ia no varal e ia peça por peça. E*ssa aqui tá boa,ficava*, *essa aqui não tá*, *vai pro tanque*, *essa aqui não tá*, *tanque.* Ia escolhendo, as que tivesse limpinha ficava no varal as que tivesse suja tinha que lavar de novo... Aí a gente já sabia que não adiantava lavar mal lavado que depois ela ia lá e trazia de volta pra você lavar. Então vamos lavar logo bem lavado, porque... Nossa, não aceitava uma roupa sem ser estendida no arame, se não fosse do avesso, tinha que ser tudo do avesso e você apanhava a roupa, primeiro se passava a roupa do avesso, pra depois você passar ela do outro lado. Tinha que passar duas vezes, se fosse passar uma blusa, primeiro tinha que passar ela do avesso, depois direito...

Muitas vezes a noção de trabalho como castigo também está presente nos relatos da entrevistada. O episódio da "brevidade", acima citado, é um exemplo. Outro fato curioso, que diz respeito tanto à relação de Amanda com o trabalho quanto à sua relação com o irmão mais velho, é o descarregamento do caminhão de algodão. Amanda diz que como esse serviço não era tão "pesado", seu irmão mais velho dizia que só levaria as irmãs para a festa se elas descarregassem o caminhão.

Sob a perspectiva de gênero observa-se que, como homem e mais velho, o irmão tinha autoridade para impor regras. Era ele que acompanhava as moças nas festas da cidade, afinal, como a condição civil das mulheres sertanejas era, muitas vezes, cerceada, Amanda e as irmãs não tinham autonomia para irem sozinhas para a festa. Ademais, era preciso realizar uma troca: trabalhar para garantir o direito de ir à festa. Aqui cabe uma análise sobre o trabalho das mulheres, nesse contexto, que parece adquirir uma conotação "supérflua", dispensável, afinal, se elas não quisessem descarregar o caminhão, outros homens iriam fazê-lo. A consequência para elas seria a não permissão de comparecer na festa.

Ao que parece, quando o trabalho do mundo masculino é assumido pela mulher, sofre uma desqualificação: não é "pesado". Desse modo, o trabalho passa de necessário a supérfluo e a mulher, então, é vista como uma figura dispensável na manutenção da economia familiar. O desmerecimento do trabalho feminino como "ajuda" está presente nesse episódio vivido por Amanda. Aos olhos do irmão, representante do gênero masculino, o serviço proposto não era "pesado", poderia facilmente ser realizado por uma mulher e, além disso, ganhou uma conotação de favor, afinal, era ele que as acompanhavam nas festas.

O comportamento que o irmão mais velho exigia das irmãs nas festas é também interessante. Diz Amanda:

> E falava assim, *que aí, depois vocês vão arrumar confusão...* Ele falava, *eu vou levar, mas chegar lá ó, cês já sabem... Quem que vier tirar vocês pra dançar tem que ir.* E dava confusão mesmo. Ou você não dançava nenhuma, com ninguém, ou senão você dançava com todo mundo... (risos).

Mais uma vez as relações díspares entre os gêneros evidenciam-se. Os homens escolhiam as mulheres na dança e elas tinham um poder de escolha bastante reduzido: elas não poderiam decidir com quem dançar, deveriam acatar o pedido de todos os homens ou não aceitar o convite de nenhum. A possibilidade de dizerem "não" a um homem não era bem vista no contexto cultural sertanejo. Amanda acrescenta que aquela irmã que rejeitasse um pedido era mandada embora para casa pelo irmão, sob o argumento de evitar confusão com os rapazes que ela rejeitasse.

Essa imposição do gênero masculino sobre o feminino não ocorre, contudo, sem resistência por parte das mulheres. As sertanejas encontravam maneiras de contornar essas situações nas quais pareciam estar desprovidas de poder. No relato da história de vida de Amanda essas artimanhas se fazem presentes. De modo bastante singular, ela encontra maneiras de realizar suas vontades sem criar confrontos diretos com os homens. Tomemos como exemplo esse momento da entrevista:

> Ia pra festa, mas quase não dançava nada... Teve uma vez que eu fui e aí enjeitei um e ele pôs (*sic*) eu pra casa na hora. Falou *então:* "cê vai pra casa agora!" E tive que ir embora. Se enjeitasse , era enjeitar e ir embora. Mas aí neste dia eu tava querendo ir embora... (risos)... Também não ia dançar com aquele cara, todo bêbado. Falei: não vou dançar! E outra coisa também, além de ele tava (*sic*) bêbado, ainda levou uma menina pra dizer que queria casar comigo, aí eu não gostava dele, e ele veio me chamar e além de bêbado eu não era muito xará dele, vou já é embora logo, que! Hum, a vida era sofrida sô...

Nesse trecho é notório o modo como Amanda usa da regra estabelecida, pelo irmão, para satisfazer sua vontade de voltar para a casa. A entrevistada negou o pedido do rapaz que não lhe interessava e, com isso, voltou para casa. A ordem de deixar a festa foi do irmão, mas a atitude dela provocou a reação do irmão, que era condizente com a sua vontade naquele momento.

Durante a entrevista, Amanda também relata como foi a relação com namorados durante a mocidade. Ela chegou a ficar noiva, mas não deu continuidade ao relacionamento, pois seu pai não aprovava o rapaz. A entrevistada diz ter tido dois namorados: com o primeiro ela terminou o namoro e noivado e o segundo foi o homem com quem ela se casou. Um episódio curioso aconteceu com o ex-noivo de Amanda: poucos dias antes de ela se casar, ele sofreu um acidente e faleceu. A entrevistada disse que começou um boato na cidade no qual se afirmava que ela teria ficado viúva antes de se casar. Diz Amanda:

> Tinha ficado viúva antes mesmo (risos). Ainda surgiu o boato que eu tinha (não conclui). Uma vez o Carlos, virou pra mim e disse: *Dona. A. eu tenho vontade de perguntar uma coisa para senhora e hoje eu vou perguntar...*Falei, *Uai! Pode perguntar! – Diz que a senhora ficou viúva antes de casar*, eu falei, *Que história é essa? O namorado, o ex- namorado meu morreu, eu já tinha terminado com ele.*

É possível notar que a entrevistada responde ao comentário com certa rispidez. Insinuar que ela teria ficado viúva poderia também ser uma insinuação a respeito de sua virgindade, valor tão caro à sociedade da época. A honra é uma qualidade primordial, que deve ser preservada pela mulher em uma sociedade de poder dos homens como a sertaneja. A entrevistada toma o boato como uma ofensa e é objetiva ao dizer que ele foi apenas seu namorado, não chegou a se casar com ele. Portanto, fez questão de pontuar, em outras palavras, que sua virgindade estava preservada.

Amanda dedica grande parte da entrevista a falar sobre seu casamento com Moacir. A decisão do casamento parece estar pautada em um sentimento recíproco, pois ambos namoravam quando se conheceram e terminaram os namoros para se casarem. Também se notam alguns valores de Amanda na escolha do noivo.

Segundo ela, Moacir "não bebia e era muito da igreja", o que a motivou a casar-se com ele. A entrevistada disse que sua vida ficou mais fácil depois do casamento, pois na casa dos pais trabalhava muito. O que será que teria ficado mais fácil? Talvez, como a casa do pai era muito movimentada, os serviços domésticos de sua casa fossem menores em comparação à casa anterior. No entanto, ao longo da entrevista, Amanda continua descrevendo uma rotina de trabalho árduo em meio à falta de recursos do sertão. Pode-se dizer que, de certa forma, Amanda agora é a dona da casa e isso lhe confere algum grau de autonomia, embora o marido fosse considerado a autoridade da casa. Finalmente, ela não estava mais sob os auspícios de sua mãe, que era exigente com as filhas, quanto aos trabalhos domésticos.

Segundo relata Amanda, ela foi uma moça bonita e seu marido sentia muito ciúmes. Ela diz ter sido vaidosa, mas acredita que, devido ao nascimento das filhas, e depois de um aborto espontâneo e algumas doenças, perdeu a vaidade, pois já não tinha mais tempo para cuidar dela mesma. Diz que tinha um cabelo comprido e bonito, mas teve que cortá-lo, pois

trabalhava muito e não tinha como cuidar dele. Em semelhança ao caso da irmã, ela teve que pedir permissão para o marido para cortá-lo e conta que ele se arrependeu por ter permitido, pois gostava muito do cabelo dela.

Como mãe, Amanda afirma que foi muito severa. As filhas chegavam a dizer: "parece madrasta!". Ela conta que teve que ser muito rígida, pois fazia o papel de pai e de mãe, já que Moacir parecia ser menos ríspido com as filhas. Segundo ela, como ele não as corrigia, cabia a ela fazê-lo. Interessante apontar que a descrição de Amanda, a respeito da dinâmica da família que ela formou, assemelha-se muito à dinâmica familiar de seus tempos de criança, pois ela descreve a mãe como severa e o pai como brincalhão.

Nas brigas com o marido, fica evidente a maneira como Amanda usualmente lida com conflitos: a entrevistada não o enfrentava diretamente. Ela relata um dia em que Moacir ficou furioso porque havia perdido o documento de identidade e a acusou de ter jogado seus documentos no lixo:

> Eu tava fazendo janta, que ele não ficava sem janta de jeito nenhum, aí ele virou e falou assim: *Você jogou minha carteira, varreu minha carteira de identidade no lixo*, e eu tô calada, meteu a mão *no coiso* do fogão, o fogão tinha uma beiradas assim, uma asas... Meteu a mão, na beirada do fogão, e caiu lá no chão: *Você não presta nem pra responder!* Eu falei: *Uai! Cê não disse que quando você fala tem certeza...*

Amanda não discordava do marido. Por outro lado, não se portava de maneira submissa, alheia às chateações que ele lhe causava ou às suas vontades, que eram contrárias ao gosto de Moacir. Ao dar continuidade á sua fala acima citada, Amanda relata como reagiu às acusações do marido a respeito de seus documentos:

> Eu gostava de puxar a rédea dele quando estava só nos dois, que ele tava mais calmo... Aí de noite, depois que fechava o quarto aí a coisa engrossava... Aí ele vinha pro meu lado, e eu: *pode deitar no seu cantinho lá... Cê passou raiva em mim o dia inteiro agora vem me alisando?* (risos) – *É, mais o quê que eu fiz? – O quê que você fez? Isso, isso, isso e isso!!*Aí eu descontava... Chegou minha vez (risos), agora é minha hora...

O que se evidencia nesse trecho chama a atenção, especialmente quando nos lembramos que Amanda solicitava permissão do marido para cortar o próprio cabelo. Parece que ela encontra uma forma de exercer seu contrapoder na relação conjugal: frustrar as expectativas de Moacir quanto às relações sexuais quando ele a magoava ou a tratava com desrespeito. Fica claro na fala da entrevistada que à medida que Moacir "passa raiva" nela, como diz, ela "desconta" privando-o de relações sexuais.

Nota-se, portanto, que a entrevistada assume na relação com o marido uma posição menos verticalizada, na qual também impõe suas regras e condições. Não é possível saber se a rejeição às investidas de Moacir lhe garantia que seus desejos seriam mais respeitados, mas fica evidente que ela estabelecia uma relação de contrapoder com o marido. As atitudes desrespeitosas dele para com ela acarretavam em consequências desagradáveis para ele.

Ainda sobre o casamento, Amanda recorda-se de um único episódio em que se enfureceu com o marido. Na ocasião da reforma de sua casa, Moacir fez uma pintura que respingou na

cerâmica recém-trocada e também não executou as modificações segundo as vontades dela. Nesse dia, Amanda diz que Moacir ficou muito assustado com a reação dela. Segundo Amanda, ele afirmou que "parecia que ela estava com 'aquilo' no corpo". Ela diz que realmente ficou muito exaltada.

Ao relatar a cena, a entrevistada se emociona, diz que se arrepende e pede perdão para o marido (que faleceu). A sua exaltação pode estar relacionada à frustração de reformar a casa exatamente da maneira como tinha planejado. A expressão da fúria contra o marido talvez tenha ocorrido por Amanda tomar para si a responsabilidade de decidir o que deveria ser realizado na reforma e como, uma vez que o espaço doméstico é compreendido como predominantemente feminino.

Uma lembrança alegre de seu casamento é a data das bodas de prata. Amanda conta sorridente que Moacir estava muito feliz, mais feliz do que no dia do casamento (conta ressentida que no dia do casamento o marido bebeu e estava com cara de quem não queria ter se casado). Amanda diz que as núpcias que não aconteceram no dia do casamento, aconteceram nas bodas de prata. Esse trecho nos mostra o quanto ela sentiu-se realizada a partir da felicidade do marido. Ela fala, nas entrelinhas, que o encontro sexual do casal parece ter acontecido, de fato, vinte e cinco anos depois. Esse acontecimento a deixou feliz, talvez por estar sentindo-se realizada e valorizada como mulher após tantos anos de casada.

É possível supor que o sentimento de felicidade de Amanda também esteja relacionado com a realização do projeto feminino de gênero, uma vez que o casamento e a maternidade estavam no cerne desse projeto até muito recentemente. Ao celebrar as bodas de prata, Amanda confirma que o seu "dever" de mulher havia sido cumprido e, portanto, estava de acordo com as expectativas sociais no que diz respeito à trajetória das mulheres sertanejas.

O trabalho tem uma presença relevante no discurso de Amanda. Na infância, com o intenso trabalho doméstico na casa dos pais, e quando casada, com o labor na própria casa e com a educação das filhas. Mas a importância do trabalho na vida de Amanda vai além. Desde cedo, ela trabalhava no comércio de seu pai. Segundo ela, sempre gostou de trabalhar no comércio, inclusive como forma de escapar aos serviços de casa.

Depois de casada, Amanda diz que trabalhou no comércio do marido, embora ele sentisse ciúmes e se queixasse dessa situação. Contudo, Amanda negociou mais uma vez com Moacir a possibilidade de realizar seu desejo. Argumentou que trabalhava no ramo há muitos anos e, além disso, não tinha se casado para ficar "presa dentro de casa!". A entrevistada disse que, "com o tempo", Moacir percebeu que não havia necessidade de enciumar-se e tornou-se mais flexível quanto ao fato de ela trabalhar fora do lar, isto é, no próprio comércio deles.

Um nível maior de independência ainda foi conquistado por Amanda. A entrevistada passou a administrar seu próprio comércio. Ela descreve a situação vivida com o Moacir, que a motivou a buscar sua própria renda:

> Desde o dia que eu pedi um dinheiro pra ele, eu lembro como hoje eu falei pra ele: *M., tô numa dor de cabeça, eu queria um remédio, precisava comprar um remédio lá na Dona Helena.* Ele tirou o dinheiro, quando eu cheguei ele virou pra mim e falou: *Cadê o troco?* Eu falei: *Troco? Troco de quê, que cê me deu o dinheiro mal deu pra mim comprar o remédio, eu fiquei foi devendo, cêta pedindo troco...* Falei: *Eu não peço mais não.* Eu era meio *opiniosa.*

Amanda conta que desde criança tinha vontade de ter as próprias coisas, não gostava de pedir dinheiro para o seu pai. Aos nove anos, quando iniciou o trabalho no comércio do pai, exigiu dele que ganhasse uma quantia mensal de dinheiro, já que o estava auxiliando com as vendas. Mais uma vez, a habilidade de negociar com os outros a possibilidade de realizar seus desejos se fazem evidentes. Amanda ainda era criança, mas tinha um senso de independência e, especialmente, independência financeira aguçado, o que tornou difícil para ela prestar contas ao marido. Talvez esse senso de independência que a mobilizou a trabalhar com o pai também tenha motivado o investimento no próprio negócio. A partir de um dinheiro que lhe foi concedido pelo seu pai, Amanda tomou a seguinte iniciativa:

> Ai ele arrumou, pegou e vendeu um trator, me deu o dinheiro, aí eu peguei o dinheiro, mandei pro nordeste, mandei trazer umas blusas bordadas do nordeste, aí estas blusas vinham pelo correio, fazia um sucesso, fia. Aí eu mandava o dinheiro de novo, punha o dinheiro numa cartinha, num envelope e mandava pro Ceará, a minha concunhada comprava, mandava pelo correio, aí eu vendia aquele, aí um dia eu resolvi: *Vou pra São Paulo*, por isto que eu falo pra você que eu era decidida. Eles: *Quê que você vai fazer no São Paulo...* Eu falei: *Vou comprar roupa pra vender*, - *Ah, cê não vai não*, eu falei: *Vou! Eu vou, não vou ficar dependendo de homem! Nunca dependi de ninguém!*

Vê-se pelo relato contundente de Amanda que a independência financeira é muito valorizada por ela própria. Além de atribuir bastante valor ao trabalho e à própria renda, Amanda organiza-se para que sua independência financeira se efetive. Como estava decidida a investir no comércio de roupas, pois afirma que sempre foi uma pessoa decidida, Amanda fez por onde realizar seu projeto. Diz:

> Ah, eu devia ter uns vinte e cinco, uns vinte e cinco anos... Pegava o ônibus aqui e ia pra Anápolis, de Anápolis ia pra São José do Rio Preto, e de lá, eu ia pra São Paulo... E aí vinha aqueles pacotes de coisas, nos ônibus, aí depois surgiu as excursão. Aí eu já ia com a *excursão*. Ia pra Goiânia de Goiânia eu ia pra (*não conclui*). Todo mundo ficava admirada de eu sair sozinha e eu ia sozinha e Deus, e minha *oração* e os terços na mão. E aí, graças a Deus, nunca aconteceu nada comigo, nunca. Só uma vez que um cara começou com gracinha comigo, mas o motorista cortou ele (*sic*) também e eu nunca contei isso para o M.... Depois ia cortar minhas viagens.

Foi preciso enfrentar os pais, que disseram: "cê não vai, não!" e, também, negociar com Moacir. Interessante notar como Amanda observa o que o marido considera imprescindível na rotina doméstica e, para que ele não a impeça de dar continuidade ao trabalho e às viagens, age de modo a corresponder às expectativas dele:

> Mas aí eu já fazia o seguinte [...] fazia bolo, enchia os vidros de bolo, enchia tudo de doce, tudo pra ele comer, passava, lavava roupa. O dia que eu ia pra São Paulo mesmo, eu passava quase a noite inteira... Lavava a roupa todinha e passava tudinho porque uma coisa que ele brigava era roupa amarrotada... Tudo na vida podia acontecer, casa bagunçada, comida fora de hora... Mas que não desse uma roupa amarrotada, pra ele não, que a briga era feia... Bem passada... Era única coisa que ele tinha implicância, de na linha... Era a única coisa que ele era implicado [...]. E eu saía e deixava tudo assim, ele gostava de tudo combinando, fazia

> assim, a calça, a camisa a cueca e as meias, sapato engraxado, no jeitinho só dele pegar, a chinela do lado da cama mesmo, aí ele não ficava não, eu podia ir, eu ia ficava dois dias, ia embora, chegava, aí ele comia na casa da mãe dele... Mas fazer comida ele não fazia não...

É evidente a importância que o trabalho assume na vida de Amanda que, para dar continuidade ao seu empreendimento, assumiu uma jornada tripla de trabalho: organizar a casa de acordo com a vontade e os hábitos do marido, cuidar das filhas (que na ocasião das viagens ficavam na casa de parentes) e dedicar-se ao seu negócio. Além de um desejo pessoal de empreender, a possibilidade de não recorrer ao marido para pedir dinheiro também motivava Amanda nessa rotina.

Ademais, um fator importante mencionado pela entrevistada é que ela gostaria de investir no estudo das filhas. Segundo ela, por parte de Moacir não havia incentivo para que elas estudassem, mas Amanda estava decidida a trabalhar para contribuir com a formação das meninas. O trabalho e a renda própria apresentam-se como uma possibilidade de afirmação da autonomia e reafirmação da identidade de Amanda. Com muito tato, conciliou as atividades com Moacir e com as filhas, a resistência dos pais e do marido e, até mesmo, os problemas intrínsecos ao manejo de seu empreendimento. Foi capaz de realizar seu desejo de ser independente e de propiciar autonomia às filhas por meio dos estudos. Ao olhar para sua própria história, Amanda investe em um futuro diferente para as filhas, talvez aquele que gostaria de ter tido.

Amanda diz que a velhice não é fácil. Ficou viúva após trinta e cinco anos de casada e sente-se muito só. A queixa da solidão remete à discussão teórica sobre a falta de espaços sociais nos quais os mais velhos possam realizar trocas satisfatórias e necessárias a uma vida saudável. A igreja está muito presente no cotidiano dos moradores das cidades ditas sertanejas e desempenha um papel importante no que diz respeito à atuação das mulheres como as responsáveis por organizar as celebrações e festas religiosas. A igreja é um dos espaços sociais mais frequentados por Amanda e onde são mantidos muitos de seus vínculos.

Apesar de os equipamentos sociais voltados para o bem-estar dos idosos e de as políticas públicas, nesse sentido, serem escassas no Brasil, pode-se dizer que Amanda, como moradora de uma cidade pequena do interior de Goiás,desfruta de uma maior liberdade do que outras mulheres que residem em grandes cidades. Essa liberdade refere-se à própria liberdade de locomoção. É possível ir ao banco ou ao médico, por exemplo, com mais facilidade e independência, isto é, dar continuidade aos afazeres cotidianos com maior autonomia; e também ao fato de laços de camaradagem estar muito presente em cidade interioranas, nas quais é possível estabelecer um diálogo mais frequente com os vizinhos ou com algum conhecido que se encontre na rua, por exemplo. Desse modo, talvez as pequenas cidades propiciem às pessoas em processo de envelhecimento a manutenção de laços sociais mais estreitos com a comunidade na qual residem.

Ao final da entrevista, Amanda faz um balanço da sua história de vida e diz que uma das coisas mais difíceis da velhice é a solidão. Além disso, as doenças também a incomodam. Ela afirma que "cada dia aparece uma coisa aqui, outra ali...". Volta a afirmar que sente muita falta de Moacir, mas que várias coisas boas ficaram da relação deles: ela menciona as filhas e os

netos. Quando Amanda relata um sentimento de solidão, não fica exatamente claro se essa solidão remete à falta do marido ou a uma queixa por falta de amizades ou mesmo porque gostaria de passar mais tempo com as filhas e com os netos.

A partir do relato de sua história de vida, Amanda transmite uma sensação de dever cumprido e satisfação com as coisas que realizou na vida, mas sua perspectiva de futuro parece estar limitada pela proximidade da finitude. Amanda não fala muito sobre vontades ou projetos que ainda pretende realizar, apesar de ter falado com propriedade do que foi capaz de realizar e construir ao longo da vida. Em vários momentos, refere-se ao presente como um momento que não é o seu quando diz, por exemplo: "as pessoas de hoje", "hoje em dia".

Por vezes, Amanda expressa certo estranhamento com o tempo presente, ao afirmar: "hoje é diferente!", "hoje em dia as pessoas vestem roupa sem passar...", como se o seu tempo fosse o passado, uma vez que lá se encontram seus projetos e suas realizações. Amanda diz pouco sobre seu próprio processo de envelhecimento. Durante a entrevista, priorizou relatar os acontecimentos do passado, como se não considerasse o presente como um espaço no qual pudesse continuar construindo a própria história.

Ao final da entrevista, Amanda demonstra uma sensação de inércia ou impotência diante da finitude. Diz ela: "daqui pra frente é só esperar." Interessante observar o quanto essa atitude, de certa maneira conformista, se contrasta com a própria história de vida dela. Amanda é uma mulher que se adaptou aos preceitos do feminino tradicional da época: casar-se e ter filhos. Por outro lado, suas realizações não se restringiram a esse modelo.

Além de ser esposa e mãe, ela construiu meios de realizar seu desejo pessoal de trabalhar no comércio e de bancar a própria independência financeira. Para tanto, foi ousada e demonstrou habilidade em negociar com o marido ou quaisquer outras pessoas a realização de seus desejos, sem confrontos diretos. No final da entrevista, quando faz um balanço a respeito de sua vida, o que é priorizado na sua análise é tudo o que realizou nos preceitos de um feminino tradicional. Ao mencionar que "daqui pra frente é esperar", Amanda fala a partir de um aspecto desencantado do envelhecimento: esse que revela a solidão, a decrepitude do corpo e um sentimento de inércia mobilizado pela proximidade da morte.

O outro aspecto mais ousado presente na sua história de vida não é referendado por ela ao considerar a sua velhice. Amanda volta-se para prescrições sociais tradicionais sem valorizar sua realização pessoal, que ousou dentro de um projeto social. Ao entrar em contato com o próprio envelhecimento, Amanda não leva em conta "a paixão sempre possível...", que esteve tão presente na sua trajetóriade vida. "Paixão" essa que está sempre à espreita, disposta a movimentar as águas do rio de nossas vidas.

Nota

1 Entrevista realizada em Janeiro/2011 por Melina Borges Rosa Cavalcante. Foram utilizados nomes fictícios para a entrevistada e para as pessoas às quais ela se refere ao longo da entrevista.

Referências

CABRAL, Patrícia. **Idosos reconstruindo-se com suas histórias**. São Paulo, 2002. 107 p. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CAVALCANTE, Maria E.S.R.Gênero e perspectivas de Pesquisa Histórica no Brasil Central. **Fragmentos de Cultura**. Goiânia, Ed. PUC GO, v. 14, n. 6, jun. 2004b. p. 1021-1025.

CAVALCANTE, Melina. **Biografia Feminina, Gênero e Envelhecimento**: a vida de uma mulher do sertão goiano. São Paulo, 2011. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

GOLDFARB, Delia. Corpo e temporalidade: contribuição para uma clínica do envelhecimento. **Psicogerontologia: fundamentos e práticas**. Curitiba, 2009. p. 89-101.

_____. **Corpo, tempo e envelhecimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

MONTEIRO, Pedro Paulo. **Envelhecer**: Histórias, encontros e transformações. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 272 p.

PARENTE, Temis G. Mulheres (In) visíveis: cotidiano nos sertões de Goiás no século XIX. **Estudos**: Revista da Universidade Católica de Goiás. Goiânia, v. 29 (especial), mar. 2002. p. 285-308.

Recebido em 28 de fevereiro de 2015
Revisado em 05 de novembro de 2015
Aceito em 08 de novembro de 2015

DOI 10.5216/o.v15i2.36738

A problematização de *gênero* em *Os homens que eu tive* (1973): filme de Tereza Trautman

*Alcilene Cavalcante Oliveira**

Resumo: Neste texto, parte-se da ideia de que objetos culturais, especificamente filmes, realizados no Brasil, na década de 1970, dialogaram com valores, concepções, ideias, projetos e práticas que constituíam as culturas políticas em curso no país; dentre as quais a cultura política feminista, que se engendrava no período, e a autoritária, fomentada pela ditadura civil-militar. Tais culturas políticas defendiam ideias completamente distintas sobre os papéis sociais atribuídos a homens e a mulheres, na sociedade. Inserida neste contexto, Tereza Trautman realizou seu longa-metragem, de ficção, *Os homens que eu tive*, lançando-o em 1973, quando o filme foi interditado pelo regime. Analisamos as representações de gênero e o diálogo com as ideias feministas empreendidos na trama.

Palavras-chave: Autoria Feminina; Cinema; Ditadura; Feminismo; Gênero.

* Doutora em História, professora da Universidade Federal de Goiás/Regional Goiânia (UFG), Goiânia, GO, Brasil.
E-mail: alcilenecavalcante@gmail.com

Gender Problematization in "*Os Homens que Eu Tive*" (1973): A Film by Tereza Trautman

Abstract: This paper begins with the idea that cultural objects, specifically, films made in Brazil way back in 1970's, dialogued with values, conceptions, ideas, projects and practices that constitute the ongoing political cultures in the country. Among them, it is possible to identify the feminist political culture, which is engendered in that period, and the authoritarian culture fostered by the civil-military dictatorship. Such political cultures advocated completely different ideas about the social roles assigned to men and women in society. Within this context, Tereza Trautman produced her fiction feature film "Os *homens que eu tive*". It was cast in 1973 when the military regime censored it. This article analyzes the representations of gender and the dialogue with feminist ideas from the 1970's, addressed in the plot.

Keywords: Female Authorship; Cinema; Dictatorship; Feminism; Gender.

La problematización de género en "*Os homens que eu tive*" (1973): película de Tereza Trautman

Resumen: En este trabajo, se parte de la idea de que los objetos culturales, específicamente las películas, hechas en Brasil, en la década de 1970, dialogaron con valores, concepciones, ideas, proyectos y prácticas que constituían las culturas políticas en curso en el país; incluyendo la cultura política feminista, que se engendra en el período, y la autoritaria, fomentada por la dictadura cívico-militar. Tales culturas políticas defendían ideas completamente diferentes acerca de los roles sociales asignados a hombres y mujeres en la sociedad. Insertado en este contexto, Tereza Trautman celebró su largometraje, de ficción, Os *homens que eu tive*, en 1973, cuando la película fue prohibida por el régimen. Analizamos las representaciones de género y el diálogo con las ideas feministas, de los años de 1970, en la película.

Palabras clave: Autoría Femenina; Cine; Dictadura; Feminismo; Género.

Introdução

Como o título deste texto indica, abordaremos o filme brasileiro *Os homens que eu tive* (1973), de Tereza Trautman. Trata-se de um longa-metragem, de ficção, realizado por mulher no início dos anos 1970, do qual destacaremos sequências que problematizam, especificamente, as relações de gênero naquele período de ditadura civil-militar no país, para mostrar como esse filme dialogou com o recrudescimento do ideário feminista, à época.[1]

Em 1973, a jovem cineasta paulista Tereza Trautman lançou seu primeiro longa-metragem de ficção em salas de cinema, no Rio de Janeiro. O filme ficou em cartaz durante seis semanas, inclusive em Belo Horizonte, sendo que já no final da primeira semana de exibição o custo de produção havia sido totalmente coberto. A despeito de se tratar de uma produção de baixo orçamento, "foi um trunfo de bilheteria, as filas eram enormes para ver esse filme. Recebeu também boas críticas" (Entrevista de Trautman concedida a PLAZAOLA, 1991, p. 241).

Contudo, certa espectadora da capital mineira, indignou-se com o filme, reclamando a alguém, de alta patente do exército, sobre a "ameaça à moral e aos bons costumes" que o longa-metragem impingia, o que acarretou a censura do mesmo – conforme Trautman ouvira nos corredores da Polícia Federal, naquele ano (SILVA, 2012, p.17). Todavia, Veiga (2013) suscita a hipótese de que a acusação sobre o filme tenha partido de alguém das relações pessoais do general Antônio Bandeira, já que não se encontrou notificação alguma a esse respeito nas peças processuais de censura, desvelando o caráter arbitrário da interdição nos anos 1970. Segundo Trautman: em 1973,

> [...] proibiram todos os filmes que se encontravam em cartaz, filmes como "A classe operária vai ao paraíso"; "Mimi Metalúrgico" e "Zabriskie Point". O único filme nacional que se encontrava em cartaz era o meu. Proibiram-no, retiraram-no de cartaz e não o liberaram. Acusaram-no de tudo e de nada: atentado contra a família brasileira, era a minha vida de militante, etc. (PLAZAOLA, 1991, p.242).

Ao se examinar a censura de filmes no período da ditadura civil-militar no Brasil, indaga-se sobre o porquê de o longa-metragem de Trautman, diferentemente de outros como, por exemplo, *Toda a nudez será castigada* (1973), de Arnaldo Jabor, ter permanecido interditado até 1980. Tanto Alberto Silva como Ana Veiga – que realizaram análises pontuais sobre esse filme – procuraram responder tal pergunta indicando o caráter transgressor do longa, que contrariava o discurso normativo e o modelo de feminilidade, por conseguinte de gênero, difundido pelo regime militar (SILVA, 2012; VEIGA, 2013). Corroboramos tal argumento, propondo abordar, conforme assinalado acima, sequências do filme, a partir de diálogos, que problematizam, especificamente, as relações de gênero.

Saliente-se que inscrevemos este trabalho na perspectiva dos estudos que abordam filme como fonte histórica, tomando-o como documento-fílmico e, como tal, testemunho do presente, do período no qual foi realizado (ROSSINI, 2006). Parte-se do pressuposto de

que cineastas encontram-se inseridos em determinadas sociedades e épocas, nas quais compartilham valores e "diferentes percepções e apreciações do real", o que exprimem em seus filmes (PERNISA JR, 2008).

Além disso, cineastas utilizam-se de repertórios de representações de sua época para "(re)construir passado, presente, futuro". Por essa razão, "o modo como uma história é narrada, bem como o ponto de vista do qual parte, podem ser datados, localizados no espaço e no tempo, relacionados com a sociedade que os criou" (ROSSINI, 1999, p. 20). Acrescente-se que um(a) cineasta pode "ir além de sua própria época". Contudo, seu filme exprimirá seu próprio tempo, "nem que seja para mostrar aquilo que estava latente, mas ainda não se percebia claramente" (ROSSINI, 1999, p. 20). Em sendo assim, um filme, no caso, *Os homens que eu tive*, a despeito de configurar um objeto cultural que opera com representações, é tomado como "um documento de discussão de uma época" (CAPELATO, 2007).

Este texto está dividido em três partes: nas duas primeiras, destacam-se alguns aspectos conceituais, relativos ao contexto dos anos 1970, no qual se insere a realização cinematográfica de autoria feminina, dentre as quais a de Tereza Trautman, para, em seguida, tratar sequências do filme *Os homens que eu tive*, que se referem diretamente à questão de gênero.[2]

Anos 1960/1970: visões de mundo em disputa

O filme de Tereza Trautman foi realizado, lançado e interditado no contexto de ditadura civil-militar no Brasil. O regime considerava que havia uma "ameaça moral" em curso, acarretada pelo comunismo internacional e ao qual estaria alinhado o feminismo (FICO, 2002, p. 260).[3]

Em tal período, independentemente do grupo militar que exercesse diretamente o poder político, procuravam-se impor certa visão de sociedade, reforçando a velha lógica denominada *patriarcal*, na qual os papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres mantinham conotações diferentes e desiguais. Se a expectativa era de que os homens fossem dominadores, heterossexuais e provedores de família, ocupando o espaço público e havendo certa permissividade quanto a seus comportamentos em relação às mulheres, para elas, de outro modo, reiteravam-se o lugar tradicional de esposa, mãe e dona-de-casa – guardiã da família e dos bons costumes.[4]

A desigualdade engendrada em tais papéis colocava as mulheres em situação de subalternidade em relação aos homens, o que se tornou um dos motivos centrais do movimento feminista incipiente, *denominado segunda onda* (SOIHET, 2013; PRADO, 1979).[5]

Ao se analisar o período, sob a ótica do conceito *cultura política*, torna-se possível perceber diferentes concepções, valores e projetos de sociedade em disputa naquele período, mesmo que em situação de violência política empreendida pelo Estado (MOTTA, 2013).[6] Nesse sentido, no período de ditadura civil-militar brasileiro, verifica-se certa cultura política, tributária de ideias e experiências autoritárias expressas, por exemplo, nas ações de mulheres. Reunidas em associações cívicas, elas organizaram as *Marchas da família com Deus e Liberdade*,

em apoio ao golpe e ao regime civil-militar. Paralelamente, localiza-se o recrudescimento e a visibilidade política e social relativas ao ideário feminista de emancipação das mulheres (CORDEIRO, 2009; SOIHET, 2007).

No período, verificam-se a articulação de grupos de mulheres em torno do feminismo, a elaboração e circulação de ideias e de valores em defesa da autonomia e dos direitos das mulheres, a crítica à desigualdade entre homens e mulheres, bem como práticas que se manifestam no campo da política e da vida social, engendrando o que Rachel Soihet denomina cultura política feminista (SOIHET, 2007, p. 414).

Do mesmo modo, no campo das artes, em particular do cinema, ainda de modo tímido, as mulheres saíam, nos anos 1970, dos escritórios das produtoras e dos bastidores dos *sets* de filmagem para assinar roteiros e direções de filmes, dialogando com o repertório feminista, como nos mostram os trabalhos recentes de Flávia Esteves (2007; 2013), Alberto Silva (2012), Ana Veiga (2013), Alcilene Cavalcante e Karla Holanda (2013a) – para citar alguns trabalhos – sobre as cineastas Ana Carolina, Tereza Trautman e Vera de Figueiredo.

Destaca-se, portanto, um contexto de tensão entre culturas políticas distintas, no qual filmes foram realizados por cineastas mulheres e personagens femininas protagonizaram filmes realizados por homens como, por exemplo, *Xica da Silva* (1976), de Cacá Diegues, A *dama da lotação* (1976), de Neville d'Ameida, A ilha dos prazeres (1977), de Carlos Reichenbach e *dona Flor e seus dois maridos* (1976), de Bruno Barreto.

O Feminismo nas telas

Nos anos 1970, de acordo com o trabalho pioneiro das pesquisadoras Elice Munerato e Maria Helena Oliveira (1980), nove mulheres cineastas fizeram dez filmes, no Brasil. Trata-se dos seguintes títulos e diretoras: *O segredo da Rosa*, de Vanja Orico (1973); *Mestiça*, de Lenita Perroy (1973); *Os homens que eu tive* (1973), de Tereza Trautmann – liberado pela censura com o título *Os homens e Eu* (1980); *Encarnação*, de Rose Lacreta (1974); *Feminino Plural*, de Vera de Figueiredo (1976); *Marcados para viver*, de Maria do Rosário (1976); *Cristais de Sangue*, de Luna Alkaly (1976); *Mar de Rosas*, de Ana Carolina (1977); A *mulher que põe a pomba no ar*, de Rosangela Maldonado (1977) e *Samba da criação do mundo*, de Vera de Figueiredo (1978).[7]

Essas cineastas estavam inseridas em um contexto histórico em que as ideias feministas circulavam, criticando e reelaborando a problemática da dominação masculina e do papel atribuído às mulheres em sociedade. Mesmo que elas não se filiassem diretamente ao feminismo ou não se autodenominassem como tal, a exemplo de Ana Carolina e Vera de Figueiredo – para citar apenas duas cineastas. Ao se analisar seus filmes, identificam-se neles elementos de uma cultura política feminista, como a crítica a certos valores que oprimiam as mulheres e a valorização de certa guinada subjetivista em filmes como *Mar de Rosa*, da primeira cineasta, e *Feminino Plural*, da segunda cineasta, mencionadas acima.

Desde os anos 1960, o movimento feminista recrudescera com expressividade nos Estados Unidos e na Europa, no bojo da contracultura, questionando "a organização sexual, social, política, econômica e cultural de um mundo profundamente hierárquico, autoritário,

masculino, branco e excludente" (RAGO, 1995, p. 12). As esquerdas tradicionais, no Brasil e no mundo, à época, acomodavam-se bem, já que reproduziam as desigualdades nas relações de gênero e viam o feminismo como ameaça (ARAÚJO, 2001; HOLLANDA, 2004, p. 38; SOHIET, 2013).

Os movimentos feministas contestavam radicalmente o modelo de feminilidade difundido na sociedade, segundo o qual as mulheres deveriam – na condição de esposas, mães e filhas – permanecer submetidas ao domínio masculino, como coadjuvantes ou auxiliares dos homens, seja no âmbito público ou no privado. Com isso, o feminismo emergia no final dos anos 60 como força de crítica radical, teórica e prática, ao modelo vigente e denunciava "as múltiplas formas de dominação, denominada patriarcal" (RAGO, 1995, p. 31).

Nas agendas feministas sobressaíam, ainda, entre os anos 1960 e 1980, as "políticas do corpo", relativas às reivindicações em favor dos direitos de reprodução e de questões do corpo e da sexualidade, tais como: prazer, contracepção e aborto. Essas questões fomentavam elementos para se desmitificar o amor materno e desnaturalizar a reprodução, ou seja, colocá-la no rol das escolhas, da opção e não da obrigatoriedade (ou inevitabilidade), decorrente do pré-estabelecimento de uma "natureza feminina" (SOIHET, 2005; 2007; BADINTER, 1985).

Além disso, tais movimentos pautavam a violência sexual como um problema social, não mais restrito ao privado, como assinalado em nota acima. "Dessa forma, as feministas enfatizavam o caráter político das questões ligadas ao cotidiano e [à subjetividade]" (SOIHET, 2007, p. 419).[8]

A despeito da "avaliação bastante negativa do feminismo" na América Latina, entre intelectuais e artistas, na década de 1970 – o que, certamente, estava relacionado às estruturas de poder e aos estereótipos vigentes, as ideias feministas circularam na região "através de livros, folhetos, periódicos, grupos de discussões". Além disso, foram apropriadas e defendidas por diferentes ativistas de movimentos sociais, de correntes estritamente políticas e, em alguma medida, em filmes feitos por mulheres (SOIHET, 2013, p. 308; CAVALCANTE, 2013a; PEDRO, 2008, p. 75).

É, ainda, na década de 1970 que teóricas feministas, principalmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, voltaram-se para o cinema. Dentre as principais críticas feministas de cinema, destaca-se, à época, Laura Mulvey. Em seu artigo *Prazer visual e cinema narrativo*, analisa a narrativa clássica hollywoodiana e desmonta o dispositivo de subjugação feminina, que se sustentava na forma como as personagens do sexo feminino eram representadas.

A autora criticou, nesse trabalho, "a relação entre imagem e olhar predominante no cinema narrativo clássico" e lançou as bases para "a construção de outras possibilidades de olhar e de outras linguagens do desejo, a partir do projeto de um cinema de vanguarda, ou contra cinema – incluindo aí a ideia de um cinema feminista" (MALUF, 2005, p. 343-344). Acrescente-se que "a teoria feminista europeia dos anos 1970 colocava como fundamental a ruptura estética como ato de denúncia contra as representações das mulheres no cinema" (VEIGA, 2013, p. 38).

Os apontamentos de Mulvey, naquele texto, de 1973, eram condizentes com o momento da história do feminismo, no qual ela estava inserida e o acento recaía, entre outros lugares, na crítica ao sistema denominado *patriarcal*, por conseguinte ao modelo vigente de feminilidade.[9]

Sublinhe-se que tais ideias encontraram ressonância, conforme se mencionou acima, em diferentes filmes brasileiros realizados por mulheres nos idos da década de 1970, especialmente ao construírem personagens femininas que protagonizavam as tramas, rompendo com os valores daquela ordem que subjugava as mulheres.

A problematização de gênero no primeiro longa-metragem de Tereza Trautman

Quando Trautman realizou seu primeiro longa-metragem, Os homens que eu tive, já havia se aproximado da Reunião de produtores independentes, que incluía João Batista de Andrade, Luís Sérgio Person, João Silvério Trevisan e Carlos Reichenbach. Ela havia realizado, em parceria com o cineasta José Marreco, o longa-metragem Fantasticon: os Deuses do Sexo (1970) e, ainda, a assistência de direção de filmes de Alberto Savá como, por exemplo, Revólveres não Cospem Flores (1972). Além disso, co-assinou alguns roteiros com este cineasta (História do Cinema Brasileiro – Site de Difusão da História do Cinema Brasileiro na Internet. Disponível em: <http://www.historiadocinemabrasileiro.com.br/tereza-trautman>. Acesso em: 3 mar. 2014.).

Depois, Trautman trabalhou em outro filme dirigido por Savá, *Ana, a Libertina* (1974); fez o seu próprio curta, O *Caso Ruschi* (1977) – premiado no Festival de Brasília – e coassinou o roteiro de Os *Saltimbancos Trapalhões* (1981). Somente em 1987, voltou à direção de longa-metragem, com o drama *Sonhos de menina-moça*, que mostra conflitos familiares de três gerações de mulheres em um casarão carioca (VEIGA, 2013).[10]

Em Os *homens que eu tive*, a jovem diretora levou para a tela questões caras ao feminismo, tais como a valorização da autonomia, do desejo e da sexualidade feminina, e destacou elementos próprios da contracultura como, por exemplo, o tema do "amor livre".

O roteiro do filme, assinado por Trautman, foi inspirado na vida da atriz Leila Diniz, cujas "atitudes consideradas liberais", eram vividas no cotidiano de parte da juventude da Zona Sul carioca naqueles anos" (VEIGA, 2013, p. 235-36). Tratava-se da sexualidade, da liberdade e do amor livre. Experiências relatadas na entrevista concedida pela atriz em O *Pasquim*, em 1969, cujo teor considerado escandaloso "rendeu[-lhe] um interrogatório na Polícia Federal, além do ostracismo no meio artístico, impedindo-a de trabalhar durante um bom tempo" (SILVA, 2012, p. 17).[11]

Leila Diniz protagonizaria o filme de Trautman, se não tivesse morrido em um acidente aéreo, às vésperas da filmagem. Assumiu a personagem, então, a atriz Darlene Glória, cuja imagem encontrava-se vinculada a personagens femininas que exprimiam liberdade sexual como, por exemplo, o papel de Ana, no filme *São Paulo Sociedade Anônima* (1965), de Luís Sérgio Person, e a prostituta Geni, protagonista do filme *Toda nudez será castigada* (1973), de Arnaldo Jabor (SILVA, 2012, p. 17).

No filme de Trautman, vemos, na primeira cena, conforme imagem abaixo, um casal branco, de classe média, aparentemente heterossexual, sentado a uma mesa, tomando café da manhã.



Figura 1: Os homens que eu tive, 2'14

A representação de um casal brasileiro, de classe média, nos anos 1970, de acordo com a imagem acima, pode mobilizar de imediato aqueles valores patriarcais dos quais estamos tratando aqui: a mulher subserviente e o homem se inteirando do mundo público, à mesa do café, antes de sair para o trabalho. Todavia, a cena desvela dois aspectos importantes: Dôdi, o personagem de Paulo Gracindo Jr, imprime certo distanciamento de sua esposa, Pity, personagem de Darlene Glória, ao tomar café, lendo jornal – o que não causa estranhamento. O segundo refere-se aos objetos cênicos dispostos à mesa, dentre os quais um telefone que tocará. Na sequência, Pity atende à chamada de Peter, personagem de Arduíno Colassanti, que lhe convida para trabalhar na produção de um filme que está realizando – o que também não causa estranhamento, já que mulheres se inseriam no mercado de trabalho, no período.

Aquela imagem começa, todavia, a se desfazer, ainda nessa sequência, quando Pity comunica ao esposo, que vestia o terno pra sair, que encontraria Peter para tratar da proposta do filme e que não era para ele esperá-la, à noite, porque iria à boate com o Sílvio – interpretado por Gabriel Archanjo –, que, talvez, depois, dormisse lá, no apartamento deles.

O tema da liberdade e da relação aberta é sinônimo de amor livre. Os envolvidos não se prendem às convenções que impedem a experimentação de desejos por outras pessoas, proveniente da efervescência cultural dos anos 1960, que estimulava mudanças nos comportamentos sexuais e afetivos, sobretudo com o acesso a métodos anticoncepcionais. O tema é colocado em tela já nos primeiros minutos do filme, em meio à apresentação dos personagens e ao delineamento do fio condutor da trama.

Em outra sequência, Pity vai à praia com Bia, personagem de Ítala Nandi, que lhe apresenta Torres, interpretado por Milton Moraes, que demonstra claramente interesse

sexual-afetivo pela protagonista. Em seguida, vemos Sílvio sair do mar, aproximar-se das duas amigas e beijar Pity na boca.

Mas o tema é abordado verbalmente, na sequência em que vemos Dôdi deitado no sofá, no apartamento do casal, fumando e lendo jornal. Ao som da campainha, senta-se e bate o cigarro no cinzeiro. A câmera desloca o olhar para a porta e vemos Sílvio adentrar-se e cumprimentar Dôdi, que lhe retribui o aceno.

Sílvio, tendo na mão um molho, inclusive contendo a chave daquele apartamento, senta-se no sofá, ao lado de Dôdi e inicia diálogo sobre Pity:

> Sílvio: – Como é que é?
>
> Dôdi: – Tudo legal. Cadê Pity?
>
> Sílvio: – Ué, ela não tá aqui?
>
> Dôdi: – Não. Ela me disse que vocês iam à boate hoje, à noite.
>
> Sílvio: – Pois é. Ficou de aparecer lá pelas sete horas e como não apareceu, nem telefonou... eu achei que vocês estavam curtindo uma muito boa por aqui.
>
> Dôdi: – E eu achei que vocês dois estavam curtindo uma boa.
>
> Sílvio: – É... você tem ideia de onde ela possa estar?
>
> Dôdi: – Eu acho que ela deve estar com o Peter. Ele telefonou hoje, pela manhã.

É certo que, neste texto, perdemos a dimensão dos gestos, dos olhares, bem como do áudio, cujas pausas e traços fonéticos do diálogo, desvelam ironia, provocações, insinuações e apreensões. Mesmo assim, no trecho acima é possível perceber a linguagem, a gíria, usada no período em questão, e a presença do cigarro como elemento constitutivo do gestual elaborado a cada situação (de espera, de iniciativa, de reflexão...), além das representações do masculino e do feminino, em meio aos embates de um relacionamento aberto, em situação de equidade.

Os homens encenados, envolvidos em uma relação com uma mulher, deparam-se com a ausência dela – esposa de um, amante/namorada do outro – que, não se encontrara nem com um, nem com o outro, insinuando, portanto, sua autonomia e possibilidades de desejos.

Há na trama certa cumplicidade entre Dôdi e Sílvio. Sugerem que não haveria problema se Pity tivesse se ausentado para estar com um deles. Afinal, ambos imaginaram que ela estivesse com um deles "numa boa". O problema não é o outro, isto sim, o desejo dela de não estar com nenhum deles. Coloca-se em relevo a liberdade, a autonomia e o desejo de Pity.

A cena desvela lampejos da perda de controle dos dois homens, o que é evidenciado ainda mais no movimento incessante das chaves, que Sílvio trazia à mão, quando Dôdi anuncia que Pity poderia estar com Peter – com outro homem e não com eles. A estabilidade, a ideia de controle masculino, que poderia haver naquela relação aberta estava ameaçada. O movimento de câmera também enfatiza essa instabilidade por meio de um *close* nas chaves, que balançam, na mão de Sílvio, conforme a imagem abaixo:



Figura 2: Os homens que eu tive, 8'44

Trautman aborda o tema com certo humor e ironia, ao mostrar, em diferentes sequências, as surpresas, o espanto e as ações contraditórias dos personagens masculinos tão dispostos a viver o amor livre, frente ao interesse de Pitty por outra pessoa. No caso, outro homem.

Observamos que a diretora, ao optar pela abordagem subjetiva, voltando-se para o universo do privado, das relações afetivas, das inquietações psicoemocionais dos personagens, onde aparecem o cotidiano e o tema da equidade, confronta o modelo de feminilidade, por conseguinte de gênero, reiterado tanto pela ditadura civil-militar como, em certa medida, pelas esquerdas que de tal modelo não se distanciavam, pois, eram presas às visões convencionais e machistas, conforme assinalado acima (ARAÚJO, 2000; GOIS, 2008; SOIHET, 2013).

Todavia, é possível salientar ainda que, ao reduzir a escala, o filme problematiza as relações afetivas e de gênero no âmbito mesmo de círculos sociais que, de algum modo, recepcionavam valores da contracultura, opondo-se, dessa maneira, à ordem que o regime procurava estabelecer. É nesse espaço, de constituição de novas práticas de relações afetivas, que Trautman articula o ideário feminista de autonomia e equidade, encarnado pela protagonista.

Em outra sequência, Pity, Dôdi e Sílvio são mostrados na praia, sentados na areia. Ela se localiza entre os dois e demonstra irritação com a indiferença com que eles a tratam. Num rompante, ela diz, iniciando o diálogo:

> Pity: – Eee... vocês dois vão ficar a manhã inteira emburrados comigo, é?! Qual é?!!
>
> Sílvio: – Ficamos te esperando até as duas da manhã de bobeira [Dôdi olha pra ela em sinal de concordância com o Sílvio].
>
> Pity: – (pega um cigarro) Ah, eu estava com o Peter... tô... montando um filme com ele...
>
> Sílvio: – E vais ficar trabalhando todo dia até as duas horas?!

Pity: – Não. É que a gente não se via há muito tempo e nós ficamos conversando...

Pity: – (Em tom de indignação) Êee!! Mas esse cara tá ficando tão metido em minha vida.

Pity: – (vira-se para o Dôdi e pergunta) Já contou pra ele?

Dôdi: – Não...

Sílvio: – O que é que é?

Pity: – Não sei se eu conto, não, porque daqui a pouco é capaz de você assumir o marido e me deixar trancada em casa.

Sílvio: – O que é... porra!?

Pity: – Você tá a fim de morar com a gente?

Sílvio: – Morar com vocês?

Pity: – É, nós três!

O diálogo guarda certa ironia ao mostrar os homens ocupando lugares atribuídos socialmente às mulheres: reações comezinhas frente à chateação; estado de espera do outro. Sugere certa inversão de papéis de gênero, a fim de problematizá-los.[12] Isso, entre outros aspectos, corrobora as análises recentes sobre o filme, que destacam o caráter de "liberação" da personagem feminina, bem como identificam certa crítica ao modelo binário, de subjugação feminina, difundido à época (VEIGA, 2013; SILVA, 2012). Tanto é assim que Silva assinalou que o filme coloca a personagem feminina "em pé de igualdade", o que era "inaceitável pelo poder falocêntrico da ditadura civil-militar dos anos 1970" (SILVA, 2012, p. 18).

Ainda nessa sequência, observamos a crítica explícita ao casamento convencional, especialmente ao poder que o marido exercia sobre a esposa. Esse tema é mostrado no filme, em diferentes cenas, inclusive nas que trazem a irmã de Pity – interpretada pela própria cineasta –, às voltas com um casamento, que lhe acarretava conflitos com o esposo, desrespeito, opressão e sofrimento.

Por fim, embora o diálogo indique a relação entre os três personagens, não há cenas de relacionamento homossexual entre Dôdi e Sílvio. Ao contrário, os dois personagens masculinos fazem diferentes piadas contra homossexuais, desvelando mais um dos limites do "amor livre", em questão, bem como suscitando o problema do preconceito contra homossexuais na sociedade, daquele período (GREEN, 2014).

É certo, como mencionado acima, que havia cumplicidade entre os dois homens, mas o que aparece em tela é uma relação na qual Dôdi não se opõe ao relacionamento entre Sílvio e Pitty, alinhando-se com ele contra o relacionamento de Pity com o Peter, sendo esse o mesmo procedimento adotado por Sílvio.[13]

No filme, vemos personagens masculinos que não se dispõem a lidar com a equidade no relacionamento, mesmo sendo eles pertencentes a um universo diferente daquele do

cunhado de Pity – cujo tratamento machista em relação à esposa – e também em relação à cunhada – representaria, em linhas gerais, o tipo de relacionamento comum na sociedade brasileira dos idos da década de 1970 e sobre o qual as feministas tanto se opuseram (SOIHET, 2009, p. 308). O filme mostra o machismo e a dificuldade dos homens encenados em lidarem com a autonomia feminina, inclusive no âmbito das relações consideradas não-convencionais.

É possível destacar tais limites dos personagens masculinos, especialmente em duas cenas. Na primeira, Pity, numa tentativa que podemos considerar ética, tenta conversar com o marido sobre seus sentimentos por Peter – já que viviam relacionamento aberto. Ele não quer falar sobre o assunto e sai de casa. Ela fica triste, lançada ao sofá, quando Sílvio entra em campo, iniciando o diálogo entre eles. Embora o diálogo seja longo, vale a pena reproduzi-lo, a fim de se perceber as nuances de gênero:

> Pity: – Peter esteve aqui hoje, à tarde e nós...
>
> Sílvio: – Dormiram juntos?
>
> Pity: – Não, hoje, não.
>
> Sílvio: – Ah, hoje, não... quer dizer, então, que foi outro dia, não é?
>
> Pity: – É, um dia desses aí...
>
> Sílvio: – Eu bem que desconfiei... tá legal. Dormiram juntos um dia aí... e, hoje, o que que houve?
>
> Pity: – É, que tô apaixonada por Peter.
>
> Sílvio: – Quê?! [Sílvio que estava sentado, inclina-se na poltrona].
>
> Pity: – É, é isso mesmo.
>
> Sílvio: – Você tá é ficando louca.
>
> Pity: – Eu não sei, não, Sílvio ... Eu só sei que se você e Dôdi não se chateassem, eu, agora, tava muito feliz.
>
> Sílvio: – Ah, é? Ainda tem mais essa... gostaria que ficássemos todos sorridentes porque assim seria tudo mais fácil, não é?!
>
> Pity: – Não. É que pode ser só uma dessas paixões que atacam de repente.
>
> Sílvio: – E Dôdi?
>
> Pity: – Ele chegou, eu contei pra ele e ele saiu.
>
> Sílvio: – Pois é: agora, ficam os dois machos morando juntos!

Pity: – Faz piada, não, Sílvio. Tô muito preocupada com os dois.

Sílvio: – Com os dois, é?! E o Peter? O que que ele tá pensando que é?

Curiosamente, o comportamento de Sílvio contradiz seu discurso. Na sequência acima, ele é atencioso para com Pity: toma a iniciativa de pegar um copo com água para ela, procura acalmá-la e se senta bem próximo dela. No entanto, mostra-se, no início do diálogo, interessado em confirmar sua suspeita sobre se Pitty havia transado com Peter, além de ironizar e desqualificar os sentimentos da personagem feminina. Tanto é assim que, ao ouvir que ela estava apaixonada, considera-a louca e, em outra parte do diálogo – não reproduzida aqui – sugere que seus sentimentos são pueris.

Observa-se, então, que Pity é construída como tendo uma concepção de relacionamento aberto, ancorada no diálogo, na equidade, na liberdade e na concretização dos desejos. No entanto, ao se apaixonar, não encontrou correspondência de Dôdi, nem de Sílvio. Ao contrário, os dois personagens masculinos agiram do mesmo modo: se o primeiro resolve não tratar do assunto e deixa Pity sozinha, o outro, menospreza seus sentimentos, reiterando o lugar de macho que ocupava, isto é, de não ficar sozinho, sem mulher – de acordo com a própria fala do personagem.

Pity não se esquiva de vivenciar sua paixão por Peter, mas sua relação com Dôdi e Sílvio não se sustentaria frente à afirmação desse desejo. É um encaminhamento salutar, verossímil para a época, ao considerar a vigência de valores patriarcais, reiterados tanto pela ditadura civil-militar como pela religião católica.

Em outra sequência, a protagonista volta para casa, após passar a noite com Peter, entra em seu quarto, abre as cortinas e se aproxima de Dôdi, que aparece, em quadro, dormindo sozinho na cama do casal. Beija-o, acordando-o. Ele, por sua vez, de súbito, levanta-se, empurrando-a abruptamente do quarto para fora, esbravejando que ela saísse de lá, pois não queria mais "olhar na cara dela" e bate a porta. É uma cena de violência.

Em prantos, Pity entra no banheiro e fecha a porta. Nisso, Sílvio sai de cuecas de seu quarto, aproxima-se do banheiro, bate na porta e diz que quer falar com ela. Paralelamente, vemos Dôdi, vestido, sair do quarto como se fosse trabalhar. Passa por Sílvio, cumprimenta-o e sai. Sílvio, ao som do choro de Pity, diz: "Dôdi já saiu. Ele está arrasado [...] Não leve a sério o que ele fez, não. Eu sei que ele foi estúpido com você. Mas isso é uma atitude muito normal".

Essa frase, pronunciada por Sílvio, é emblemática de um período no qual ainda se acolhia o argumento de legítima defesa da honra para os homens que assassinavam mulheres, além de revelar a cumplicidade masculina em relação à violência de gênero. Tratava-se, pois, de um tema central da agenda feminista da década de 1970, obtendo relevo alguns anos depois do lançamento do filme, por ocasião da absolvição de Doca Street pelo assassinato de Ângela Diniz. Inúmeras mulheres foram às ruas para protestar a referida sentença (SOIHET, 2007, p. 428).

Mas a protagonista não se deixa abater. Vemos Pity juntando suas coisas e saindo de casa: foi para a casa de uma amiga. Trata-se, pois, de uma personagem feminina forte, determinada e que não se deixa subjugar. Esse tipo de construção de protagonista é localizado em filmes

de autoria feminina, inseridos no contexto de recrudescimento do feminismo (CAVALCANTE, 2013b).

No filme, a protagonista afasta-se de Dôdi e de Sílvio. Após o término da experiência de viver com Peter, vai morar em um casarão que agregava diferentes pessoas em torno de um projeto cultural alternativo. Vivencia outros relacionamentos afetivos, inclusive com uma mulher. Mantem a prática de relação aberta e ressignifica suas relações com aqueles dois personagens masculinos, encontrando-os algumas vezes, na condição de amigos.

É certo que ao longo da trama diferentes elementos reiteram a perspectiva desenvolvida até aqui. Acrescente-se, todavia, que já se encaminhando para o final do filme, Pity se envolve afetivamente com Torres, personagem do Milton Moraes, que lhe é apresentado nas primeiras cenas do filme, e com quem compartilhava a casa. Em tal ambiente, outro tema caro ao feminismo é colocado em tela: a reprodução.

Em uma das últimas sequências, Pity aparece em quadro, sentada em uma escada de quintal, onde escreve em um caderno. Torres aproxima-se dela, faz nela um carinho e lhe pergunta sobre o que estava fazendo. Ela diz:

Pity: – Tô com vontade de ter um filho.

Torres: – E tá fazendo o quê?

Pity: – Escolhendo o pai.

Torres: – Já escolheu?

Pity: – Não sei, não. A escolha é difícil.

Torres: – Tamos aí, né?!

É uma sequência poética e de atmosfera caseira, mostrando quintal, roupas no varal, plantas e delicadezas entre o casal. A protagonista desnaturaliza a reprodução, tratando-a como uma escolha, uma decisão própria, sem, contudo, deixar de apontar que não se trata de um exercício fácil, o que, novamente, se relaciona com a agenda feminista do período, conforme indicado acima.

Na sequência final, Pity recebe a visita de Dôdi. O encontro é amistoso, cumprimentam-se com beijos na boca. Ela lhe mostra a casa, o quintal, sempre na companhia de Torres. Por fim, comunica- lhe que vai ter um filho.

Dôdi, surpreso, pergunta-lhe de quem será o filho e se será de Torres. Ao reiterar a autonomia feminina quanto à reprodução, Pity responde que o filho será dela. Acrescenta que precisam se desquitar, senão o filho levará o sobrenome dele. Todavia, Dôdi se esquiva do desquite e pede a Pity e a Torres que deem o sobrenome dele ao filho, ambos consentem. Os três caminham por uma rua arborizada, até que Pity segura no braço de cada um deles e saem de quadro – entra o letreiro FIM.[14]

O percurso da protagonista, marcado pela autonomia da personagem, que transgredi a ordem e obtém êxito em seu propósito de relação aberta e de escolha sobre a reprodução,

seguindo uma trajetória feliz, sobretudo ao final do filme, confirma a tendência de objetos culturais de autoria feminina. Diferentemente, em objetos culturais realizados por homens, em que há protagonistas emancipadas, o destino delas, ao final, costuma ser trágico: "morrem ou enlouquecem" (CLÉMENT, 1993, p. 18).

Considerações finais

O percurso próspero de *Os homens que eu tive*, no circuito cinematográfico brasileiro, foi interrompido pela Divisão de Censura de Diversões Públicas, em 1973, conforme assinalado no início deste texto. O filme voltou a ser exibido apenas em 1980, com o título *Os homens e eu*.[15]

A alteração do título do filme, determinado pela Divisão de censura, configura indício da razão da interdição. Trata-se de rechaçar e destituir a ideia de poder das mulheres, equiparado ao poder dos homens, que havia no título original.

Note-se que o regime civil-militar empreendia um projeto, cuja narrativa legitimadora dos atos repressivos, entenda-se, igualmente, de censura, estruturava-se a partir da tese de que havia uma "crise moral" fomentada pelo "movimento comunista internacional". O feminismo era associado ao movimento com o propósito de "abalar os fundamentos da família, desencaminhar os jovens e disseminar maus hábitos – sendo dessa maneira, a ante-sala da subversão." (FICO, 2002, p. 260).

Essa empreitada moral também se verificou nas entrevistas e documentos das associações femininas, entidades cívicas, de apoio ao golpe e ao regime militar. Tais entidades defendiam um modelo de feminilidade, segundo o qual a mulher deveria ser mãe, esposa e dona de casa, o que reforçava a subalternidade em relação aos maridos. Assim, tratava-se de movimentos de mulheres que se colocavam "em defesa da família e da religião, reforçando o discurso ideológico militar, repleto de referências a uma suposta crise de valores morais pela qual passava o país" (CORDEIRO, 2009, p. 191).

O filme de Trautman, ao trazer para a tela o tema do amor livre, da valorização da autonomia da mulher, da afirmação de sua sexualidade e das críticas ao casamento convencional, que submetia a esposa, e ao machismo, dialogando com o ideário feminista, confrontou o modelo difundido pelo regime, passando a configurar, de acordo com aquela perspectiva, certa "ameaça moral à família e aos bons costumes". Isso porque se tratava de um período de ditadura civil-militar, portanto, de exacerbação do autoritarismo, cujo propósito, dentre outros, consistia em impor um modelo de papéis de gênero. Esse modelo tem como base a subjugação das mulheres, no fortalecimento da estrutura patriarcal de casamento heterossexual e família nuclear, legitimados civil e religiosamente.

Teresa Trautman acrescenta que:

> *Os homens que eu tive* foi proibido por ser de uma mulher, porém se fosse de um homem e se houvesse o título *As mulheres que eu tive*, não teria havido a mesma sorte. Acredito que o mundo está organizado há mais de quatro mil anos sobre alguns moldes que favorecem aos

> homens. Seria muito melhor se fôssemos pessoas distintas, pensando cada uma de forma nobre e original (entrevista concedida a PLAZAOLA, 1991, p. 247).

Assim, consideramos que o filme de Trautman, além de trazer ideias contrárias àquelas empreendidas pelos grupos conservadores da sociedade brasileira, no período de ditadura, desvelando diferentes valores, concepções e até projetos em curso no período, configura expressão antropofágica. Pois, se tornou, igualmente, refém daquilo que problematizou: a questão da desigualdade de gênero.

Afinal (longe de reproduzirmos essencialismos) se, no Brasil dos idos da década de 1970, o filme (para usar as palavras da diretora) fosse de um cineasta e levasse o título *As mulheres que eu tive*, provavelmente não problematizaria a questão de gênero, não mostraria elementos da agenda feminista, não reservaria um final feliz para a protagonista. Reiteraria, isto sim, de alguma maneira, os papéis vigentes naquela sociedade, o que poderia lhe render ainda interdição, é certo, mas não por um período tão longo.

Notas

1 O conceito gênero configura uma categoria analítica que, na perspectiva das teorias feministas, substitui as noções identidade e diferença, em voga em 1960 e 1970. Refere-se ao processo de construção cultural dos papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres, sendo abordado de forma relacional e como que instituinte de relações de poder – é situado historicamente. Joan Scott assinalou, nos anos 1990, que "gênero não refletia ou implementava diferenças fixas e naturais entre homens e mulheres, mas "um saber que estabelece significados para as diferenças corporais" (SOIHET, 2007,p. 291).

2 As críticas e teorias feministas, da literatura e do cinema, reconhecem a ambiguidade da designação *autoria feminina* para se referir a objetos culturais realizados por mulheres, pois pode sugerir essencialismos. Entretanto, ainda não formularam uma expressão para substituí-la, que exprima a complexidade, sobretudo, referente à problematização da situação e da representação das mulheres nas sociedades (KAPLAN, 2000; GRANT, 2001).

3 Rachel Soihet indica a localização de documentação do Dops, no Arquivo Público do Rio de Janeiro, que permite perceber que órgãos do regime acompanhavam as atividades do feminismo, atrelando-o ao comunismo internacional (SOIHET, 2007, p. 433 – nota 23).

4 Este último aspecto implicava a dupla jornada, uma vez que as mulheres já começavam a se adentrar no mercado de trabalho (SOUZA-LOBO, 2011).

5 Sobre o movimento feminista da segunda onda, Rachel Soihet indica que: "Entre as décadas de 1960 e 1980, destacavam-se, nas agendas feministas de muitos países, as mobilizações contra a demarcação rígida de papéis de gênero, que sobrecarregavam as mulheres com a dupla jornada e os cuidados exclusivos com os filhos. Priorizavam-se as "políticas do corpo", manifestando-se as reivindicações em favor dos direitos da reprodução. As mulheres buscavam a plena assunção do corpo e da sexualidade (aborto, prazer, contracepção) e insurgindo-se contra a violência sexual, não mais admitindo que esta fosse uma questão restrita ao privado, cabendo a sua extensão ao público. Desta forma, as feministas enfatizavam o caráter político das questões ligadas ao cotidiano e ao subjetivo." (SOIHET, 2007, p. 419).

6 O conceito cultura política refere-se a elementos da cultura relacionados aos fenômenos políticos. Implica, igualmente, comportamentos políticos individuais que desvelam valores, ideias, normas, crenças, projetos individuais ou coletivos que, mesmo indiretamente, são compartilhados ao longo do tempo (BERNSTEIN, 1998, p. 363). Observam-se, nas últimas décadas, mudanças de perspectiva de certas análises sociológicas, antropológicas e históricas, que, ao reduzirem a escala de abordagem, trouxeram à tona "as dimensões da afetividade, da sensibilidade, do simbólico e da memória", como sendo constitutivas das práticas coletivas e, como tal, integrando as culturas políticas (DUTRA, 2002, p. 18).

7 É certo que a lista de cineastas e de seus respectivos filmes torna-se bem mais ampla quando considerados os curtas-metragens e os filmes em bitolas de 16 e 8 mm. Amplia-se para os anos 80 e se prescinde da localização e das condições de exibição dos filmes, conforme se verifica em *Quase Catálogo*, organizado por Hollanda, 1989. Ressalte-se, entretanto, que estamos privilegiando as cineastas que realizaram longas de ficção, nos anos 1970.

8 A questão da violência de gênero já configura certamente um problema no início dos anos 1970, sendo inclusive legitimada em defesa da honra – dos homens –, conforme mencionaremos adiante.

9 A despeito da crítica recente ao caráter genérico e excludente da denominação *patriarcal*, mantemos o seu uso, neste texto, uma vez que configurava um conceito em voga, quando da realização do filme em estudo.

10 É fato que a carreira cinematográfica e a própria trajetória de vida de Tereza Trautman sofreram o impacto da censura ao seu filme *Os homens que eu tive*. A cineasta menciona em entrevistas que perdeu e deixou de receber financiamentos de projetos fílmicos em função daquela interdição da ditadura civil-militar (VEIGA, 2013; PLAZAOLA, 1991).

11 É importante mencionar que embora não tenhamos localizado ainda estudos sobre o período de ditadura civil-militar no Brasil que enfoquem, especificamente, o impacto dos processos, das censuras, das inquirições, das prisões, enfim, das perseguições políticas na vida das pessoas – implicadas diretamente pelo regime – é possível inferir que em um contexto de fechamento político e de violência de Estado tais pessoas devem ter encontrado dificuldades para estabelecer relacionamentos, inclusive de trabalho, uma vez que podiam ficar visadas.

12 Note-se, contudo, que essa inversão dos papéis de gênero é um recurso de ironia, não configurando, portanto, sugestão de saída para a emancipação feminina ou para a equidade de gênero.

13 Caberá em outros estudos sobre esse filme analisar mais detidamente o triângulo amoroso, observando a relação com o filme *Dona Flor e seus dois maridos* (1976), de Bruno Barreto.

14 É certo que o retorno de Dôdi, o vínculo que Pity ainda mantem com ele – mesmo depois do gesto violento – e o fato de eles não se desquitarem requerem análises específicas, o que escapa ao propósito deste texto.

15 A censura de diversões públicas existia desde 1940, assumindo feições próprias a partir do AI – 5, 1968 e após o Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, que instituiu a censura prévia de publicações contrárias à moral e aos bons costumes (FICO, 2002, p. 256-57).

Referências

ARAÚJO, Maria Paula. **Utopia Fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BERSTEIN, Serge. Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI, JEAN-FRANÇOIS. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1998 (Nova Historia 34). p. 349-363.

CAPELATO, Maria Helena *et al*. (Org.). **História e Cinema**. São Paulo: Alameda, 2007.

CAVALCANTE (a), Alcilene; HOLANDA, Karla. Feminino plural: história, gênero e cinema no Brasil dos anos 1970. In: BRAGANÇA, Maurício; TEDESCO, Marina (Org.). **Corpos em projeção**: gênero e sexualidade no cinema latino-americano. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p.134-152.

CAVALCANTE(b), Alcilene. Cultura política feminista nas telas brasileiras (anos de redemocratização). In: COSTA, Cléria et al (Org.). **Fronteiras móveis**: culturas, identidades. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2013. p. 229-252.

CORDEIRO, Janaína. **Direitas em movimento**: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

CLÉMENT, Catherine. **A ópera ou a derrota das mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 18.

DUTRA, Eliana R. Freitas. História e Culturas políticas: definições, usos, genealogias. **VARIA HISTÓRIA**: Revista do Deptº de História da UFMG, n. 28, 2001. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ESTEVES, Flávia. **Sob sentidos do político**: história, gênero e poder no cinema de Ana Carolina (Mar de rosas, Das tripas coração e Sonho de valsa, 1977-1986). Niterói: 2007. Dissertação de Mestrado apresentada Programa de Pós-Graduação em História da UFF.

_____. **Reiventando o político nas telas**: gênero, memória e poder no cinema brasileiro (décadas de 1970 e 1980). Niterói: 2013. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF.

FICO, Carlos. Prezada Censura: cartas ao regime militar. **TOPOI** - Revista de História, Rio de Janeiro, v. 5, 2002. p. 251-286.

GÓIS, João; QUADRAT, Samantha. Militância política e gênero na ditadura brasileira: entrevista com Jessie Jane Vieira de Souza. In: **Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG**. Niterói, EdUFF, v. 8, n.2, 2008, p. 13-14.

GRANT, Catherine. This final draft was published as 'Secret Agents: Feminist Theories of Women's Film Authorship', **FEMINIST THEORY**. v. 2, n. 1, abr. 2001, p. 113-130.

GREEN, J: Quinalha, R. **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos, SP: Ed UFSCar, 2014.

História do Cinema Brasileiro – Site de Difusão da História do Cinema Brasileiro na Internet. Diponível em: <http://www.historiadocinemabrasileiro.com.br/tereza-trautman>. Acesso em: 3 mar. 2014.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Quase Catálogo 1**: realizadoras de cinema no Brasil (1930-1988). Rio de Janeiro: CIEC/UFRJ; MIS/Secretaria do Estado de Cultura; FUNARJ, 1989.

KAPLAN, Ann. **Feminism & Film**. New York: Oxford University Express, 2000. p. 1-18.

MALUF, Sônia; MELO, Cecília; PEDRO, Vanessa. Políticas do olhar: feminismo e cinema em Laura Mulvey. **ESTUDOS FEMINISTAS**. Florianópolis, 13(2), maio-ago. 2005. p. 343-344.

MOTTA, Rodrigo Patto S. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, Luciano; _____. **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013. p. 9-32.

MUNERATO, Elice; OLIVEIRA, Maria Helena Darcy. As musas da matinê. In: BRUSCHINI, Maria Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). **Vivência**: História, sexualidade e imagens femininas. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 66-70.

_____. **As musas da matinê**. Rio de Janeiro: Edições RioArte, 1982.

PEDRO, Joana Maria. Apresentação. In: DUARTE, Ana Rita F. **Carmen da Silva**: o feminismo na imprensa brasileira. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005. p. 11.

_____. O feminismo que veio do exílio: memórias de uma segunda onda no Brasil, na Argentina e no Uruguai (1964-89). In: REIS, Daniel Aaarão; ROLLAND, Denis. **Modernidades alternativas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 157-169.

PERNISA JR, Carlos; FURTADO, Fernando F.F.; ALVARENGA, Nilson. **Walter Benjamin**: imagens. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

PLAZAOLA, Luis Trelles. **Cine y Mujer en América Latina**: directoras de largo metrajes de ficción. Puerto Rico: Editorial de la Universidad del Puerto Rico, 1991.

PRADO, Danda. **Ser esposa**: a mais antiga profissão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (Pós) modernidade no Brasil. **CADERNOS AEL**, n. 3/4, 1995/1996.

ROSSINI, Miriam. O lugar do audiovisual no fazer histórico: uma discussão sobre outras possibilidades do fazer histórico. In: LOPES, Antonio Herculano *et al.* (Org.). **História e Linguagens**: texto, imagem oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 113-120.

_____. **As marcas do passado**: o filme histórico como efeito de real, Porto Alegre: 1999. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da

UFRGS.

SILVA, Alberto da. Quando as mulheres filmam: história e gênero no cinema dos anos da ditadura. **REVISTA ESBOÇOS**, Florianópolis, v. 19, n. 27, ago. 2012. p. 14-31.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

_____. Mulheres em luta contra a violência: forjando uma cultura política feminista. In: AZEVEDO, Cecília *et al.* (Org.). Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 190-191.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das relações de gênero. **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA** – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol. 27, n. 54, jul.- dez. 2007. p. 281-302.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

VEIGA, Ana. **Cineastas brasileiras em tempos de ditadura**: cruzamentos, fugas, especificidades. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

Filmografia

OS HOMENS que eu tive. Direção: Tereza TRAUTMAN. Produção: Carlos Frederico. Rio de Janeiro: Produções Cinematográficas Herbert Richers e Thor Filmes, 1973. 35mm (80 min). Cores.

Recebido em 15 de julho de 2015
Revisado em 05 de novembro de 2015
Aceito em 09 de novembro de 2015

DOI 10.5216/o.v15i2.34051

Ensinando História e estudando gênero através de quadros históricos de Moacyr Freitas e Antônio Parreiras

*Ana Maria Marques**

Resumo: As fontes visuais são recursos operacionais para o ensino de História. A proposta deste trabalho passa pelo debate da memória, da educação patrimonial, da História Visual e dos estudos de gênero. Toma-se como objetos empíricos uma seleção de quadros históricos de Moacyr Freitas e de Antônio Parreiras. As pinturas de Freitas têm como objetivo tratar de temas debatidos no campo da História de Mato Grosso, em articulação com o Instituto Histórico. Os quadros históricos de Antônio Parreiras trazem os embates de mercado, de concepção de história, de contexto de época e de arte. Ambos os artistas, em temporalidades e lugares diferentes, sinalizam um forte discurso que construiu lugares de mulheres e de homens, especialmente aqueles que se consagraram como heróis nacionais.

Palavras-chave: Antônio Parreiras; Educação Patrimonial; Gênero; História Visual; Moacyr Freitas.

* Doutora em História, professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, MT, Brasil.
E-mail: anamariamarques.ufmt@gmail.com

History Teaching and Gender Study through the Medium of Historical Paintings of Moacyr Freitas and Antônio Parreiras

Abstract: The visual sources are operational resources for the teaching of History. This paper proposes to debate memory, patrimonial education, visual history, and gender studies. It takes a selection of historical paintings of Moacyr Freitas and Antônio Parreiras as empirical objects. In conjunction with the Historical Institute, Freitas paintings are used to address topics related to the field of Mato Grosso history. Antônio Parreiras' historical paintings bring about the conflicts of the market, history conception, and context of epoch and art. Both artists, in distinct places and temporalities, signal a strong discourse that constructed the places of women and men, particularly, of those who became renown as national heroes.

Keywords: AntônioParreiras; Heritage Education; Gender; Visual History; Moacyr Freitas.

Enseñando Historia y estudiando género a través de cuadros de Moacyr Freitas y Antonio Parreiras

Resumen: Las fuentes visuales son recursos operativos para la enseñanza de Historia. La propuesta de este trabajo es a través de la discusión de la memoria, de la educación sobre el patrimonio, de la Historia Visual y de los estudios de género. Tiene como objetos empíricos: una selección de pinturas históricas de Moacyr Freitas y Antônio Parreiras. Las pinturas de Freitas tienen como objetivo tratar de temas debatidos en el campo de la Historia de Mato Grosso, en conjunto con el Instituto Histórico. Las imágenes históricas de Antônio Parreiras traen embates de mercado, de concepción de historia, de contexto de época y de arte. Ambos los artistas, en temporalidades y lugares diferentes, señalan un fuerte discurso que construyó lugares de mujeres y hombres, especialmente aquellos que se han consagrado como héroes nacionales.

Palabras clave: Antônio Parreiras; Educación del Patrimonio; Género; Historia Visual; Moacyr Freitas.

Introdução

As noções de memória, patrimônio e gênero se conectam com as práticas pedagógicas, que, por sua vez, podem interligar sala de aula e museu. O conceito de História Visual, entendido como o conjunto de recursos operacionais para dar mais consistência à pesquisa histórica, está amparado em Ulpiano Bezerra de Meneses (2003). O museu entra, portanto, como um valioso espaço de memória, pois as obras artísticas expostas permitem trocas educacionais e culturais, tanto quanto possibilitam, por meio de seus modos de representar, uma análise das relações de gênero presentes nos cenários e nos personagens retratados. Os quadros históricos ora analisados encontram-se nos acervos dos museus investigados, o Museu Histórico de Mato Grosso (Cuiabá/MT) e o Museu Antônio Parreiras (Niterói/RJ) e foram referenciados em livros de História, que os idealizam.

Bezerra de Meneses (2003, p. 21) denuncia certo equívoco inicial no uso de pintura, fotografia ou desenho como mera ilustração ou confirmação do texto:

> Certamente, de início, a ilustração agia com direção fortemente ideológica, mas não é menos considerável seu peso negativo, quando o papel que ela desempenha é o de mera confirmação muda de conhecimento produzido a partir de outras fontes ou, o que é pior, de simples indução estética em reforço ao texto, ambientando afetivamente aquilo que de fato contaria.

A arte, todavia, ativa sentidos diferentes do que suscita o texto escrito, dá margem à livre interpretação, que vai além da intenção do artista, mexe com a capacidade humana de criação e de imaginação. A obra de arte, mesmo que um quadro histórico, como os analisados aqui, nunca será um texto fechado. É possível encontrar nela elementos para novos estudos por meio de suas obras, o artista nos dá novas lentes para se ver o mundo. Afinal, como diz Gombrich (2007, p. 329): "Nas mãos de um grande mestre, a imagem se faz translúcida. Ensinando-nos a ver o mundo sob um novo aspecto, ela nos dá a ilusão de enxergarmos o interior das esferas invisíveis da mente".

No intuito de articular educação patrimonial e ensino de História, entendemos que a inspeção investigativa e questionadora, iniciada na escola, pode conseguir repensar, ressignificar e construir novos sentidos de memórias que permitam perceber as relações de gênero. Portanto, esse diálogo aproximado com os museus torna-se imprescindível.

Ainda que os museus resguardem símbolos arbitrários, Francisco Régis Ramos (2010, p.405) aconselha a "duvidar não só dos monumentos autoritários, mas da própria ação de dar a algo, a qualquer coisa, o sentido de materialidade memorável". Ramos sugere que não se desloque o museu da sala de aula. E ainda: "A visita ao museu deve começar na sala de aula, com atividades lúdicas que utilizam materiais do cotidiano, como indícios de práticas que se fazem nas relações sociais" (RAMOS, 2004, p. 21). O trabalho que se inicia em sala de aula é que leva os alunos a questionarem o que veem nos museus. Então, o questionamento

sobre as relações de gênero presentes nas narrativas históricas podem construir percepções e sensibilidades para olhar e interpretar determinados acervos museais.

A investigação das imagens deve levar ao exercício de reconstrução das redes em que o(a) artista estava inserido(a) no período em que pintou determinado quadro, afinal sua época é um verdadeiro campo de significação para tirarmos conclusões que levem a melhores elucidações históricas. Segundo Peter Burke (2004, p. 234), "as imagens são testemunhos dos arranjos sociais passados e, acima de tudo, das maneiras de ver e pensar o passado".

Embora os dois pintores analisados, Moacyr Freitas e Antônio Parreiras, tenham vivido épocas, lugares e influências artísticas diferentes, a proposta não é aprofundar uma compreensão de estilos ou escolas artísticas, ou fazer um trabalho semiótico, mas sim refletir como a arte, especialmente a pictórica, tem dialogado como suporte metodológico à História. A arte é, pois, instrumento de ensino de História. Por meio dela se produzem e reproduzem valores de época, e percepções de gênero. A narrativa histórica, posta em artes plásticas, revela "lugares praticados", expressão utilizada por Michel de Certeau (2001, p. 217) quando se refere à organização da memória como enunciação do espaço. A produção/reprodução de imagens também constrói e "inventa" tradições, como explicam Eric Hobsbawm e Ranger (1984, p. 9):

> Por "tradição inventada" entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.

Pode-se afirmar que as obras analisadas reforçaram uma normativa de gênero na qual os homens são sempre protagonistas e alguns são eleitos como espécies de heróis, salvadores da pátria e construtores da nação. Os estudos feministas têm permitido, já há algumas décadas, romper com certa visão consagrada de história escrita no masculino. Questionar esses paradigmas abre caminhos para um diferente fazer historiográfico. Nas palavras de Rago (1998, p. 23): "O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera".

O trabalho metodológico desta pesquisa[1] orienta-se também pela proposta arqueológica de Michel Foucault. Procura a regularidade dos enunciados, mas também as contradições para fazer uma análise comparativa, cujo efeito não deve ser unificador, mas multiplicador. Considerando que existem unidades discursivas, é preciso mostrar como as lógicas foram construídas, e seus conjuntos de regras, para se questionarem os enunciados e descobrir o outro discurso: "o texto miúdo e invisível que percorre os interstícios das linhas escritas" (FOUCAULT, 1987, p.31).

Os investimentos dos institutos históricos e geográficos

"Do século XIX até a década de 30 do século XX, as elites colocaram a questão da identidade no centro de suas reflexões sobre a construção da nação" e fizeram da "educação um de seus principais esteios" (FONSECA, 2003, p. 46). Como acentua a autora referida, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, teve a missão de elaborar uma história nacional e difundi-la por meio da educação. Assim também fizeram os institutos históricos criados em vários estados brasileiros, como em Mato Grosso.

As histórias locais, entendidas aqui como as de cada estado da federação, surgiram em grande medida ligadas aos institutos históricos e geográficos. Os intelectuais, em geral homens de letras, foram responsáveis por ditar um tipo de narrativa que deveria representar o Estado nacional, influenciados pelas orientações do IHGB.

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) foi criado na capital (Cuiabá) em 1919, quando solenemente comemorava-se o bicentenário da colonização, nas dependências do Palácio da Instrução, atual Biblioteca Pública Estadual. Formalizou-se ali, onde também se abrigaram os primeiros acervos do Museu Histórico de Mato Grosso, uma elite intelectual, capitaneada por Dom Aquino Corrêa (na ocasião, bispo e presidente do estado, autor também do *Hino de Mato Grosso*, composto inicialmente para o evento). A ata da sessão que elegeu a primeira diretoria foi assinada por dez homens, todos figuras públicas e conhecidas no cenário político e intelectual do estado[2].

O IHGMT investiu tintas na produção de uma história que harmonizasse as "três raças". O discurso da construção da nação supostamente pela "mistura das raças" aparece nos quadros do Moacyr Freitas, que busca reproduzir esse repertório narrativo do instituto, mas não reverbera essa mistura, e sim a presença. Mistura não há. Brancos, negros e índios aparecem em lugares distintos, mesmo que copartícipes de um mesmo fato. São dois lugares bem definidos que também se bifurcam. Elite branca e pobre (despossuídos, que eventualmente podiam ser brancos também, mas em geral negros, porque havia os índios que não se deixaram dominar). Em ambos os lados, as mulheres têm um papel sempre passivo, conciliador e maternal, quase que protegidas pela sagrada tarefa da reprodução.

Moacyr Freitas e os quadros históricos

A narrativa da História de Mato Grosso apresentada pelos quadros históricos de Moacyr Freitas reproduz, em certa medida, um discursivo que chegou aos livros didáticos. Até os anos 1980, os autores desses livros foram homens que ocuparam secretarias executivas, prefeituras, câmaras e instituições políticas, todos membros do IHGMT. A narrativa por eles produzida recorre a uma história de sucessões de poderes políticos: os governadores – os líderes[3]. Esse tipo de historiografia criou uma tradição que por décadas foi imperiosa e também pode ser percebida nos trabalhos de Elizabeth Siqueira (2002) que, vale ressaltar, utiliza 22 reproduções de quadros históricos de Moacyr Freitas no seu último livro didático de História de Mato Grosso.

Os quadros históricos pintados em acrílico sobre tela por Moacyr Freitas passaram a compor o acervo do Museu Histórico de Mato Grosso a partir do ano 2000. Nessa ocasião, ele e Paulo Pitaluga Costa e Silva idealizaram e executaram o projeto relatado:

> Fizemos um projeto junto à Secretaria Estadual de Cultura que foi imediatamente aprovado. Daí, compramos todo o material de pintura, tintas, pincéis e telas e o Moacyr entregava cada quadro em cerca de 20 dias. Ele fazia um esboço a crayon, nós modificávamos cada ensaio e, aprovado por nós dois, eu acompanhava o desenvolvimento de cada quadro. Modificamos a apresentação e publicamos os quadros e os textos no mesmo livro, com um formato bem diferente. Lançamento do livro e posterior doação à Secretaria de Cultura de 20% dos livros e dos quadros. Assim, elaboramos e editamos os Quadros Históricos de Mato Grosso – Período Colonial. Terminado o projeto e prestadas as contas, fizemos outro projeto, mas referente ao período provincial. Aprovado o mesmo, a sistemática foi a mesma. Findo esse projeto, propusemos outro, mas a Secretaria de Cultura não o aprovou "por não ver nisso nenhum valor cultural". E a série de três fases ficou resumida em duas (Paulo Pitaluga, em entrevista de 15 de janeiro de 2015).

Moacyr Freitas é cuiabano, nascido em 7 de julho de 1930. Formou-se em Arquitetura em 1960, pela Faculdade Nacional de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Atuou profissionalmente nessa área e foi um dos idealizadores do CPA (Centro Político Administrativo) construído na década de 1980 para desafogar o Centro Histórico de Cuiabá, em vias de tombamento. Também é escritor e começou a desenhar (as gravuras históricas também foram publicadas) e pintar após sua aposentadoria, em 1991, quando também entrou para o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Moacyr e Paulo Pitaluga têm assentos no IHGMT e já exerceram cargos de diretoria. A Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso tem a posse do acervo de 60 quadros históricos de Moacyr Freitas. Muitos dos quadros "foram copiados do *Álbum Gráphico de Mato Grosso*, de 1914, e outros de gravuras inseridas em alguns livros antigos", segundo Paulo Pitaluga. Os temas foram organizados de maneira cronológica, iniciando pela colonização do estado até o período da República.

Escolher três obras do conjunto para apresentar aqui não constituiu tarefa fácil. Um dos critérios utilizados foi eleger o período colonial, por destacar menos os personagens masculinos (figuras políticas), e outro foi pinçar obras nas quais as mulheres aparecessem num primeiro plano ou no plano central. Não houve como saber se essa maneira de colocar as personagens nas obras foi proposital, visto que, à exceção de um quadro, elas não representam mulheres específicas, com nomes. Mas o destaque é, ao menos, provocativo.

No primeiro quadro, Moacyr Freitas retrata a chegada da monção de Rodrigo César de Menezes a Cuiabá, fato que teria acontecido em 1726. A transferência desse capitão-geral da província de São Paulo para Cuiabá foi acompanhada por seu séquito, incluindo escravos (28) e índios (8), segundo descrição de Silva e Freitas (2000, p. 24). Dom Rodrigo aparece no centro da imagem, rodeado por autoridades. O dossel vermelho, normalmente utilizado para autoridades eclesiásticas ou para proteger o "santíssimo" em eventos católicos, indica o lugar de autoridade, equiparando o personagem ao sagrado. O rio, por onde chega o novo, a civilização e o colonialismo cultural, é também anunciador. Os negros nas embarcações

aparecem como mão de obra condutora do transporte fluvial, e a negra ladeada pela índia no primeiro plano, cujos rostos não interessa mostrar, estão atentas ao acontecimento, mesmo que de forma marginal. Elas, as únicas mulheres do quadro, são colocadas nos "seus lugares" como secundárias ao evento "importante" e responsáveis pela cria, o lugar da maternidade.



Figura 1: Moacyr Freitas.Chegada da monção de Rodrigo César de Menezes a Cuiabá,2000. Acrílica sobre tela, 80 cm x 60 cm. Acervo do Museu Histórico de Mato Grosso

No quadro seguinte, a presença das mulheres não está ligada à maternidade, mas às atividades de subsistência. Visualizam-se quatro mulheres negras em duas duplas e outra ao fundo, apoiada na parede: uma dupla assiste ao evento, que é a leitura da ata de elevação de Cuiabá à categoria de vila, registrado em 1727. A outra dupla, embora descolada da atenção à autoridade (representada pelas roupas, peruca branca e no centro da praça onde tem o pelourinho), parece comentar o fato – o que mostra mulheres participantes da vida pública e no movimento ativo e opinativo dos acontecimentos. É interessante observar que o evento retratado foi colocado ao fundo, sem destaque. E a luz se distribui pela cena, vinda da esquerda.



Figura 2: Moacyr Freitas, Elevação de Cuiabá a vila, 2000. Acrílica sobre tela, 80 cm x 60 cm. Acervo do Museu Histórico de Mato Grosso

O terceiro quadro é o único que, dos temas do período colonial, nomeia uma negra: Vitória. A pintura retrata um suposto acordo de paz entre a capitania e indígenas, que teria sido intermediado por essa personagem central. O acontecimento sucedeu-se em 1790, mas a historiografia regional pouco destaque deu ao episódio ocorrido durante o governo de João Albuquerque, em geral lembrando-o como "pacificador" de índios. Diferente do que relata o viajante cientista Alexandre Rodrigues Ferreira.

Parte das memórias desse viajante foi contada "através de 'uma negra crioula nossa' chamada Vitória, que os cavaleiros haviam capturado como escrava e que então lhes servia de 'língua'." (COSTA, 2001, p. 1009). A representação de Moacyr Freitas oculta também o protagonismo da esposa do chefe indígena na assinatura do "tratado de paz" para conter os conflitos de fronteira entre portugueses e espanhóis e evitar que os guaicurus se bandeassem para o lado inimigo dos lusitanos.

Havia pelo menos uma década que esse acordo vinha sendo negociado. Pelos registros de Alexandre Ferreira seria possível ver outra cena, pois ele relata ter encontrado o líder guaicuru, Caimã, sua esposa e outros indígenas em Vila Bela, região do conflito, para assinar o documento, firmado como testemunha pelo próprio Alexandre, reconhecendo a soberania da rainha Dona Maria I sobre o território lusitano (COSTA, 2001, p. 1010-1011).



Figura 3: Moacyr Freitas. A paz com os guaicurus, 2000. Acrílica sobre tela, 80 cm x 60 cm. Acervo do Museu Histórico de Mato Grosso

A protagonista negra, capturada pelos soldados, exerce uma função reveladora de estreita ligação entre negros e índios naquela região. A presença das três raças nesse quadro mostra, mais uma vez, a idealização na construção das categorias raciais, produzindo, em certa medida, racismo e sexismo, quando sempre estabelece hierarquias, procurando sobrepujar as condições sociais que diferenciam grupos sociais pela raça, classe social e condições de gênero.

Nessas representações, mesmo quando negros ou índios têm o protagonismo, o "branco", de maneira recorrente, é o que tem propriedades, pensamento e força. Os índios e a negra estão descalços, o que reforça uma ligação direta com a natureza, entendida como contrária à razão num pensamento cartesiano. O ambiente externo reforça a ligação desses grupos étnicos com a natureza, tanto que o "acordo" não é representado, sendo firmado numa mesa de escritório, por exemplo. De maneira recorrente, a natureza aparece como aquela que deve ser dominada pela razão e pela força do homem branco.

Antônio Parreiras e os quadros históricos

Antônio Diogo da Silva Parreiras nasceu em 20 de janeiro de 1860, em Niterói. Iniciou sua formação artística na Academia Imperial de Belas Artes, em 1883, aos 23 anos. Na academia foi aluno de Georg Grimm, pintor alemão que inovou os métodos de ensino acadêmico,

estimulando seus alunos a compreenderem o paisagismo como uma pintura realizada exclusivamente ao ar livre, contrariando o método formal.

Sua vida como artista profissional iniciou-se com uma série de excursões e exposições, até a sua primeira viagem de estudos à Europa, em 1888. Dois anos depois, de volta ao Brasil, Parreiras realizou várias exposições, ensinou na Escola Nacional de Belas Artes, criou a Escola ao Ar Livre, em Niterói, a exemplo da Escola da Boa Viagem, anteriormente liderada por Grimm. Embora discípulo deste último, de quem teria tomado a "última lição" de nunca abandonar a natureza, Parreiras (1999, p. 22), com pesar, diz: "Grimm não era artista [...] Era um grande pintor", pois ele dominava a técnica de "copiar com extrema fidelidade a natureza, sem alterar uma linha, sem modificar um tom".

Em um cenário hostil às suas obras no contexto do início da República, após a mudança da Academia Imperial de Belas Artes para Escola Nacional de Belas Artes, Parreiras resolveu se afastar para um retiro na cidade de Teresópolis, onde se dedicou às pinturas paisagísticas que tanto apreciava. No ano de 1893, resolveu expor na cidade de São Paulo. Nessa mudança de rumo houve um nítido movimento de aproximação do pintor com as elites desenvolvimentistas do país. Durante essa estadia, Parreiras executou seis paisagens locais. Correspondências da época mostram que o pintor tinha clara vontade de vender uma delas ao governo do estado. A passagem pela cidade de São Paulo foi bem-sucedida, como se pode concluir com as palavras de Lúcia Stumpf (2014, p. 59):

> Acreditamos que a saída de cena do Rio de Janeiro foi motivada pelas dificuldades por ele encontradas após a disputa que travou com a direção da ENBA [Escola Nacional de Belas Artes]. São Paulo, centro político e econômico em ascensão, vivia um contexto de consolidação de um ambiente artístico e foi, portanto, uma opção de destino fácil. [...] A boa colocação de sua obra junto à elite de uma São Paulo enriquecida pelo ciclo do café parece ter animado Parreiras a buscar novos mercados particulares, agora em capitais mais longínquas do País.

Parreiras resolveu prosseguir com suas exposições pelo país, indo cada vez mais longe em busca de mercado para suas obras de arte. Para Stumpf (2014, p. 65), "a explicação para a escolha do pintor seria que nesses locais a concorrência artística era praticamente inexistente e a elite enriquecida ansiava por ter a história de sua região retratada nas telas de Parreiras – o que em nada desmerece o potencial artístico de suas obras". Entretanto, Paloma Silva (2008, p. 15) ousa afirmar que: "os quadros históricos de Antônio Parreiras não são de grande valor artístico", alegando a "preocupação documental nas obras, além da fidelidade às fontes históricas". Todavia, é um equívoco considerar que uma suposta fidelidade aos registros oficiais possa eximir o pintor de sua intervenção criativa.

Iniciou-se um ciclo de pinturas históricas, a maioria delas fruto de encomendas dos poderes públicos, retratando e buscando a afirmação de tais elites contratantes. Antônio Parreiras soube tirar proveito do mercado das artes, mas não era mero oportunista.

> Acreditamos que Parreiras tenha atuado de forma consciente do momento de reformulação da história nacional que sucedeu à Proclamação da República. Ou seja, acreditamos que o artista, ao mesmo tempo que respondia a uma demanda de mercado, atendendo aos

> ensejos de seus encomendantes, tenha inserido em sua produção sua própria percepção da história (STUMPF, 2014, p. 89).

No período posterior a 1920, Parreiras pintou também por livre iniciativa, sem encomenda. Exemplo é o quadro *Zumbi*, que em 1927 apresenta um herói ainda não reconhecido pela historiografia. Parreiras interpreta um Zumbi contrário daquele que fora derrotado pelas tropas, com a mesma "pose monárquica" do seu algoz, o bandeirante Domingos Velho[4]. O pintor revela-se provocativo, combativo e até vanguardista, talvez parte da dinâmica da guerra das imagens promovida entre as diferentes escolas de arte e os interesses do mercado. Mas não é à toa que essa imagem é, ainda hoje, tão reproduzida nos livros didáticos.



Figura 4: Antônio Parreiras. Zumbi, 1927..Óleo sobre tela, 115,8 cm x 88 cm. Acervo do Museu Antônio Parreiras

O *Zumbi* de Parreiras apresenta marcas distintas em sua composição, nas palavras de Lúcia Stumpf (2014, p. 139):

> Ombrear Zumbi aos bandeirantes que o mataram, representado em uma postura muito próxima da convenção de pose monárquica, já seria por si só um gesto de contestação à historiografia e à tradição pictórica. Armar o líder rebelde que assombrou os proprietários de escravos do século XVII é dar ainda um passo além.

Com esse quadro, Parreiras conseguiu evidenciar as características de um herói. Sua representação tornou-se, mais tarde, um símbolo do movimento quilombola, que na época da ditadura militar iniciada nos anos 1960, foi tomado como modelo de sociedade socialista. Embora afastado de certo círculo intelectual do Nordeste, Parreiras certamente tinha conhecimento desse movimento e do "Manifesto regionalista" de Gilberto Freyre, nos anos 1920. Caberia destacar aqui o poema "Zumbi", de Jorge de Lima:

Em meu torrão natal – Imperatriz –,
nas serras da Barriga e da Juçara,
um homem negro, muito negro, quis
mostrar ao mundo que tinha alma clara.

E tem o sonho que Platão sonhara: –
que um sonho nobre não possui matiz.
(O sol d'Egina é o mesmo sol do Saara,
Da Senegâmbia, de qualquer país).

Em mil seiscentos e noventa e sete,
galgam o topo da montanha a pique,
os homens brancos de Caetano e Castro.

E o negro herói que não se curva e inflete,
faz-se em pedaços para que não fique
com os homens brancos, o seu negro rastro...

O *Zumbi* de Parreiras alia memória, história e arte em suas dimensões mais impactantes. Zumbi, por Antônio Parreiras, é altivo, foi concebido dentro daquilo que Paulo Cézar Marins (2007) chama de "convenção pictórica, a pose monárquica consagrada em retratos de *Hyacin th eRigaud*".

A invenção do herói e a idealização do masculino

"Após a Proclamação da República, contudo, o descompromisso com a monarquia propiciou uma maior abertura para os acontecimentos regionais representativos do passado" (SALGUEIRO, 2002 *apud* SCHWARCZ, 2013, p. 8).

Nesse processo de construção da identidade nacional, nomes como Tiradentes, Felipe dos Santos, Frei Caneca, entre outros, serão interpretados não mais como inimigos da pátria ou conspiradores, e sim como heróis republicanos. O projeto de redenção por meio da pintura histórica tornou-se uma forte ferramenta de lembrança, de resgate mnemônico que se ligava ao sofrimento de tais "heróis" durante as perseguições do Império recém-derrubado.

Na obra intitulada O *julgamento de Felipe dos Santos*, o protagonista assume a posição central do quadro, de punhos cerrados e em farrapos, mas com o peito estufado e a cabeça erguida, representa a resistência impressa contra as autoridades imperiais, que preparam seu julgamento. Felipe dos Santos parece corajoso, não teme sua sentença, pé à frente, direciona o olhar para seu algoz: o Conde de Assumar. O sentenciador é colocado à mesma altura, embora autoridade, sentada, uniformizada, sua expressão se curva levemente.

Representar um herói em farrapos pode indicar coragem e que ele lutou, usou de força e esforço físico. Mas Parreiras foi criticado por essa representação quando apresentou os croquis ao governador de Minas Gerais e recebeu como resposta um parecer do historiador Diogo de Vasconcelos que o aconselhou representar um "[...] Felipe dos Santos vestido como

um homem de educação e instruído", pois ele teria sido "irmão de Thomé Afonso, que era clérigo de ordens menores". Parreiras reage ao aconselhamento dizendo: "[...] não posso aceitar a pretensão de me vir dizer de que modos devo eu representar no meu quadro a sua figura principal"[5].

No quadro, o povo assiste à cena com semblante desolado. A representação do negro é indicativa de uma forma de tratamento que recebia durante o regime; curvado, apresentando submissão. As mulheres aparecem ao fundo, assistem de longe, segurando ou acolhendo os filhos.

O governo de Minas Gerais encomendou esse quadro em 1923. Parreiras propôs esse episódio anterior à Inconfidência e outro herói que não Tiradentes, eleito nos anos 1920 e posteriormente como símbolo de luta e nacionalidade. Antônio Parreiras, no entanto, escolheu a condenação de Felipe dos Santos, em 1720. Utilizou-se da sentença para compor o quadro. Na própria descrição de Parreiras (1999, p. 103),

> Felippe dos Santos [...] está sendo amarrado por um negro tal como deve ser conduzido pelas ruas de Villa Rica até o lugar onde seria enforcado, [...] depois amarrado à cauda de um cavalo (que se vê a seu lado), ser arrastado pelas ruas de Villa Rica até o lugar onde foi esquartejado.



Figura 5: *Antônio Parreiras. Estudo de Julgamento de Felipe dos Santos*, 1923. *Óleo sobre tela*, 83 *cmx* 149 *cm. Acervo do Museu Antônio Parreiras*

Podem-se tecer conclusões tanto sobre o forjamento de heróis nacionais na obra de Antônio Parreiras como em relação ao ideal de masculinidade hegemônica que nos é apresentado.

A masculinidade não é apenas a formulação cultural de um dado natural. Ela é um processo de construção social contínuo, frágil e disputado. A manutenção desse processo é permanentemente vigiada e, sobretudo, autovigiada. O homem é socialmente cobrado e deve, o tempo todo, evitar posturas não másculas e também fornecer provas de sua masculinidade (ALMEIDA, 1996, p. 2).

Ao apresentar majoritariamente a figura masculina em suas obras históricas, Parreiras reafirma que a história pública é representada por homens, que os grandes feitos históricos, as proezas imperiais e republicanas foram protagonizadas por figuras masculinas. Se a vida imita a arte, esse imaginário promovido por pinturas como essas fomentam um modo de construir a história nacional. Seja no *Julgamento de Felipe dos Santos*, ou em *Os invasores*, a figura masculina é dominante – são figuras fortes, destemidas, no meio da cidade ou dentro da mata cerrada, apresentam sempre uma aura de autoridade e legitimidade, características essenciais para heróis e mártires.

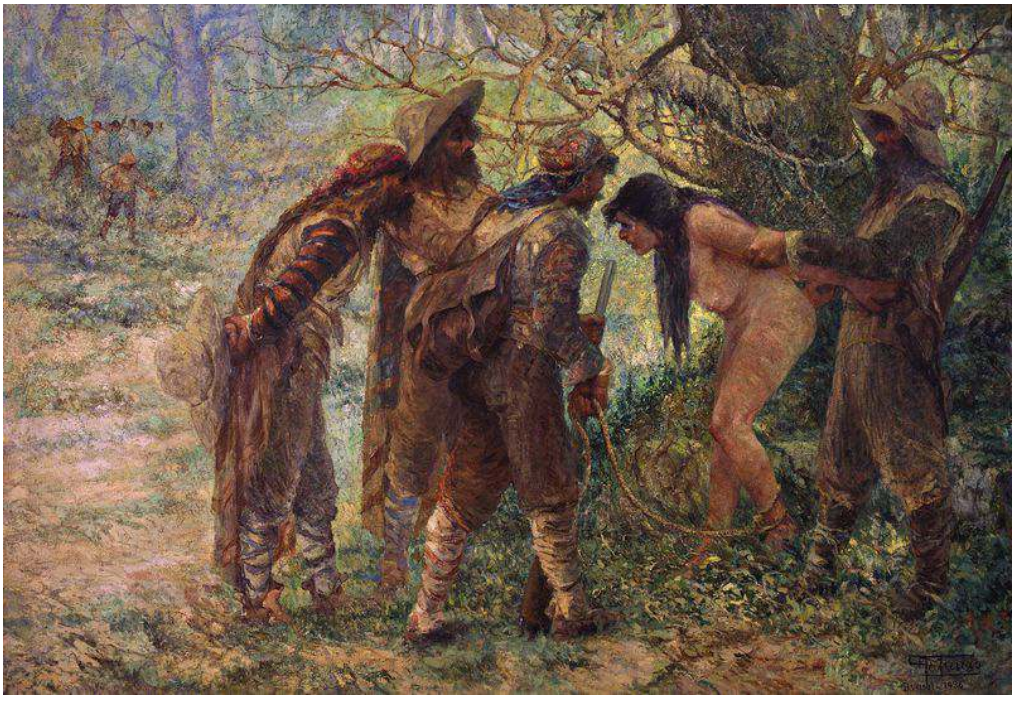


Figura 6: Antônio Parreiras. Os invasores, 1936. Óleo sobre tela, 194,5 cm x 281 cm. Acervo do Museu Antônio Parreiras

Essa tela, finalizada em 1936, mas cujos estudos datam de 1915, 1922 (ainda com o título de "Os aventureiros"), permite inferir que, em cerca de 20 anos de elaboração, o autor mudou sua percepção de visão do lugar da dominação. De "aventureiros" a "invasores", houve uma mudança de compreensão sobre o protagonismo da história. A mulher, supostamente dominada, supostamente indígena, mas muito branca, apresenta-se curvada e amarrada, todavia ela reage. Os "dominadores" demonstram certa ignorância, curiosidade e desconhecimento do

que fazer, como agir frente à situação que os desarma – visto que a cena não mostra arma engatilhada ou acionada.

Considerações finais

A presença de personagens masculinas nos museus e livros didáticos é predominante, sobretudo nos temas consagrados à memória nacional ou à história regional. Durval Albuquerque Júnior (2003, p. 21) pergunta e responde:

> [...] existirá uma história que não seja dos homens? Durante muito tempo a chamada historiografia dos excluídos, dos vencidos, da sexualidade e das mulheres responderam negativamente a esta questão. Donos do poder, ocupantes do espaço público, produtores de riquezas, chefes de família, responsáveis perante as leis, controladores da cultura, os homens não teriam deixado lugar para as mulheres na história. Consequentemente, toda a memória da sociedade, toda a história da humanidade seria dos homens.

Todavia, esse é um falso pressuposto, segundo Durval Albuquerque Júnior, pois essa história que universalizou o homem não problematizou o masculino, as experiências múltiplas e subjetivas de ser homem. Com inspiração nos Estudos de Gênero, em especial os que problematizam a construção da masculinidade, aborda-se a consagração de uma memória que valoriza o masculino, os signos, as recorrências que enunciam os sujeitos e os investem de fama, valor e existência. Todavia, esses homens são sempre confrontados com mulheres e são nessas relações de poderes que percebemos as tensões que os diferenciam ou os equiparam, dependendo também das condições de classe ou raça.

Como diz Miguel Vale de Almeida (1996, s.p.): "Masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres: são metáforas de poder e de capacidade de ação, como tal acessíveis a homens e mulheres". Os discursivos da virilidade, da força, bravura e coragem representam o que Almeida chama de "masculinidade hegemônica", por vezes também presentes em mulheres.

Circe Bittencourt (2008, p. 162) empreendeu pesquisa de doutorado a investigar os primeiros livros didáticos brasileiros, publicados entre 1810 e 1910, e sobre esses conclui:

> Os autores realizaram adaptações e deram novas interpretações ao saber erudito, buscando construir um discurso pedagógico capaz de ser veiculado em sala de aula. Ao elaborarem uma produção didática, os autores não se eximiram de veicular claramente suas concepções de História nacional e, em meio a tais divergências, a História do Brasil surgia como disciplina escolar autônoma. Em alguns aspectos, contudo, a literatura escolar de História desse período teve pontos comuns. Configurou-se a criação das "galerias" de heróis civis em substituição às figuras da História Sagrada, desenvolvendo-se uma produção no sentido de laicizar o tempo histórico. Apesar das diferentes visões do passado, persistiu, entre os autores, o mito do Brasil como "país do futuro".

Nessas "galerias", espaços onde se expõem objetos e discursos, há uma dinamicidade, há lugar para o novo e também para a tradição. As representações identitárias de nacionalidade

e regionalismos são marcadas pelas identificações de gênero: masculino e feminino, cujas referências operam transformações na memória de quem vê ou viu, conheceu e viveu (por) esses"lugares praticados".

Notas

1 Esta pesquisa é originária de projeto de pós-doutorado, que contou com financiamento (PROPPI/UFF) de uma bolsista de Iniciação Científica: Silmara Aparecida Bezerra Silva, estudante do curso de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ.

2 As informações sobre a fundação do IHGMT foram abstraídas de *Jubileu dos 90 anos do IHGMT*, publicação comemorativa organizada pelo próprio instituto em 2010.

3 Numa ordem cronológica de autoria, podem ser citados: MENDONÇA, Estevão de. **Quadro *chorographico* de Mato Grosso**. Cuiabá: Escolas Profissionaes Salesianas, 1906; MENDONÇA, Rubens de. **História de Mato Grosso**. Cuiabá: Instituto Histórico de Mato Grosso, 1979; PÓVOAS, Lenine C. **História de Mato Grosso**. Cuiabá/São Paulo: Resenha Tributária, 1985.

4 Vide:Benedito Calixto.*Retrato de Domingos Jorge Velho e o tenente Antônio Fernandes Abreu*, 1903. Óleo sobre tela, 140 cm x 100 cm. Museu Paulista.

5 Documento IP 050367. Arquivo do Museu Antônio Parreiras. A*pud* STUMPF, 2014, p. 131.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. **Nordestino: uma invenção do falo** – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. **Anuário Antropológico**, 95. Portugal, 1996. Disponível em: <http://miguelvaledealmeida.net/wp-content/uploads/2008/06/genero-masculinidade-e-poder.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar:** 1810-1910. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, v. VIII (suplemento), 2001.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História & Ensino de História**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GOMBRICH, E.H. **Arte e ilusão**: um estudo da psicologia da representação pictórica. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IHGMT. **Jubileu dos 90 anos do IHGMT** (Jubileu de Álamo) – 1919-2009. Cuiabá: FAPEMAT, 2010.

MARINS, Paulo César Garcez. Nas matas com pose de reis: a representação de bandeirantes e a tradição da retratística monárquica europeia. **Revista do IEB**, São Paulo, n. 44, fev. 2007.

MENDONÇA, Estevão de. **Quadro chorographico de Mato Grosso**. Cuiabá: Escolas Profissionaes Salesianas, 1906.

MENDONÇA, Rubens de. **História de Mato Grosso**. Cuiabá: Instituto Histórico de Mato Grosso, 1979.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual – balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**,São Paulo, v. 23, n. 45, 2003.

PARREIRAS, Antônio. **História de um pintor contada por ele mesmo**. 1881-1936. 3. ed. Niterói: Livros, 1999.

PÓVOAS, Lenine C. **História de Mato Grosso**. Cuiabá/São Paulo: Resenha Tributária, 1985.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Org.) **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Mulheres,1998.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**. O museu no ensino de história. Chapecó: Argos/CEOM, 2004.

_____. Uma questão de tempo: os usos da memória nas aulas de história. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 30, n. 82, set./dez. 2010.

SALGUEIRO, Valéria. A arte de construir a nação: a pintura de história e a Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 30, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A Batalha do Avaí** – A beleza da barbárie: a Guerra do Paraguai pintada por Pedro Américo. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.

SILVA, Paloma. A Inconfidência revisitada: Antônio Parreiras e a *Jornada dos Mártires*. **Revista Tempo de Conquista**, jul. 2008. Disponível em: <http://revistatempodeconquista.com.br/documents/RTC3/PALOMASILVA.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e; FREITAS, Moacyr. **Quadros históricos de Mato Grosso**: período colonial. Cuiabá, 2000.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

STUMPF, Lúcia K. **A terceira margem do rio**: mercado e sujeitos na pintura de história de Antônio Parreiras. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Recebido em 20 de fevereiro de 2015
Revisado em 06 de novembro de 2015
Aceito em 10 de novembro de 2015

DOI 10.5216/o.v15i2.33686

Relações de Gênero e Ensino de História: (in)visibilidades na escolarização de meninos e meninas na Província de Goiás (1827-1889)

*Thiago Fernando Sant'Anna**

Resumo: O presente artigo pretende investigar as imagens do ensino de História e suas interfaces com as relações de gênero na escolarização de meninos e meninas na Província de Goiás (1827-1889). À luz dos Estudos Feministas e de Gênero, analisamos o discurso das leis e de fragmentos de um livro didático e argumentamos que a escola em suas diversas práticas discursivas, funcionava, como já assinalamos, como uma complexa tecnologia produtora/reprodutora de gênero.

Palavras-chave: História; Gênero; Educação; Ensino de História.

* Doutor em História, professora da Universidade Federal de Goiás/Regional Cidade de Goiás, Cidade de Goiás, GO, Brasil.
E-mail: thiagof.santanna@yahoo.com

Gender Relations and History Teaching: (in)visibilities in the Education of Boys and Girls in the Province of Goiás (1827-1889)

Abstract: This article aims to investigate the imagery of the History teaching and their interfaces with gender relations in the schooling of boys and girls in the Province of Goiás (1827-1889). Under the perspectives of Feminist and Gender Studies, the discourse of laws and fragments of a textbook are analyzed. It is also argued that the school, in its various discursive practices, worked, as it has been pointed out, as a complex technology producer and reproducer of gender.

Keywords: History; Gender; Education; History of Education.

Relaciones de Género y Enseñanza de la Historia: la (in)visibilidades en la escolarización de niños y niñas en la Provincia de Goiás (1827-1889)

Resumen: Este artículo tiene como objetivo investigar las imágenes de la enseñanza de Historia y sus interfaces con las relaciones de género en la escolarización de niños y niñas en la Provincia de Goiás (1827-1889). A la luz de los Estudios Feministas y de Género, analizamos el discurso de las leyes y de los fragmentos de un libro de texto y argumentamos que la escuela, en sus diversas prácticas discursivas, trabajaba, como hemos señalado, como una compleja tecnología productora/ reproductora de género.

Palabras clave: Historia; Género; Educación; Enseñanza de Historia.

> Dom Pedro Primeiro, por graça de Deus, e unânime aclamação do povo, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que, tendo-nos requerido os povos deste Império, juntos em câmaras, que nós quanto antes jurássemos e fizéssemos jurar o projeto de Constituição, que havíamos oferecido às suas observações para serem depois presentes à nova Assembléia Constituinte, mostrando o grande desejo que tinham de que ele se observasse já como Constituição do Império, por lhes merecer a mais plena aprovação, e dele esperarem a sua individual e geral felicidade política: Nós juramos o sobredito projeto para o observarmos e fazermos observar, como Constituição, que de ora em diante fica sendo deste Império, a qual é do teor seguinte: [...]
>
> Art. 179. A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte: [...]
>
> 32) A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos. (BRASIL, 2007)

Ao propor soluções para o problema da sociedade brasileira, formada por uma "ilha de letrados cercada por um mar de analfabetos" (CARVALHO, 2003, p. 63), as políticas públicas educacionais do governo imperial investiram mais na promulgação de leis e no estabelecimento e substituição de métodos do que na criação de escolas e na formação de quadros profissionais que pudessem nelas atuar. Afinal, eram iniciativas que demandavam menor custo e, além disso, criavam a ilusão de permanente investimento dos poderes executivo e legislativo na questão que, pretensamente, era de interesse da nação.

Até a lei de 15 de outubro de 1827, quando foi promulgada a lei geral de instrução pública, as escolas brasileiras eram ainda regidas conforme a legislação portuguesa. Como o Ato Adicional de 1834 transferiu às províncias a competência e a responsabilidade pelo atendimento escolar de nível primário, em Goiás, após essa data, foi produzida uma extensa legislação com vistas a normatizar o atendimento escolar. Composta de leis, regulamentos, atos e decretos, esta legislação encampava diversos aspectos da instrução pública, desde criação de escolas, salários dos professores/as, provimento de cadeiras, organização do ensino, currículo escolar, material e frequência, métodos de ensino, inspeção e disciplinas escolares. Todo o universo escolar era, então, objeto de minuciosa legislação que definia as regras também no que tange ao orçamento provincial para instrução pública, às despesas com a instrução de alunos pobres, às reformas educacionais, à restauração de escolas, à aquisição de material escolar.

O ano de 1827 foi significativo para a instrução pública, pois se estabeleceu a lei emanada do governo imperial, de 15 de outubro de 1827, conhecida como Decreto-Lei de Instrução Pública, o primeiro ordenamento legal sobre instrução primária do Império que orientaria as ações públicas e privadas sobre instrução primária no país. Da referida lei constavam as diretrizes orientadoras para o atendimento escolar, firmado no princípio da universalidade, do direito ao ensino público e gratuito a todo cidadão.

Os artigos 6º e 12º da lei de 1827 podem nos ser esclarecedores sobre o currículo escolar, quem ensinava e para quem ensinava:

> Art. 6º. Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações d'Arithmetica, pratica de quebrados, decimaes, e proporções, as noções mais geraes de Geometria pratica, a Gramática da Língua Nacional, e os princípios da Moral Christã, e da Doutrina da Religião Catholica, e Apostólica Romana, proporcionados à comprehensão dos meninos, preferindo para as Leituras a Constituição do Império, e a História do Brasil. [...]
>
> Art. 12º. As Mestras, alem do declarado ao Art. 6, com exclusão das noções de Geometria, e limitando a instrucção de Arithmetica só às suas quatro operações, ensinarão tambem as prendas, que servem à economia domestica; e serão nomeadas pelos Presidentes, em Conselho, aquellas mulheres, que sendo Brasileiras, e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na forma do Art. 7. (BRASIL, 1827)

O artigo 6º da Lei de Instrução Pública de 1827 introduzia mudanças quanto à formação escolar básica, pois, além de ler, escrever e contar, incluía o ensino de geometria e gramática da língua nacional, princípios da moral cristã e a formação política e civil, assim como o ensino de leitura pautado nos textos da Constituição do Império e da História do Brasil.

Ensinar História, possivelmente, significava praticar um ensino ancorado na concepção de instrução púbica, segundo a qual implicava preparar o aluno para aquisição de habilidades cognitivas, motoras e intelectuais, de forma que ele tivesse uma formação intelectual, moral e religiosa com a aquisição dos conhecimentos universalmente sistematizados. Também incluía a formação do caráter, pautada em princípios morais, éticos e religiosos.

Promulgado no final do Império, o regulamento de 1887 inscrevia-se em um tempo social e histórico em que as relações entre governo central, provincial e local estavam mais bem ajustadas às dimensões nacional e regional do projeto civilizador, negociadas em seus diferentes níveis, inclusive no âmbito educacional, com o ensino da "língua nacional", de geografia e história do Brasil e da Província.

> CAPITULO 7º.
> *Do ensino e regimen das escolas*
>
> Art. 18º. O ensino primário terá por fim o desenvolvimento das faculdades perceptíveis, intellectuaes e moraes dos meninos, e será dado em escolas elementares do 1º. e 2º. gráu.
>
> Art. 19º. Compor-se-ha o ensino:
> §1º. Da educação religiosa e doutrina christã;
> §2º. Leitura corrente;
> §3º. Escripta corrente;
> §4º. Arithmetica, theoria e pratica até decimaes.
> §5º. Systema metrico decimal.
> §6º. Noções de grammatica.
> §7º. Trabalhos de agulha nas escolas para o sexo feminino.
>
> Art. 20º. Estas disciplinas constituirão o ensino primário do 1º. gráo.

> Art. 21º. Ao ensino de 2º. grão addiciona-se mais:
> §1º. Cathecismo.
> §2º. Arithmetica theorica e pratica até a regra de 3 simples.
> §3º. Grammatica da língua nacional e analyse grammatical e logica.
> §4º. Noções de geographia e historia do Brazil, com especialidade a da provincia de Goyaz.
>
> Art. 22º. As escolas funccionarão das 9 horas da manhã as duas da tarde, em uma só sessão.
>
> Art. 23º. O fornecimento do expediente, livros e compendios aos alumnos pobres, será feito pela thesouraria provincial, mediante pedido dos professores.
>
> Art. 24º. O fornecimento de mobília será igualmente feito pela thesouraria provincial, mediante pedido dos professores e a vista de um orçamento feito pelo delegado litterario. (ACTO, 1887)

Outras formas de hierarquização foram também operadas, pois o regulamento dividia não somente meninos e meninas, mas ricos e pobres, alunos de instrução primária de 1º e de grau 2º graus, das cidades e das vilas, da capital e do interior, dentre outras. Contudo, observa-se uma valorização da escolarização feminina (embora a prioridade continuasse a ser o atendimento ao sexo masculino) centrada no "desenvolvimento das faculdades perceptíveis, intellectuaes e moraes dos meninos" (ACTO, 1887). Sobre as meninas, o texto silencia e, ao mesmo tempo, explicita a exigência do ensino de "trabalhos de agulha" nas escolas primárias de 1º grau. A diferença é reafirmada tanto pelo silêncio como pela explicitação do ensino dessa atividade reafirmada como de domínio feminino pelo autorizado saber escolar.

Diante das invisibilidades discursivas do ensino de História praticado na escolarização primária de meninos e meninas, é possível sugerir que fosse uma prática de se ensinar a história ancorada nas perspectivas clássicas, onde o passado ensina o presente e a história é mestra da vida. Pudemos identificar um material interessante sobre a memória em relação às autoridades na formação das condutas e do caráter, concepções essas possivelmente consoantes ao ensino de História ali praticado.

Em alguns fragmentos de um livro didático, sem data, em anexo no livro de Bretas (1991), podemos notar as orientações dadas naquele sentido de assujeitamento. Em "Ligeiras noções sobre Moral e Educação Doméstica e etc. do Prof. Lima, da Escola Rural da Fazenda Caiana, Município de Ouro Fino", registra-se a temática da autoridade para ser trabalhada em classe.

No texto, a definição e a prescrição da conduta obediente: "O que é autoridade? Autoridade é uma ou mais pessôas que exerça empregos públicos, e judiciários." Em seguida: "Para que serve a autoridade? Serve para manter a ordem, castigar os que erram, dar conselhos aos ignorantes, e trazer o pôvo em união, sinceridade, amor, verdade e justiça" (LIVRO DIDÁTICO *apud* BRETAS, 1991, p. 624).

Trata-se de prescrição, sob a forma de ensinamento, que mobiliza um saber autorizado, como o/a mestre/a e o inspetor escolar, que conferia autoridade a quem o exerce. Na autorização estabelecida, a legitimidade do exercício da autoridade: manter a ordem, castigar

os que erram, trazer o povo em união, amor, verdade e justiça. O exercício, enfim, do poder assentado e legitimado pelo saber.

Na lição, que ensinava as meninas e os meninos a serem obedientes, as referências às autoridades do pai de família, do professor e do inspetor: "Um pae de familia é autoridade? Sim é. De quem é ele autoridade? Ele é autoridade, de sua casa, esposa e filhos, pois só á ele cabem os direitos, de corrigil-os, determinal-os quaisquer trabalhos, castigar, etc" (BRETAS, 1991, p. 626).

Ao distinguir os níveis do exercício de autoridade, mas sem desautorizar nenhum deles, o manual constrói a verdade acerca dos que são autoridades e dos saberes que os legitimam como tais. Nessa disposição juízes, promotores, delegados de polícia, policiais, pais de famílias, inspetores escolares e professores encontram-se investidos de autoridade e localizados como sujeitos autorizados, construção operada pela repetição cotidiana do refrão:

> O professor é autoridade?
> É sim senhor.
> E um inspetor escolar é autoridade?
> É sim senhor.
> Para que serve um inspetor escolar?
> Serve para fiscalizar as escolas, se estão em Progresso ou não, corrigir as faltas do professor e etc.
> Só estas cousas cabem ao inspector?
> Não senhor.
> Qual é mais?
> Ao inspector cabe, fazer qualquer pedido á autoridade superior, em pról d'aquele estabelecimento de ensino que ele vem, e julgar necessário ao seu progresso.
> Qual é a obrigação do menino para com as autoridades?
> É respeital-os estrictamente, e cumprir ordens.
> E das pessoas inferiores em gráo?
> Deve respeital-os igualmente, com toda sinceridade e moral, para que assim dê á nós meninos, o exemplo. (LIVRO DIDÁTICO *apud* BRETAS, 1991, p. 624)

Podemos perceber que, pela leitura do livro didático, meninos e meninas eram treinados/as para respeitar e a obedecer às autoridades, principalmente aquelas próximas de seu cotidiano: professores, pais e inspetores. Seria o ensino de História dissonante com essas concepções? Ou teria a prática de se ensinar a História convergida para a manutenção do pleno funcionamento da vigilância hierarquizada e seus efeitos na produção de alunos e de alunas educados/as, polidos/as, civilizados/as.

Atribuía-se, no texto didático, ao/à professor/a, "os direitos d'um pae de família", pois, afinal também era eleita quem deveria "velar pela moral, de seus alunos, vedando-os dos males, e trazendo-os na verdadeira trilha da Santa senda do bem; da juventude estudiana sobre sua direção" (BRETAS, 1991, p. 629).

Nessa construção, a significação da escola é a de continuidade do lar e a do/a mestre/a a de um/a segundo/a pai/mãe. Esta significação torna-se mais visível ante o objetivo do ensino de "prendas domésticas" nos currículos das escolas femininas. À escola, como mediadora na passagem da vida infantil para a adulta, cabia oferecer uma formação que preparasse as alunas

e os alunos para o posterior desempenho como mães/pais de família. No caso das meninas, o manual ensinava-lhes o que seria "um lar":

> Que é lar?
> Lar vem de largeira-pedra de fogão, aos antigos hoje o consideramos essa palavra, á casa dos nossos paes ou a nossa quando a possuímos:
> Que é trabalhos manuaes?
> Por trabalhos manuaes se comprehende todos os serviços que são confeccionados com as mãos e dedos.
> Que é serviços domésticos?
> Comprehende-se todos serviços do interior da Casa, como sejam quintaes hortas e etc.
> E não há outro exemplo?
> Sim há: costuras, bordar, etc. etc. etc.
> Que é cultivar?
> Cultivar quer dizer plantar zelar-se etc.
> De que vivem as Senhoras deste meio?
> Vivem dos trabalhos domesticos.
> E quaes são estes trabalhos?
> São: costuras, fabricas de queijos, requeijões, teceloas e etc. (LIVRO DIDÁTICO *apud* BRETAS, 1991, p. 631-632)

Não há como negar que o livro didático, como recurso discursivo utilizado no cotidiano escolar, integrava a engrenagem da escola como tecnologia do gênero, produtora dos efeitos de masculino/feminino nos corpos e nos comportamentos de seus alunos e de suas alunas. Por meio de todo um aparato discursivo, como legislação, relatórios, mapas, livros didáticos e as demais estratégias e técnicas empregadas no interior das salas de aula, a escolarização produzia "corpos dóceis". Corpos, enfim, que eram domesticados segundo a lógica de um sistema binário naturalizado graças ao funcionamento do poder disciplinar.

A perspectiva da escola como tecnologia de gênero permite-nos afirmar que a experiência de escolarização de meninas e de meninos ocorreu sob a lógica da partilha binária. A escola primária da Província de Goiás do século XIX foi espaço forjador de hábitos e de modos de pensar e de agir, espaço modelador de corpos e de comportamentos sexualmente diferenciados. A experiência de escolarização foi pensada e também presidida pelo dispositivo da vigilância hierárquica, revelada em sua operacionalidade pelas inúmeras estratégias de controle e de fiscalização a que esteve constrangida e submetida.

A escola, em suas diversas práticas discursivas, funcionava, como já assinalamos, como uma complexa tecnologia produtora/reprodutora de gênero, esse "saber que estabelece significados para as diferenças corporais" (SCOTT, 1994, p. 12). Tal tecnologia operava, portanto, por meio de técnicas e estratégias discursivas acionadas no espaço político de alimentação/reafirmação de uma representação social que, ao ser internalizada e incorporada ao imaginário social, orientava e significava o modo de pensar e de agir do indivíduo e dos grupos, produzia os efeitos de gênero nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais. Como ressalta Navarro-Swain (2000, p. 57), as tecnologias do gênero traduzem "a criação da pesada materialidade dos corpos femininos e masculinos a partir de valores e de representações que os constituem."

Abrigada sob essa matriz de sentido – a divisão hierarquizada dos sexos e a escolarização diferenciada segundo o sexo/gênero – são os significados possíveis e passíveis de serem lidos acerca daquela experiência de escolarização das crianças goianas. Em resumo, para os meninos, demarcava o caminho das possibilidades; para as meninas, o do destino, ligado ao "sul do corpo"/ventre, à maternidade, aos cuidados com o outro, mesmo que acenasse para a prática de um trabalho, do exercício de uma profissão ou até mesmo, na participação de um movimento social e político. As convenções de gênero forjadas e alimentadas pelas técnicas discursivas da tecnologia escolar, como a legislação, desenhavam bem os limites e alcances das práticas sociais de meninas e meninos ali passíveis de se executar. Estaria a prática de se ensinar História em uma posição de contrariar as possibilidades e os destinos imprimidos à educação generalizada e desigual de meninos e meninos? Em suas (in)visibilidades, tanto as possibilidades quanto o destino emanados da experiência de escolarização indicavam contornos precisos: a identidade sexual masculina e a feminina.

Referências

ACTO de 11 de Fevereiro de 1887, redando Regulamento para a Instrução primaria da Provincia. Regulamento para Instrucção Primária da Província de Goyaz. Goyaz: Typographia Provincial, 1887. Arquivo da sala de Documentação Encadernada do Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

BRASIL. **Constituição Política do Império**, Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <http://www.cmp.rj.gov.br/petro1/constituicao.htm>. Acesso em: 10 out. 2007.

BRASIL. Lei geral de instrução pública, de 15 de outubro de 1827. ***Lex*: collecção das Leis do Imperio do Brasil, desde a Independência. 1826 a 1829**, Ouro Preto, v. 2, 1830. Arquivo da Sala de Documentação Encadernada do Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da Instrução Pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991, p. 626. (Coleção Documentos Goianos, 21).

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras**: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 63.

LAURETIS, Teresa de. Tecnologias do Gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). **Tendências e Impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LIVRO DIDÁTICO. Ligeiras noções sobre Moral e Educação Doméstica e etc, do Prof. Lima, da Escola Rural da Fazenda Caiana, Município de Ouro Fino. In: BRETAS, Genesco Ferreira. **História da Instrução Pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991, p. 624-634. (Coleção Documentos Goianos, 21).

NAVARRO-SWAIN, Tânia. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). **Feminismos: Teorias e Perspectivas. Textos de História:** Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Brasília, UnB, vol.8, n.1/2, 2000.

SCOTT, Joan. Prefácio. A gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.3, p.11-27, 1994.

Recebido em 21 de janeiro de 2015
Revisado em 06 de novembro de 2015
Aceito em 10 de novembro de 2015

DOI 10.5216/o.v15i2.33964

"Um Nelore para não sair de uma Briga": a cultura da Valentia em Goiás

*Eliézer Cardoso Oliveira**
*Eduardo Gusmão de Quadros***

Resumo: Este artigo parte do pressuposto de que a valentia é um forte componente da identidade cultural goiana. Pela especificidade da sua formação histórica, a partir da conquista bandeirante e escravização dos indígenas em meio a um ambiente rural, longe dos tentáculos do estado, Goiás valorizou os elementos associados à violência. No entanto, a valentia goiana não é clássica, como o modelo do duelo face a face presente no livro *Ermitão de Muquém.* A valentia goiana é legitimada pela tocaia, pela coragem de matar, exemplificada nas obras dos mais conhecidos autores regionalistas, como Bernardo Élis, Hugo de Carvalho Ramos, Bariani Ortêncio, dentre outros.

Palavras-chave: Ética da Valentia; Identidade Cultural; Literatura Regionalista.

* Doutor em História, professor da Universidade Estadual de Goiás/Unidade Anápolis (UEG), Anápolis, GO, Brasil.
E-mail: ezi@uol.com.br

** Doutor em História, professor da Universidade Estadual de Goiás/Unidade Anápolis (UEG), Anápolis, GO, Brasil, e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, GO, Brasil.
E-mail: eduardo.hgs@hotmail.com

"A Bull not leave one Fight": a culture of Valor in Goiás

Abstract: This article assumes that bravery is a strong component of Goiás cultural identity. The specificity of its historical formation, from the pioneering conquest of indigenous and African enslavement in the middle of a rural setting, away from the tentacles of the state, Goiás cherished the elements associated with violence. However, Goiás bravery is not classical, like the model of the face-to-face duel in the book Hermit from Muquém. Goiás bravery is legitimized by ambush, the courage to kill, exemplified in the works of the best known regionalist authors like Bernard Elis, Hugo de Carvalho Ramos, Bariani Ortencio, among others.

Keywords: Ethics of Bravery; Cultural Identity; Regionalist Literature.

"Un Nelore para no salir de una Lucha": la cultura de Valentía en Goiás

Resumen: Este artículo se supone que la valentía es un fuerte componente de la identidad cultural de Goiás. El carácter específico de su formación histórica, desde la conquista pionera de la esclavitud indígena en medio de un ambiente rural, lejos de los tentáculos del Estado, Goiás valoró los elementos asociados a la violencia. Sin embargo, la valentía goiana no es clásica, como la cara del modelo del duelo cara a cara presente en el libro *Ermitão de Muquém*. La valentía goiana es legitimada por la emboscada, por el coraje de matar, ejemplificada en las obras de los autores más famosos regionalistas, como Bernardo Élis, Hugo de Carvalho Ramos, Bariani Ortêncio, entre otros.

Palabras clave: Ética de la Valentía; Identidad Cultural; Literatura Regionalista.

Introdução

"45 do calibre, 00 da algema". Com este lema, o candidato Delegado Valdir foi eleito, em 2014, o deputado federal mais votado de toda a história de Goiás, ultrapassando em mais de 100 mil votos o segundo colocado. Não subestimando as propostas políticas do candidato e o contexto de violência da sociedade contemporânea, pode-se afirmar que o sucesso do mote eleitoral se explica pelas suas fortes evocações simbólicas para os goianos. O seu lema evoca valentia, dureza, virilidade e força, elementos bastante representativos da identidade cultural goiana.

Na mesma perspectiva, o escritor José Mendonça Teles, refletindo sobre o significado de "ser goiano", afirmou: "É ser dócil e falante, impetuoso e tímido. É dar uma galinha para não entrar numa briga e um nelore para não sair dela." (TELES, 1988, p. 11). Essa imagem do goiano que sabe usar a valentia e a força quando for preciso é constante na literatura regional e na cultura popular. Mesmo num ambiente de cultura urbana, como a cidade de Goiânia, é comum ver adesivos destacados em veículos, principalmente camionetes, exaltando a valentia: "Aqui o sistema é bruto", "Nóis capota, mas não breca".

Logicamente este componente da identidade goiana não deve ser avaliado de modo absoluto. Não significa dizer que os mais de 200 mil eleitores do Delegado Valdir ou os proprietários dos veículos com os adesivos evocando a coragem são pessoas violentas e corajosas. Contudo, significa afirmar que boa parte dos goianos se identifica com uma narrativa construída em torno de valores evocativos da valentia.

Portanto, para os propósitos deste artigo, a expressão "identidade cultural" pode ser concebida como o modo como uma coletividade se vê e o modo como ela é vista pelas outras coletividades. Identidade cultural é formada pela seleção de algumas características que o grupo concebe como significativas para moldar o que ele considera como sua essência. Nesse caso, o significado é coerente com uma das definições apresentadas por Stuart Hall:

> A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre "interior" e o "exterior" – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a "nós próprios" nossas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os "parte de nós", contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos como os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, "sutura") o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis (HALL, 2006, p. 11-12).

A identidade cultural possibilita ao indivíduo se enxergar além da sua subjetividade, integrando-se a sua comunidade familiar, a sua comunidade de vizinhança, a sua região e a sua nação. No caso de Goiás, a identidade cultural foi sendo moldada a partir da especificidade geográfica – a natureza crua do cerrado – e da especificidade histórica – marcada pelo

esforço de colonização, a partir do século XVIII, que resultou no conflito social e na mescla etnocultural entre europeus, indígenas e africanos.

O historiador Nasr Fayad Chaul, refletindo sobre "o que é ser goiano?", afirmou que a maior especificidade da identidade goiana é a tensão entre dois polos dicotômicos: entre isolamento e integração, entre o velho e o novo, entre o atraso e o progresso, entre modernidade e tradição. Ele, criativamente, sintetiza essas dicotomias por meio dos termos "goianice" e "goianidade"

> Os viajantes que passaram por Goiás com seus olhos embotados de realidades europeias conseguiram vislumbrar um aspecto comum: a decadência da capitania. Esse estigma de terra do "atraso", da "decadência", do marasmo e do ócio, serviu para se identificar o goiano – e criar o que chamaríamos de goianice – por vários séculos, até que outra construção e outro estigma o substituísse, baseado na ideia de modernização em forma de progresso apregoada após o movimento de 1930. Através do progresso os arautos de 30 procuraram reconstruir a imagem de Goiás e imprimir uma face mais contemporânea ao estado, o que poderia ser visto como a tentativa de inserir a região na construção da nação. Assim, a título de representação, a "goianice" nos remete à época em que a idéia de "decadência" serviu para rotular o contexto da história de Goiás após a crise da mineração, enquanto o que chamamos de "goianidade" nos indica a construção da ideia de modernização através de uma de suas representações, o progresso, furto dos projetos político-econômicos do pós-30 em Goiás (CHAUL, 2011, p. 42).

A elite intelectual e administrativa de Goiás sempre se preocupou com o estigma da decadência ou do atraso. Por isso, empenhou-se na criação de mirabolantes planos de modernização socioeconômica, tais como: navegação dos rios Araguaia e Tocantins, integração logística por meio de ferrovias e rodovias, projetos de desenvolvimento da agropecuária (como as colônias agrícolas), construção de Goiânia e o engajamento na mudança da capital federal para o Planalto Central.

Por trás dessas iniciativas modernizadoras, estava o desejo da elite em desvincular-se das tradições e expressões culturais populares de Goiás. Pretendiam-se superar os traços sertanejos, indígenas, africanos que caracterizavam a identidade goiana. O que se pretendia era a urbanização e a educação do povo, infundindo-lhe práticas e atitudes "civilizadas" originadas da Europa, Estados Unidos ou dos estados do Sul e Sudeste do Brasil.

No entanto, essa identidade modernizadora, pelo seu caráter artificial, não logrou êxito totalmente. Apesar do inegável desenvolvimento socioeconômico, advindo após a década de 1930, ainda persistem fortes elementos identitários típicos de uma sociedade tradicional. Um desses elementos[1] é a valorização do que se denomina aqui de "ética da valentia".

De acordo com Norbert Elias, a valentia é típica de uma sociedade não afetada pelo que ele denomina de "processo civilizador". Na sua obra, ele procura analisar como os homens tornaram-se mais gentis e começaram a se tratar com regras de etiquetas que expressavam boas maneiras. A sua hipótese é que o início desse processo civilizador deu-se na corte dos monarcas absolutistas, quando a nobreza teve que se adaptar a uma convivência regrada nas cortes.

Antes da emergência do processo civilizador, os seres humanos, sobretudo os nobres, agiam de modo muito mais instintivo. O controle dos afetos e das funções corporais era bem mais rudimentar e o sentimento de vergonha de mostrar as intimidades aos outros era quase inexistente. Elias descreve a situação da Europa Medieval:

> O que faltava nesse mundo *courtois*, ou no mínimo não havia sido desenvolvido no mesmo grau, era a parede invisível de emoções que parece hoje se erguer entre um corpo humano e outro, repelindo e separando, a parede que é frequentemente perceptível à mera aproximação de alguma coisa que esteve em contato com a boca ou as mãos de outra pessoa, e que se manifesta como embaraço à mera vista de muitas funções corporais de outrem, e não raro à sua mera menção, ou como um sentimento de vergonha quando nossas próprias funções são expostas à vista de outros, e em absoluto apenas nessas ocasiões. (ELIAS, 1994, p. 82).

Em uma sociedade pré-processo civilizador, como a medieval ou a goiana dos séculos XVIII e XIX, os indícios de familiaridade com a violência estavam entranhados no cotidiano da população.

Portanto, mesmo com a emergência de uma sociedade pacificada em que a violência legítima é monopolizada pelo Estado, em Goiás a valentia permanece importante como elemento da identidade cultural. Utilizando as obras da literatura regionalista, como documento da cultura, pretende-se, então, analisar a especificidade da ética da valentia goiana.

A valentia clássica: o duelo face a face

A valentia é uma atribuição social, já que ninguém nasce valente ou covarde. Sendo assim, ela é também histórica, já que cada época vai ter a sua especificidade em relação à valentia. O valente espartano não possuía os mesmos atributos e a mesma valorização social do valente ateniense. Ser valente na Roma Antiga era diferente de ser valente na Judéia. A valentia depende, portanto, de um código simbólico específico a uma determinada sociedade, sendo historicamente variável. Agredir a esposa poderia não depor contra a valentia de um homem numa sociedade patriarcalista, mas é considerado um ato covarde numa sociedade em que as relações homem e mulher são reguladas de modo igualitário.

Essa diferença no modo de como a valentia é concebida em cada contexto histórico-cultural pode ser vislumbrada, quando se compara a "valentia gaúcha" com a "valentia goiana" nas produções literárias regionais. Em *Um certo Capitão Rodrigo*, Érico Veríssimo narra o episódio em que o valente Capitão Rodrigo Cambará enfrenta num duelo o filho do coronel:

> Juvenal Terra transmitia instruções. Bento sairia pela direita e Rodrigo pela esquerda, a galope, para se encontrarem atrás do cemitério. Não haveria testemunhas, pois existia no país uma lei contra duelos. Os adversários deviam apear, arregaçar as mangas e brigar. O que escapasse, viria depois até a praça dar o sinal para irem buscar o corpo do outro. (VERÍSSIMO, 2000, p. 49).

O texto demonstra um modelo clássico de valentia: aquele em que se enfrenta o adversário em igualdade de condições, respeitando as regras previamente estabelecidas, para que o melhor vencesse.

Portanto, o duelo, colocando frente a frente dois adversários, propicia o controle dos elementos aleatórios e permite que a perícia em técnica de combate e o controle das emoções sejam determinantes para a vitória do mais capaz. Exemplos desse tipo de combate pululam na literatura universal, como o famoso encontro entre Heitor e Aquiles, quando o primeiro, mesmo tendo consciência da dificuldade de vencer seu adversário, não recusa o combate: "mais vale ou triunfar do imano Aquiles, Ou morrer pela pátria em luta honrosa" (HOMERO, Ilíada, canto XXII). Para Heitor, a honra era mais importante do que a vida; a pátria, mais importante do que a família.

O combate em duelos é o tipo puro de valentia e se legitima teoricamente no conceito de aventura do sociólogo alemão Georg Simmel. Para ele, o mundo da aventura se contrapõe ao mundo do trabalho: aquele é caracterizado pelo desejo de glória, pela audácia, pela coragem; está é caracterizada pela busca da paz, estabilidade e segurança pessoal. A aventura significa desprender-se dos interesses prosaicos que marcam a rotina cotidiana e mergulhar-se num ambiente de indeterminação e de múltiplas possibilidades. Viver no mundo da aventura significa estar disposto a arcar com os riscos de sua escolha.

Embora existam diversas modalidades de aventureiros, como o amante inveterado, o artista e o jogador, o maior de todos é o valente. Os outros desprezam a estabilidade pelo prazer da conquista amorosa, da criação estética ou da vitória; já o valente sintetiza em si todas as ambições anteriores. A vitória num duelo significa conquistar o outro (como na relação erótica), produzir beleza em forma de movimentos (como na criação estética) e sobrepujar o risco (como na aleatoriedade do jogo). Só o valente vai até as últimas consequências de "um completo abandonar-se às forças e às chances do mundo, que tanto podem nos favorecer como nos destruir" (SIMMEL, 2005, p. 175). O valente não apenas opõe à rotina da vida, como também faz o artista e o sedutor, mas desafia a própria noção de vida ao flertar perigosamente com a morte. Nesse sentido, ele é o verdadeiro "aventureiro profissional [que] faz da ausência de sistema da sua vida um sistema de vida" (SIMMEL, 2005, p. 173).

Se "o aventureiro é também o exemplo mais forte do homem a-histórico, do ser presente" (SIMMEL, 2005, p. 172), o valente é novamente o aventureiro típico. Adentrar o universo da valentia requer estar sempre aberto à possibilidade de abandonar o passado – a família, o emprego, os amigos – e não se preocupar com o futuro. Requer ser capaz de optar pelo risco da morte heroica em detrimento da velhice longa e corriqueira. Requer apostar "na chance flutuante, no destino e no que é impreciso" (SIMMEL, 2005, p. 176).

É indubitável que o valente não arrisca a vida simplesmente por arriscar. Ele, assim como "o aventureiro, confia de algum modo, em sua própria força. Antes de tudo, porém, confia em sua própria sorte; no fundo, ele se fia em uma singular união não diferenciada entre ambos." (SIMMEL, 2005, p. 176). O risco é fundamental para a definição da aventura, pois em situações em que se tem a certeza da vitória não se configura um jogo, pois estão ausentes as forças do acaso. O verdadeiro duelo mortal ou combate físico é aquele em que qualquer um dos dois adversários pode perder ou ganhar.

Nesse sentido, o famoso duelo entre o pequeno Davi e o gigante Golias e mesmo o de Aquiles e Heitor talvez não sejam exemplos puros da valentia nesta acepção clássica. É que nos dois casos, os vitoriosos, protegidos por uma força divina, já sabiam que iriam vencer. Embora, ambos fossem peritos no uso de suas armas, contaram com uma ajuda extra e, por isso, combateram numa posição mais vantajosa do que os seus adversários. Davi e Aquiles, protegidos pelos céus, trapacearam o destino.

Na verdade, o duelo face a face e em igualdade de condições é um caso raro de se presenciar na vida real. Talvez por isso, tornou-se extremamente valorizado nas narrativas épicas e no romance literário. Permanece mais como um ideal a ser alcançado do que uma prática comum. Logicamente, determinadas sociedades se aproximaram mais desse código de honra do que outras: os guerreiros espartanos, os nobres feudais, os samurais japoneses, os pistoleiros do oeste americano, os valentes gaúchos, dentre outros.

Na literatura brasileira, a ética da valentia do duelo face a face está presente no livro *Ermitão de Muquém*, publicado em 1869. O autor da obra, Bernardo Guimarães, viveu em Goiás, mais precisamente na cidade de Catalão, entre os anos de 1862 e 1864, exercendo a função de Juiz Municipal de Órfãos e Delegado de Polícia. Portanto, ele deve ter aproveitado bem a sua estadia para compor o enredo de sua obra com elementos regionais. Ela retrata o percurso existencial de Gonçalo, um homem violento e orgulhoso que se transformou em um ermitão. A sua perícia nos atributos e técnicas que lhe garantiram a fama de valentão são admiráveis:

> [...] aplicou-se com ardor desde criança ao manejo de armas de toda a qualidade, a domar animais bravos, a caçar, a nadar, enfim a toda sorte de exercícios do corpo os mais rudes e perigosos. E de feito neste ponto sua educação foi completa; aos vinte anos de idade, não havia em toda capitania quem com mais destreza esgrimisse uma chavasca, quem tivesse olho mais certeiro para uma pontaria, quem melhor se segurasse nos arreios, argüentando os corcovos do burro o mais xucro, e quanto ao nadar, só poderia competir com ele a lontra, ou a capivara. (GUIMARÃES, 1864, p. 05).

A perícia de Gonçalo no manejo do arco e flecha era tão destacada, que o tão decantado feito do arqueiro europeu que atravessou uma maça na cabeça de uma criança seria considerada por ele risível: "Gonçalo teria atravessado um anel" (p. 05).

Gonçalo cultivava a valentia com o mesmo esmero que um jardineiro cuidava de seu jardim. Não tinha pai nem mãe vivos, nem qualquer outro parente. Da religiosidade católica, aproveitava apenas a crença em amuletos capazes de fechar o corpo e proteger contra picadas de cobras e desprezava o preceito de oferecer a outra face em resposta a uma agressão. Talvez necessitando provar a sua valentia para si e para os outros, Gonçalo, num dos batuques populares em Vila Boa, provoca Reinaldo, jovem com um futuro promissor no campo da valentia, para um duelo. A luta entre os dois foi renhida:

> Os cavaleiros, à vista do que observaram, concluíram que o combate tinha sido renhido, furioso e desesperado. O corpo de Reinaldo estava todo contuso, cutilado e esfaqueado; na boca e nos dentes, onde espumava um sangue negro, viam-se farrapos de pano, o que indicava que no último trance o infeliz combatera até com os dentes. Tudo enfim revelava que ali se passara uma cena pavorosa, da qual os vestígios mudos, que existiam, falavam mais alto do que toda e qualquer narração. (GUIMARÃES, 1864, p. 14).

No combate entre esses dois titãs do cerrado goiano, Gonçalo consegue sobreviver, apesar de muito ferido. Abandona Vila Boa e vai enfrentar novos desafios e perigos, junto aos indígenas Xavantes, nas margens do rio Tocantins. Assimilado aos costumes indígenas, torna-se o poderoso guerreiro Itajiba, esposo de Guaraciba, bela filha do cacique, para o desespero de seu rival, o valente guerreiro Inimã. Um ardil diabólico de Inimã faz com que Itajiba, cego pela escuridão da noite e pelo ciúme, confunda o abraço fraternal entre irmãos com um abraço lascivo de amantes. Sua resposta é rápida e previsível: atravessa Guaraciba e seu irmão com uma única flecha.

O duelo entre Gonçalo – ele renuncia o nome indígena após matar a jovem esposa – e Inimã é épico e inusitado. Os dois guerreiros, numa mesma canoa livremente levada pelas águas do Tocantins, compactuam as regras do sinistro duelo. A sugestão de Gonçalo é um pacto mútuo em que se sacie o desejo mútuo de sangue e vingança:

> Tu embeberás no teu arco a tua melhor flecha, e eu farei o mesmo; curvá-lo-ás com vigor e apontarás ao meu coração, eu farei outro tanto e apontarei ao teu; darei com o pé dois sinais; ao terceiro dispararemos a um tempo. Por este modo será impossível que ambos não sucumbamos, e eu morrerei satisfeito por ter-te arrancado a vida, e te perdoarei a morte que me dás pela vida odiosa de que me livras. (GUIMARÃES, 1864, p. 48).

Diferente do duelo protagonizado pelo oponente de Rodrigo Cambará, Bento, que quebrou o pacto e utilizou uma arma de fogo para atingir covardemente seu adversário desarmado, o duelo de Gonçalo e Inimã é pontuado pelo respeito mútuo entre os dois adversários. Inimã era ardiloso, mas não era covarde. Havia provado o seu valor derrotando o temível cacique Jaguaruçu. Os dois disparam a flecha ao mesmo tempo, mas numa artimanha do destino, o amuleto de prata da Virgem impede a seta de atingir o coração de Gonçalo. Depois de tantas desilusões e sangue, alentado pelo milagre, optou, então, por ser tornar um velho ermitão pelas bandas de Muquém.

Ermitão de Muquém é ambientado no contexto espacial e temporal da capitania de Goiás do final o século XVIII ou início do XIX. A crença de Gonçalo em superstições, suas habilidades, o seu nome, seu gosto pelo pagode, tudo isso expressa uma compatibilidade com o lugar e a época. Contudo, Gonçalo não é um personagem verossímil com a realidade goiana.

Os historiadores utilizam a expressão "mentalidade coletiva" para referir aos pensamentos e atitudes comuns das pessoas de um mesmo lugar e época. Ela é a teia invisível que liga os contemporâneos, independente de sua posição social ou intelectual. Gonçalo estaria fora desta teia, pois o seu código de honra e virilidade destoa dos vigentes na época. Da mesma forma que em O *Guarani*, Peri está mais próximo de um cavaleiro medieval do que de um indígena tropical, Gonçalo está longe de ser um valente sertanejo do cerrado. Por isso, ele não serve como documento de um modelo de identidade cultural coerente com a visão goiana de valentia.

A valentia goiana: a tocaia

A "valentia clássica" de Gonçalo, de Rodrigo Cambará ou de Aquiles não fez escola em Goiás. Aqui se vislumbra outro tipo de valentia, que pode ser exemplificado pelo relato do conto "Paciência de Goiano", do escritor Bariani Ortêncio. A história é sobre o valentão Alvarino que se interessou por Conceição, filha do pacato Sêo Ignácio que não aprovava o namoro. Mesmo assim, o valentão vai, desafiadoramente, até a casa da moça e a leva – ela também estava interessada – na garupa de sua montaria. Sêo Ignácio observa a cena calmamente, enrolando cigarro.

Quando o casal já estava se distanciando, dois tiros ceifam a vida de Alvarino: "Conceição, apalermada, viu o pai sair detrás da moita, garrucha ainda com os canos esfumaçantes, pegar pela rédea do animal e dizer-lhe com ternura: 'Bamo s'embora pra casa, fia, depois a gente volta pra modo enterrar ele'". (ORTÊNCIO, 1992, p. 183).

Seu Ignácio é valente a seu modo. Diferentemente de Gonçalo, ele não concebe a valentia como sentido último da vida. Ele não é um aventureiro disposto a arriscar tudo num duelo de vida e morte. A sua valentia está associada à coragem de matar o outro, nem que seja pelas costas para proteger a sua honra patriarcal ou sua família.

Enfrentar com sobriedade o risco da morte, num duelo, por si só, não basta para caracterizar a valentia. Os suicidas buscam a morte e são considerados o antípoda da valentia. Ser valente requer a capacidade de matar alguém. É inegável que aquele que vislumbra a própria morte tem mais condições de vislumbrar a morte alheia.

É que uma pessoa que tem pouco apreço por sua a vida a ponto de colocá-la na loteria do destino não terá, consequentemente, muito apreço pela de outro. O valente, portanto, é o indivíduo disposto a morrer e a matar, se preciso for. No caso do modelo goiano, mais disposto a matar do que a morrer.

Matar o outro não é banal e poucas pessoas têm a especialização psicológica necessária para isso. Até entre os ferozes predadores, o ato de matar outro da mesma espécie é um recurso extremo: as insaciáveis piranhas brigam entre si, utilizando a cauda e não as suas mortíferas presas.

Com exceção dos sociopatas, a capacidade de matar não parecer ser algo natural, mas, sim, uma das inúmeras habilidades apreendidas socialmente. Esta repugnância em matar o outro foi mensurada, durante a II Guerra Mundial, quando pesquisadores do exército americano descobriram que apenas 20% dos soldados conseguiram apertar o gatilho, mesmo estando o inimigo na mira das armas (GROSSMAN, 1996). Se a maioria dos soldados, no clima de guerra, não conseguiu matar o inimigo, o que dizer então das pessoas comuns?

Para estimular a letalidade da sua tropa, o exército americano mudou a sua tática de treinamento dos jovens soldados e fez um condicionamento psicológico em direção à brutalização e à insensibilização[2]. O resultado foi um aumento espantoso nos índices dos dispostos a matar: 55% na Guerra da Coréia e 90% na Guerra do Vietnã.

No caso de Goiás, a brutalização e a insensibilização foram impostas pelo próprio contexto cultural, marcado pela brutalidade e violência. A identidade goiana foi forjada em

meio à guerra de conquista do colonizador bandeirante contra os indígenas, em meio à subjugação forçada do africano e em meio à natureza desconhecida e perigosa. A população, na sua rotina cotidiana, convivia-se com a morte de indígenas, açoitamentos de escravos e caça aos animais.

Norbert Elias enumera dois fatores imprescindíveis para eclosão do processo civilizatório: primeiro, a existência de um centro que, monopolizando a violência, produziria a pacificação interna na área sobre seu controle; segundo, a complexidade das funções sociais (divisão do trabalho) que faria com que o indivíduo aprendesse a calcular suas ações, tentando prever o resultado delas a longo prazo. Esses fatores, historicamente, tomaram corpo pela primeira vez nas cortes dos monarcas absolutistas europeus, quando a nobreza guerreira medieval foi pacificada e aprendeu a calcular suas atitudes, a fim de obter privilégios do rei e de manter sua supremacia diante da burguesia em ascensão.

Das cortes absolutistas, esse comportamento civilizado foi apropriado pela burguesia, tornando-se a maneira típica dos ocidentais se comportarem. Diferente da Europa que vivia sob o impacto das *Luzes*, em Goiás dos séculos XVIII e XIX não havia nenhum desses dois requisitos essenciais ao processo civilizatório: o Estado não conseguia pacificar a sociedade, nem havia uma complexa rede de divisão de trabalho que permitia uma dependência e convivência mais harmoniosa entre a população.

Numa sociedade em guerra contra os indígenas e temerosa de uma rebelião de escravos, era inviável um desarmamento da população civil. Pelo contrário, o próprio Estado estimulava a população civil a se armar, seja por meio das bandeiras para combater indígenas ou quilombolas, seja por meio da Guarda Nacional, instituída no período regencial.

A consequência disso era uma sociedade fortemente armada e extremamente violenta. Grupo de homens armados – mercenários com seus indígenas aldeados, bandidos, jagunços de fazendeiros – circulavam por todo o território, muitas vezes, sem encontrar uma resistência efetiva por parte do aparelho repressor do Estado.

Portanto, como o Estado não tinha condições efetivas de inibir o livre uso da força física e ou da coragem por parte daqueles que eram fisicamente mais fortes ou psicologicamente mais destemidos, as pessoas corriam altos riscos – superiores aos de hoje – de serem agredidas ou mortas por outras. A consequência desse ambiente violento e da mobilização armada contra os indígenas e os negros foi a produção de uma ética social, na qual a violência era glorificada.

Enquanto na França, desde o século XVI, as regras de etiqueta restringiam cada vez mais o uso da faca à mesa – era considerado indelicado, por exemplo, passar a faca a alguém a segurando pelo cabo, utilizá-la para levar comida à boca, segurá-la com a mão direita (ELIAS, 1994, p. 130-1), em Goiás as crianças andavam com facão na cintura (PALACIN, 1990, p. 44) e muitas já manejavam armas de fogo[3]. Apenas uma cultura familiarizada com a violência produziria uma canção de ninar como esta:

> Carneirim morreu
> vamos enterrá.
> Joga pedra né baiana
> cabá de matá" (BAIOCCHI, 1983, p. 172).

Matar carneirinhos, matar indígenas, matar negros, matar bandidos, matar desafetos. O verbo se torna sinônimo de coragem, mesmo que o ato seja feito pelas costas, numa tocaia.

Essa especificidade da valentia goiana, uma herança da estratégia de combate de indígenas e bandeirantes, destoava dos ideais de honra e coragem da valentia clássica. A ética militar grega antiga preconizava que o "arco não era a prova de valentia de um homem", pois o ideal de guerreiro era o hoplita que, com suas longas lanças erguidas, corre em direção ao inimigo até o choque avassalador. O uso do arco e flecha era destinado ao efebo, que se valia da emboscada e não do enfrentamento cara a cara. (VIDAL-NAQUET, 1999, p. 126 e 134). O arco é a arma preferida dos covardes: foi uma flecha atirada pelo medroso Páris que matou o grande Aquiles.

Em Goiás, a tocaia era a estratégia dos brutos para matar as feras do sertão, fera bicho ou fera homem. No conto "Gente da Gleba", de Hugo de Carvalho Ramos, o cabo de polícia Desidério utiliza desta tática para dar fim a "um tal Deodato, bandido de profissão, com dezoito mortes e tantas no costado". O cabo, com o seu destacamento, cerca o casebre onde o bandido repousava e quando "a fera pulou para fora" com "facalhão em punho", "os companheiros descarregaram por sua vez, da tocaia, as pederneiras" (RAMOS, 1984, p. 124-126).

Voltando ao conto "Paciência de Goiano", chama a atenção à naturalidade de seu Ignácio, com voz terna, chamando a filha para voltar para a casa, após matar um homem. Essa mesma indiferença pela vida alheia aparece no conto "Justiça de Caboclo", de Francisco de Britto. Num acampamento de tropeiros, João Maribondo, depois de descobrir que José Pretinho foi quem o esfaqueara há muito tempo numa briga por causa de mulher, leva-o para fora do rancho "à luz branca do luar" para "sangrá-lo como a um porco". Logo depois demonstra uma total indiferença, ao dialogar com o narrador do conto:

> Depois calmamente, como se nada houvesse acontecido, aproximou-se da minha rede com o punhal ensanguentado na mão.
> – O senhor me desculpe a falta de respeito. Há cinco anos ando no piso deste miserável e não podia perder a oportunidade. [...]
> Limpando a faca na perna encostou-se ao tronco do pequizeiro, tirou do bolso da calça um pedaço de fumo e pôs-se a picá-lo pachorrentamente. (BRITTO, 1969, p. 128).

As páginas da literatura regionalista goiana, a se fiar nos escritos de seus mais conhecidos representantes, estão permeadas de sangue, crime e dor. No dizer de Hugo de Carvalho Ramos, consequência de uma aritmética que envolve "Terras bárbaras, gente forte" (RAMOS, 1984, p. 51). Nesse contexto, configura-se um modelo de honra, na qual a coragem de matar o oponente, do jeito que for, é uma demonstração de valentia.

No romance O *Tronco*, de Bernardo Élis, o cabo Severo que "tem uma morte em cada dedo, juntando os dos pés" (ÉLIS, 1974, p. 164) executou friamente nove reféns presos a um tronco na vila de São José do Duro. Mesmo assim, o alferes não perdeu sua aura de valentia: "valente era o alferes Severo. Resistia com denodo". (p. 239). Para os padrões goianos, a coragem de matar, nem que sejam pessoas indefesamente presas a um tronco, é um forte demonstrativo de valentia.

Considerações finais

Este artigo vale-se das obras literárias para analisar um dos aspectos da identidade cultural goiana. Diversas matrizes teóricas legitimam o uso de obras da ficção como documento da cultura, dentre elas a conhecida obra de Hayden White que parte do pressuposto que é necessário superar a crença de que "a ficção é a antítese do fato" (WHITE, 1995, p. 42). Essa concepção abre o espaço para análise de obras ficcionais como potencialmente informativas para entender os aspectos culturais, uma vez que a literatura é vista como depositária de representações coletivas sobre um povo.

No entanto, a prestatividade da literatura para análise da cultura requer uma triagem que leve em conta um jogo entre o texto e o contexto. Nem toda obra literária expressa as representações identitárias vigentes num determinado lugar e época. Por exemplo, o livro *Ermitão de Muquém* postula uma ética de valentia que destoa dos padrões vigentes em Goiás. É uma valentia cavalheiresca, idealizada, extraordinária, livresca que não é coerente com os padrões goianos.

Em Goiás, a valentia se confunde com a capacidade de matar, inclusive utilizando-se da tocaia. Os valentes são aqueles que trazem sobre os seus ombros uma elevada carga de assassinatos, não importando as circunstâncias de suas ocorrências. A quantidade fala por si. Nesse aspecto, o conto "Paciência de Goiano" evoca com mais propriedade esse modelo de valentia, uma valentia mais silenciosa e modesta, que, mesmo assim, não deixa de assombrar pela sua brutalidade.

O artigo contribui para mostrar que a ética da valentia não é uníssona. O timbre varia conforme o lugar. Nos pampas, por exemplo, a tocaia de Sêo Ignácio, seria considerada covardia. Por outro lado, nos cerrados, o duelo meticuloso de Rodrigo Cambará seria considerada uma desnecessária fanfarronice.

A valentia é um aspecto cultural da violência. Poder-se-ia dizer que há uma relação direta entre essa identidade cultural calcada na valentia e os altos índices de violência existente no estado? A intuição dos autores deste texto é que sim, embora reconheçam a complexidade de fazer qualquer afirmação peremptória sobre isso. De qualquer forma, espera-se que as reflexões desse artigo possam mostrar o modo como os goianos se enxergam no espelho da cultura.

Notas

1 Os outros elementos típicos de uma identidade tradicional estão ligados a um perceptível saudosismo de um modo de vida rural, evidenciado nas músicas sertanejas, no desejo da classe média de comprar um sítio para se refugiar nos finais de semana, na preferência por uma culinária a base de frutos do cerrado ou de produtos rurais.

2 Um exemplo fácil das estratégias de brutalização utilizada nos treinamentos das forças militares e policiais é o filme brasileiro Tropa de Elite (Dir. José Padilha, 2007).

3 Gilberto Freyre (1996, p. 379) notou sagazmente o efeito disso na formação da psicologia das crianças brasileiras dos tempos coloniais: "Um país em que desde cedo os meninos eram armados com facas de ponta. Meninos e gente grande deviam estar prontos a enfrentar surpresas de índios e animais selvagens. Daí a precocidade das crianças coloniais, cedo chamadas a participar das angústias e preocupações dos adultos."

Referências

BAIOCCHI, Maria de Nazaré. **Negros de cedro**: um estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás. São Paulo: Ática, 1983.

BRITTO, Francisco de. **Terras Bárbaras** (contos). Goiânia: Instituto Goiano de Livro, 1969.

CHAUL, Nasr Fayad. A identidade cultural do goiano. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 63, n. 3. SBPC, 2001. p. 42-43.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. RJ: Jorge Zahar, v.1, 1994.

ÉLIS, Bernardo. **O tronco**. São Paulo: José Olympio, Editora Três, Civilização Brasileira, 1974.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GROSSMAN, Lt. Cel. Dave. **On Kiliing**: the psuchological cost of learning to kill in war and society. Little: Brown and Co. 1996.

GUIMARÃES, Bernardo. **O Ermitão do Muquém**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional, 1858. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/ermitao.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

HOMERO. **Ilíada**. Versão em português de Odorico Mendes. Disponível em: <http://www.consciencia.org/iliada-de-homero-canto-xxii>. Acesso em: 15 jul. 2013.

ORTÊNCIO, Bariani. Paciência de goiano. In. DENÓFRIO, Darcy França; SILVA, Vera Maria Tietzmann. **Antologia do conto goiano I.** Goiânia: Editora da UFG, 1992. p. 179-183.

PALACIN, Luis. **O coronelismo no Extremo Norte de Goiás.** Goiânia: Cegraf; São Paulo: Loyola, 1990.

RAMOS, Hugo de Carvalho. **Tropas e Boiadas**. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana, 1984.

SIMMEL, George. A aventura. In. SOUZA, J.; ÖELZE, B. (Org.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Ed. da UnB, 2005. p. 169-184.

TELES, José Mendonça. **Quando os flamboyants florescem**. Goiânia: Editora Acadêmica, 1988.

VERÍSSIMO, Érico. **Um certo Capitão Rodrigo**. SP: Globo, 2000.

VIDAL-NAQUET, Pierre. O *Filoctetes* de Sófocles e a Efebia. Trad. de Maria da Conceição Cavalcante. In. VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e Tragédia na Grécia Antiga**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999. p. 125-145.

WHITE, Hayden. **Metahistória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

Recebido em 11 de fevereiro de 2015
Revisado em 07 de novembro de 2015
Aceito em 10 de novembro de 2015

DOI 10.5216/o.v15i2.33818

Apreciação da formação policial sob o modelo foucaultiano

*Antonio Alberto Brunetta**

Resumo: Este artigo analisa a formação do policial militar, utilizando-se do referencial teórico foucaultiano que considera as práticas modernizantes dessas instituições atreladas às concepções liberais, de modo a complexar o controle social. As iniciativas modernizantes do ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) são igualmente aplacadas por essa tendência, da qual decorre uma contradição notável: o uso de procedimentos autoritários para a promoção de práticas democráticas anunciadas. Neste trabalho foram realizadas visitas às escolas de formação da PMESP (ESSd; ESSgt; EEF; APMBB; CAES; DEC), onde foram coletadas informações sobre a estrutura e funcionamento do sistema de ensino. No mesmo local, aconteceram as entrevistas com os coronéis que comandam essas escolas. O artigo também apresenta análises sobre as normativas específicas da ESSd com o intuito de demonstrar a tese supracitada.

Palavras-chave: Concepções de formação; Formação policial; Polícia Militar; Michel Foucault; Reforma do ensino policial.

* Doutor em História, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
E-mail: aabrunetta@gmail.com

Assessment of Police Training under Foucault's Model

Abstract: This paper analyzes the training process of the military police, using Foucault´s theoretical model that considers that the modernizing practices from these institutions are tied to liberal conceptions, jeopardizing the social control strategies. The modernizing teaching initiatives adopted by the Military Police of São Paulo (PMESP) are also appeased by this trend, which results in a remarkable contradiction, i.e., the use of authoritarian procedures to promote announced democratic practices. This study included visits to schools (ESSD; ESSgt; EEF; APMBB; CAES; DEC), where information on PMESP's structure and functioning of the educational system was collected. Also, interviews were conducted with the colonels in charge of these schools. The article also presents analyzes of the ESSd specific normative to corroborate the above thesis.

Keywords: Training Conceptions; Police Training; Military Police; Michel Foucault; Police educational reform.

Apreciación de la formación policial bajo el modelo foucault

Resumen: Este artículo analiza la formación de la policía militar, se utilizando del referencial teórico de Foucault que considera las prácticas de modernización de estas instituciones vinculadas a las concepciones liberales, a complejizar el control social. Las iniciativas modernizadoras de la enseñanza de la Policía Militar del Estado de São Paulo (PMESP) son igualmente aplacadas por esta tendencia, del cual resulta en una contradicción notable: el uso de procedimientos autoritarios para la promoción de las prácticas democráticas anunciadas. En este trabajo fueron realizadas visitas a las escuelas de formación de PMESP (ESSd; ESSgt; EEF; APMBB; CAES, DEC), donde se recopiló informaciones sobre la estructura y funcionamiento del sistema de enseñanza. En el mismo local, ocurrieron la entrevistas con los coroneles que comandan estas escuelas. El artículo también presenta los análisis sobre las normas específicas de la ESSd con el fin de demostrar la tesis mencionada anteriormente.

Palabras clave: Concepciones de la formación; Formación policial; Policía Militar; Michel Foucault; Reforma de la enseñanza policial.

A Polícia e a Ordem Liberal

Os trabalhos de pesquisa desenvolvidos por Michel Foucault (1926-1984) e que se transformaram em seminários no *Collège de France*, entre os anos de 1971 e 1984, tomam como alvo a delimitação descritiva e argumentativa de um sentido epistemológico. Essa delimitação pretende capturar a evolução daquilo que na modernidade as doutrinas liberais construíram como modelo de um "pensamento estratégico" orientado para o estabelecimento de novas bases às relações de poder e às concepções de controle social correspondentes.

A noção de controle social imanente aos textos Foucault "Em Defesa da Sociedade" (1975-1976), "Segurança, Território e População" (1977-1978) e "Nascimento da Biopolítica" (1977-1978) está entre as inúmeras contribuições de sua teoria social e cuja aplicação ao estudo das instituições policiais, embora não seja o único possível, sugere-se quase que como um caminho natural.

Nesses trabalhos o autor apresenta um poderoso esquema conceitual, que busca caracterizar a evolução dos fundamentos das relações de poder. O objetivo é demonstrar que as mudanças decorrentes da sucessão desses modelos implicaram na constituição de uma trama especialmente complexa que, atualmente, se produz e reproduz no âmbito do ideário político do neoliberalismo.

Soberania, Disciplina e Segurança correspondem aos paradigmas explicativos que, histórica, articulada e diacronicamente, na visão desse autor, se constituem como pilares de sustentação da ordem social e forjam suas estratégias específicas para o exercício produtivo das relações de poder. Isso implicou no estabelecimento de objetos específicos sobre os quais o controle social é exercido, através de tecnologias de poder, tecnologias disciplinares e tecnologias de governo. E Território, Corpo e População são, respectivamente, os alvos do controle social de acordo com a evolução descrita nas pesquisas de Foucault.

Nos seminários, Foucault também se ocupa de construir uma noção subsequente às interpretações das relações de poder e aos processos disciplinares, consolidando assim a expressão "Estado de Polícia" como sendo "um governo que se confunde com a administração, um governo que é inteiramente administrativo e uma administração que tem para si, atrás de si, o peso integral de uma governamentalidade". (FOUCAULT, 2008b, p. 51)

Definido como a materialização da "razão de Estado", o Estado de Polícia representa o elemento gerador da ordem interna adequada à garantia das condições a partir das quais um Estado se fortalece diante dos demais. A ordem social presumida é a ordem social fundada nas relações de subordinação de indivíduos e grupos às suas respectivas autoridades, para que seja possível a articulação do interesse de cada um e de todos ao interesse econômico, que passa a representar o próprio interesse do Estado.

> O Estado de Polícia, isto é, uma governamentalidade cada vez mais intensa, mais acentuada, mais fina, mais tênue, uma regulamentação sem marcos determinados à priori [...] o Estado de polícia – ou se preferirem, os mecanismos internos que organizam e desenvolvem

> indefinidamente o Estado de polícia – tem por razão de ser, finalidade e objetivo o fortalecimento do próprio Estado, cada Estado tem por alvo, portanto, seu fortalecimento indefinido, isto é, um aumento ilimitado de poderio em relação aos outros. (FOUCAULT, 2008b, p. 71-72)

O modelo de explicativo das estratégias de controle social elaborado por Foucault se ocupa em revelar que essas estratégias consistem também na produção de um conjunto de ideias e valores que se constituem em **Regimes de Verdade**.

Regime de Verdade "Teológico", "Jurídico e de Mercado" e "de Mercado e Epistêmico" são as formas correspondentes a cada um dos paradigmas das relações de poder e da promoção do controle social. A tabela abaixo auxilia a sistematização e caracterização dos paradigmas.

Tabela 1: Esquema Conceitual do Controle Social Conforme Paradigmas

Esquema conceitual do controle social conforme paradigma			
	Soberania	**Disciplina**	**Biopolítica/Segurança**
Objeto de controle	Território	Corpo	População
Regime de Verdade	Teológico	Jurídico/Mercado	Mercado/Epistêmico
Expressão da Ação do Estado	Estado de Polícia	Estado de Direito	Estado Manipulador
Natureza da Ação do Estado	Vontade do Soberano	Razão de Estado	Razão Governamental
Condições de Direito	Ausência de direitos	Direitos do Homem	Independência dos Governados
Realidade	Fenômeno	Infração	Acontecimento
Estratégia de Controle Social	Punição	Mecanismos de Normalização	Dispositivos de Segurança
Método da Ação do Estado	Servidão	Modelo de Resultado	Cálculo de Risco
Princípio da Ação do Estado	Pastoral	Técnica Diplomático-militar	Polícia

Fonte: Elaboração própria.

A despeito da facilidade que o esquema acima apresentado possa oferecer, é preciso destacar que as análises foucaultianas dão conta de demonstrar sutilezas entre os modelos. Ao caracterizar a noção de Biopolítica como o modelo de relações de poder que "lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...]" (FOUCAULT, 1999, p. 293), o autor demonstra a complexidade inerente ao movimento que ao aprimorar-se incorpora e reorganiza os elementos de cada paradigma. Sugere-se então a noção de sociedade de normalização.

> A sociedade de normalização não é [...] uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço [...]

> A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme a articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação (FOUCAULT, 1999, p. 302)

Nessa trilha, o aprimoramento das relações de poder e dos mecanismos de controle social carrega em sua essência uma lógica que se fundamenta, a partir da modernidade, tendo como princípio a norma, mas que por sua vez é suficientemente adaptável aos "acontecimentos" que demandam o controle social.

Na teoria de Foucault estão articulados elementos que operam como variáveis numa função, neste caso: função de relações de poder. A realidade como acontecimento diz respeito a uma dessas variáveis. O acontecimento seria, portanto, o fenômeno controlado, próprio ao contexto da sociedade da segurança e, portanto, administrado por dispositivos que operam na lógica da liberdade e que tornam os fenômenos programáveis, provocando a transformação do fenômeno em acontecimento.

> [...] é um trabalho no próprio elemento dessa realidade que é a oscilação [...], é apoiando-se nessa realidade, e não tentando impedir previamente, que um dispositivo vai ser instalado, um dispositivo que é precisamente, a meu ver, um dispositivo de segurança e não mais um sistema jurídico-disciplinar (FOUCAULT, 2008a, p. 49)

Isso significa que a eficácia do controle é proporcional ao "livre" funcionamento da sociedade, identificado com a ideia de "realidade". Ou seja, quanto maior liberdade percebida pelos governados, maior a adesão às prerrogativas daqueles que governam. Essa lógica fundamental ao liberalismo corresponde à essência das mudanças progressivas nas e das práticas políticas.

> [...] É que, na verdade, essa liberdade, ao mesmo tempo ideologia e técnica de governo, essa liberdade deve ser compreendida no interior das mutações e transformações das tecnologias de poder. E, de maneira mais precisa e particular, a liberdade nada mais é que o correlativo da implantação dos dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008a, p. 63).

A liberdade concebida pelo sistema liberal, como forma de articulação de interesses é marcada em sua centralidade por notável utilitarismo, capaz de promover a substituição de uma concepção de direito dos homens em independência dos governados.

Essa mudança se fortalece na medida em que a "razão de Estado" transforma-se em simples, mas não menos importante, "razão Governamental". Nela, o interesse do Estado concentra-se na tarefa de manipular interesses referentes ao equilíbrio entre individualidades, coletividades, mercado e a si mesmo, todavia autolimitando-se.

> Trata-se simplesmente de dizer que um Estado que comete abusos de poder na ordem econômica, e de maneira geral na ordem da vida política, viola direitos fundamentais, que, por conseguinte, esse Estado afeta liberdades essenciais e, por isso mesmo, perde de certo modo seus próprios direitos. Um Estado não pode se exercer legitimamente se viola a liberdade dos indivíduos. Perde seu direito. (FOUCAULT, 2008b, p. 111)

Desse modo, nas sociedades contemporâneas o Estado de Direito transmuta-se no princípio estratégico de defender os interesses presentes na sociedade tendo como

propósito, subjacente e fundamental, garantir a continuidade dos interesses do Estado. Para tanto, a ampliação do uso da liberdade como prática nas relações de poder coincide com o hiperdimensionamento da atividade jurídica e policial, em função da ampliação do reconhecimento governamental à diversidade social e da garantia de direitos aos grupos que expressam essa diversidade. O efeito político dessa tendência é a crescente proliferação de interesses subsumidos ao regime vigente no modelo liberal.

> A segunda conseqüência dessa arte liberal de governar, [são] as modificações profundas no sistema da lei e na instituição jurídica. Porque, na verdade, entre uma sociedade indexada na forma de empresa [...] e uma sociedade em que o principal serviço público é a instituição judiciária, há um vínculo privilegiado. Quanto mais você multiplica a empresa [...] quanto mais você multiplica os centros de formação de uma coisa como uma empresa, quanto mais você força a ação governamental a deixar essas empresas agirem, mais, é claro, você multiplica as superfícies de atrito entre cada uma dessas empresas, mais você multiplica as ocasiões contenciosas, mais você multiplica também a necessidade de arbitragem jurídica. (FOUCAULT, 2008b, p. 204)

Diante de um sistema no qual a liberdade se apresenta como mote do desenvolvimento progressivo do controle social torna-se relevante destacar o entendimento peculiar que Foucault apresenta sobre a polícia. Uma primeira definição possível corresponde a:

> Essa linha descendente, que faz o bom governo do Estado repercutir até na conduta dos indivíduos ou na gestão das famílias, é o que se começa a chamar, nessa época, de "polícia". A pedagogia do príncipe assegura a continuidade ascendente das formas de governo, e a polícia, sua continuidade descendente. (FOUCAULT, 2008a, p. 126)

A essência da polícia estreita relações com a preservação de uma ordem específica, relativa ao contexto mercantil e urbano das sociedades modernas regidas pela lógica liberal, nas quais a utilidade dessa força passa a ser:

> [...] a organização das relações entre uma população e a produção de mercadorias; e, por fim, a emergência da cidade-mercado, com todos os problemas de coabitação, de circulação, como problemas do âmbito da vigilância de um bom governo de acordo com os princípios da razão de Estado. (FOUCAULT, 2008a, p. 455)

O que há de decisivo na estruturação e no dinamismo das forças policiais está, portanto, contido nas relações que estabelecem com o mercado tendo como intermediário o Estado. A soberania dele se manifesta na relação direta com a população, que passa a ser mais minuciosamente controlada com vistas a que seu "melhor-estar" converta-se em rendimentos econômicos. O ciclo da governamentalidade parte do mercado, passa pelo Estado e por meio da polícia atravessa a população, voltando a se fechar no mercado.

> Se a governamentabilidade do Estado se interessa [...] pela materialidade fina da existência e da coexistência humana, pela materialidade fina da troca e da circulação, se esse ser e esse melhor-estar é levado em conta pela primeira vez pela governamentalidade do Estado, e isso através da cidade e através dos problemas como os da saúde, das ruas, dos mercados, dos cereais, das estradas, é porque o comércio é pensado nesse momento como

> instrumento principal da força do Estado e, portanto, como objeto privilegiado de uma polícia que tem por objetivo o crescimento das forças do Estado. [...] Em compensação os métodos empregados por essa polícia me parecem relativamente e até mesmo, inteiramente tradicionais [...] polícia não é justiça. (FOUCAULT, 2008a, p. 456)

Negando a interpretação segundo a qual a polícia é mero instrumento do Estado, Foucault (2008a) afirma que a autonomia da polícia está justamente no caráter minimalista, pontual e imediato de sua ação permanente, chegando ao ponto de modelar as regras da justiça para exercer o poder dos interesses de mercado.

> A polícia se ocupa das coisas miúdas, enquanto as leis se ocupam das coisas importantes. A polícia se ocupa perpetuamente dos detalhes, e enfim ela só age pronta e imediatamente. Temos aí, portanto, em relação ao funcionamento geral da justiça, uma certa especificidade da polícia. [...] A polícia necessita mais regulamentos do que leis. (FOUCAULT, 2008a, p. 457-458)

Doravante, no exercício de sua autonomia, a polícia sofre a marginalização diante do modelo liberal de gestão social, pois sua arbitrariedade será considerada desviante em relação ao princípio anunciado de liberdade. É possível afirmar que o efeito da autonomia policial é a punição sobre o seu próprio exercício, o que a torna uma espécie de bode expiatório e válvula de escape da contradição entre a liberdade requerida e a repressão exigia pelo modelo liberal.

> Crescimento dentro da ordem, e todas as funções positivas vão ser asseguradas por toda uma série de instituições, de aparelhos, de mecanismos, etc., e a eliminação da desordem será a função da polícia. Com isso a função da polícia se altera inteiramente, se marginaliza e adquire o sentido puramente negativo que conhecemos. (FOUCAULT, 2008a, p. 475-476)

Nesse cenário o desafio em relação ao exercício das funções de polícia passa a ser a própria armadilha quanto à identificação do seu potencial repressor permanente. Por um lado, a conformação do trabalho policial continua a requerer o uso da força com vistas a eliminar os fenômenos contrários ao interesse econômico. Por outro lado, a regulamentação desses fenômenos e sua transformação em "acontecimento" garantem a efetividade da ação diante dos parâmetros de respeito às liberdades. Entretanto, nesse último caso, a própria polícia estaria sendo regulamentada nos padrões liberais e assim discursivamente imune à identidade de algoz.

A partir dos apontamentos de Foucault, e considerando os discursos contemporâneos que reivindicam a desmilitarização das polícias - seja aqueles que pretendem democratizar a instituição policial - é possível observar que a adequação das forças policiais às prerrogativas liberais tem sido responsável por torná-la progressivamente mais ajustada aos paradigmas da Biopolítica e da Sociedade da Segurança. Destarte, a regulação da própria repressão parece implicar em uma contrapartida que seria a impossibilidade de identificar a repressão, dificultando sua superação.

Escolas de Polícia: Sujeição de Saberes

Especialmente pela relação direta entre o repertório teórico foucaultiano e o estudo das instituições policiais, faz-se necessária uma apreciação sintética da forma como se pretende utilizá-lo neste trabalho; concomitante ao tratamento das concepções educacionais dispostas nas escolas da polícia militar.

Ao caracterizar a noção de "genealogia", tão central em seu método, Foucault conceitua os "saberes sujeitados" como saberes resultantes do processo de afirmação de saberes qualificados, entronizados etc. Ou seja, a genealogia foucaultiana propõe:

> [...] uma inserção dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico. (FOUCAULT, 1999, p. 15)

Doravante, é razoável levar em conta que a afirmação de Foucault (1999, p. 23) "a política é a continuação da guerra por outros meios", na qual ele inverte o aforismo de Clausewitz, seja o ponto de abertura de uma discussão. O objetivo é revelar a permanência do poder coercitivo nas relações sociais, mesmo quando esse poder é reconfigurado de modo a tornar imanente e latente a violência que o compõe. Por isso, a iniciativa de entender as dinâmicas orientadoras e construtoras do exercício do poder policial, a partir de sua expressão mais "tênue", isto é, das suas escolas de formação, que desde as duas últimas décadas declaram primar pela formação ética, cidadã, comunitária e fundada no respeito aos Direitos Humanos[1].

Nesse sentido, justifica-se a iniciativa de conhecer e compreender as concepções inerentes ao processo de formação do policial militar no que tange a abertura para o diálogo com os chamados "saberes sujeitados". Isso é, tanto para identificar o *modus operandi* do processo de sujeição, quanto para avaliar e indicar possíveis horizontes de reconhecimento desses saberes de modo a constituírem uma ação fundamentalmente mais humana da condição e ação policial. Contudo, a partir da análise empreendida até aqui, já são percebidos limites acentuados para tal abertura.

Assim, ao se pretender identificar as concepções inerentes ao processo de formação do soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), mostra-se fundamental a orientação metodológica. Segundo essa orientação, os saberes dos indivíduos integrantes na condição de alunos da Escola Superior de Soldados (ESSd) são considerados como uma expressão desses saberes sujeitados, de modo a possibilitar aos mesmos, a partir do autorreconhecimento da sujeição, o movimento de sua constituição crítica.

> Por saberes sujeitados eu entendo igualmente toda uma série de saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos. E foi pelo reaparecimento desses saberes não qualificados, desses saberes desqualificados mesmo, foi pelo reaparecimento desses saberes [...] que foi feita a crítica. (FOUCAULT, 1999, p. 12)

A sujeição dos saberes compõe a referência básica para a interpretação das relações de poder no interior da corporação policial militar, pois a natureza relacional do poder desloca o dominado de sua condição de absoluto sujeitado e o concebe como protagonista dessas relações. Isso permite o conhecimento dos elementos primários de sua constituição e a projeção de seu devir.

> O poder não se funda em si mesmo e não se dá a partir de si mesmo [...] os mecanismos de poder são parte intrínseca de todas essas relações, são circularmente efeito e causa delas, mesmo que, é claro, entre diferentes mecanismos de poder [...] A análise dos mecanismos de poder tem o papel de mostrar quais os efeitos de saber que são produzidos em nossa sociedade pelas lutas, os choques, os combates que nela se desenrolam, e pelas táticas de poder que são elementos dessa luta. (FOUCAULT, 2008a, p. 04-05)

Ao interagir com o sistema escolar militarizado, o exercício do poder ocorre de modo triplamente qualificado e em permanente articulação com os poderes jurídico, militar e educacional, exigindo da análise o redimensionamento do protagonismo de seus alunos. O primeiro que determina de modo abstrato o *primo direito*, o segundo a emanar a força decorrente daqueles que a ele se submetem, e o terceiro a justificar (mesmo que falaciosamente) os métodos por meio dos quais se atinge o poder do direito e o poder da força e, consequentemente, também o poder de educar o outro. Em síntese, dois poderes que se impõem e um terceiro que legitima a imposição.

As escolas de formação de policiais representam a síntese do controle e do exercício do poder, pois realizam a construção do sentimento do novo policial em relação ao controle e ao poder. Concretizam o controle sobre os controladores, aprimorando os mecanismos de disciplinamento desde o funcionamento primário das próprias instâncias de controle. Um poder disciplinar cuja subliminaridade é o correlativo da eficiência na gestão das ordens, o que tem sido denominado na linguagem contemporânea da Polícia Militar como estética policial-militar (PMESP, 2010, p. 47).

O contexto de triplo cerceamento (jurídico, militar e educacional) à formação integradora dos saberes dos alunos policiais reafirma a pertinência da abordagem, pois:

> [...] creio que se deve orientar a análise do poder para o âmbito da dominação (e não da soberania), para o âmbito dos operadores materiais, para o âmbito das formas de sujeição, para o âmbito das conexões e utilizações dos sistemas locais dessa sujeição e para o âmbito, enfim, dos dispositivos de saber (FOUCAULT, 1999, p. 40).

O contato, ao mesmo tempo mais direto e mais desigual nas relações entre policiais talvez ocorra durante o processo de formação deles. Pois, como já mostraram Sodré (1965) e Fernandes (1974), os policiais, especialmente os militares, são esvaziados em sua condição de classe para se constituírem em "militares puros".

A ação formativa nesses alunos incide de modo a construir um vínculo, que se pretende inabalável, com a instituição que já representam desde a condição de aprendizes (Soldado PM – 2ª classe) e que constituirão depois de formados, de maneira ainda mais substancial. Desse modo, para a inculcação da noção de lealdade e dos valores cívicos e morais correspondentes

ao interesse do Estado é necessário o apagamento das origens de classe, constituindo um ser social idealmente apartado das desigualdades constitutivas da sociedade.

Nas expressões democráticas atuais a deontologia policial militar define-o como um tipo de cidadão universal, sob o qual recai a obrigação em servir como modelo, todavia um modelo sem lastro e sem referência com a materialidade da vida social. Portanto, um modelo forjado sobre um molde alheio a si mesmo, inautêntico.

Nesse contexto de formação, no qual os valores de classe são apagados, as relações de poder emergem de modo transparente, à medida que a dominação está manifestada no interesse do aluno que busca se tornar a referência de poder. Produz-se a obediência consentida, a qual é garantida pelos projetos pessoais de promoção profissional, e é, em contraponto, a garantia de permanente subordinação.

A argumentação acima se sustenta na consideração teórica de Foucault acerca do poder, segundo a qual os sujeitados reproduzem inadvertidamente a relação de poder: "o poder não é uma propriedade, não é uma potência; o poder sempre é apenas uma relação que só se pode, e só se deve, estudar de acordo com termos entre os quais se atua essa relação" (FOUCAULT, 1999, p. 200).

São evidentes as operações do poder disciplinar nas escolas de formação da PMESP, especialmente ao tratar-se da ESSd. Pois, a formação do soldado deve garantir o disciplinamento máximo daquele que será o "para-choque" da segurança pública e, por consequência, o representante direto do Estado na relação com a população.

Nos documentos que normatizam as práticas na ESSd - o Regimento Interno (RI)[2] e o Manual do Aluno (MA)[3] - as regras disciplinares chamam a atenção, tanto pela natureza substantiva como pela esmiuçamento das mesmas.

O RI, no tópico, "regras gerais" apresenta quatro subtópicos e em todos eles são elementos de disciplina e respeito que os compõem, sendo eles: subordinação, apresentação pessoal, continência e respeito. Isto sugere certo esvaziamento da formação, tendo em vista que em primeiro lugar a formação do soldado policial está o compromisso com a corporação e sua hierarquia, secundarizando conteúdos formativos.

O contraditório do movimento de formar substantivamente apenas para a disciplina pode ser mais bem observado se referenciado pela ideia de política de moldura, estrutura predominante, segundo Foucault, nos modelos liberais de gestão da ordem social.

A partir da política de moldura objetiva-se em essência a regulamentação das formas daquilo que se pretende governar, ou seja, controla-se o "modo" das ações, a forma como elas acontecem e não os protagonistas dessas ações que, ao terem seu "modo" previamente regulamentado já não se constituem mais como protagonistas. A política de moldura é entendida como a atividade de

> [...] governar não sobre a essência (território, população, etc.), mas governar sobre a forma, sobre as técnicas, etc. [...] É a transferência marginal de um máximo a um mínimo, não é em absoluto o estabelecimento, a regulação tendente a uma média (FOUCAULT, 2008b, p. 192-195).

Quanto ao esmiuçamento das normas, o MA, em seu quadro de "faltas escolares", elenca nove itens (assiduidade, pontualidade, interesse pelo ensino, apresentação pessoal, correção de atitudes, espírito de ordem, espírito de disciplina, apresentação e conservação do material e respeito aos valores e deveres policiais-militares). A subdivisão de cada um desses itens resulta em 47 subitens a serem observados na conduta do soldado.

Tabela 2: Relação de faltas escolares a que se refere o artigo 154 do regimento interno da ESSd[4]

Relação de faltas escolares, a que se refere o Artigo 154 do Regimento Interno da ESSd falta escolar	**Código**
A - ASSIDUIDADE	
Falta à aula, instrução ou qualquer outro ato em que deveria estar presente	A-1
Falta à revista	A-2
Falta à refeição prevista	A-3
B - PONTUALIDADE	
Chegar atrasado	B-1
Não se levantar ao toque de alvorada ou ordem equivalente	B-2
C - INTERESSE PELO ENSINO	
Falta de interesse pelo ensino	C-1
Não apresentar o material escolar que a instrução ou aula exige	C-2
Não entregar trabalho no prazo estipulado	C-3
Trabalho escolar mal elaborado	C-4
D - APRESENTAÇÃO PESSOAL	
Uniforme irregular	D-1
Barba por fazer ou mal feita	D-2
Cabelos ou costeletas fora do padrão estabelecido	D-3
Unhas sujas ou fora do padrão	D-4
Utilização de brincos fora do padrão *	D-5
Maquiagem fora do padrão *	D-6
Deixar de cumprir demais normas de apresentação pessoal	D-7
Falta de Higiene Pessoal	D-8
E - CORREÇÃO DE ATITUDES	
Apresentar-se ou retirar-se da presença de mais antigo ou superior de modo incorreto	E-1
Não se apresentar a superior	E-2
Movimentar-se ou comportar-se de modo irregular em forma	E-3
Falta de compostura	E-4

Relação de faltas escolares, a que se refere o Artigo 154 do Regimento Interno da ESSd falta escolar	**Código**
Deixar de prestar os sinais de respeito a superior, ou fazê-lo de modo displicente	E-5
Desrespeitar as normas de boas maneiras	E-6
Uso de palavras de baixo calão	E-7
Falta de atitude	E-8
F - ESPÍRITO DE ORDEM	
Material abandonado	F-1
Armário mal arrumado ou aberto	F-2
Armário sujo	F-3
Cama desarrumada ou arrumada fora do padrão	F-4
Não preservar a limpeza das instalações	F-5
Documento mal redigido	F-6
Não portar hinário ou outro material exigido	F-7
G - ESPÍRITO DE DISCIPLINA	
Inobservância de prescrições regulamentares ou gerais ou particulares	G-1
Praticar Ordem Unida com displicência	G-2
Não obedecer às ordens do Chefe de Turma ou do Subchefe de Turma	G-3
Dificultar o comando do Chefe de Turma	G-4
Falta de presteza ou não cumprimento de ordens recebidas	G-5
Perturbar o silêncio ou promover algazarra	G-6
Inobservância das normas quando Chefe de Turma ou Aluno de Dia	G-7
Não respeitar regras de circulação viária ou de estacionamento na área interna da ESSd	G-8
Deixar de comunicar a superior imediato ordem recebida de outrem	G-9
Não levar ao conhecimento do superior a execução ou o motivo da não execução de ordem recebida	G-10
Não restituir documento no prazo devido ou apresentá-lo fora do prazo estipulado	G-11
H - APRESENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MATERIAL	
Armamento sujo ou mal conservado	H-1
Cama ou armário sujo ou mal conservado	H-2
Equipamento ou material sujo ou mal conservado	H-3

Relação de faltas escolares, a que se refere o Artigo 154 do Regimento Interno da ESSd falta escolar	**Código**
Equipamento ou material abandonado	H-4
Não restituir material no prazo devido	H-5
I - RESPEITO AOS VALORES E DEVERES POLICIAIS-MILITARES	
Deixar de cultuar os símbolos pátrios	I1
Falta de camaradagem	I2
Deixar de assumir a responsabilidade por seus atos	I3

** Aplicável somente às alunas*

A não observância desses itens por parte dos alunos, conforme planilha contida no RI resulta em punições progressivas que são contabilizadas na pontuação das avaliações dos alunos. Ultrapassar seu limite implica em desligamento da corporação.

Tabela 3: Correspondência entre punição disciplinar e desconto de pontos, a que se refere o artigo 161 do regimento interno da ESSd punição[5]

Correspondência entre punição disciplinar e desconto de pontos, a que se refere o Artigo 161 do Regimento Interno da ESSd punição	Código	Valor
Advertência	RDPM1	1,0
Repreensão	RDPM2	1,5
Permanência Disciplinar	RDPM3	2,0
Detenção	RDPM4	4,0

O disciplinamento combinado às ações regulamentadoras e punitivas indicam o movimento sincronizado da ESSd com a ordem social contexto político liberal, que alia práticas punitivas a processos de solerte liberdade, combinando-se a política de moldura, própria ao regime atual de regulamentação com seu antecessor, o regime de disciplinamento, o qual com maior clareza é assim definido:"[...] quatro coisas: seleção, normalização, hierarquização e centralização. São essas quatro operações que podemos ver em andamento num estudo um pouco mais detalhado daquilo que é denominado poder disciplinar". (FOUCAULT, 1999, p. 217)

A evolução dos mecanismos de poder e dominação resultam, de acordo com Foucault (1999), do avanço dos processos da modernidade, entre os quais a massificação dos fenômenos representa o que produz o efeito mais impactante na construção de um novo e engendrado sistema de controle social. A isso Foucault (1999, p. 293) denomina Biopolítica:

> A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento [modernidade].

Ao se observar em panorama a "Ordem Unida" dos Soldados PM 2ª classe, verifica-se a própria polícia alçada à condição de população e tem-se uma compreensão mais imediata da ideia de dessubjetivação.

Figura 1 : Imagem da Solenidade de Formatura de 1º uso do uniforme e encerramento do curso



Foto aérea do pátio da Escola Superior de Soldados "Eduardo Assumpção" da PMESP com sobreposição da imagem da bandeira brasileira, disponível no Manual do Aluno da ESSd, PMESP, 2. ed., s/d, p. 09.

A ESSd, cuja primeira turma formada em 1984 somava 120 alunos, atualmente forma 2000 alunos por ano. Por conseguinte, a referência disciplinar será responsável por isolar o corpo do soldado em formação, ao mesmo tempo em que o integra pela aplicação da norma sem exceção. Tem a finalidade de garantir a estética da segurança, ou seja, a relação entre função e forma, isto é, entre o corpo isolado, porém, padronizado, mas também múltiplo.

> A disciplina trabalha num espaço vazio, artificial, que vai ser inteiramente construído. Já a segurança vai se apoiar num certo número de dados materiais. Ela vai trabalhar, é claro,

> com a disposição do espaço [...] Trabalha-se portanto não apenas com dados naturais, mas também com quantidades que são relativamente compreensíveis, mas que nunca o são totalmente. Isso nunca vai ser anulado, logo vai-se trabalhar com probabilidades (FOUCAULT, 2008a, p. 26).

Seria sintomático e esclarecedor citar neste momento o depoimento de um dos comandantes entrevistados, sobre o comportamento dos policiais com relação a bebidas e a manifestação da sexualidade no interior da escola, que para além de uma curiosa relação entre o consumo de álcool e a virilidade, aponta, sobretudo, para a autorresponsabilização do profissional e não para a prática preventiva ou proibitiva do próprio consumo de álcool; assim deixa-se fazer, "deixa-se acontecer"...

> Nós temos eventos sociais dentro da escola, com bebida alcoólica, mas eu digo. Primeiro: ninguém é obrigado a beber ou não beber, quem é abstêmio por motivo religioso ou pessoal não pode ser considerado menos viril ou ser censurado pelos que bebem, tem que ser respeitados, os que bebem sabem que se houver embriaguez, o máximo que a escola puder fazer para puni-lo será feito, tem cerveja lá... Ele é responsável, ele é profissional, a mesma coisa com aliciamento sexual, ninguém é menino, todos são profissionais... Então se você concilia hierarquia e profissionalismo deixando claro que nós somos uma instituição sistêmica e que ele é um profissional de polícia (Cel. PM 6).

O crescimento dos agrupamentos sociais é o fermento de uma iniciativa política que organiza novos mecanismos de poder e de controle social, nos quais a repressão e a punição são substituídas pela ideia de regulamentação, que assim como definida anteriormente, transforma o fenômeno em acontecimento: "O espaço próprio da segurança remete, portanto, a uma série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório, um temporal e um aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado" (FOUCAULT, 2008a, p. 27).

Todavia, os mecanismos anteriores e os novos passam a coexistir formando uma trama de relações de sujeição, que continua a reprimir e punir os transgressores, mas que agora concebe parte deles como indivíduos cujos comportamentos considerados desviantes não podem, nem devem, ser eliminados de imediato, e sim regulamentados de modo a tornar sua existência regular. Sobretudo pela liberdade, a qual não é contemplada pela norma, responsabiliza-se o indivíduo caso esse venha a representar um distúrbio de expressiva representatividade no sistema, implicando em seu desligamento.

Além da investigação da constituição dos processos modernos de controle social e aplicação do poder, é relevante notar que o escopo desses processos também se reorienta, deslocando-se do corpo para a população. É isso que permite a administração da massificação, promovendo a gestão de suas anormalidades, que deixam de ser concebidas como a algo a ser exterminado e aplicando a elas a norma. Ou seja, a população é, para o modelo da biopolítica, aquilo que no modelo disciplinar era o corpo:

> De uma forma mais geral ainda, pode-se dizer que o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador, que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a

> "norma". A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. (FOUCAULT, 1999, p. 302)

A tese apresentada por Foucault aponta para uma mudança paradigmática no funcionamento do exercício da política com vistas à manutenção e conservação do sistema social. Pois, diferentemente dos períodos anteriores (regimes feudais e absolutistas), contemporaneamente a lógica da promoção da segurança é organizada de modo a não se propor a supressão de práticas consideradas criminosas, mas sim objetiva-se organizá-las num nível funcional, ou seja, aceitável do ponto de vista social, e produtivo do ponto de vista econômico.

Nesse funcionamento desaparece a pretensão idealizada de organizar de modo completo e definitivo a ordem social. Doravante, passa a prevalecer o pragmatismo na condução dessa ordem por meio da adequação do fenômeno às condições favoráveis ao ordenamento social.

O paradigma de orientação não só do controle social dirigido ao crime, mas também a tantas outras práticas, entre elas as práticas educacionais dirigidas à formação de policiais militares, isto é, o controle exercido sobre aqueles a quem cabe a tarefa de enfrentar a criminalidade, de prover a segurança e promover o próprio controle, exemplificam esse cenário.

Considerando a impossibilidade de se promover uma formação policial que seja capaz de eliminar por completo os excessos criminosos dessa mesma ação, constitui-se um regime segundo o qual certo nível de problemas na ação dos policiais passa a ser aceitável e produtivo. Resta-nos investigar os propósitos atendidos por essa produtividade.

> É mais oneroso ter uma repressão severa e rigorosa, uma repressão fraca, uma repressão de tipo exemplar e descontínua ou, ao contrário, uma repressão contínua? Qual o custo comparado do roubo e da sua repressão? O que é melhor, relaxar um pouco com o roubo ou relaxar um pouco a repressão? [...] De maneira geral a questão que se coloca será a de saber como, no fundo, manter um tipo de criminalidade, ou seja, o roubo, dentro de limites que sejam social e economicamente aceitáveis e em torno de uma média que vai ser considerada, digamos, ótima para o funcionamento social dado. (FOUCAULT, 2008a, p. 07-08)

Os diferentes mecanismos de controle ao se desenvolverem, se organizaram de modo que para cada contexto histórico prevaleceu sua forma particular de poder e promoção do controle social. No entanto, ao se desenvolverem, numa lógica cumulativa, esses mecanismos adquirem certa sincronicidade que lhes permite o funcionamento simultâneo, muito embora para o período atual exista a expressão predominante de poder e controle social sobre o paradigma da "segurança", o que garante a expressão em primeiro plano da polícia na conformação da ordem social.

Sob o paradigma da segurança são contemplados os espaços de segurança, o tratamento dos fenômenos aleatórios, a normalização específica das questões de segurança. Diferem-se assim dos enfoques do paradigma disciplinar que objetivava a aplicação da punição e da repressão simplesmente sobre os corpos.

> No dispositivo de segurança [...] parece-me que se tratava justamente de não adotar nem o ponto de vista do que é impedido, nem o ponto de vista do que é obrigatório, mas distanciar-se suficientemente para poder apreender o ponto em que as coisas vão se produzir, sejam elas desejáveis ou não [...] a segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule. Essa regulação no elemento da realidade é que é, creio eu, fundamental nos dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008a, p. 61)

Sobre este aspecto é notável nas demonstrações das estatísticas pelos comandantes da PMESP, ao mesmo tempo em que exibem a notável e gigantesca tarefa desenvolvida pela PM, essas mesmas estatísticas justificam as falhas e os limites na tarefa da promoção da segurança e combate ao crime.

> A estatística se torna necessária por causa da polícia, mas também se torna possível por causa da polícia. Porque é justamente o conjunto dos procedimentos instaurados para fazer as forças crescerem, para combiná-las, para desenvolvê-las, é todo esse conjunto, numa palavra, administrativo que vai permitir que se identifique em cada Estado em que consistem suas forças, onde estão as possibilidades de desenvolvimento. (FOUCAULT, 2008a, p. 424)

Em todos os discursos é também notável o destaque dado pelos comandantes aos avanços tecnológicos e sua primazia na melhoria dos índices, esses são as referências máximas no contexto dos "dispositivos de segurança".

Uma das prerrogativas dessa pesquisa é considerar a importância de que os policiais em formação sejam tomados como sujeitos, concomitante à demonstração da sujeição de seus saberes, a qual inviabilizava a renovação das forças policiais no sentido de sua adequação à ordem democrática.

Nesse sentido verifica-se a necessidade de diferenciar as noções de povo e população, conforme Foucault (2008a). Assim, acrescenta-se a noção de sujeito, na qual o elemento próprio consiste no reconhecimento da condição, para além da assunção do protagonismo, o que possibilitaria a "superação" dos condicionantes relacionados à condição de população.

> O povo é aquele que se comporta em relação a essa gestão da população, no próprio nível da população, como se não fizesse parte desse sujeito-objeto coletivo que é a população, como se se pusesse fora dela, e, por conseguinte, é ele que, como povo que se recusa a ser população, vai desajustar o sistema (FOUCAULT, 2008a, p. 57)

A instrução na PM combina os modelos de disciplina e segurança. Quanto à disciplina, chama a atenção o fato da preocupação de um dos coronéis em não infantilizar os soldados em formação, conforme seu depoimento:

> Por exemplo, semana que vem eu vou trazer dois alunos recém-formados na escola, se formaram dia 25 de março, para que eles participem conosco, pelo excelente desempenho numa ocorrência em Limeira. Na última sexta-feira, eles conseguiram deter dois delinquentes perigosos, armados que dispararam contra eles. E os policiais detiveram os marginais, algemaram e prenderam sem lesão e no meio de um público enorme. Poderia ter sido uma tragédia se eles atirassem... Vou trazê-los aqui para que eles conversem com

> os alunos, que sirvam de exemplo. Assim como ocorrências graves também são levadas e partilhadas com os alunos, essencialmente a escola humanizou muito, há um diálogo muito franco, muito claro. O mais importante, ao mesmo tempo em que foi democratizado o diálogo, deixou-se de infantilizar e despersonalizar o profissional. A cobrança é bem maior, se errar será muito mais cobrado do que seria no passado.

Na fala do coronel destacam-se elementos que confirmam a pertinência da análise foucaultiana das relações de poder, nas quais se misturam elementos de cada um dos paradigmas, e todos eles convertidos em práticas de formação. A permanência do uso da força, o modelo ótimo, a individualização, o cálculo de risco, a autonomia na ação, a responsabilização daquele que opera a ação e a punição.

> A disciplina, é claro, analisa, decompõe, decompõe os indivíduos, os lugares, os tempos, os gestos, os atos, as operações. Ela decompõe em elementos que são suficientes para percebê-los, de um lado, e modificá-los, de outro. [...] A disciplina classifica os elementos assim identificados em função de objetivos determinados. [...] estabelece as seqüências ou as coordenações ótimas: como encadear os gestos uns nos outros, como dividir os soldados por manobra, como distribuir crianças escolarizadas em hierarquias e dentro de classificações? [...] a disciplina estabelece os procedimentos de adestramento progressivo e de controle permanente e, enfim, a partir daí, estabelece a demarcação entre os que serão considerados inaptos, incapazes e outros. [...] A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado [...] Racionalização do acaso e das probabilidades; cálculo de risco caracterizam os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008a, p. 75; 78-79)

Apontar as combinações dos modelos de controle social presentes na organização e na condução do processo educacional dos soldados da PMESP é uma crítica pertinente, mas que obriga a considerar fundamentalmente que a própria atuação da polícia é contraditória em sua essência.

Especialmente no interior de sociedades democráticas e liberais, o exercício da atividade de polícia comporta uma ação problemática, tendo em vista ser a responsável não simplesmente pelo controle da ordem social, pela aplicação da força, pela repressão de "anormalidades", mas principalmente por ser ela a responsável por assegurar liberdades em meio a um sistema complexo de interesses, simultaneamente ao ter que garantir em primeiro lugar o interesse do Estado, sendo que o próprio passa a ter seus interesses definidos pelo equilíbrio dos interesses dentro de um sistema de liberdades.

> A polícia deve ser capaz de administrar, uma com a outra, a força do Estado e a felicidade dos indivíduos. [...] Essa felicidade como mais que viver dos indivíduos – é isso que de certo modo deve ser logrado e constituído em utilidade estatal: fazer da felicidade dos homens a utilidade do Estado, fazer da felicidade dos homens a própria força do Estado. (FOUCAULT, 2008a, p. 439)

As contradições são reveladoras do que se concebe no comando da Polícia Militar como seu processo evolutivo natural. Pois se pretende assim atuar sobre a diversidade; garantir interesses diversos e divergentes; atualizar-se com relação aos novos fundamentos doutrinais

e tecnológicos, concomitante a manutenção de uma tradição corporativa ligada ao militarismo e aos valores específicos da corporação.

Outro coronel entrevistado refere-se aos enfrentamentos no âmbito dos valores, porém aponta as inovações de caráter técnico como base para a superação desses conflitos, revelando um contrassenso quanto a tratar elementos dinâmicos com instrumentos estanques.

> Os policiais e as pessoas de um modo geral costumam lamentar o passado e considerar que hoje a polícia acabou. "Vocês agora ficam aí conversando com *gay*, fazendo policiamento em parada do orgulho *gay*", que é uma parada de três milhões de pessoas sem incidentes. Tivemos show do U2 em SP sem incidentes, 300 mil pessoas, público difícil. Isso não é casual, é resultado de um esforço e um treinamento efetivo com o policiamento. Agora os antigos costumam reagir com muito mais veemência as novas tendências da instituição. Só que o que digo é o seguinte, é difícil fazer uma análise histórica de valor, porque nós incidimos no anacronismo, não conseguimos simular hoje o mesmo ambiente de quando o fato aconteceu. Tendemos a nos lembrar só daquilo que nos convém, mas eu posso afirmar o seguinte: a polícia melhorou muito: em equipamento, em profissionalismo, em visão sistêmica, em respeito aos direitos humanos, em uso progressivo da força, em POP [Procedimento Operacional Padrão[6]]. Quando eu era aluno não havia POP, hoje uma abordagem é a mesma em qualquer ponto do estado, com pequenas variações de vocabulário, mas o modo como o policial vai agir é muito semelhante. Você tem que ter confiança no sistema, se ele não for confiável eu vou ter problema. Mas o fato é o seguinte, eu afirmo para os policiais que são saudosistas que a corporação que eles vivenciaram atendeu a um modelo de época que hoje não atende mais.

Observa-se assim fortes limitações ao que poderia se entender como um exercício coeso e coerente da polícia militar com o cenário social e político atual, esse também amplamente contraditório e o qual tende a demandar da polícia, tanto da parte do Estado, como da parte dos múltiplos interesses na sociedade, uma multiplicidade de tarefas em termos quantitativos e qualitativos.

Há que se reconhecer que nesse contexto o exercício da prática policial é inexoravelmente contraditório, não abrindo espaço para idealizações harmonizadoras sobre o cumprimento de seu papel, nem mesmo sobre a capacidade da técnica em responder a esses desafios.

> Polícia, para os que governam, se trata de considerar e encarregar-se não somente da atividade dos grupos, não somente das diferentes condições, isto é, dos diferentes tipos de indivíduos com seu estatuto particular, não somente de encarregar-se disso, mas de encarregar-se da atividade dos indivíduos até o seu mais tênue grão. [...] O objeto da polícia é um objeto quase infinito. (FOUCAULT, 2008b, p. 10)

Foucault (2008a) argumenta que policiar é urbanizar. A polícia age sobre os problemas da coexistência, da coabitação densa, atualmente em meio a um regime de liberdades, em meio a uma diversidade de interesses e de movimentos. Todavia, o dinamismo do urbano se constitui como elemento de referência ou de resistência na construção das práticas policiais? Em meio às prerrogativas da sociedade liberal, a polícia deve tomar o dinamismo urbano como referência de suas concepções e práticas, sem, no entanto, deixar de atuar para a preservação dos interesses de mercado. "Digamos, em suma, que a polícia é essencialmente urbana e

mercantil, ou ainda, para dizer coisas mais brutalmente, que é uma instituição de mercado, no sentido bem amplo." (FOUCAULT, 2008a, p. 450).

Destarte, o discurso liberal de sustentação dessas práticas não corresponde propriamente à garantia dos direitos individuais ou de grupos, quaisquer que sejam eles, mas sim executam uma atualização da orientação quanto à formação e à atuação policial que diz respeito ao conhecimento mais íntimo da complexidade de funcionamento do sistema econômico a ser preservado. Segundo Foucault (2008b, p. 84).

> Depois de conhecê-los, deve evidentemente comprometer-se a respeitar esses mecanismos. Respeitar esses mecanismos não quer dizer, contudo, que ele vai providenciar uma armadura jurídica que respeite as liberdades individuais e os direitos fundamentais dos indivíduos. Quer dizer simplesmente que ele vai munir sua política de um conhecimento preciso, contínuo, claro e distinto do que acontece na sociedade, do que acontece no mercado, do que acontece nos circuitos econômicos, de modo que a limitação de seu poder não seja dada pelo respeito à liberdade dos indivíduos, mas simplesmente pela evidência da análise econômica que ele saberá respeitar.

Assim, a promoção da segurança passa a ser dirigida por um princípio de cálculo político e da economia do poder, respeitando a diretriz utilitarista, segundo a qual "o limite de competência do governo será definido pelas fronteiras da utilidade de uma intervenção governamental" (FOUCAULT, 2008b, p. 55), o que posiciona a política de segurança muito mais definida pelo campo de atuação da política econômica, que da política social, pois o problema da segurança é:

> Proteger o interesse coletivo contra os interesses individuais. Inversamente, a mesma coisa: será necessário proteger os interesses individuais contra tudo o que puder revelar, em relação a eles, como um abuso vindo do coletivo. [...] em suma, a todos esses imperativos – zelar para que a mecânica dos interesses não provoque perigo nem para os indivíduos nem para a coletividade – devem corresponder estratégias de segurança que são de certo modo, o inverso e a própria condição do liberalismo. A liberdade e a segurança, o jogo liberdade e segurança – é isso que está no âmago dessa nova razão governamental [...] é isso que vai animar internamente, de certo modo, os problemas do que chamarei de economia de poder própria do liberalismo. (2008b, p. 89)

Se o Estado age de modo mais eficiente, quanto mais ele consegue "disfarçar" sua ação, quanto mais limitada é sua ação pela lógica econômica, é possível considerar que o próprio Estado, no que tange à formação de seus soldados, colocará em funcionamento um processo formativo baseado nos mesmos fundamentos. De certo modo, na formação do policial militar passa a operar uma racionalidade ajustada ao que se entende por independência dos governados. No entanto, os saberes desses indivíduos, submetidos à formação, prossegue sujeitado.

Apontando como horizonte da formação do soldado a possibilidade de incorporação dos saberes (antes sujeitados) às concepções de formação, porém, corre-se o risco de acrescentar um novo dispositivo de segurança. Esse dispositivo incrementaria legitimidade à ação desses policiais no contexto democrático, sem que suas práticas tenham efetivamente

se transformado; assim como no caso do Estado liberal, no qual a sua capilarização aparente é o correlativo de seu fortalecimento sobre novas bases, agora muito mais sutis, de atuação.

> Trata-se agora de regular o governo não pela racionalidade do indivíduo soberano que pode dizer "eu, o Estado", [mas] pela racionalidade dos que são governados, dos que são governados como sujeitos econômicos [...] é essa racionalidade dos governados que deve servir de princípio de regulagem para a racionalidade do governo. É isso, parece-me, que caracteriza a racionalidade liberal: como regular o governo, a arte de governar, como [fundar] o princípio da racionalização da arte de governar no comportamento racional dos que são governados. (FOUCAULT, 2008b, p. 423)

Em suma, ao ser perpetrada nos meandros das iniciativas que pretendem reformar a polícia, a ideologia liberal articula e combina paradigmas que dão conta de conciliar pragmaticamente o rigor da tradição na instituição e os valores contemporaneamente anunciados, reincidindo na tradição.

No emaranhado dessas referências paradigmáticas, definidas por Foucault (2008b), é então possível verificar que a consagrada ideia de "microfísica do poder" é constituída pelas complexas relações de poder no interior das próprias instituições do Estado, sendo preciso objetivá-las para que, minimamente, seja possível a sua superação.

Considerações Finais

Em meio à conjuntura democrática brasileira atual, diferentes instituições buscam operar reformas em seu interior, cuja realização integral significaria a transformação tanto de valores, como de práticas por elas promovidas. Na instituição policial militar repetem-se tais exigências por reformas, porém, sobre instituições militarizadas o peso da tradição é representativo não somente do avesso do pretendido pela reforma, sendo também a marca constitutiva daquilo que corresponde em essência ao seu modo de ser. Essas dificuldades adicionais cristalizam procedimentos e relações que potencializam os obstáculos à renovação da Polícia Militar.

Diante das exigências preconizadas pela reforma os órgãos de ensino da Polícia Militar são entendidos como instâncias privilegiadas para a aplicação de novas concepções de formação tendo em vista sua capacidade pressuposta de engendrar mudanças de ordem cultural entre todos os membros da corporação, antigos e novos. Destarte, como se procurou demonstrar, a reforma do ensino na Polícia Militar do Estado de São Paulo está contida numa atmosfera de nítidos valores liberais, nos quais não se observa a presença de elementos favoráveis aquilo que pode ser chamado de "reforma intelectual".

Ancorada em concepções que se dividem entre o tradicionalismo militar e verniz democrático, a proposta de reforma do ensino na PMESP resulta na produção de um pragmatismo pedagógico que se dedica a propor as mudanças na ordem dos "ajustamentos", cuja representação sintomática se manifesta estética policial-militar como ajuste aos ditames de disciplina e hierarquia. Entre os ajustamentos não se prevê um espaço mínimo

para a tomada de consciência entre aqueles que passam a integrar, enquanto estudantes, o corpo de policiais militares. Isso se explica pelo fato de que a formação oferecida nessas escolas preza pelo caráter técnico manifestado pela persistência dos treinamentos, e pela crença nos Procedimentos Operacional Padrão (POPs), ambos como fundamentos básicos do profissionalismo da e na ação policial.

Em resumo, as análises apresentadas nesse trabalho apontam para uma constatação a partir da qual é possível afirmar que as reformas da polícia se tornarão efetivas do ponto de vista da consolidação de direitos se a reforma for iniciada pela modificação do *status* do soldado diante da corporação, pois a simples eliminação dos castigos físicos não se mostra suficiente. No entanto, a própria abertura que lhes permitirá a reforma tende a ser a responsável pela inviabilidade da construção da hegemonia, dada a semelhança e a identidade guardadas entre a dinâmica da reforma e a produção do consentimento no âmbito das estratégias liberais.

Seria lícito o questionamento acerca da efetiva conquista de condições democráticas no policiamento quando se confronta essa possibilidade aos conceitos de "panoptismo" e de "sociedade disciplinar". Neles, a maior transparência nas relações sociais e a construção de saberes especializados se constituiriam num acréscimo de controle e não de liberdade, pois se articula com o ganho de transparência em relações democráticas o equivalente em disciplina, o que atenderia aos interesses conservadores da polícia do tipo tradicional[7], sem negligenciar as demandas relativas à ordem democrática, próprias ao paradigma da nova polícia.

Desse modo, é possível considerar que mesmo que o uso da força diminua o poder com vistas à "garantia de direitos" não deixa de produzir relações de sujeição capazes de produzir seus típicos sujeitos. O que se apresenta como realmente novo nesse cenário diz respeito ao *doublebind* da sujeição. No contexto da sociedade de direitos, na qual estariam proibidas as práticas de sujeição e exclusão, a própria difusão de práticas voltadas para a garantia de direitos, quando efetivadas de modo incompleto, contribui na reprodução da sujeição e da exclusão transmutadas em direito.

Por fim, entende-se que a reforma das forças policiais revela-se como um desafio no âmbito institucional, mas, sobretudo, no âmbito da teoria social. Pois, a exemplo do que se apresentou em relação a ESSd, a natureza liberal dos processos de formação no interior das escolas da PMESP expressa um profundo esgotamento das possibilidades institucionais de renovação de qualquer processo social e político. Isso tanto na dimensão (micro) das relações interpessoais e cotidianas, como na dimensão (macro) da ordem social em suas estruturas. É possível afirmar que até mesmo quanto à ação política, a perspectiva foucaultiana, à medida que pulveriza a luta política, multiplicando as expressões de poder, acaba por revelar a iniquidade da resistência justamente na dimensão, a qual a crítica se propunha potencializar.

Notas

1 Conferir Diretriz Geral de Ensino (DGE, 2011); Disponível em: <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/caes/downloads/DGE.pdf>. Acesso em: 02 out. 2014.

2 Disponível em: <http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/cfsd/portalcfsd/Documentos/REGULAMENTO%20INTERNO/RI%20PIRITUBA.pdf>. Acesso em: 26 set. 2014.

3 Disponível em: <http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/cfsd/portalcfsd/Documentos/Manual_do_aluno/Manual_do_Aluno.pdf>. Acesso em: 26 set. 2014.

4 Extraído do Material do Regimento Interno da Escola Superior de Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

5 Extraído do Material do Regimento Interno da Escola Superior de Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

6 "O Procedimento Operacional Padrão é o resultado de uma implementação criada pelo Comando da Polícia Militar para que as atividades sejam realizadas pelos policiais de forma técnica e sistêmica, padronizando a atuação resultando na máxima segurança e qualidade na prestação do serviço policial militar". Cf. Disponível em: <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/inicial.asp?OPCAO_MENU=LINK&txtHidden=3380&flagHidden=-D&SelAssunto=Ve%EDculo+localizado&txtPlvChave=&txtPlacaVeiculo=>. Acesso em: 28 set. 2013.

7 Considera-se polícia do tipo tradicional aquela cujo uso da força constitui-se no principal, senão exclusivo, modo de ação. Acrescente-se, em oposição às polícias "modernas", que concebem a si mesmas como prestadoras de serviço, a assunção precípua da missão de combate ao crime.

Referências

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. Política e Segurança: força pública do Estado de São Paulo. Fundamentos históricos e sociais. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes. (Coleção Tópicos), 1999.

_____. Segurança, Território e População. SP: Martins Fontes, 2008a.

_____. Nascimento da Biopolítica. SP: Martins Fontes, 2008b.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. GESPOL - Sistema de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Impressa Oficial, 2010.

SODRÉ, N. W. História militar do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.

Recebido em 02 de fevereiro de 2015
Revisado em 07 de novembro de 2015
Aceito em 10 de novembro de 2015

DOI 10.5216/o.v15i2.31677

Professores de História e sua relação com a política: uma abordagem comparativa na América do Sul*

*Caroline Pacievitch***
*Luis Fernando Cerri****

Resumo: Este texto apresenta resultados preliminares de uma pesquisa vinculada ao Projeto "Jovens e História no MERCOSUL", que tem por objetivo oferecer um panorama estatístico e comparado (Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai) do pensamento de jovens e seus professores sobre a história ensinada e as diferentes formas em que a história se apresenta em suas vidas. Os questionários respondidos pelos professores (288) são o instrumento de pesquisa deste artigo, cujo objetivo é apresentar um perfil dos participantes. Em primeiro lugar, o texto expõe o problema da pesquisa, que se ocupa do pensamento dos professores de História sobre política e utopia. Em segundo lugar, alguns dados sobre o perfil dos professores são apresentados e interpretados: idade, sexo, nível de formação e tempo de experiência profissional. Por fim, algumas comparações preliminares entre o perfil dos docentes e suas respostas sobre sua identificação política são ensaiadas, onde se destaca alto nível de interesse pela política, vinculada ao apreço pela esquerda como opção políticas, junto ao rechaço por posições de centro ou de direita.

Palavras-chave: Didática da História; Formação de Professores de História; Política; Mercosul.

---

* Uma primeira versão deste texto, em espanhol, foi apresentada nas XV Jornadas Nacionales e IV Internacionales de Enseñanza de la Historia da APEHUN (Santa Fe, Argentina), em setembro de 2014. O presente texto desenvolve as análises então apresentadas e inclui os dados do Paraguai que ainda não estavam disponíveis naquele momento.

** Doutora em Educação, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS), Porto Alegre, RS, Brasil.
E-mail: pacievitch@gmail.com

*** Doutor em Educação, professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, PR, Brasil.
E-mail: lfcronos@yahoo.com.br

History Teachers and their Relationship with Politics: a Comparative Approach in South America

Abstract: This paper presents some preliminary research results associated with the project Youth and History in Mercosul (*Jovens e História no Mercosul*). The project aims to offer a statistical and comparative perspective (Brazil, Argentina, Chile, Uruguay, and Paraguay) about young people's – and their history teachers' – thinking, on the ways that history appears in their lives and at school. This paper's survey tools are the questionnaires (288) answered by the history teachers and the purpose of which was to present a profile of the teachers. First, this text presents the research problem, which is related to the thoughts of history teachers about politics and utopia. Second, some data on the teachers' profile are presented and interpreted, e.g., age, sex, professional education and experience. Finally, some preliminary comparisons between teachers' profiles and their answers about political identification are introduced. There are high levels of interest in politics associated with the political leftist position and rejection to central or right-wing stands.

Keywords: Didactics of History; History Teachers Training; Politics; Mercosul.

Profesores de Historia y su relación con política: un abordaje comparativo en América del Sur

Resumen: Este texto presenta resultados preliminares de una investigación vinculada al Proyecto "Jovens e História no MERCOSUL", que tiene por objetivo ofrecer un panorama estadístico y comparado (Brasil, Argentina, Chile, Uruguay y Paraguay) del pensamiento de jóvenes y sus profesores sobre la historia enseñada y las diferentes formas en que la historia se presenta en sus vidas. Los cuestionarios contestados por los profesores (doscientos ochenta y ocho) son la herramienta de investigación del presente artículo, cuyo objetivo es presentar un perfil de los participantes. En primer lugar, el texto expone el problema de la investigación, que se ocupa del pensamiento de los profesores de Historia sobre política y utopía. En segundo lugar, se presentan y se interpretan datos del perfil de los docentes: edad, sexo, nivel de formación y tiempo de experiencia profesional. Por fin, se ensayan unas comparaciones preliminares entre el perfil de los docentes y sus respuestas sobre su identificación política, donde se destaca alto nivel de interés por la política, vinculada a un aprecio a la izquierda como opción política y un rechazo a posiciones de centro o de derecha.

Palabras clave: Didáctica de la Historia; Formación de Profesores de Historia; Política; Mercosur.

Introdução

Este texto compila e discute dados iniciais da investigação de pós-doutorado[1] vinculada ao projeto "Jovens e História no MERCOSUL", que tem por objetivo oferecer um panorama estatístico comparado do pensamento dos jovens e seus professores sobre a história ensinada e as diferentes formas em que a história se apresenta em suas vidas. O desenho amostral envolve Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai. Nesse texto, trabalharemos principalmente com os 288 questionários respondidos por professores, procurando apresentar um perfil dos participantes.

O primeiro tópico deste texto destina-se a estabelecer o viés a partir do qual os dados serão analisados, que é o pensamento dos professores de História sobre política e utopia. A seguir, são apresentados os dados de perfil dos docentes, para em seguida ensaiar comparações preliminares entre o perfil dos docentes e suas respostas sobre identificação política.

O ponto de partida é um escrito de Carlota Boto (2003, p. 395) que afirma que "[...] ensinar é marcar a alma; e desta responsabilidade nenhum educador escapa". Este é um aspecto do trabalho docente que pode ser interpretado de diferentes maneiras. Este aspecto também ajuda a perguntar quais são os elementos políticos e educacionais envolvidos nos significados da responsabilidade docente.

A formação de professores é um processo amplo e complexo, que se concretiza principalmente em instituições de ensino superior, mas que não se desligam de vivências pessoais, de perspectivas culturais e políticas e das práticas profissionais de cada futuro docente. Não é pouca a literatura acadêmica sobre crenças e perspectivas de professores (EVANS, 1990; CHIN e BARBER, 2010; JOSSO, 2004; ZAVALA e SCOTTI, 2002; CATANI, BUENO e SOUZA, 2000). Intelectuais como Eneida Shiroma e Olinda Evangelista (2004), Vera Lúcia Sabongi De Rossi (2009), Carlota Boto (2003), Patrizia Piozzi (2007), Franco Cambi (1999) e outros oferecem esclarecimentos sobre as utopias que acompanham a educação, principalmente a partir dos filósofos iluministas e das mudanças sugeridas pela Revolução Francesa. Liberais, socialistas, fascistas e outros confiaram no poder da escola para concretizar seus ideais. Isso poderia fazer dos professores, agentes políticos por excelência. Nota-se também a considerável influência destes ideais na construção da história como disciplina escolar, principalmente em sua matriz francesa.

Compreender a educação e a história como ferramentas privilegiadas para a mudança do mundo significa incumbir o professor de certas obrigações, o que pode afetar as formas como atribuem sentido e significado à sua profissão. Perspectivas adquiridas desde os primeiros contatos com a escola são responsáveis por parte das identidades docentes (BUENO, 2002; KRAMER, 1999). Entretanto, a formação institucional pode influenciar como os professores interpretam suas obrigações profissionais. Isso se converte em um tema mais importante nos tempos atuais, quando é grande a diversidade de papéis impostos à escolarização (SETÚBAL, 2010).

Neste sentido, a questão fundamental do projeto de investigação que se apresenta é: como os professores de História se orientam diante de possibilidades muito distintas de conceitualizar sua profissão e sua atuação didática? É óbvio que não se pode responder definitivamente a um problema tão amplo, de modo que pretendemos ensaiar uma aproximação a possíveis respostas, construindo o perfil dos 288 professores participantes do projeto "Jovens e História", cujas perspectivas teórico-metodológicas já foram discutidas em outros textos de membros da equipe, ainda dentro do projeto piloto, que teve uma amostra mais restrita (CERRI e AMÉZOLA, 2007; RIBEIRO, PACIEVITCH e CERRI, 2011).

A análise dos questionários de professores obedece ao referencial principal do projeto, inspirado no conjunto de produções da área de formação do professorado em História / Ciências Sociais, principalmente em algumas teses de doutorado defendidas nos últimos 20 anos no Brasil (MESQUITA, 2008; PAIM, 2005, RICCI, 2003; MONTEIRO, 2007; CAIMI, 2006, entre outros), assim como referenciais da América Latina (VILLAQUIRÁN, 2008; VÁSQUEZ, 2004; GONZÁLEZ, 2008), da Europa (PAGÈS, 1993; BOIXADER, 2004) e do mundo anglo-saxão (EVANS, 1990; ADLER, 2004).

O questionário dirigido aos docentes segue os mesmos parâmetros de formulação dos questionários dirigidos aos jovens e está organizado segundo temas que se desenvolvem em perguntas organizadas como afirmações. Cabe aos participantes assinalar uma das alternativas valorativas, que passam por uma escala de intensidade de concordância, discordância ou neutralidade, do tipo "discordo totalmente", "discordo", "sem opinião", "concordo" e "concordo totalmente". Os docentes respondem perguntas sobre sua formação acadêmica, experiência docente em anos, particularidades do ensino de História, avaliação da capacidade dos alunos, posição política, significado da religião e da política para a vida cotidiana, métodos de ensino e aprendizagem, objetivos do ensino de História, interesses dos alunos, principais problemas da docência em seu país, fatores motivadores das mudanças históricas e projeções sobre o futuro. São elementos que podem oferecem um panorama sobre este grupo de professores de História no Mercosul.

O desenho amostral foi definido pelos membros da equipe de pesquisadores colaboradores. Optou-se por uma amostragem não probabilística. Os professores participantes foram escolhidos em função de estar ministrando aulas a grupos de jovens em torno de 15 anos e em escolas escolhidas segundo os critérios do projeto. Nas cidades participantes, uma escola de cada tipo definido (pública central, de periferia, de excelência e rural, e particular confessional, laica e alternativa/comunitária) teve uma turma de alunos e seus professores de história pesquisados. Dentro destas características, o grupo de docentes é aleatório.

Privilegiamos os dados a seguir, trabalhados em análise estatística descritiva: tempo de experiência docente, tipo de formação inicial, posicionamentos e concepções políticas e concepções didáticas. A abordagem comparativa é vantajosa para destacar as semelhanças e diferenças entre os professores dos distintos países e das variadas opções políticas.

Os objetivos do projeto de investigação pós-doutoral são dois: produzir dados representativos sobre cultura política e consciência histórica de professores de História do Mercosul e refletir sobre possíveis diagnósticos e hipóteses comparativas sobre a formação docente nos países participantes. Acredita-se que o maior desafio seja cotejar dados

quantitativos comparativamente e com estudos qualitativos, um exercício em que o diálogo com outras investigações da área será indispensável.

Perfil do professorado participante

A amostra de professores participantes desta pesquisa não segue uma abordagem probabilística. Como o foco central do projeto são os jovens, os questionários de professores referem-se àqueles profissionais que regiam turmas no momento em que o instrumento foi aplicado aos estudantes, desde que dispostos a respondê-lo, ou outros professores de História presentes na escola no momento da coleta de dados. Por isso a amostra de professores não segue exatamente o padrão amostral estabelecido para os estudantes, pois se assim fosse, deveria haver em torno de sete professores por cidade pesquisada, uma para cada tipo de escola da amostra (públicas central, de excelência, periférica e rural e particulares empresarial laica, confessional e alternativa/comunitária), mas esse padrão não foi verificado. A tabela 1 demonstra a quantidade de professores envolvidos e o percentual por país.

Tabela 1: Distribuição dos professores por país e cidade

País		Frequência	Percentual
Brasil	Curitiba, PR	12	6,9
	Florianópolis, SC	12	6,9
	Dourados, MS	11	6,3
	Parintins, AM	8	4,6
	Itararé, SP	6	3,4
	Passo Fundo, RS	11	6,3
	Ponta Grossa, PR	7	4,0
	Porto Alegre, RS	19	10,9
	Teixeira de Freitas, BA	3	1,7
	Belo Horizonte, MG	6	3,4
	Aracaju, SE	4	2,3
	S.J. dos Campos, SP	10	5,7
	Cáceres, MT	10	5,7
	Cuiabá, MT	12	6,9
	Rondonópolis, MT	14	8,0
	Três Lagoas, MS	8	4,6
	Brasília, DF	2	1,1
	Curiúva, PR	4	2,3
	Ituiutaba, MG	8	4,6
	Uberlândia, MG	8	4,6
	Total	175	100,0

País		Frequência	Percentual
Argentina	Bahía Blanca, B	9	11,1
	Comodoro Rivadávia, U	10	12,3
	Gral. Sarmiento, B	7	8,6
	Santa Rosa, L	13	16,0
	Mar del Plata, B	15	18,5
	Quilmes, B	13	16,0
	Santa Fe, S	12	14,8
	La Plata, B	2	2,5
	Total	81	100,0
Uruguai	Montevidéu	8	100,0
Paraguai	Assunção	4	44,4
	Itá	5	55,6
	Total	9	100,0
Chile	Santiago de Chile	15	100,0

Fonte: Projeto Jovens e História, 2012/13.

A média de idade, entre todos, é de 40 anos, com desvio padrão de dez anos[2]. No Chile, Argentina, Paraguai e Brasil, as médias são próximas dos 40 anos, enquanto no Uruguai se nota a média de idade mais alta, quase 47 anos. Os docentes mais velhos, antes desse país, tem 62 anos. Os professores que tem entre 22 e 30 anos representam somente 20,8% da amostra. Os professores entre 31 e 50 representam 66,7% da amostra e os demais (entre 51 e 88 anos) são 12,5% dos docentes. Disto se conclui que temos um corpo docentes cuja maioria está centrada na idade adulta, o que reflete estabilidade na profissão, como se verifica no gráfico 1: a evolução das faixas de tempo de exercício do magistério cruzadas com a idade formam o desenho de uma "escada" que, para além de valores divergentes e minoritários, projeta um fluxo normal de entrada, permanência e saída da profissão sem interrupções ou vazios.

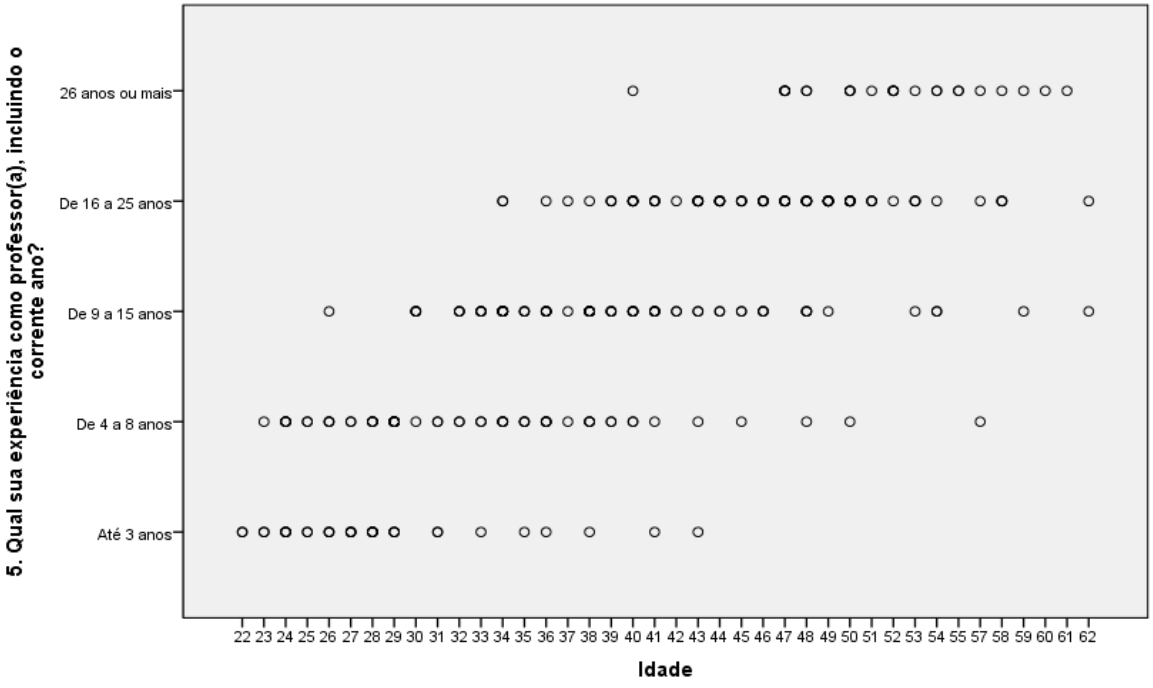
Tabela 2: médias de idade entre países

	Idade	
País	Média	Desvio padrão
Brasil	39,7	9,23
Argentina	39,85	11,62
Uruguai	46,87	11,59
Chile	41	6,66
Paraguai	38,75	6,34
Total	40,02	10,017

Fonte: Projeto Jovens e História, 2012/13.

É interessante perguntar se a média de idade tem a ver igualmente com um maior tempo de experiência. É o que informam a tabela 3 e o gráfico 1. Nesse, círculos mais escuros significam a coincidência de vários indivíduos, enquanto os círculos mais claros significam a ocorrência de um único caso. Percebe-se que a entrada na profissão, em sua maior parcela, se dá até os 31 anos de idade, e os que resistem na carreira após 26 anos de magistério também são minoria, indicando um estrangulamento da pirâmide etária dos professores na base e no topo (gráfico 2).

Gráfico 1: distribuição da idade por faixa de tempo de experiência no magistério



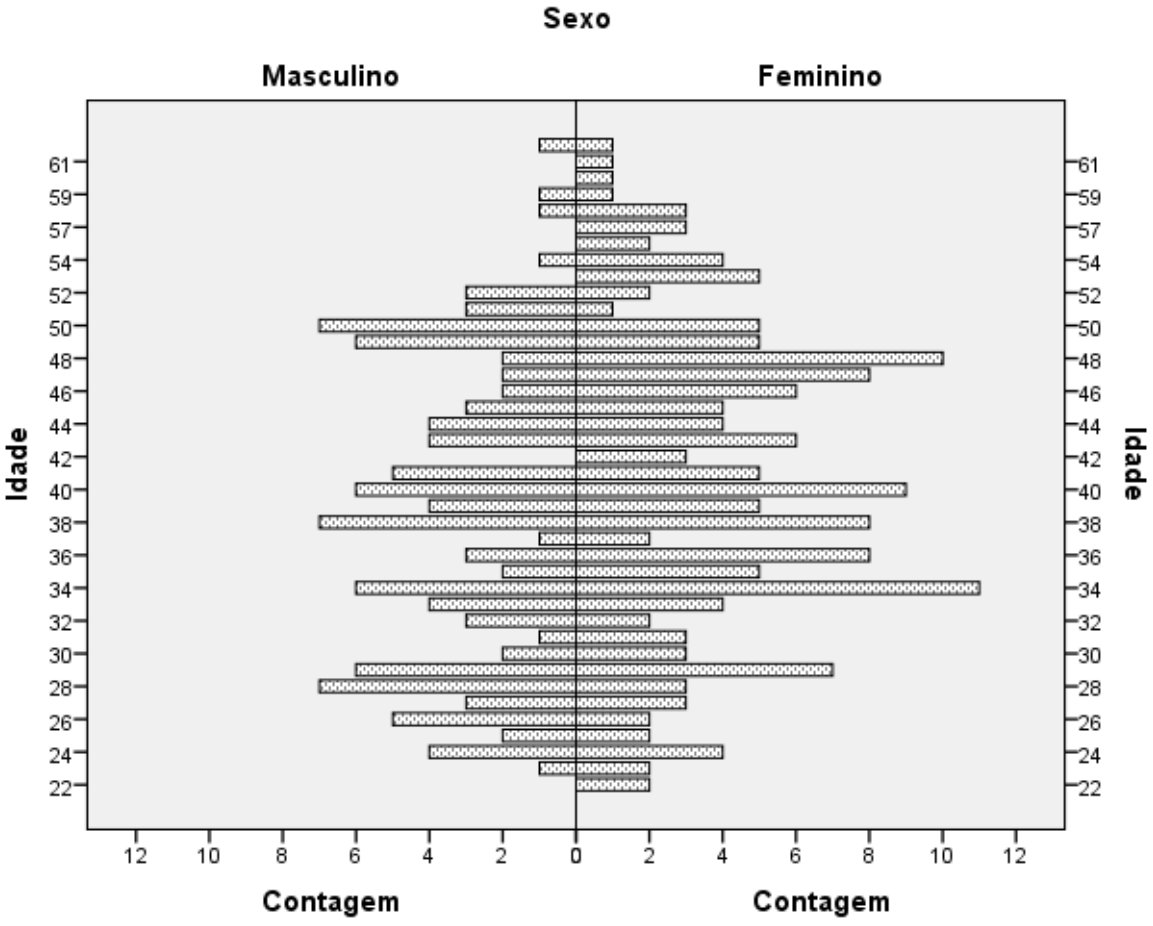
Fonte: Projeto Jovens e História, 2012/13.

Tabela 3: experiência profissional geral

Qual é sua experiência como professor?			
		Frequência	Percentual Válido
Válidos	Até 3 anos	32	12,2
	De 4 a 8 anos	57	21,8
	De 9 a 15 anos	71	27,1
	De 16 a 25 anos	79	30,2
	26 anos ou mais	23	8,8
	Total	262	100
Ausentes	N. resp.	5	
Total		267	

Fonte: Projeto Jovens e História, 2012/13.

Gráfico 2: Pirâmide etária dos professores de História participantes



Fonte: Projeto Jovens e História, 2012/13.

A tabela 3 e o gráfico 2 informam que a experiência docente deste grupo pode ser classificada como de média a extensa, quer dizer, pode-se imaginar que os participantes são adultos, com mais de 30 anos e que tem tempo de experiência profissional suficiente para falar sobre ela com algum conhecimento. Os que recém ingressaram na carreira são 12,2%, o que reflete dados de outras investigações, destacando uma possível diminuição dos interessados em entrar em carreiras docentes. Ao mesmo tempo, salienta-se que o abandono da profissão é um dado relevante neste grupo dada à pequena quantidade de participantes que chega às idades mais avançadas, sobretudo no caso masculino.

Há mais docentes do sexo feminino que masculino, da ordem de 60% de mulheres, o que está compatível com os estudos que demonstram a feminização do magistério, que é um pouco menor no caso dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Somente no Chile a amostra se constitui de uma pequena maioria de docentes homens. A maioria feminina reflete as estatísticas sobre o professorado no Brasil, e fica clara na pirâmide do gráfico 2. Não foram encontradas diferenças substanciais entre as idades dos professores iniciantes e o sexo.

Entre 22 e 30 anos há 30 homens e 28 mulheres. Porém, entre os professores entre 31 a 50 anos, a diferença cresce para a proporção verificada, de 60% de mulheres e 40% de homens. Há 72 homens e 113 mulheres. No grupo de docentes de 51 anos ou mais, a diferença entre homens e mulheres se mantém na mesma proporção da faixa anterior: há 17 homens e 25 mulheres. Não se pode afirmar que é um sinal de que a feminização do magistério é coisa de tempos passados. Talvez signifique que muitos homens começaram suas vidas profissionais como professores, mas depois migram para outras ocupações. Possivelmente, essas vagas são ocupadas por mulheres que começam a carreira mais tarde. Somente investigações de tipo horizontal poderiam oferecer pistas mais conclusivas.

O questionário nos permite aproximar um pouco mais da formação docente inicial desses professores. Somente oito deles não possuem títulos universitários ou terciários, sete na Argentina e um no Chile, e 86,7% de todos os docentes tem formação superior em História, seja em uma universidade, seja em um instituto superior de formação docente. No Brasil está a maior parte dos professores que não possuem curso na área de História, são 17 docentes. A tabela 4 informa os dados sobre formação docente inicial e o gráfico 2 oferece informações sobre os docentes que possuem curso de pós-graduação.

Tabela 4: Formação docente inicial

1. Qual é sua formação docente?		
	Frequência	Percentual
Outro curso superior que não de formação de professores de História	29	10,1
Curso superior de formação de professores de História de uma universidade	173	60,1
Curso superior de formação de professores de História de um instituto superior de formação docente[3]	74	25,7
Não possuo curso superior	8	2,8
Sem resposta	4	1,3
Total	288	100,0

Fonte: Projeto Jovens e História, 2012/13.

Tabela 5: Formação na pós-graduação

País			**Frequência**	**Percentual**
Brasil	Válidos	Não	44	27,2
		Sim, em área diferente da História	48	29,6
		Sim, na área de História	70	43,2
		Total	162	100,0
	Não válidos	Erro Preench.	1	
		Total	163	

País			Frequência	Percentual
Argentina	Válidos	Não	43	53,8
		Sim, em área diferente da História	15	18,8
		Sim, na área de História	22	27,5
		Total	80	100,0
	Não válidos	N. Resp.	1	
		Total	81	
Uruguai	Válidos	Não	2	25,0
		Sim, em área diferente da História	3	37,5
		Sim, na área de História	3	37,5
		Total	8	100,0
Chile	Válidos	Não	6	42,9
		Sim, em área diferente da História	4	28,6
		Sim, na área de História	4	28,6
		Total	14	100,0
	Não válidos	N. Resp.	1	
		Total	15	
Paraguai	Válidos	Não	6	66.7
		Sim, em área diferente da História	3	33,3
		Total	15	100,0

Fonte: Projeto Jovens e História, 2012/13.

Nos dados conjuntos dos quatro países, os docentes que têm pós-graduação são quase o dobro dos que não possuem, mas percebe-se a heterogeneidade desse dado ao olhar país por país. Ainda olhando globalmente os dados, em todos os níveis de experiência profissional, o número de professores pós-graduados supera o número dos que não tem pós-graduação, exceto na faixa de até três anos de experiência. Cerca de 3/4 dos professores com maior experiência (16 a 25 anos) possuem pós-graduação, sendo esse índice parecido entre os professores que tem entre 9 e 15 anos (70%), assim como entre os que têm de 4 a 8 anos de experiência (61%).

O quadro de professores brasileiros é bastante diverso: tem o segundo maior número de professores sem formação específica para ensinar história (9,14% dos participantes), porém acumula 74% dos docentes com um curso de pós-graduação. A Argentina tem 8,6% dos docentes pesquisados sem formação específica e 46% com curso de pós-graduação. No caso de Chile e Uruguai a amostra é reduzida e nela não aparecem chilenos sem formação específica em história, sendo que destes, 57% são pós-graduados. Na amostra uruguaia 25% dos docentes não têm formação específica em história, mas 75% dos docentes são pós-graduados,

enquanto no Paraguai 44% dos que têm nível superior não são formados em história, embora 1/3 seja pós-graduado.

Com esses dados é possível dizer que o perfil dos docentes participantes da investigação está equilibrado entre homens e mulheres, a idade média está em torno de 40 anos, e a experiência profissional está acima de dez anos. São formados para serem professores de história e em sua maioria buscaram ampliar seus conhecimentos por meio de programas de pós-graduação. Pode-se pensar, portanto, que os resultados desta investigação – que não tinha a intenção de buscar professores com um ou outro perfil profissional – demonstram a opinião de docentes experientes e maduros, com bom conhecimento de sua área de trabalho.

Política e utopia

Nesta parte apresentamos informações sobre a posição política dos professores participantes, em relação com os dados anteriormente apresentados sobre perfil, e com uma investigação qualitativa desenvolvida por Pacievitch (2012). Comecemos por uma pergunta direta, apresentada na tabela 6: qual é o seu interesse pela política? Os dados estão em números absolutos e relativos.

Tabela 6: Interesse pela política

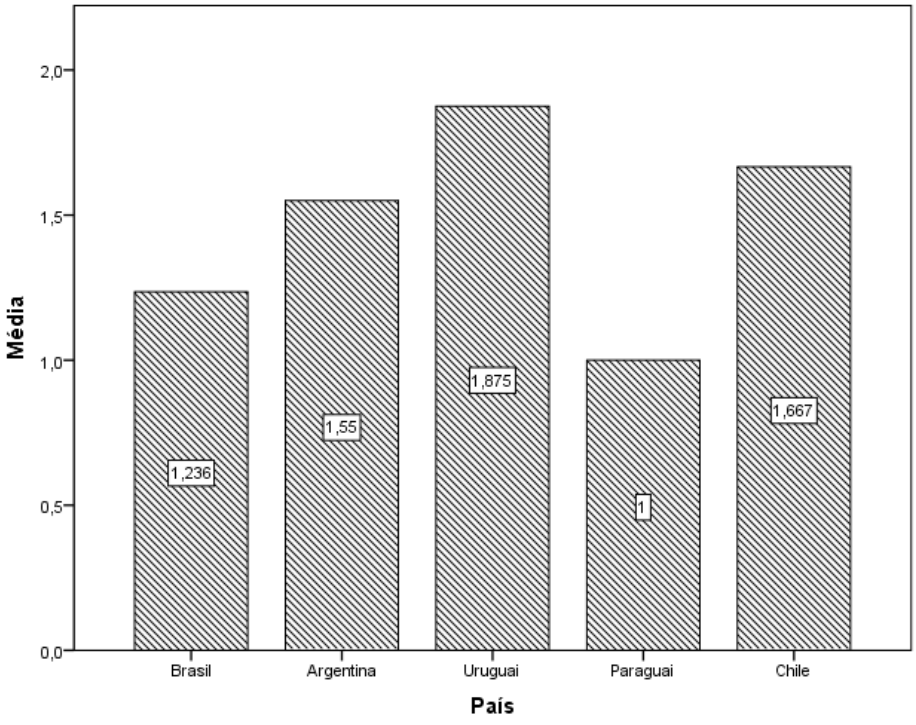
País x "Qual é o seu interesse pela política?"			Nenhum	Pequeno	Médio	Grande	Muito grande
País	Brasil	Quantidade	2	1	27	61	71
		Percentual	1,2%	0,6%	16,6%	37,6%	43,8%
	Argentina	Quantidade	1	0	2	28	49
		Percentual	1,2%	0%	2,5%	35%	61,2%
	Uruguai	Quantidade	0	0	0	1	7
		Percentual	0%	0%	0%	12,5%	87,5%
	Chile	Quantidade	0	0	1	3	11
		Percentual	0%	0%	6,6%	20%	73,3%
	Paraguai	Quantidade	1	0	0	5	3
		Percentual	11,1	0%	0%	55,6%	33,3%

Fonte: Projeto Jovens e História, 2012/13.

É fácil notar que os percentuais mais importantes, em todos os países, estão na última opção: para esses docentes, experientes e interessados em seu aperfeiçoamento, interessa muito a política. Somente em Brasil e Argentina, três docentes informaram não interessar-se nem um pouco pela política. As posições um pouco mais neutras ou centrais tampouco foram as mais frequentes. Se somarmos "grande interesse" e "interesse muito grande", teremos 79,03% para o Paraguai, 81,48% para o Brasil e impressionantes 93,33% para o Chile, 96,25%

para Argentina e 100% para o Uruguai. Entretanto, ter interesse pela política pode significar muitas coisas: não necessariamente que estes professores confirmam o estereótipo (inclusive explorado pela "nova direita" brasileira), de que os professores de História são revolucionários de esquerda e que fazem tudo o que podem para politizar seus alunos. Sigamos os dados para procurar mais pistas.

Gráfico 3: Interesse em política



Fonte: Projeto Jovens e História, 2012/13.

A tabela 7 informa qual é a participação na política declarada pelos professores envolvidos no estudo. No Brasil, mais da metade dos docentes participa frequentemente ou sempre da política, um valor próximo dos colegas chilenos, porém muito mais significativo que no caso da Argentina ou do Uruguai. Todavia, talvez o dado que mais interesse seja o extremo negativo, que é "nunca participo". A Argentina tem 21,25% de docentes que nunca participaram da política, porém somente 6,79% dos professores brasileiros escolheram essa opção para sua resposta, aproximando-se dos seus companheiros do Chile (6,66%) e do Uruguai (12,5%).

Talvez, ao observar os números absolutos presentes na Tabela 6, seja possível notar que, em sua própria opinião, os professores brasileiros costumam participar da política com certa frequência. Infelizmente não é possível adentrar no sentido profundo do que seja participação política para cada participante, e esses números tão diferentes podem resultar de uma diferença cultural de definições. Se tomarmos a definição de política de Hannah Arendt (2010), política transparece em momentos de liberdade, em que discutimos e expomos nossas ideias para que se produzam coisas novas. Norberto Bobbio (1998) prefere definir

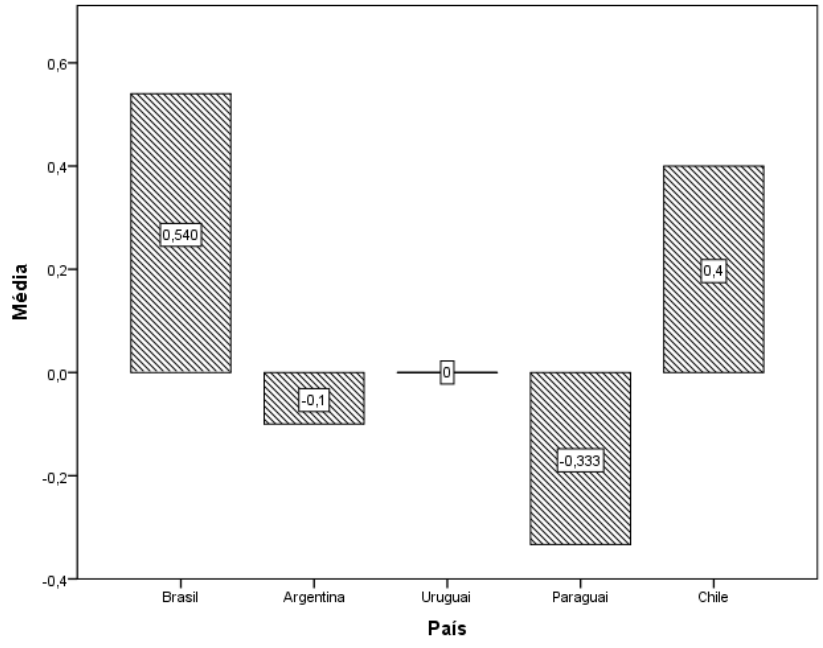
política junto a questões de poder, porém se aproxima de uma compreensão da política como atividade humana de interesse pela polis.

Tabela 7: Participação política

País x "Sobre sua participação na política"			Nunca participo	Participo raramente	Participo às vezes	Participo frequentemente	Participo sempre
País	Brasil	Quantidade	11	17	45	56	33
		Percentual	6,8%	10,5%	27,7%	34,5%	20,3%
	Argentina	Quantidade	17	10	27	16	10
		Percentual	21,2%	12,5%	33,7%	20%	12,50%
	Uruguai	Quantidade	1	0	6	0	1
		Percentual	12,5%	0%	75%	0%	12,5%
	Chile	Quantidade	1	1	6	5	2
		Percentual	6,6%	6,6%	40%	33,3%	13,3%
	Paraguai	Quantidade	2	1	4	2	0
		Percentual	22,2%	11,1%	44,4%	22,2%	0%

Fonte: Projeto Jovens e História, 2012/2013.

Gráfico 4: Qual a sua participação política?



Fonte: Projeto Jovens e História 2012/13.

E se tomamos em consideração os intelectuais que tratam de culturas políticas (SANI, 2008), há muitas coisas que podem ser consideradas atividades políticas, nem sempre conectadas com a política partidária ou eleitoral. Na investigação qualitativa, temos percebido que os professores tendem a tomar como "participação" atuação em reuniões de movimentos feministas, em organizações não governamentais de assistência social ou em atividades vinculadas a igrejas.

Se a discussão teórica não nos pode trazer luzes sobre quais poderiam ser as intenções dos docentes em afirmar frequente participação na política, a tabela 8 pode ajudar com a direção das intenções políticas dos professores.

Tabela 8: Inclinações políticas: esquerda ou direita

País x "Nas eleições, você geralmente vota em candidatos e partidos de..."			Esquerda	Centro-esquerda	Centro	Centro-direita	Direita
País	Brasil	Quantidade	83	53	13	8	4
		Percentual	51,55%	32,91%	8,07%	4,96%	2,48%
	Argentina	Quantidade	18	37	13	8	3
		Percentual	22,78%	46,83%	16,45%	10,12%	3,79%
	Uruguai	Quantidade	5	3	0	0	0
		Percentual	62,50%	37,5,10%	0,00%	0,00%	0,00%
	Chile	Quantidade	9	5	0	1	0
		Percentual	60,00%	33,33%	0,00%	6,66%	0,00%
	Paraguai	Quantidade	0	4	2	1	1
		Percentual	0%	44,4%	22,2%	11,1%	11,1%

Fonte: Projeto Jovens e História.

Professores de História, uruguaios ou chilenos, participantes do projeto "Jovens e História", não votam nem no centro, nem à direita. No caso brasileiro, se somamos os docentes que votam em centro, centro-direita e direita, teremos 15,52% do total. Para os argentinos, temos 30,37%, que é um valor próximo ao quadro paraguaio, entretanto não supera os 46,83% que preferem centro-esquerda, novamente um número muito próximo ao paraguaio. Da mesma forma que ocorre com a noção de participação política, as noções de esquerda e de direita também podem variar culturalmente, de país para país.

Por outro lado, o grupo de professores que votam na esquerda e na centro-esquerda no Uruguai são 100%, no Chile são 93,33%, no Brasil são 84,47% e na Argentina, 69,62%. Não há dúvida de que uma das representações mais correntes sobre o professor de História encontra-se refletida nessa investigação: de fato, os docentes são muito interessados em política e se identificam com partidos políticos e candidatos de esquerda e centro-esquerda. Há uma importante rejeição ao centro e à direita, talvez com exceção da Argentina, que tem o maior percentual de professores de História identificados com o centro e a centro-direita.

Ademais, não se trata de um professorado jovem, que poderia justificar uma ilusão pela política que poderia se desfazer com o tempo, no contato com a "dura realidade" das salas de aula. Cabe, novamente, a ressalva de que, dadas as especificidades do espectro político em cada país, não é possível generalizar as definições de cada posição política, o mesmo ocorrendo com as comparações entre as amostras dos países selecionados, nesse quesito. Novamente, abre-se espaço para pesquisas qualitativas ou pesquisas quantitativas com temática mais específica.

Se não é possível saber, por meio dos dados aqui disponíveis, que tipo de participação política esses professores tem, é certo que se mobilizam - e maciçamente - à esquerda, com forte rejeição a posições de centro ou de direita. Se ainda seguimos Norberto Bobbio (1999), podem-se compreender as posições de esquerda como conectadas essencialmente com a igualdade, mas que a outras categorias como liberdade ou tradição.

Na investigação qualitativa de Pacievitch, o apreço à posição política de esquerda não se nota de forma tão definida, porém se define a democracia de tipo substantivo (BOBBIO, 1998, p. 326), valores de caráter humanista (CHAUÍ, 2008) e, principalmente entre professores de gerações mais jovens, a tolerância e a diversidade cultural. São posições que se cruzam com os referenciais teóricos favoritos dos professores, principalmente da área de história – que começam em autores como Eric Hobsbawn e Josep Fontana, passam por distintos referenciais dos "Annales" (Marc Bloch, Jacques Le Goff) e terminam em autores como Carlo Ginzburg, Roger Chartier e Hayden White.

Todavia, são necessários outros cruzamentos de dados para fazer afirmações mais específicas. Para os limites deste texto, exploramos somente uma possibilidade de cruzamento com elementos da consciência histórica a partir de dados presentes no Gráfico 5. As perguntas que originaram o gráfico eram "Que influência você acha que tiveram os seguintes fatores na mudança da vida das pessoas desde 1970 até hoje?" e "Que influência você acha que terão os seguintes fatores na mudança da vida das pessoas de agora até 2.050?". Os professores puderam escolher, para cada fator, entre as opções a seguir. Cada uma foi "traduzida" para um número de escala, e no gráfico 5 as barras representam as médias dos valores escolhidos pelos professores dentro da escala "muito pouca (= -2)", "pouca (= -1)", "média (= 0)", "importante (= 1)" e "muito importante (= 2)".

De todos os dados que este gráfico oferece, vamos destacar, em primeiro plano, que os fatores que influenciavam o passado e que influenciarão o futuro, para os docentes, são essencialmente os mesmos, quase todos em equilíbrio. Está claro que chefes religiosos e os reis, presidentes e personagens politicamente importantes destacados perderão espaço nas próximas décadas.

Gráfico 5: Fatores que influenciaram as mudanças no passado e no futuro próximo.



Fonte: Projeto Jovens e História, 2012/13.

Talvez a presença do elemento "personagens politicamente importantes" no mesmo item de reis possa ter afetado as respostas (já que todos os países investigados são repúblicas), porém não há dúvida de que para os professores de História é mais claro que as invenções técnicas, os movimentos sociais, a ciência, a competição econômica e os problemas ambientais são e continuarão a ser os grandes responsáveis por mudanças. De modo geral, entretanto, cabe destacar que, no intervalo de cerca de 80 anos delimitado por essas duas questões, os professores enxergam um mesmo processo, não rompido por mudanças drásticas ao longo do seu decurso.

Seria previsível esperar, frente às suposições de senso comum de que todos os professores de História tendem a ser "revolucionários", que as revoluções políticas e os movimentos de trabalhadores fossem valorizados como agentes de câmbio na história, mas não é isso que acontece. Parece que o posicionamento político dos professores de História se aproxima da valorização de iniciativas sociais e políticas não exclusivamente partidárias

– ou, por vezes, definitivamente alheias ao partidário. Pode ser que suas experiências com a política estejam refletidas nesta classe de atividades políticas, como demonstram pensadores das culturas políticas tais como Kushnir y Carneiro (1999) e Marcello Baquero (2001).

Gostaríamos de oferecer uma última palavra sobre o papel do conhecimento e do pensamento, na opinião dos professores de História participantes. Filósofos e pensadores e pessoas instruídas são, para aqueles, os que menos tiveram ou terão influência na história recente, considerando que os reis e os chefes religiosos não têm influência. É interessante pensar que os próprios professores poderiam estar na categoria de intelectuais/pessoas instruídas, o que indica possível descrença de que os professores tenham possibilidades de influência sobre o futuro, ou também uma leitura com pretensões de realismo considerando a avaliação da realidade, em uma perspectiva pouco voluntarista, ou seja, para além de juízos de valor, constatam que o processo histórico é assim.

Outra leitura desse dado, ainda, é considerar que, em sintonia com a concepção elitista do saber dominante em nossas sociedades, não interpretam o professor como um intelectual, mas como outro tipo de trabalhador. Isso contrasta até certo ponto com a investigação qualitativa, que sustentou o apreço ao conhecimento, em caráter humanista, por parte dos professores. Não se pode afirmar com segurança, porém, que se a pergunta fosse direta, os professores valorizariam mais a sua própria possibilidade de interferência na história principalmente se considera-se que o conhecimento e a ciência são fatores importantes para influenciar as mudanças, na opinião dos participantes.

A tabela 9, por fim, indica claramente que filósofos, pensadores e pessoas instruídas são considerados, pelo menos para o passado, um fator tanto mais importante quanto mais à direita está o respondente, relação que não se verifica com a mesma clareza quando a pergunta é referente ao futuro.

Tabela 9: Cruzamento entre votos e influências nas mudanças

11.Nas eleições, você geralmente vota em candidatos e partidos:	**Influência de filósofos, pensadores e pessoas instruídas no passado recente**	**Influência de filósofos, pensadores e pessoas instruídas no futuro próximo**
De esquerda	,13	,29
De centro-esquerda	,06	,03
De centro	,35	,22
De centro-direita	,38	,00
De direita	1,00	,29

Fonte: Projeto Jovens e História, 2012/13.

A investigar

Os dados demonstraram que alguns *insights* sobre a formação de professores de História que temos como certos, ao menos no senso comum, se confirmam em uma investigação de caráter estatístico. Entretanto, é preciso fazer ainda outras perguntas, com a finalidade de complexar a análise. Por exemplo, é ainda necessário cruzar os dados que temos de professores de História com as visões políticas que estão nos extremos (muito conservadoras e muito revolucionárias), com variáveis como sexo, idade, tipo de formação, tempo de experiência profissional e, principalmente, sobre sua opinião sobre a importância de ensinar história na escola.

É importante abrir espaço para investigações futuras de tipo qualitativo e quantitativo que possam aprofundar-se nas relações entre ensinar história, religiosidade e política, e entre o posicionamento político e a efetiva participação política em partidos, sindicatos ou movimentos sociais.

Ainda faz falta, na pesquisa sobre educação e formação de professores, investigações de caráter longitudinal, que possam seguir professores de História desde a entrada na vida profissional até outras etapas no tempo, o que ajudaria a melhor responder perguntas como a relação entre a geração e a posição política ou entre o tempo de experiência de trabalho e a militância política.

Notas

1 Parte desta investigação foi financiada pela Capes.

2 Outra pesquisa, feita nos anos 1990 e discutida por Tenti Fanfani (2007) constatou as mesmas médias de idade para professores de Brasil, Peru, Argentina e Uruguai.

3 Essa alternativa não existe no questionário brasileiro, em que não existe na prática a diferença de formação em instituições universitárias ou terciárias (a pergunta não se refere a instituições públicas ou privadas). Por isso, toda a frequência se refere aos demais países da amostra.

Referências

ADLER, Susan (Ed.). **Critical issues in social studies teacher education**. Nova Iorque: Information Age Publishing, 2004.

ARENDT, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

BAQUERO, Cesar Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001. p. 98-104.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2008.

BOBBIO, Norberto. Política. In: BOBBIO, Norberto *et al*. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Unb, 1998.

BOIXADER, Agnès. **Innovació en el currículum de Ciències Socials i formació del profesorat**: Una recerca-acció. Tese (Doutorado). Departamento de Didàctica de la Llengua, de la Literatura i de les Ciències Socials, Universitat Autònoma de Barcelona. Barcelona, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10803/4665>. Acesso em: 22 fev. 2012.

BOTO, Carlota. A civilização escolar como projeto político e pedagógico da modernidade: cultura em classes, por escrito. **Cadernos Cedes,** Campinas, v. 23, n. 61, dez. 2003. p. 378-397.

BUENO, Belmira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 11, jan./jun. 2002. p. 11-30.

CAIMI, Flávia Eloisa. **Processos de conceituação da ação docente em contextos de sentido a partir da Licenciatura em História**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8898/000590523.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 set. 2012.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora Unesp, 1999. – (Encyclopaedia). Características da educação moderna, p. 195-219.

CATANI, Denice; BUENO, Belmira; SOUSA, Cynthia. "O amor dos começos". Por uma história das relações com a escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 111, dez. 2000. p. 151-171.

CERRI, Luis; AMEZOLA, Gonzalo. Jovens brasileiros e argentinos diante da história – uma investigação intercultural sobre ensino e aprendizagem da história. In: **Segundo Congreso Nacional y Primer Encuentro Latinoamericano de Estudios Comparados en Educación**. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Estudios Comparados en Educación, 2007. p. 1-10.

CHAUÍ, Marilena. Notas sobre utopia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.60, p.7-12, jul. 2008. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v60nspe1/a0360ns1.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2012.

CHIN, K.; BARBER, Clifton. A multi-dimension exploration of teachers' beliefs about civic education in Australia, England, and the United States. **Theory and research in social education,** Washington, DC, v. 38, n. 3, p. 395-427, Summer, 2010.

DE ROSSI, Vera Lúcia Sabongi. Utopia é traição no círculo da emancipação? In: BITTENCOURT, Á. & CORBALÁN, A. (Dir.). **Américas y culturas**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2009, p.117-132.

EVANS, Ronald. Teacher conceptions of History revisited: ideology, curriculum and student beliefs. **Theory and research in social education**, Washington, DC, v. 18, n. 2, Spring, 1990. p. 101-138.

FERREIRA, Angela; PACIEVITCH, Caroline; CERRI, Luis Fernando. Identidade e decisões políticas de jovens brasileiros, argentinos e uruguaios. **Cultura Histórica & Patrimônio**, Alfenas, v. 1, 2012. p. 21-38.

FURTER, Pierre. **A dialética da esperança**: uma interpretação do pensamento utópico de Ernest Bloch. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GONZÁLEZ, Maria Paula. **Los profesores y la historia argentina reciente**: Saberes y prácticas de docentes de Secundaria de Buenos Aires. Tese (Doutorado). Departamento de Didáctica de la Lengua, de la Literatura y de las Ciencias Sociales, Universidad Autónoma de Barcelona. Barcelona, 2008.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

KRAMER, Sonia. Leitura e escrita de professores em suas histórias de vida e formação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 106, mar. 1999. p. 129-157.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.24, 1999. p. 227-250.

MESQUITA, Ilka Miglio de. **Memórias/identidades em relação ao ensino e formação de professores de História**: diálogos com fóruns acadêmicos nacionais. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000437014>. Acesso em: 23 fev. 2012.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de história: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PACIEVITCH, Caroline. **Responsabilidade pelo mundo: utopias político-educacionais na formação de professores de história em São Paulo e Barcelona**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.

PAGÈS, Joan. **El disseny, el desenvolupament del currículum i el pensament del professor**: el cas de l'experimentació del currículum de Ciències Socials del Cicle Superior d'EGB a Catalunya. 1993. 725 f. Tese (Doutorado). Departamento de Pedagogia Aplicada, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 1993.

PAIM, Elison Antonio. **Memórias e experiências do fazer-se professor**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000379547>. Acesso em: 23 fev. 2012.

PERES, Sebastião. A História nas novas bases curriculares da Educação Básica na Argentina, Paraguai e Uruguai. In: ZARTH *et. al.* (Org.) **Ensino de História e Educação**. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2004.

PIOZZI, Patrizia. Utopias Revolucionárias e Educação Pública: rumos para uma nova "cidade ética". **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, out. 2007. p. 715-735.

RICCI, Cláudia Sapag. **A formação do professor e o ensino de História**: espaços e dimensões de práticas educativas (Belo Horizonte, 1980/2003). Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../TeseClaudiaSapagRicci.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2012.

RÜSEN, Jörn. What is Historical Consciousness? - A Theoretical Approach to Empirical Evidence. Paper presented at **Canadian Historical Consciousness in an International Context**: Theoretical Frameworks, University of British Columbia, Vancouver, BC, 2001. Disponível em: <http://www.cshc.ubc.ca/pwias/viewabstract.php?8>. Acesso em: 20 abr. 2006.

SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, N. *et al.* **Dicionário de Política** - vol. 1. 13. ed. Brasília: Editora da UnB, 2008.

SETÚBAL, Maria Alice. Equidade e desempenho escolar: é possível alcançar uma educação de qualidade para todos? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 91, n. 228, maio/ago. 2010. p. 345-366.

SHIROMA, Eneida & EVANGELISTA, Olinda. A colonização da utopia nos discursos sobre profissionalização docente. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 02, jul./dez. 2004. p. 525-545.

TENTI FANFANI, Emilio. **La condición docente**. Análisis comparado de la Argentina, Brasil, Perú y Uruguay. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

VÁSQUEZ, Nelson. **La formación del profesorado de Historia en Chile**: La formación inicial y permanente de los educadores de la V región en el marco de la reforma educacional. Tese (Doutorado). Departamento de Didáctica de las Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Barcelona, 2004. Disponível em: <http://www.tdx.cat/handle/10803/1330>. Acesso em: 22 fev. 2012.

VILLAQUIRÁN, Tomás. **La enseñanza de la historia en la escuela básica venezolana**: visión del profesorado. Tese (Doutorado) - Departamento de Didáctica de las Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Barcelona, 2008. Disponível em: <http://www.tdx.cat/handle/10803/1337>. Acesso em: 22 fev. 2012.

ZAVALA, Ana; SCOTTI, Magdalena. (Comp.). **Historias de la enseñanza de historia**: relatos que son... teorías. Montevideo: CLAEH, 2005.

Recebido em 02 de agosto de 2014
Revisado em 09 de novembro de 2015
Aceito em 11 de novembro de 2015

DOI 10.5216/o.v15i2.36691

Emancipação e igualdade: uma genealogia crítica*

*Joan W. Scott***

Tradução:
*Ana Carolina Eiras Coelho Soares****

De alguma maneira deve ser suficiente perguntar:
Quem deve se emancipar?
Quem deve ser emancipado?
A crítica deve perguntar uma terceira questão:
Que tipo de emancipação está envolvida?

Karl Marx, Sobre a Questão Judaica de 1843.

Nós não devemos pensar
que dizendo sim para o sexo,
dizemos não ao poder;
Ao contrário,
este o acompanha ao longo do curso
previsto pelo consenso geral
da implementação da sexualidade.

Michel Foucault, História da Sexualidade, vol. I, de 1976.

---

* Leitura inaugural realizada no dia 07 de Novembro de 2012 por ocasião da posse da cadeira do Tratado de Utrecht na Universidade de Utrecht. Uma versão anterior deste ensaio foi publicada como "O desagradável relacionamento de Emancipação e Igualdade", na História do Presente, 2.2 (Outono 2012). Eu gostaria de agradecer os atenciosos comentários de Gail Bederman, Elizabeth Bernstein, Wendy Brown, Wendy Chun, Brian Connolly, Amy Kaplan, Kees-Jan van Klaveren, Angel Adams Parham, Jessica Sewell, Judith Surkis, Elizabeth Weed, and Jarrett Zigon.
(Nota feita pela autora e traduzida)

** Doutora em História, professora de Ciência Social no Instituto de Estudos Avançados em Princeton, New Jersey, EUA.
E-mail: jws@ias.edu

*** Doutora em História, professora da Universidade Federal de Goiás/Regional Goiânia (UFG), Goiânia, GO, Brasil. Bolsista FAPEG/CAPES em Estágio Pós-Doutoral no PPGAS da Universidade de Brasília (UNB), Brasília, DF, Brasil.
E-mail: hanaakif@hotmail.com

Emancipação é uma palavra complicada. De acordo com o Oxford English Dictionary, ela significa a suspensão das "restrições impostas por uma força física superior ou obrigação legal"[1]. A emancipação no direito romano se refere à libertação das mulheres e crianças do *patria potestas* – o poder patriarcal. Na lei civil inglesa, os católicos tiveram direito ao voto pela Lei da Emancipação Católica de 1829. Os escravos foram alforriados em 1863; os termos foram previstos na famosa Proclamação da Emancipação de Abraham Lincoln (Apesar de emancipação e alforria agora serem usados como sinônimos, na Roma antiga, a alforria referia-se especificamente aos escravos ou servos, e a emancipação aos membros da família). Figurativamente, a palavra se estendeu para o significado de liberação "intelectual, moral ou grilhões espirituais".[2] A questão aqui não é uma ação por um agenciador externo, mas uma mudança de consciência. Por exemplo, para o jovem hegeliano Bruno Bauer, escrevendo no início do século XIX, a emancipação judaica (cidadania) poderia vir somente quando os judeus renunciassem (livremente) ao Judaísmo como uma identidade pública. A Religião era antiética para o universalismo putativo do estado secular, e por esse motivo, ele acrescenta, o Estado deveria também renunciar ao Cristianismo. A cidadania requeria uma prévia recusa das obrigações particulares impostas pela religião; a emancipação das obrigações particulares era um pré-requisito para a admissão de uma comunidade universal do Estado[3]. Em ambas as definições, ser emancipado é livrar-se de algo, é poder seguir adiante sem nenhum obstáculo de nenhuma maneira, para desfrutar em alguma medida de pensamento livre ou movimento, partindo de uma situação de constrangimento para algum tipo de liberdade.

Historicamente, a palavra emancipação tem sido muitas vezes associada com liberação ou liberdade, mas não necessariamente com igualdade. Então, para os filhos ou esposas romanos, emancipação se parece mais frequentemente com deserdação do que com a possibilidade de assumir uma posição igual a de um pai ou marido. E enquanto católicos ingleses ganharam certos direitos civis no século XIX, eles mal adquiriram os privilégios econômicos e sociais desfrutados pelos membros da Igreja da Inglaterra. Apesar dos ex-escravos no período de reconstrução do pós-guerra civil na América serem vistos como donos da sua própria força de trabalho, eles não foram compreendidos como estando na mesma categoria que os trabalhadores brancos ou, no que importa, como cidadãos brancos. "Desse ponto de vista", escreve Saidiya Hartman, "a emancipação parece menos como o grande evento da libertação do que como um ponto de transição entre os modos de servidão e sujeição racial".[4] Os regimes legais do capitalismo industrial consideravam empregadores e trabalhadores como partes iguais dos contratos de trabalho, mas seus *status* sociais e econômicos nunca foram equivalentes. Similarmente, a aquisição do sufrágio das mulheres no século XX não apagou as linhas da diferença sexual que justificaram por muito tempo a negação de seus direitos ao voto. O que Deniz Kandioty escreve sobre o afrancesamento das mulheres na Turquia nos anos 1930, se aplica também às instâncias do Oeste da Europa: "As mudanças na Turquia deixaram praticamente intocadas as áreas mais cruciais das relações de gênero, assim como o padrão binário de sexualidade e uma definição primariamente doméstica do papel feminino. Nesse

sentido, é tentador descrever as mulheres turcas como emancipadas, mas não libertas."[5] E, se a Revolução Industrial rouxe mais empregos para as mulheres, elas não conseguiram com isso ganhar paridade econômica com os homens. Nem os movimentos de "conscientização" da segunda onda do feminismo inauguraram um novo regime de igualdade de gênero. Rose-Marie Lagrave argumenta que "o que caracteriza o século XX é mais um processo longo e lento da legitimação da divisão sexual da sociedade, que tem sido alcançado pela perpetuação ou reinvenção de formas sutis de segregação, tanto no sistema de ensino quanto no local de trabalho."[6] O final legal e/ou psicológico da subjugação não tem sempre se coadunado com a igualdade social ou econômica, ou mesmo política, tanto daqueles que já tiveram as rédeas do poder quanto daqueles que nunca foram submetidos a formas semelhantes de dominação.

Essa emancipação e igualdade não são resultados sinônimos da tensão clássica da teoria liberal entre os direitos formais e materiais. Esta foi a crítica de Marx ao ensaio de Bauer. Para Marx, como para Bauer, a questão judaica era o local, na formulação de Anne Norton, "onde o pós-iluminismo Europeu enfrentou o espectro da teologia na questão da cidadania."[7] Mas Marx abordou a questão mais geral de emancipação nestes termos : "O Estado abole, depois que se forma, as distinções estabelecidas pelo nascimento, posição social, educação, ocupação, quando se decreta que [essas] são distinções não políticas, que cada membro da sociedade é um parceiro igual na soberania popular ... Mas o Estado, mais ou menos, permite a propriedade privada, educação e ocupação, de agir à sua maneira, ou seja, como propriedade privada, educação, ocupação e manifeste a sua natureza particular. Longe de abolir essas diferenças efetivas, elas só existem na medida em que são pressupostas; é consciente de ser um Estado político e manifesta a sua universalidade apenas em oposição a esses elementos."[8] Em outras palavras é por meio da abstração que os indivíduos tornam-se iguais – mas apenas para o propósito limitado de associação política e legitimidade processual. A universalidade da soberania nacional depende de sua distinção das particularidades sociais. A igualdade perante a lei funciona abstraindo os indivíduos das relações de poder em que estão localizados. A extensão da emancipação de grupos previamente excluídos não altera as estruturas de dominação na esfera social. Em vez disso, naturaliza essas estruturas por relegá-las à sociedade civil, retirando-as como objetos de atenção política. Marx lembra aos leitores que "a supressão política da propriedade privada não só não aboliu a propriedade privada; na verdade pressupõe a sua existência."[9]

Indiscutivelmente, foi a noção de liberalismo do indivíduo abstrato que se confundiu com as definições de emancipação e igualdade, levando à conclusão de que, porque são considerados iguais perante a lei, os indivíduos são semelhantes em todas as áreas da vida. A base para essa semelhança tem variado entre os teóricos políticos e incluiu a dignidade, a empatia, a piedade, a capacidade de ser gentil uns com os outros, a razão, o autointeresse e a paixão. Atributos abstratos de algum traço universal como base para a semelhança individual; esta é uma necessidade ficcional da teoria política, historicamente os motivos para as inclusões e exclusões de cidadania.

Mas, como apontou Marx, a idéia do indivíduo como unidade da política também formou a visão da "sociedade civil" não politizada contraposta a ele. Aqui a noção de seres humanos como indivíduos "autossuficientes mônadas", em sua terminologia, não repousa

sobre a semelhança, mas sobre "a separação do homem segundo o próprio homem ... o direito do indivíduo circunscrito, voltado para si mesmo."[10] Ele cita a Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (de 1793), como um exemplo. A sua liberdade é o direito de fazer qualquer coisa que não prejudique os direitos dos outros; propriedade é "a aplicação prática do direito de liberdade."[11] É, como Marx observa, "o direito de autointeresse ... ..É levar cada um para ver em outros homens, não a realização, mas a limitação de sua própria liberdade". A igualdade é simplesmente o direito de exercer qualquer interesse; o resultado da busca é uma medida das habilidades das pessoas interessadas, não tem nada a ver com o que Marx chamou de "verdadeira emancipação humana" – isto é, a verdadeira liberdade e as comunidades não hierárquicas. "A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a um membro da sociedade civil, um indivíduo independente e egoísta, e, por outro lado, a um cidadão, uma pessoa moral."[12] Para Marx nem cidadania, nem a sociedade civil (o que hoje poderíamos chamar de social), poderia levar à "verdadeira emancipação." Em ambos os casos, a redução resultou em uma distorção, para Marx uma alienada e vazia espécie de igualdade.

Existe uma história ainda a ser escrita a respeito das representações do indivíduo como unidade social básica, os vários formatos do indivíduo abstrato da teoria política como um ser social e econômico em diferentes momentos no tempo. Marx associa a idéia política da igualdade formal com o conceito econômico de força de trabalho. Uma vez que os indivíduos são concebidos de forma abstrata, "todos os tipos de trabalho são iguais e equivalentes."[13]

No caminho dessa história do indivíduo abstrato, existiram objeções importantes e modificações: as identidades de grupo como fundamentais para a formação da subjetividade (classe, raça, etnia, gênero, sexualidade, religião) e assim um terreno para a mobilização política e representação política (partidos trabalhistas, quotas, pilares na Bélgica e nos Países Baixos, a lei sobre paridade na França); ideias de responsabilidade coletiva implementada nos estados de bem-estar; ação afirmativa (ou discriminação positiva) como um corretivo para a discriminação com base em estereótipos negativos; cooperação em vez da competição teorizada como um atributo humano básico. Mas o indivíduo permaneceu no centro do discurso liberal ocidental.

Os meados de 1970 marcaram o início de uma era de individualismo intensificada nas políticas neoliberais de Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos. Hoje em dia, na era da globalização, todos os aspectos da vida tornaram-se cada vez mais "marketizados" e o papel do Estado é reduzido a um protetor das forças do mercado e da autodeterminação individual. A sociedade está concebida para ser uma massa de indivíduos autorrealizados, suas fortunas uma reflexão de suas escolhas, a condição de suas vidas uma medida da responsabilidade que eles têm (ou não tem). Autodeterminação, uma vez que um termo associado com a emancipação de ex-colônias de regra imperial (e sua conquista da soberania nacional), agora faz parte do léxico da psicologia. "A teoria da autodeterminação" (SDT[14]), um campo relativamente novo da psicologia social, sustenta que a necessidade humana de "competência, autonomia e relacionamento" é "universal e inata." A autonomia, de acordo com os pesquisadores empíricos que definiram o campo, é o "impulso universal de serem agentes causais de sua própria vida e agir em harmonia com seu ser autointegrado."[15]

"A teoria da autodeterminação" oferece a fantasia do autodirecionamento individual moderno, secular, a teoria da política Ocidental como o ser humano universal, o modelo padrão para todo o comportamento civilizado. Nos fundamentos da psicologia evolucionista está a fantasia da biologia das espécies: a "seleção natural" do indivíduo moderno é considerada como sendo o resultado de um longo processo. A partir desta perspectiva, a emancipação não é uma questão de ser livre de impedimentos prévios, mas de compreensão de si mesmo nos termos da modernidade ocidental. Igualdade em seguida, significa não ser apenas a semelhança conferida pela abstração, mas a semelhança estabelecida por padrões psicológicos e comportamentais identificáveis.

A terminologia da emancipação e da igualdade é muito veiculada atualmente nas discussões sobre o lugar dos muçulmanos nos países historicamente cristãos seculares da Europa Ocidental. De certa forma, é uma reflexão do século XIX da "Questão Judaica" sobre a qual Marx escreveu seu famoso ensaio em resposta a Bruno Bauer. Os judeus se emanciparam (a isto é dado um reconhecimento político) como judeus ou como indivíduos? Eles eram uma entidade religiosa ou étnica? Será que todos os judeus necessariamente praticavam a religião que lhes era atribuída? Será que os seus compromissos religiosos excluíam a possibilidade de inclusão em um estado político supostamente neutro? Ou, na formulação do debate anterior durante a Revolução Francesa, eles estavam sendo tratados como indivíduos ou como "uma nação?[16] Se a questão, em seguida, foi sobre as causas da exclusão, hoje concentra-se sobre a necessidade de assimilação, sobre a disposição ou não dos muçulmanos para lançar aquilo que é referido como a sua "cultura", a fim de tornarem-se europeus (ou americanos ou australianos...).

Não foi apenas porque a religião era a antítese das políticas seculares das nações-estado-cristãs, afinal, que estas não apresentaram o mesmo dilema. Para fins de cidadania, que pudessem ser utilizados a partir da religião que eles continuaram a praticar, – mesmo que como foi no caso dos católicos franceses, não tenha sido a forma privatizada de consciência associada com o protestantismo – foi o status dos judeus como uma minoria longamente injuriada que importava. No curso do século XIX, a sua diferença religiosa foi cada vez mais colocada em termos raciais; e raça, como o sexo, eram vistos como não sendo suscetíveis à abstração necessária para a igualdade política considerada como subjacente à identidade nacional. Mesmo para judeus assimilados, a mácula da particularidade não desapareceu, como ficou evidente na França no Caso Dreyfus e demais casos, como em muitos outros países europeus, na década de 1930 e 40. Como o antropólogo Mayanthi Fernando argumentou sobre os muçulmanos seculares na França contemporânea, a diferença racial e/ou cultural continua a marcar como uma forma de demonstrar a universalidade do estado secular. Os especiais, incluídos ou excluídos, são necessários para uma definição da capacidade de existência do universal[17].

A "questão muçulmana" é uma versão da "questão judaica", mesmo como referência (pelo Papa, Angela Merkel, Nicolas Sarkozy e muitos outros) a uma tradição europeia judaico-cristã duradoura (com valores compartilhados, moralidades e práticas) tende a apagar a história longa e torturada do antissemitismo europeu. Norton aponta que "a recusa dos muçulmanos é marcada por um abraço simbólico (mas apenas simbólico) aos judeus... A recusa de um antissemitismo

se torna a ocasião para o outro... Neste caminho, o ódio torna-se o sinal necessário de amor." Não é que os judeus finalmente tenham obtido uma aceitação real, houve apenas uma "simples mudança de ódio"[18]." Hoje em dia, um Islã racializado (expresso na linguagem da "cultura") passou a deter o lugar uma vez atribuído aos judeus, por outro inassimilável, e os problemas que ele apresenta aos seus anfitriões europeus estão redigidos em termos semelhantes. A questão da religião como um obstáculo à emancipação permanece, embora assuma diferentes formas em diferentes países. No difícil discurso secular de funcionários públicos franceses, o Islã (como o judaísmo antes disso, mas, aparentemente não agora) é pensado para evitar a identificação com a comunidade política da nação. Em outros países, as acusações podem ser diferentemente formuladas. Mas na maioria dos casos, a emancipação se refere menos a algo conferido a temas merecedores por decreto legislativo (a remoção dos obstáculos à inclusão política), do que à qualidade e autodeterminação psicológica interna da livre-escolha de uma pessoa autônoma. Esta pessoa parece não ter relação alguma com as circunstâncias constitutivas da sua vida; ela/ele é uma ficção individual abstrata tomando forma.

É claro, a despeito do fato de que na teoria liberal é a abstração que cria os indivíduos (quaisquer que sejam os compromissos ou posição social), e isso faz da igualdade o único propósito de representação política, embora sempre tenha havido pré-requisitos. Inicialmente foi a conservação da propriedade pelos homens brancos como únicos indivíduos concebíveis; mais tarde uma masculinidade mais generalizada foi o critério. As diferentes histórias da extensão do sufrágio nos países da Europa Ocidental e os Estados Unidos demonstram os limites da abstração como um instrumento de uma mesma igualdade estritamente política. Pode servir como um ideal potente para grupos que reivindicam os direitos de cidadania, mas foi quase uma garantia de que as particularidades das suas diferenças seriam automaticamente exaltadas.[19] Por um lado, o discurso constituído da abstração do indivíduo permanece em suas concretudes físicas e antíteses, como corpos de mulheres, "o sexo", e negros indelevelmente marcados. Hartman, escrevendo sobre as possibilidades políticas para os ex-escravos nos EUA, se refere à "prisão da carne... a materialidade supostamente intratável e obstinada da diferença fisiológica."[20] Por outro lado, os termos de identidade nacional e os imperativos do capitalismo estabeleceram física ou culturamente pré-requisitos; apenas determinados tipos de pessoas foram elegíveis para a abstração que conferiu a cidadania.

Em certo sentido, então, a demanda atual de que os muçulmanos obedecem a certas regras de elegibilidade não é nova. O que é notável hoje são a natureza dessas regras e a forma como o vocabulário de emancipação e igualdade são empregados para articulá-las. A questão não é tanto conferir direitos aos muçulmanos ou para estender a igualdade desses moradores mais recentes dos países europeus, mas se eles estão psicologicamente suficientemente emancipados e/ou igualitários para serem elegíveis para a adesão plena e inclusão permanente. Nos discursos civilizacionais da Europa Ocidental a interiorização é considerada como sendo uma condição, não um estado de ser realizado, mas algo natural que simplesmente precisa ser revelado. Já não é a emancipação sobre a remoção de obstáculos legais ou impedimentos à liberdade. Também não é a igualdade a ser alcançada por meio da abstração das diferenças sociais ou outras. E nem emancipação nem igualdade são consideradas consequências da ação do Estado (embora elas sejam qualidades a prosperar nas democracias seculares). Em vez

disso, a emancipação e a igualdade são os traços que se presumem inerentes aos indivíduos, estabelecendo sua agência – a sua própria humanidade, e por isso a sua elegibilidade para a adesão da comunidade da nação.

Nessa visão, o Estado-nação democrático secular fornece apenas um contexto para o já emancipado, protegendo o seu exercício de autodeterminação. Mas não pode incutir essa qualidade em pessoas que não têm isso. De fato, a presença dos não emancipados constitui uma ameaça para a própria vida da civilização ocidental, uma ameaça que deve ser contida ou eliminada. Ayaan Hirsi Ali conta a história do assassinato de Theo Van Gogh e os ataques de 11 de Setembro de 2001, nos mesmos termos; em última análise, ela atribui as mortes e destruição não a um único assassino ou grupo de assassinos, mas como assassino o próprio Islã[21]. "O véu é uma operação terrorista", adverte o filósofo André Glucksmann, em 1994. "Usar o véu é um tipo de agressão", diz o presidente da França, Jacques Chirac, em 2003, na véspera da aprovação da lei que proíbe o uso do véu nas escolas estaduais.[22] Recentemente, a burca foi proibida em vários países, alegando que a mesma constitui uma ameaça para a segurança pública. Afinal, algumas feministas argumentam, "um véu pode esconder uma barba."[23] A implicação aqui é que não há uma ligação necessária entre a sexualidade "coberta" e a violência do terrorismo político.[24]

A associação de mulheres cobertas com véus com terroristas tem muitas implicações contraditórias. Por um lado, essas mulheres são retratadas como agressivas, o seu véu tomado como a bandeira de uma insurgência terrorista. Por outro lado, elas são moldadas como as vítimas de seus parentes homens, bárbaros que usam as mulheres para promover seus próprios fins. Em ambos os casos, o véu é considerado como sendo o último sinal da falta da emancipação dessas mulheres, de sua submissão forçada ou dispostas a uma cultura na qual um sistema desigual das relações de gênero prevalece. As chamadas para proibir lenços, véus e burcas estão todas pronunciadas em nome do direito natural das mulheres à autodeterminação e à igualdade entre os sexos.

No centro dessa concepção de ação humana está a visão da sexualidade liberada definida como a possibilidade de cumprir um desejo sem restrições, de atualizar livremente o ser sexual. É por meio da "satisfação sexual" que "o verdadeiramente humano" fica definido de acordo com Martha Nussbaum. Ela oferece sexo como medida universal da liberdade humana. Emancipação e igualdade então se referem exclusivamente à realização do potencial sexual de um indivíduo, a verdade interior do sujeito individual que Foucault identificou como uma concepção peculiarmente moderna. "Entre cada um de nós e nosso sexo, o Ocidente colocou uma demanda interminável de verdade: cabe a nós extrair a verdade do sexo, uma vez que esta verdade está além de seu alcance; cabe ao sexo nos dizer nossa verdade, uma vez que o sexo é o que a mantém na escuridão"[25].

A representação popular ocidental das mulheres muçulmanas as retrata como sexualmente reprimidas enquanto suas contrapartes ocidentais seculares são sexualmente liberais ("elas" estão presas em um passado do qual "nós" escapamos; "elas" não têm acesso à verdade que "nós" sabemos como descobrir). O foco está sobre as mulheres (e, em alguns países, também nos homossexuais) como a encarnação da libertação ocidental de um lado, e como vítimas de opressão islâmica no outro. Mulheres, uma vez "o sexo" as excluía da cidadania

pelos motivos expostos fundamentalmente – ainda como "sexo" – oferece agora os critérios de inclusão, na medida da sexualidade liberada, ironicamente, para a igualdade de gênero.

Ironicamente, porque esta igualdade normalmente não repousa sobre a noção de igualdade abstrata de indivíduos, mas precisamente na diferença entre as mulheres e os homens, sobre a complementaridade da heterossexualidade normativa. De fato, a igualdade na retórica de políticos frequentemente significa a igualdade das mulheres imigrantes, com mulheres francesas ou alemãs ou holandesas nativas, como ocorre entre as mulheres com relação às mulheres e aos homens. "Temos de assegurar que os direitos das mulheres francesas também se apliquem às mulheres imigrantes", disse Nicolas Sarkozy, então ministro do Interior em 2005[26]. Em sua opinião, esses direitos incluem não somente o aborto e o divórcio, mas também o "direito" de usar roupas sexys e dormir com homens que não são seus maridos. O foco na sexualidade liberada (seja hetero ou homossexuais) ecoa com a noção de desejo do consumidor como o motor do mercado e serve mais para chamar a atenção, longe das desvantagens econômicas e sociais que resultam de discriminações e formas estruturadas de desigualdade. Ao escrever sobre a França, Eric Fassin observou que "a igualdade é agora definida exclusivamente em termos de gênero, deixando fora assim, raça ou classe. Da mesma forma, a laicidade é essencialmente entendida como o secularismo sexual, na medida em que diz respeito às mulheres e à sexualidade, em vez de a separação entre Igreja e Estado nas escolas, como foi o caso da Terceira República, até os anos 1980[27]. Norton comenta que o prazer sexual é oferecido agora como redenção secular[28].

***

Em debates ocidentais contemporâneos sobre a questão muçulmana, o secular e o sexualmente liberado são sinônimos. (Em outra parte me referi a essa fusão como "sexularismo.").[29] De acordo com dois americanos conservadores que escrevem em 2003, o "verdadeiro choque de civilizações" é sobre "a igualdade de gênero e a liberalização sexual."[30] Nessas representações, as mulheres seculares são autônomas, livres para buscar seus desejos, em contraste com as mulheres muçulmanas, cuja sexualidade está, literalmente, sob envoltórios-confinados como é por roupas que escondem sua beleza e simbolicamente sinalizam seu status como subordinadas aos homens. O secular é apresentado como em consonância com as inclinações naturais de todas as mulheres, a islâmica como uma negação de sua feminilidade inata. Testemunhando perante a Comissão Stasi do governo francês (o organismo oficial que recomendou a proibição do véu islâmico em 2004), a psicanalista Elisabeth Rudinesco disse que achava que o véu interferia com um processo psicológico natural: a apreciação visual dos corpos das mulheres por homens trouxe naturalmente a feminilidade da mulher[31]. A Iraniana nascida, moradora em Paris, Chahdortt Djavann fez um trocadilho sobre a ortografia francesa sobre as palavras véus (*voile*) e estupro (*viol*) pronunciadas em francês. Usar o véu, ela disse, era uma forma de "mutilação psicológica, social e sexual." Isso nega a uma menina a possibilidade de "se tornar um ser humano."[32] A líder do grupo muçulmano secular, Ni Putes Ni Soumises, falou em termos semelhantes: "é melhor usar uma saia e assumir uma feminilidade do que escondê-la atrás de um véu, a fim de evitar os olhares alheios"[33]. Referindo-se a mulheres que

se recusam a usar o véu, um membro do grupo escreve como "tentam resistir para serem elas mesmas, continuando a usar roupas reveladoras, vestindo-se na moda, usando maquiagem... Elas querem viver na sociedade moderna, para existir como indivíduos, e para impor respeito pessoal em pé de igualdade com os homens jovens."[34] A primeira coisa a notar aqui, como Fernando observa, é a maneira pela qual essas declarações "naturalizam um modo particular de feminilidade, para que, vestindo roupas reveladoras, venham a ser contemporâneas com o acesso ou o cumprimento de suas qualidades naturais e desejos como mulher e indivíduo."[35] Saias curtas, blusas decotadas e maquiagem são tomados como sinais de agência autônoma, "ser você mesmo", coloca as jovens em "pé de igualdade" com os seus pares masculinos. Este é o tipo de igualdade apontado por esses republicanos linha-dura que oferecem a sedução como um aspecto definidor da identidade nacional francesa, "uma forma particular de igualdade", nas palavras do filósofo Philippe Raynaud; "*Française singularité la*", de acordo com o historiador Mona Ozouf.[36] O que isso significa é o aval de uma complementaridade assimétrica entre os sexos em que as mulheres são os objetos do desejo masculino; o poder que eles têm advém da sua capacidade de manipular esse desejo para "subordinar um de seus fins pessoais ... o consentimento amoroso" para o sexo masculino.[37] Autonomia individual para as mulheres é então paradoxalmente, a opção de submeter-se a seu destino anatômico. (O destino anatômico é realizado através de escolhas do consumidor normativo, que por sua vez, naturaliza a feminilidade do consumidor.) Em alguns países (nomeadamente a Holanda) a lógica se estende aos homossexuais, que se diz ser liberado pelo secularismo a perceber a verdade de si mesmo como indivíduo. Esta verdade é atribuída ao sexo e do sexo com a natureza é, eu diria, um efeito da ideologia ou do que Foucault chamou subjetivação.

Neste contexto é útil voltar a um dos volumes da História da Sexualidade para uma visão crítica do discurso atual de liberação sexual. Nesta obra, Foucault argumentou que a ideia de que o sexo tinha sido reprimida durante muito tempo serviu não só para sua naturalização, mas para a sua configuração como a antítese do poder e não como o que de fato foi – um instrumento de poder. "O que eu quero tornar aparente", explicou a alguns entrevistadores, "é que o objeto "sexualidade" é, na realidade, um instrumento formado um longo tempo atrás, e que tem constituído um aparelho de sujeição secular."[38]

Ele colocou desta forma na História da Sexualidade: "A sexualidade não deve ser descrita como uma unidade inflexível por natureza alheia e, necessariamente desobediente a uma força que se esgota tentando subjugá-la e muitas vezes não consegue controlá-la totalmente. Parece bastante como um ponto de transferência especialmente densa para as relações de poder."[39] A explosão de discussões da sexualidade (e do sexo que se presume orientando) estabeleceu-se como objeto de conhecimento e, assim, de regulação. Neste discurso "a conduta sexual da população era ao mesmo tempo um objeto de análise e um alvo de intervenção."[40] Sexo era, Foucault escreve, "o meio de acesso tanto da vida do corpo e a vida das espécies."[41] No Ocidente desde o século XVIII, o sexo tem sido oferecido como a resposta para quem e o que somos. Nós fomos levados quase que inteiramente - "nossos corpos, nossas mentes, nossa individualidade, nossa história – sob o domínio de uma lógica de concupiscência e desejo."[42] No processo, o sexo se tornou a base para a regulação do estado das populações, a

disciplinarização dos corpos, a vigilância de crianças e famílias, as distinções entre o normal e o perverso, e a classificação das identidades.

Para Foucault, a emancipação genuína envolveria um "verdadeiro movimento de dessexualização", uma recusa a serem encurralados para o sexo como a chave para a identidade. Por esta razão, ele considerou os movimentos de libertação das mulheres de terem "muito mais vastos tipos econômicos, políticos e outros objetivos que os homossexuais" movimentos de libertação porque poderiam mais facilmente se recusarem à "centralização sexual do problema."[43] Enquanto os movimentos homossexuais não tinham escolha, uma vez que era a sua "prática sexual foi atacada, barrada, e desqualificada como tal," a necessidade de limitar as suas reivindicações à sua especificidade sexual tornou muito mais difícil escapar da "armadilha" do poder. "Corpos e prazeres", umas formulações intencionalmente vagas, era a alternativa de Foucault para as políticas de identidade que tomaram forma como consequência da ciência do sexo e sexualidade. Foucault se recusou a detalhar positivamente a emancipação; a questão era negá-la: para ser emancipado a partir do sexo e não ser definido por ele.

Nada disso mudou muito desde que Foucault escreveu, embora os tipos de regulação e a definição de normas tenham sido adaptados (em torno de questões de assédio sexual, o aborto, a contracepção, o HIV / AIDS, o casamento gay e adoção, e similares) de maneira diferente, dependendo dos resultados das campanhas e concursos específicos, em diferentes países do Ocidente. Eu não quero negar a importância das reformas que foram instituídas, mas quero lembrar-nos de uma dimensão da qual às vezes nos esquecemos. Os debates sobre estas questões, e as reformas deles decorrentes, intensificaram a apreensão da "lógica da concupiscência e desejo" no imaginário ocidental moderno, na política, tanto da direita como de esquerda.[44] Se os evangélicos argumentam que o sexo deve ser apreciado apenas em casamentos heterossexuais monogâmicos ou secularistas, insistir que o sexo é a última atividade recreativa, se a prostituição é considerada uma atividade criminosa ou apenas outra forma de trabalho assalariado, o sexo continua a ser "um ponto de transferência densa para as relações de poder" no discurso emancipatório Ocidental.[45] O significado de democracia inclui agora "democracia sexual", geralmente entendida, paradoxalmente, como o reino livre de desejo individual dentro das restrições normativas não reconhecidas como tal. As restrições normativas são obscurecidas por defini-las em oposição a algum excesso: estupradores predatórios em guetos urbanos e milícias africanas; traficantes de sexo; polígamos; promíscuo (em comparação com os homens gays monogâmicos); crimes de honra, mutilação genital. Os excessos são em dois sentidos: excesso de indulgência sexual de um lado, e repressão sexual do outro. No caso muçulmano, os homens ao mesmo tempo são a personificação do excesso sexual (poligamia, estupro de filhas e irmãs em não conformidade com as regras morais) e os veículos para a repressão sexual de mulheres e homossexuais (apedrejamento, crimes de honra, forçado uso de véus e burcas, prisão e assassinato de homens gays e mulheres). Estas representações negativas oferecerem um contraste "não natural" para o que é considerado "natural" e, portanto, inquestionável. De forma que, como nos casos franceses citados anteriormente, mulheres "liberadas" são esperadas para estarem em conformidade com normas estabelecidas que torne a exibição do seu corpo uma demonstração da atração "natural" de feminilidade para o sexo oposto. E nos Países Baixos, onde o casamento gay é legal desde 2001,

o comentário de Pym Fortuyn sobre gostar de foder meninos marroquinos sem interferência de líderes religiosos atrasados se destaca como um convite à tolerância (a homossexualidade), enquanto sua ênfase sobre a disponibilidade de corpos morenos, articulados na língua do orientalismo colonial, é normalizada no processo.[46] Semelhantemente, em Israel, uma campanha de relações públicas para promover Tel Aviv como destino de turismo *gay*, uma "lavagem cor-de-rosa" como seus críticos chamam – procura identificar Israel como uma nação tolerante moderna (ocidental) (suprimir qualquer menção da violência diária cometida contra palestinos e da condenação da homossexualidade rabínica ortodoxa), em contraste com o resto do Oriente Médio, sobre o qual Benjamin Netanyahu disse no Congresso dos Estados Unidos que era "uma região onde as mulheres são apedrejadas, *gays* são enforcados, e os cristãos são perseguidos"[47]. Norton comenta que a tolerância aos homossexuais se torna "uma licença para a intolerância aos muçulmanos"[48].

A leitura incisiva de Stefan Dudink deste discurso (ele escreve no contexto holandês, mas seus comentários podem se estender a muitos outros lugares, incluindo o exemplo de Israel que citei) aponta para a forma como a homossexualidade tem sido tanto racializada quanto naturalizada. Tomando a homossexualidade como um fato biológico, em vez de uma categoria cultural, pode-se incorporá-la como uma característica da identidade nacional: estas pessoas (desde que a ofensa de dirija a "outros") agora são consideradas membros da raça em que a nação se baseia. Desta forma, a homossexualidade opera em discurso nacionalista contemporâneo para dar "a nação e sua identidade um verniz brilhante do pluralismo, do liberalismo, e da progressividade ..."[49].

A retórica nacionalista centrada em torno da homossexualidade promete entregar à nação o que é mais evasivo: identidade. E melhor ainda, quando combinado com a narrativa de sair, uma retórica nacionalista da homossexualidade mantém a promessa de uma nação encontrando e se tornando uma jornada, que de uma maneira requintada, combina prazer com dor. Este é o material do qual as nações são feitas[50].

O argumento de Dudink ressoa com a crítica da sexualidade de Foucault: indivíduos (sexuados) são formados pelas operações do poder. Não há indivíduo autodeterminante. Foucault insiste, só existe a fantasia de autodeterminação. É por isso que ele se refere não a indivíduos, mas a sujeitos. A fantasia da individualidade autônoma é uma forma de negar a força constitutiva de normas culturais. Ou, como Saba Mahmood coloca, há um "paradoxo da subjetivação": "os próprios processos e condições que fixam a subordinação do sujeito também são os meios pelos quais ela se torna uma identidade autoconsciente e agente."[51] A individualidade não é uma capacidade intrínseca, é o que é atribuído a sujeitos; "'Agência'" é o produto de tradições discursivas autoritárias cuja lógica e poder excede em muito a consciência dos indivíduos que o possibilitam"[52]. Isso envolve o contundente, às vezes violento, disciplinamento do corpo, mente e alma. Isto é verdade tanto para as mulheres seculares quanto as religiosas, embora os termos sejam diferentes. Mahmood analisa a agência das mulheres muçulmanas devotas desta perspectiva; a realização de um ato envolve a submissão à autoridade externa sob a forma de "códigos morais que convocam [ela] para constituir-se em acordo com [suas/seus] preceitos"[53]. Para Nilüfer Göle, a religião se torna um modo de automoldagem para aqueles que "tentam restaurar a piedade para a vida moderna;" vestido de

modéstia e decoro são os meios pelos quais um eu desejável é aprovado. Mulheres seculares não são menos subjetivadas, Göle nos lembra.[54] "Autossecularização significa um conjunto de práticas corporais a serem aprendidas, ensaiadas e realizadas, que vão desde formas de vestir (e despir), conversando e socializando com os homens a promulgação em público. As moradias seculares não se transmitem "naturalmente" e implicitamente, mas, pelo contrário, tornar-se parte de um projeto da modernidade e da política requer [para quem vem de fora] assimilação e "aculturação" à cultura ocidental"[55] A particularidade desta cultura ocidental se tornou mais visível, Göle sugere, nas disputas acalorados sobre o vestir apropriado para as mulheres nas ruas de cidades europeias. "O Islã fornece um repertório alternativo para a autoconfecção e autocontenção por meio de práticas disciplinares, que variam da supervisão dos imperativos da fé e controle da sexualidade, tanto na mente quanto no corpo."[56] Ela continua, "o véu islâmico, quando ele não é imposto às mulheres pelo poder do Estado ou da pressão comunitária, e exprime as trajetórias pessoais das mulheres e sua piedade autoformada, apresenta uma visão crítica da interpretação secular da emancipação das mulheres."[57] Esta é uma crítica que os defensores de um choque de civilizações se recusam a reconhecer, insistindo que a autodeterminação existe apenas no lado secular.

Sara Farris sugere que há outra dimensão importante da insistência na assimilação das mulheres muçulmanas aos padrões sexuais ocidentais. Não só o capitalismo exige o desenvolvimento de sua capacidade para o consumismo sem fim (e, portanto, um conceito como indivíduos livres das restrições comunitárias que inibem o cumprimento de seu desejo), ele também insiste em sua forma de pensar em si mesmas como mercadorias, mostrando o que elas têm para se venderem. Citando o trabalho de Alain Badiou e Frantz Fanon, a autora conclui que "a ênfase no desvelamento das mulheres muçulmanas na Europa... combina... com o permanente sonho ocidental masculino da 'descoberta' da mulher do inimigo, ou do colonizado, e a demanda para acabar com a incongruência de corpos femininos escondidos como exceções à lei geral segundo a qual estes se devem fazer circular como "moeda corrente"[58] Podemos estender essa visão para a tolerância da homossexualidade: desejando indivíduos, independentemente de sua sexualidade a tornarem-se melhores consumidores – seus gostos particulares podem ser traduzidos em nichos de mercado lucrativos e a mercantilização de seu (uma vez inaceitável) desejo de atestar a capacidade de expansão infinita e a adaptabilidade dos mercados.[59]

O mercado é crucial nos dias de hoje, escreve Kiarina Kordela, misturando Marx e Lacan, não apenas como um veículo econômico, mas como uma fonte de garantia psíquica. Consumismo-shopping – tornou-se o que ela chama uma forma de "gozo excedente", que "une-se à imortalidade", "apenas como mais-valia para o capital próprio adjacente"[60]. "Como mais-prazer permite o infinito até conquistar a vida, compras, embora central, é apenas um dentre muitos de mecanismos biopolíticos. Neste caso, uma máquina de frustração – por meio da qual a ilusão da imortalidade pode ser sustentada." Em um mundo secular, o supremo prazer – a interminável busca da última instância insaciável desejo – serve como "compensação pela perda da eternidade."[61]

Ao considerar uma vez que a biorreprodução pode ter servido para estes fins de assuntos seculares (os filhos já foram sua posteridade), cada vez mais a busca do desejo tomou o seu lugar.

***

O que devemos fazer com o fato de que a retórica da democracia a serviço do capital global inclui agora a linguagem da emancipação sexual e sua equação imaginada com igualdade de gênero? Deixando de lado as evidências em contrário (a história do secularismo não é uma história de igualdade de gênero, as mulheres nos países do Ocidente ganham salários mais baixos do que os homens e não têm nenhum lugar próximo à paridade na representação política. A violência doméstica contra as mulheres é galopante; o assédio sexual é um fato da vida para muitas mulheres no trabalho, na escola e na rua, como a efusão de depoimentos de mulheres na esteira do caso de Dominique Strauss-Kahn tão eloquentemente demonstrada; assimetrias de poder caracterizam as relações sexuais de mulheres e homens, como a teoria psicanalítica há muito nos disse; a homofobia virulenta atribuída aos muçulmanos é evidente em muitos dos países do Ocidente, para não falar do Vaticano e das Nações Unidas. O acesso das mulheres à contracepção e ao direito ao aborto está sendo seriamente desafiado por fundamentalistas cristãos nos Estados Unidos e em outros lugares; e na laica França no outono de 2011, mais de uma centena de deputados (católicos) e senadores tentaram eliminar os estudos de gênero e sexualidade do currículo escolar, porque, argumentavam, "gênero" desafia a idéia da heterossexualidade normal) – deixando tudo isso de lado, eu acho que nós precisamos perguntar qual trabalho essa linguagem está fazendo.

É claro que alguns dos trabalhos têm a ver com a racial e cultural "alteridade" de muçulmanos e a normalização e naturalização da "nossa" maneira laica de vida ocidental. Alguns têm a ver com o obscurecimento da influência contínua de princípios morais cristãos na política, ostensivamente seculares. Alguns têm a ver com a cooptação dos ideais dos movimentos sociais (e de fato dos próprios movimentos sociais) no serviço das agendas nacionalistas conservadoras. Mas há ainda outra maneira que eu quero colocar a questão: eu quero perguntar o que os conceitos de emancipação sexual e igualdade de gênero fazem, quando definidos quase exclusivamente como qualidades interiores – como pré-requisitos para a admissão à plena cidadania e revelar os termos do discurso civilizacional Ocidental atual e os apelos à teoria liberal.

O que me interessa na implantação da retórica da emancipação e igualdade é a maneira pela qual o desejo sexual tem sido apontado como a característica universal que define o humano, superando outros atributos, como a fome, a espiritualidade, ou a razão. É claro, o sexo tem sido considerado como um atributo dos seres humanos e a sua gestão tem sido um dilema persistente para os modelos da (geralmente do sexo masculino) autogovernança de Agostinho a Rousseau, Freud e outros. A razão foi o instrumento dos filósofos iluministas para a autodisciplina, como foi para as classes empresariais e políticas no século XIX. Cada vez mais, ao longo do século passado, esses apelos à razão foram substituídos por chamadas à libertação do desejo sexual – o desejo que uma vez teve de ser suprimido porque confundia

as mentes dos homens, a paixão que teve de ser excluída do público, da Arena, na forma do corpo das mulheres. Isto foi retomado por um discurso civilizacional que considera os mais capazes de agir e realizar seus desejos (sempre dentro dos limites normativos que eu acima discuti) como os mais adequados para a cidadania; aqueles, em que tal ação é regulada ou suprimida por uma interdição cultural estrangeira, não são elegíveis. No lugar da igualdade dos indivíduos abstratos (historicamente codificados como masculino) agora temos a igualdade dos indivíduos sexualmente ativos (representada por uma figura feminina ou feminizada); a agência está localizada não na mente racional, mas no corpo desejante,[62] corpos que desejam ter uma materialidade que a razão abstrata não tem. Mas o sexo como denominador comum natural para o ser humano, como a razão, ainda permite a abstração dos determinantes sociais conscientes e aspectos materiais – e também, é claro, se pensarmos psicanaliticamente, a partir de todas as influências (culturais, familiares, sociais, econômicas, políticas, jurídicas, religiosas ...) que são (fantasmaticamente) incorporadas aos aspectos inconscientes do próprio desejo. A autodeterminação sexual é tanto uma fantasia como uma autodeterminação racional, mas há uma diferença: uma implica numa infinidade de decretos, a outra numa única medida de desempenho. Enquanto o sexo é sinônimo de excesso e prazer, a razão conota disciplina e controle. (São precisamente essas qualidades uma vez valorizadas como expressões de racionalidade – regulação e controle disciplinado do "*self*" – que agora são depreciadas como instrumentos repressivos de fundamentalismo islâmico, assim como os muçulmanos são descritos como terroristas sanguinários, a quem falta moralidade e compaixão.)

A retórica da emancipação sexual e igualdade de gênero, mais evidente nos debates sobre a "integração" dos muçulmanos para as nações da Europa Ocidental é sintomática de uma mudança maior na representação do discurso civilizacional do humano. Como eles são usados no discurso predominante, emancipação e igualdade trazem uma lógica de mercado explícita para a esfera política: a força de trabalho é substituída pelo poder sexual e o discurso de emancipação sexual tem pouco a ver com o mandato reprodutivo, geralmente associado a casais heterossexuais. Os seres humanos são os sujeitos e objetos de desejo, ao mesmo tempo consumidores e commodities, naturalizados como tal. A despolitização do social, que tanto preocupou Marx, agora se estende à esfera da política, na qual o desejo impera, mesmo que seja a motivação para atores racionais. A diferença entre ação motivada pela razão e ação motivada pelo desejo é crucial aqui; é a diferença entre a política e o mercado. O estado não é mais o regulador, mas o facilitador das interações dos indivíduos que desejam. O sinal de sua emancipação é a liberdade de promulgar e procurar realizar seus desejos (em termos de variedades de prazeres e gostos), em qualquer mercado em que lhes é permitido.[63] Não há mais garantia de igualdade de gênero social, ou de outra forma – esta definição de política como havia antes. Igualdade refere-se apenas à possibilidade que cada indivíduo tem (sem qualquer consideração social e/ou limites psicológicos) de agir sobre o seu desejo. E o que conta como ação libertada é medida nos termos ocidentais idealizados. Além disso, enquanto normas sexuais permanecem no local, incluindo a idéia de que certas formas de sexualidade são a expressão imutável da verdade do ser individual, é difícil, se não impossível, desafiar a discriminação social e econômica que continua a ser legitimada nesses termos. Novamente, é útil citar aqui Norton, "liberdade sexual", diz ela (referindo-se Pym Fortuyn, mas em um

comentário que é de aplicação mais geral), "não se tornou uma metonímia para a liberdade política, mas um substituto" para ela.

***

Eu venho sugerindo que a implantação da linguagem da emancipação sexual e igualdade de gênero, para descartar reivindicações muçulmanas de reconhecimento como membros de pleno direito a estados-nação da Europa Ocidental em que tantos têm agora por tanto tempo residido, precisa ser simplesmente não ler como Islamofobia (que é certamente), mas possui uma maior ressonância. A substituição do desejo sexual pelo raciocínio abstrato substitui o funcionamento da mente pela materialidade do corpo, o indivíduo abstrato torna-se pulsante, pessoa luxuriosa. Mas se a substituição parece trazer o social no campo da política (como a linguagem da emancipação e igualdade sugere), isso não acontece. Pelo contrário, ela introduz outra qualidade humana universal (o impulso sexual, as identidades sexuais) que é entendida como ser pré-social, e cuja satisfação não é nem uma questão relativa (definida historicamente e culturalmente), nem um tema em aberto para contestar. Há apenas um caminho para a satisfação: o referido a prevalecer nas modernas democracias seculares do Ocidente, mesmo que nesses países o que conte como satisfação tenha tomado muitas formas diferentes e mesmo contraditórias. Porém, contradições são eliminadas quando o Ocidente é comparado com o Oriente, o cristão laico com o religioso muçulmano. Quando emancipação e igualdade são tidas como sinônimos e definidas como manifestações de um desejo sexual individual universal, eles não são diferentes de igualdade política formal. Aqui podemos voltar a uma versão da crítica de Marx: eles são instrumentos para a perpetuação da desigualdade e subordinação de populações minoritárias desfavorecidas, para a sua marginalização contínua nas chamadas democracias do Ocidente.

Aqueles de nós comprometidos com a realização de alguma forma de democracia sexual – a noção de que muitas formas de prática sexual são aceitáveis, e de fato normais, – precisam atender a essa genealogia crítica. A questão que eu deixo com vocês é: como conseguir essa noção nos contextos em que estão sendo implantados para alcançar fins que não só discordamos, mas deploramos?

Notas

1 The Compact Edition of the Oxford English Dictionary, NY: Oxford University Press, 1971. Volume I, p. 848.

2 Ibid.

3 Bruno Bauer, "Die Judenfrage," (1943), cited in Karl Marx, "On the Jewish Question," in Robert C. Tucker, ed. The Marx-Engels Reader. Second Edition NY: W.W. Norton 1978, p. 26-30.

4 Saidiya V. Hartman, Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America. NY: Oxford University Press, 1997, p. 6.

5 Deniz Kandioyti, "Emancipated but Unliberated? Reflections on the Turkish Case," Feminist Studies 13:2 (Summer 1987) p. 324

6 Rose-Marie Lagrave, "A Supervised Emancipation," in Georges Duby and Michelle Perrot, A History of Women in the West. 5 vols. Cambridge Mass: Harvard University Press, 1994, vol. 5, p. 453.

7 Anne Norton, On The Muslim Question, unpublished MS (forthcoming from Princeton University Press), Introduction, p 1. All page references are to the unpublished manuscript.

8 Marx, "On the Jewish Question," p. 33.

9 Ibid.

10 Ibid, p. 42. (Ênfase no original)

11 Ibid. (Ênfase no original)

12 Ibid, p. 46 (Ênfase no original)

13 Karl Marx, Capital, translated by Samuel Moore and Edward Aveling, edited by Frederick Engels. N.Y.: The Modern Library, 19__, p. 69.

14 Em inglês: "Self-determination theory". (Nota da tradutora).

15 E. Deci and R. Ryan, eds. Handbook of Self-Determination Research. Rochester NY: University of Rochester Press, 2002; Bald de Vries and Lyana Francot, "Information, Decision and Self-Determination: Euthanasia as a Case Study," 2009. 6:3 SCRIPTed 558, http://www.law.ed.ac.uk/ahrc/script-ed/vvol6-3/devries.asp (accessed on 8/1/2011. See also the entry in Wikipedia for "self-determination theory." http://en.wikipedia.org/wiki/self-determination_theory (accessed on 8/1/2011)

16 Comte Stanislas de Clermont-Tonnerre, cited in Esther Benbassa, The Jews of France: A History from Antiquity to the Present. Trans. M.B. DeBevoise. Princeton: Princeton University Press, 1999, p. 81.

17 Mayanthi Fernando, "Exceptional Citizens: Secular Muslim Women and the Politics of Difference in France," Social Anthropology/Anthropologie Sociale, 17:3 (2009), p. 390.

18 Norton, On the Muslim Question, chapter 9, p. 8.

19 Wendy Brown, States of Injury: Power and Freedom in Late Modernity. Princeton: Princeton University Press, 1995, p. 133-134.

20 Hartman, Scenes of Subjection, p. 57

21 Ayaan Hirsi Ali, Infidel. NY: Free Press, 2007.

22 André Glucksmann, L'Exprès 1994, cited in Thomas Deltombe, L'Islam Imaginaire: La Construction Médiatique de l'Islamophobie en France, 1975-2005. Paris: La Découverte, 2005. Jacques Chirac, cited in Deltombe, Ibid, p. 347.

23 Anne Vigerie and Anne Zelensky, "Laïcardes' pusique féministes," ProChoix 25 (Summer 2003), p. 12.

24 Aqui os comentários de Norton sobre a questão judaica são pertinentes: "Era característico da questão judaica, na sua forma prática e histórica, que os judeus fossem marcados como uma ameaça política, mesmo quando estavam sujeitos a ataques políticos; marcados como o mal, apesar da

conduta contra eles, testemunharam a falha do sistema de ética que os havia abandonado". On the Muslim Question, ch 9, pp 7-8.

25 Michel Foucault, The History of Sexuality, Volume I: An Introduction. NY :Vintage Books, 1980, p. 77.

26 Nicolas Sarkozy, "Convention sur l'immigration–Une immigration choisie, une intégration réussie." Address to the convention of the Union for a Popular Movement (UMP), June 9, 2005. Nicolas Sarkozy (blog), http://www.sarkozyblog.com/2005/immigration-une-immigration-choisie/. I am grateful to Eric Fassin for this reference. See also Fassin, "La démocratie sexuelle et le conflit des civilisations," Multitudes 26 (Fall 2006), p. 123-31.

27 Eric Fassin, "National Identities and Transnational Intimacies: Sexual Democracy and the Politics of Immigration in Europe," Public Culture 22:3 (Fall 2010), p. 513.

28 Norton, On the Muslim Question, ch 3, p. 5.

29 Joan Wallach Scott, "Sexularism: On Secularism and Gender Equality," in Scott, The Fantasy of Feminist History. Durham, NC: Duke University Press, 2011, p. 91-116.

30 Ronald Inglehart and Pippa Norris, "The True Clash of Civilizations," Foreign Policy 135 (2003), p. 65.

31 Roudinesco's testimony is in Jean-Louis Debré, La laïcité à l'école: Un principe républicain à réaffirmer. Rapport No. 1275, 2 vols. Paris: Assemblée Nationale, 2003), vol 2, p. 52.

32 Cited in ProChoix Nos. 6-7 (Autumn 2003), p. 103-4

33 Mayanthi Fernando, On the Muslim Question: Anxieties of the Secular Republic unpublished manuscript. Chapter 4, p.52

34 Ibid.

35 Ibid.

36 Philippe Raynaud, "Les femmes et la civilité: aristocratie et passions révolutionnaires", Le Débat, vol. 57, novembre – décembre, 1989, p. 182; Mona Ozouf, Les Mots des femmes : Essai sur la singularité française, Paris, Fayard, 1995.

37 Mona Ozouf, "A propos du 'Consentement Amoureux': Les douces lois de l'attraction", Le Nouvel Observateur, 26 novembre, 1998, p. 164.

38 Michel Foucault, "The Confession of the Flesh," in Colin Gordon, ed. Michel Foucault, Power/ Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977. NY: Pantheon Books, 1970. p. 219.

39 Foucault, History of Sexuality Volume I, p. 103

40 Ibid, p. 26

41 Ibid, p. 146.

42 Ibid, p. 78.

43 Foucault, in Power/Knowledge, p. 220.

44 É irônico que a própria crítica de Foucault forneceu a inspiração para a produção de mais e mais estudos sobre sexo e sexualidade, alimentando-se a noção de centralidade do sexo como um fenômeno natural. (Nota feita pela autora e traduzida).

45 Veja por exemplo: Elizabeth Bernstein, "The Sexual Politics of the 'New Abolitionism,'" differences 18:3 (2007), p. 128-151; Bernstein, Temporarily Yours: Intimacy, Authenticity, and the Commerce of Sex. Chicago: University of Chicago Press, 2007; Dagmar Herzog, Sex in Crisis: The New Sexual Revolution and the Future of American Politics. NY: Basic Books, 2008; Carole Vance, "States of Contradiction: Twelve Ways to Do Nothing About Trafficking While Pretending to," Social Research 78:3 (Fall 2011), p. 933-45.

46 Peter van der Veer , "Pym Fortuyn, Theo Van Gogh, and the Politics of Tolerance in the Netherlands," Public Culture 18 (2006), p. 120.

47 Sarah Schulman, "Israel and 'Pinkwashing'" New York Times November 22, 2011.

48 Norton, On the Muslim Question, ch 3, p. 12.

49 Stefan Dudink, "Homosexuality, Race, and the Rhetoric of Nationalism," History of the Present 1:2 (2011), p. 262-263.

50 Ibid. O trabalho pioneiro nesta area é de George Mosse, Nationalism and Sexuality: Respectability and Abnormal Sexuality in Modern Europe. NY: Howard Fertig, 1985. É interessante pensar sobre Dudink's comments on homosexuality in the light of Lee Edelman's No Future: Queer Theory and the Death Drive (2004). Como é que a retórica nacionalista que se localiza a criança simbólica (fruto do casal heterossexual) como a encarnação do destino da nação, se encaixa com o que Dudink diz sobre os homossexuais e identidade nacional? Recentemente, é claro, o abraço do matrimônio e da família por casais gays os encaixa na narrativa reprodutiva. Mas, a partir de uma perspectiva histórica, estão Dudink e Edelman em desacordo sobre esta questão? (Nota feita pela autora e traduzida).

51 Saba Mahmood, The Politics of Piety. Princeton: Princeton University Press, 2004, p. 17.

52 Ibid, p. 32.

53 Ibid, p. 28.

54 Nilüfer Göle, "Manifestations of the Religious-Secular Divide: Self-State and the Public Sphere," in Linell E. Cady and Elizabeth Shankman Hurd, eds. Comparative Secularisms in a Global Age. NY: Palgrave Macmillan, 2010. p. 49-50.

55 Ibid. p. 48

56 Ibid. p. 49

57 Ibid. p. 50

58 Sara Farris, "Femonationalism and the 'Regular' Army of Labor Called Migrant Women," History of the Present, 2:2 (Fall 2012), p. 196.

59 Alexandra Chasin, Selling Out: The Gay and Lesbian Movement Goes to Market. NY: Palgrave, 2000; David Harvey, "Neoliberalism as Creative Destruction," Annals of the American Academy of Political and Social Science, Vol. 610 (March 2007), p. 31. Ver também, Lisa Rofel, Desiring China: Experiments in Neoliberalism, Sexuality, and Public Culture. Durham, NC: Duke University Press. Ela escreve: "Se o poder socialista é operado no terreno da" consciência, o "poder pós-socialista opera no espaço do" desejo". (6) Na nova China, como em outros lugares, tolerância inclui" o "direito" da homossexualidade a existir junto com o direito de todos os desejos para florescer. "(24) (Nota feita pela autora e traduzida).

60 A. Kiarina Kordela, "(Psychoanalytic) Biopolitics and Bioracism," in Umbr(a) (2011), p. 19. Ver também, a sua obra "Consent Beyond Ideology: (Marxian-Psychoanalytic) Biopolitics," forthcoming in differences, 24.1 (Spring 2013).

61 Ibid.

62 Foucault, lecture of 25 January 1978,

«On pourrait dire aussi que la naturalité de la population apparaît d'une second façon dans le fait que, après tout, cette population, bien sûr elle est faite d'individus, d'individus parfaitement différents les uns des autres et dont on ne peut pas, au moins dans une certaine limite, prévoir exactement le comportement. Il n'en reste pas moins qu'il y a, selon les premiers théoriciens de la population au XVIIIe siècle, au moins un invariant, qui fait que la population prise dans son ensemble a et n'a qu'un seul moteur d'action. Ce moteur d'action, c'est le désir. ....Le désir fait là maintenant, une seconde fois son entrée à l'intérieur des techniques de pouvoir et de gouvernement. Le désir, c'est ce par quoi tous les individus vont agir.» Sécurité, Territoire, Population: Cours au Collège de France. 1977-1978 (Paris: Gallimard, Seuil 2004), p. 74.

"Poder-se-ia dizer também que a naturalidade da população aparece de uma segunda maneira no fato que, em ultima análise, esta população, é sem dúvida feita de indivíduos, de indivíduos perfeitamente diferentes uns dos outros e dos quais não se pode, pelo menos segundo certo limite, prever exatamente o comportamento. Contudo, de acordo com os primeiros teóricos da população no século XVIII, resta pelo menos um invariante, segundo o qual a população considerada em seu conjunto tem somente um único motor de ação. Esse motor de ação é o desejo. O desejo faz então, mais uma vez, sua entrada no interior das técnicas de poder e de governança. O desejo é isso pelo qual todos os indivíduos agirão." (Nota feita pela autora e traduzida)

63 Viviana A. Zelizer, The Purchase of Intimacy Princeton: Princeton University Press, 2005.

Recebida em 13 de julho de 2015
Revisada em 12 de novembro de 2015

Normas da Publicação

1. Informações gerais

• A OPSIS é uma publicação eletrônica que aceita trabalhos inéditos nacionais e internacionais em formato de artigos, ensaios, resenhas, entrevistas, traduções e documentos inéditos que podem ser tanto específicos a uma determinada disciplina, quanto interdisciplinares em sua metodologia, teorização e bibliografia;

• Serão aceitos apenas trabalhos inéditos de autoria de doutores/as e doutorandos/as.

• O processo de submissão de artigos é eletrônico por meio da página http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis, onde os/as autores/as deverão se cadastrar na função "autor", seguindo as orientações on-line do sistema SEER (passos um e dois da submissão – "Tutorial para autores"). Os dados de autoria serão retirados do sistema por isso é necessário que os/as autores/ras preencham com exatidão as seguintes informações: Nome completo dos/as autores/as, Filiação institucional (Instituição, Cidade, Estado), Endereço postal para correspondência, Telefone/Fax, e-mail, e uma breve descrição biográfica (máximo 05 linhas);

• Os artigos serão examinados por dois/duas pareceristas, sendo um/a pertencente ao Conselho Editorial e um/a consultor/a ad hoc. Em caso de um dos pareceres ser contrário à publicação, o artigo será encaminhado a um/a terceiro/a parecerista dentre os/as consultores/as ad hoc;

• A avaliação dar-se-á pelo processo de avaliação cega por pares, na qual os/as pareceristas não terão acesso ao nome dos/as autores/as;

• A publicação está condicionada ao atendimento das exigências indicadas pela Comissão Editorial, formuladas com base nos pareceres. A decisão final quanto à publicação da contribuição cabe aos Editores/as de Seção (organizadores do número em questão);

• O nome dos/as autores/as não deverá aparecer no corpo do artigo, para garantir o anonimato no processo de avaliação;

• O/a mesmo/a autor/a não pode publicar em números subsequentes da revista.

2. Diagramação do conteúdo

• O título deverá vir em português, inglês e espanhol (em negrito e centralizado);

• O texto deve ser antecedido por resumos de 100 a 250 palavras em português, inglês e espanhol, utilizando fonte tipo Times New Roman 11, espaço simples. O conteúdo do Resumo deve respeitar as orientações da ABNT-NBR 6028/2011;

• Abaixo dos resumos deverão vir até cinco palavras-chave em português, inglês e espanhol, separadas por ponto e vírgula;

• Os artigos deverão ser digitados no Programa Word for Windows 6.0/7.0/XP/8.0 ou compatível e não devem ultrapassar 6MB, fonte tipo Times New Roman 12, espaço 1.5 (excetuando-se as citações de mais de três linhas, notas de rodapé, referências, legendas das ilustrações e das tabelas, que devem ser digitados em espaço simples), sem espaçamento entre parágrafos, todas as margens em 3,0 (superior e esquerda) e 2,0 (inferior e direita), formato A4, contendo entre 15 a 20 páginas;

• As notas explicativas deverão ser mantidas o mínimo possível e serem colocadas ao pé da página;

• As citações deverão seguir a conforme NBR 10520/2011 Citações em documentos.

As citações deverão ser feitas no corpo do texto pelo sistema autor, data e página. Exemplo: (COSTA, 2005, p. 212);

• As citações acima de três linhas, deverão ser colocadas 4 cm à esquerda, tipo de letra 11, e vir acompanhadas da referência, como no exemplo acima;

• Ilustrações devem ser originais ou cópias nítidas passíveis de reprodução e, as fotografias, em branco e preto;

• No caso de inserção de imagens (fotos, gravuras, quadros, etc.), a responsabilidade pelo encaminhamento dos trâmites relativos aos direitos de reprodução será dos(as) autores(as) dos artigos e dos ensaios. A aprovação final do texto dependerá da resolução desses trâmites.

• Todas as citações, documentais e bibliográficas, do texto deverão ser elencadas nas "Referências", em ordem alfabética, com dados completos de acordo com as normas da ABNT • Associação Brasileira de Normas Técnicas, cf. NBR 6023. Ex:

- Livro: COSTA, Cristiane. *Pena de Aluguel*: escritores jornalistas no Brasil – 1904 a 2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- Capítulo: ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. (Org.) *Fontes Históricas*. 2ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 155- 202.

- Artigo de periódico: VECCHIONI, Roberto. Poesia e comunicação. *OPSIS* – Revista do Curso de História/UFG/CAC, Catalão, v. 7, n. 8, p. 203- 216, jan/jun. 2007.

• As normas tipográficas são de responsabilidade dos/as editores/as da OPSIS;

• As resenhas deverão ter título próprio que seja diferente do título do trabalho resenhado.

• As resenhas deverão obedecer às mesmas orientações de submissão e de formatação acima estabelecidas para os artigos

• As resenhas não devem ultrapassar quatro laudas e deverão respeitar os seguintes prazos de publicação das obras resenhadas: dois anos para publicações nacionais e traduções, e três anos para publicações internacionais;

• Os trabalhos submetidos à OPSIS deverão ser revisados por profissional da área antes de enviados para publicação e após alterações realizadas por sugestão do Conselho Editorial, caso houver.

3. Condições contratuais

• Trabalhos já publicados ou sob consideração em qualquer outro periódico ou livro no Brasil ou exterior não serão aceitos para publicação.

• A submissão do artigo à OPSIS implica na autorização para sua publicação;

• A OPSIS retém os direitos autorais das contribuições publicadas em suas páginas. Esses direitos abrangem a publicação da contribuição, em português, em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Os/as autores/as têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução, desde que os devidos créditos sejam dados à OPSIS.

• A OPSIS é uma publicação eletrônica.

• A posteriori poderão ser feitas alterações nessas normas desde que o Conselho Editorial assim o decida no sentido de acrescentar ou alterar algum item.

• As dúvidas deverão ser encaminhadas para o e-mail: revistaopsis@yahoo.com.br

Rules for publication

Translated by Caius Brandão[*]

1. General Information

• OPSIS is an electronic publication that accepts original works, national and international manuscripts, in the format of papers, essays, reviews, interviews, translations, and documents, which can be specific to a certain field of research and interdisciplinary in its methodology, theorization, and bibliography;

• We accept works from doctors and doctoral candidates only;

• Manuscripts must be sent to OPSIS at the site: http://revistas.ufg.br/index.php/Opsis, where authors must subscribe using the "*autor*" option and following the on-line instructions of the SEER system (steps one and two of submission – "*Tutorial para autores*"). The author's information will be retrieved from this system, that is why it is necessary that they fill in with precision the following fields: *Nome completo dos/as autores/as* (authors' full name); *Filiação institucional – Instituição*, *Cidade*, *Estado* (Institutional affiliation - Institution, City and State); *Endereço postal para correspondência* (Postal address); Telefone/Fax (Telephone/fax); e-mail; and a short biography (maximum of 5 lines);

• Two peer reviewers examine the manuscripts – one from the Editorial Council and the other an *ad-hoc* reviewer. When one reviewer objects the publication, the manuscript is sent to a third peer reviewer among the *ad-hoc* consultants;

• Manuscripts are subjected to double-blind peer review process, in which reviewers do not have access to the authors' names;

• Publication is conditioned to the fulfillment of requirements made by the Editorial Commission, which is formulated according to reviewers' reports. The final decision regarding publication of manuscripts is up to Section Editors (issue organizers);

• The name of authors must not appear in the body of the text, in order to ensure anonymity in the evaluation process;

• Authors will not be allowed to publish in subsequent issues of the journal;

2. Diagramming Content

• The title must be written in Portuguese, English, and Spanish (in bold and centralized);

• Submissions must include an informative 100 - to 250 - word abstract (in Portuguese, English, and Spanish), at the head of the manuscript, using Times New Roman, size 11, single-spaced text. Abstract content should be written in accordance with Brazilian Technical Standards Association – ABNT NBR 6023/2011;

• Below the abstract, the author must include up to five keywords (in Portuguese, English, and Spanish), separated by a semicolon;

• The manuscript should be prepared using Microsoft Word for Windows 6.0/7.0/XP/8.0 or compatible software, and must not exceed 6MB. Authors must write the body of the manuscript using Times New Roman, size 12, 1.5-spaced text (except quotations with over three lines, footnotes, references, illustrations and tables legends, which should be single-spaced) without spacing between paragraphs, all the margins (upper and left-hand) with 3cm and 2cm (lower and right-hand), A4 paper format, and have between 15 to 20 pages.

• Authors should try to avoid footnotes whenever possible;

• Quotations must be in accordance with NBR 10520/2011 – Quotations in Documents;

• Quotations should be placed in the body of the text in accordance to the following standard: author, year, and page number, e.g., (COSTA, 2005, p. 212);

• Quotations with more than three lines must be written with 4cm left-hand-margin, size 11, and be followed by reference as shown above;

• Illustrations must be original or visible copies which can be replicated, and pictures must be in black and white;

• Regarding the use of images (pictures, engravings, paintings, etc.) in manuscripts, the author will be responsible for all legal procedures on copyright-related matters. Final approval for manuscript publication will depend on compliance of such proceedings;

• All references cited in the text must appear in the reference list in alphabetical order, with complete data, according to ABNT – NBR 6023. For example:

- Book: COSTA, Cristiane. *Pena de Aluguel*: escritores jornalistas no Brasil – 1904 a 2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- Chapter: ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKU, C.B. (Org.) *Fontes Históricas*. 2ed. São Paulo: Contexto, 2006. P. 155- 202.

- Journal Paper: VECCHIONI, Roberto. Poesia e comunicação. OPSIS – Revista do Curso de História/ UFG/CAC, Catalão, v.7, n. 8, p. 203- 216, jan/jun. 2007.

• OPSIS' editors will determine typographical norms;

• Reviews should have their own titles distinct from titles of reviewed works.

• Reviews should comply with the same submission and diagramming norms as described above;

• Reviews must have the maximum of four pages and comply with the following publication deadlines of reviewed works: two years for national publications and translations, and three years for international publications.

• Manuscripts submitted to OPSIS will be edited by professionals from the field before it is sent for publication and after the changes suggested by the Editorial Council when it is the case.

3. Contractual Conditions

• Manuscripts already published or under consideration for publication by any other journal or book from Brazil or abroad will not be accepted for publication;

• The manuscript submission to OPISIS implies the authorization of the author for its publication;

• OPSIS holds the copyright to all the works published in its pages. This right encompasses the manuscript publication in Portuguese, in any country, including the right to renewal, expansion, and dissemination of the work, as well as other subsidiary rights. The authors have the permission to publish the same work in other media, digital or printed, in Portuguese or in translated versions, provided that due credit is given to OPSIS;

• OPSIS is an electronic publication;

• The Editorial Council holds the right to make future changes to the norms listed herein;

• All questions should be sent to the following e-mail address: revistaopsis@yahoo.com.br

Pareceristas que colaboraram com a Revista em 2015

Adriana Kivanski de Senna - Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, RS, Brasil.

Alcilene Cavalcante Oliveira - Universidade Federal de Goiás/Regional Goiânia (UFG), Goiânia, GO, Brasil.

Aline Cristina Nascimento - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG), Catalão, GO, Brasil.

Amailtom Magno Azevedo - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, SP, Brasil.

Ana Carolina Eiras Coelho Soares - Universidade Federal de Goiás/Regional Goiânia (UFG), Goiânia, GO, Brasil.

Ana Maria Colling - Universidade Federal da Grande dourados (UFGD), Dourados, MS, Brasil.

Antônio de Pádua Bosi - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Rondon, PR, Brasil.

Carmen Lúcia Costa - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG), Catalão, GO, Brasil.

Eliane Martins de Freitas - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG), Catalão, GO, Brasil.

Fabio Lopes Alves - Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ Campus Cascavel (UNIOESTE), Cascavel, PR, Brasil.

Francisco Fagundes de Paiva Neto - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande, PA, Brasil. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PA, Brasil.

Getúlio Nascentes da Cunha - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG), Catalão, GO, Brasil.

Gustavo Cunha Araújo - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP), Marília, SP, Brasil.

Heliany Pereira dos Santos - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG), Catalão, GO, Brasil.

Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG), Catalão, GO, Brasil.

Jaqueline Ap. Martins Zarbato – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/Campus Três Lagoas/ UFMS, Três Lagoas, MS, Brasil.

Jeanne Silva - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG), Catalão, GO, Brasil.

Julia Silveira Matos - Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, RS, Brasil.

Keides Batista Vicente - Universidade Estadual de Goiás/Unid. Morrinhos (UEG), Morrinhos, GO, Brasil.

Lilian Marta Grisolio - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG), Catalão, GO, Brasil.

Luciana Borges - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG), Catalão, GO, Brasil.

Luiz Carlos do Carmo - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG), Catalão, GO, Brasil.

Luzia Márcia Resende Silva - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG), Catalão, GO, Brasil.

Márcia Pereira dos Santos - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG), Catalão, GO, Brasil.

Maria Andréa Angelotti Carmo – Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, MG, Brasil.

Marilena Julimar Aparecida Fernandes - Universidade Estadual de Goiás/Unid. Pires do Rio (UEG), Pires do Rio, GO, Brasil.

Matheus Mesquita Pontes - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso (IFMT), Cuiabá, MT, Brasil.

Paula Faustino Sampaio - Universidade Federal de Mato Grosso/Campus Rondonópolis (UFMT), Rondonópolis, MT, Brasil.

Paulo César Inácio - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG), Catalão, GO, Brasil.

Regma Maria dos Santos - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG), Catalão, GO Brasil.

Sulivan Charles Barros - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG), Catalão, GO Brasil.

Teresinha Maria Duarte - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG), Catalão, GO Brasil.

Valdeci Rezende Borges - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG), Catalão, GO Brasil.

Vanderlei Machado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão
Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais.

Av. Dr. Lamartine P. de Avelar, 1120, Setor Universitário.
Caixa Postal 536 Catalão, GO. CEP: 75704-220

Fone: (62) 3441-5309 | E-mail: revistaopsis@yahoo.com.br

www.revistas.ufg.br/index.php/opsis